

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



JOÃO MARCOS VEIGA

**VER E OUVIR SANTÊ: HISTÓRIA E MEMÓRIA MEDIADAS PELA
DIVERSIDADE COTIDIANA DO BAIRRO DE SANTA TEREZA EM
BELO HORIZONTE (MG)**



Belo Horizonte
2024

JOÃO MARCOS VEIGA

**VER E OUVIR SANTÊ: HISTÓRIA E MEMÓRIA MEDIADAS
PELA DIVERSIDADE COTIDIANA DO BAIRRO DE SANTA
TEREZA EM BELO HORIZONTE (MG)**

Texto final de defesa de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura.

Orientador: Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses

Belo Horizonte
2024

981.511	Oliveira, João Marcos.
V426v	Ver e ouvir Santê [manuscrito] : história e memória
2024	mediadas pela diversidade cotidiana do bairro de Santa Tereza em Belo Horizonte (MG) / João Marcos Veiga de Oliveira. - 2024.
	330 f. : il.
	Orientador: José Newton Coelho Meneses.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia
	1.História – Teses. 2. Santa Tereza (Belo Horizonte, MG) - Teses. 3. Patrimônio - Teses. 4. Cultura – Teses. 5.Bairros – Teses. I. Meneses, José Newton Coelho. II.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

"Ver e Ouvir Santê: Patrimônio Mediado Pela Diversidade Cotidiana"

João Marcos Veiga de Oliveira

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses - Orientador
UFMG

Profa. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa
UFMG

Prof. Dr. Luiz Henrique Assis Garcia
UFMG

Prof. Dr. Marcos Felipe de Brum Lopes
Instituto Brasileiro de Museus

Prof. Dr. James William Goodwin Junior
CEFET-MG

Belo Horizonte, 02 de maio de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Henrique Assis Garcia, Professor do Magistério Superior**, em 03/05/2024, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heloísa Soares de Moura Costa, Professor(a)**, em 03/05/2024, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **James William Goodwin Junior, Usuário Externo**, em 20/05/2024, às 23:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Felipe de Brum Lopes, Professor(a)**, em 03/06/2024, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 15597387164708962731081350414379754868



Documento assinado eletronicamente por **Jose Newton Coelho Meneses, Professor do Magistério Superior**, em 25/06/2024, às 08:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3198722** e o código CRC **62A30205**.

Referência: Processo nº 23072.223166/2024-30

SEI nº 3198722

Dedico esta tese à minha mãe, Isaura, pela vida e pelo apoio incondicional, e ao meu filho, Francisco, pelas caminhadas de redescoberta do bairro, desde seus primeiros meses, e por me dar sentido e força para seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa concedida no período de realização deste doutoramento, possibilitando dedicação à pesquisa em tempos difíceis para o país. Agradeço ao meu orientador, José Newton Coelho Meneses, pela acolhida generosa à pesquisa já em andamento, pelo diálogo, pela tranquilidade transmitida e incentivo à escrita autoral. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História Fafich/UFMG, em especial ao secretário Maurício, pelo suporte atencioso nas questões burocráticas. Agradeço aos professores das disciplinas que cursei dentro e fora do programa, assim como aos colegas, pelas trocas preciosas, acadêmicas e humanas. Agradeço aos meus irmãos, pais e amigos pelo apoio incondicional nesta missão. Muito obrigado a todos que colaboraram direta e indiretamente nas pesquisas e feitura da tese, em especial aos alunos do curso Ouvindo a Cidade, ao Luiz Henrique Garcia (ECI-UFMG) e aos entrevistados desta pesquisa. Agradeço às meninas da Casa Sílvia pela acolhida num espaço de trabalho agradabilíssimo, em Santa Tereza, para a finalização da tese. Agradeço à Isabela pelo incentivo na matrícula no doutorado ainda em 2018, pelas estimulantes conversas sobre o bairro e na dedicada revisão final desta tese. Por fim, agradeço aos meus guias espirituais pelo chão e norte para encontrar a superação necessária a esta grande aventura.

RESUMO

O bairro de Santa Tereza, em Belo Horizonte, é exemplo da capacidade de mobilização de setores diversos para preservação de casarios, paisagens e práticas cotidianas em contraponto ao avanço voraz da especulação imobiliária na capital mineira nas últimas três décadas. Junto a uma identidade amparada na tradição cultural e boêmia, tal espaço estimula fortes laços de pertencimento em sua defesa, tendo como marcos a lei de garantia de Área de Diretrizes Especiais (ADE), de 1996, e o tombamento pelo patrimônio municipal, em 2015. A linguagem patrimonial e da tradição, no entanto, aponta uma continuidade a partir de perspectivas de isolamento e resistência ao desenvolvimento urbano, pouco condizentes com as intensas trocas do bairro com o restante da cidade ao longo do século XX. No mesmo sentido, o discurso sobre o presente constrói uma imagem anacrônica de “lugar parado no tempo”, não espelhando a multiplicidade de paisagens constitutivas deste espaço e a própria ideia da tradição como transmissão. Sem pretender diminuir as contribuições da política patrimonial para sua preservação, esta tese se estrutura, num primeiro momento, numa pesquisa do engendramento dessa representação de tradição em certos processos históricos do bairro, que ora se aproximam, ora se afastam de tais discursos. Em outra frente, busca-se uma investigação sobre as dinâmicas de certos espaços cotidianos, como as mercearias. Utilizamos a metodologia da observação participante e das derivas e, em dado momento, da paisagem sonora – esta última nos abrindo a um novo panorama de análise, particularmente para o papel ressignificado do sino e da música no território. Por fim, analisamos ações de defesa e ativismo no bairro a partir da atuação do corpo no processo vivido e das redes de sustentabilidade, enaltecendo características materiais e teóricas de fronteira, disputa e mediação, conceitos caros a este trabalho. Assumindo o papel do pesquisador no presente, com uso da fotografia como elemento de pesquisa num viés interdisciplinar, foi construída uma metodologia de apreensão e desvelamento do urbano a partir da caminhada, junto à análise de práticas e espaços específicos – esta perspectiva evidencia um lugar marcado pela heterogeneidade, diversidade e acolhimento da diferença. Do papel da arquitetura às mercearias, do Clube da Esquina às diferentes vozes públicas e de circulação cultural mobilizadores de seu passado, colocamos em questionamento pressupostos a partir de uma cultura praticada. Em síntese, encontramos algumas respostas fundantes, como a identificação de um processo de modernização próprio do bairro que não pode ser visto como arcaico, interiorano ou “parado do tempo”, mas com uma urbanização cabível e desejada a um local com forte circulação da memória. Igualmente compreendemos de perto as dinâmicas próprias de espaços e práticas cotidianas, com a reatualização de tradições. Tal proposta nos abre à identificação de novos territórios de memória e ao combate de exclusões socioespaciais na espacialização e cartografia cultural do bairro. Sobretudo evidencia a ação dos sujeitos em reinvenção do espaço e do patrimônio como experiência cotidiana.

Palavras-Chave: Santa Tereza; Belo Horizonte; patrimônio; cultura urbana; bairro

ABSTRACT

Santa Tereza, Belo Horizonte's neighborhood, is an example of the capacity to mobilize different sectors to preserve houses, landscapes, and everyday practices in counterpoint to the voracious advance of real estate speculation in the capital of Minas Gerais over the last three decades. Along with an identity supported by cultural and bohemian traditions, this space encourages strong bonds of belonging in its defense, having as landmarks the law guaranteeing the Area of Special Guidelines (ADE), from 1996, and the listing as Municipal Heritage, in 2015. The language of heritage and tradition, however, points to continuity from perspectives of isolation and resistance to urban development, little in keeping with the intense exchanges between the neighborhood and the rest of the city throughout the 20th century. In the same sense, the discourse about the present constructs an anachronistic image of a "place frozen in time", not reflecting the multiplicity of landscapes constituting this space and the very idea of tradition as transmission. Not so intent on diminishing the contributions of heritage policy to its preservation, this thesis is structured, at first, as research into the engendering of this representation of tradition in certain historical processes in the neighborhood, which sometimes come closer to, sometimes move away from, such discourses. On another front, we seek to investigate the dynamics of certain everyday spaces, such as grocery stores. We use the methodology of participant observation and drifts and, at a given moment, the soundscape – the latter opening us to a new panorama of analysis, particularly for the redefined role of the bell and music in the territory. Finally, we analyze defense and activism actions in the neighborhood based on the body's role in the lived process and sustainability networks, highlighting material and theoretical characteristics of borders, disputes and mediation, concepts dear to this work. Assuming the role of the researcher in the present, using photography as a research element in an interdisciplinary approach, a methodology was constructed to capture and unveil the urban through walking, along with the analysis of specific practices and spaces – this perspective highlights a marked place for heterogeneity, diversity, and acceptance of difference. From the role of architecture to grocery stores, from Clube da Esquina to the different public voices and cultural circulation that mobilized its past, we question assumptions based on a practiced culture. In summary, we found some fundamental answers, such as the identification of a process of modernization typical of the neighborhood that cannot be seen as archaic, rural or "out of time", but with a suitable and desired urbanization in a place with strong circulation of memory. We also understand closely the dynamics of everyday spaces and practices, with the re-updating of traditions. This proposal opens us up to identifying new territories of memory and combating socio-spatial exclusions in the spatialization and cultural cartography of the neighborhood. Above all, it highlights the action of subjects in reinventing space and heritage as a daily experience.

Keywords: Santa Tereza; Belo Horizonte; Patrimony; Urban Culture; Neighborhood

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Vista cotidiana do bairro.	31
FIGURA 2 - Localização em BH do bairro de Santa Tereza, em linhas tracejadas	32
FIGURA 3 - Limites do bairro de Santa Tereza na região Leste de BH	34
FIGURA 4 - Casa da década de 1920 em Santa Tereza	36
FIGURA 5 - Vista urbana do bairro de Santa Tereza	41
FIGURA 6 - Restaurante Biroska	46
FIGURA 7 - Casa antiga, ex-sede de projeto social e cultural no bairro	61
FIGURA 8 - Vista de arquiteturas de fases distintas no bairro	62
FIGURA 9 - Vista da Igreja de Santa Tereza e parte do bairro	63
FIGURA 10 - Tabela de número de apartamentos construídos no bairro por década	65
FIGURA 11 - Varanda de casa à rua Ângelo Rabelo	72
FIGURA 12 - Casa com oferta de serviço de costura	73
FIGURA 13 - Predinho ao lado de casa à rua Itacolomito	74
FIGURA 14 - Casas de varanda suspensa no bairro	75
FIGURA 15 - Comércio em imóvel antigo na rua Mármore	76
FIGURA 16 - Varanda de casa com adornos	77
FIGURA 17 - Vista da torre da igreja por entre casarios do bairro.	83
FIGURA 18 - Casario em limite de Santa Tereza com vista para bairros e favela ao fundo	86
FIGURA 19 - Casa abandonada do bairro na rua Itacolomito	88
FIGURA 20 - Sobrado na Pça Duque de Caxias e vista do Shopping Boulevard ao fundo	91
FIGURA 21 - Deck de “espaço público” em bar	92
FIGURA 22 - Planta datada de 1927 emoldurada em fachada de casa na R. Silvianópolis	93
FIGURA 23 - Mercearia à rua Mármore, Santa Tereza	99
FIGURA 24 - Mapa de mercearias analisadas na tese	104
FIGURA 25 - Hubert em sua mercearia na rua Mármore	106
FIGURA 26 - Maturadores de queijo na Mercearia do Hubert	109
FIGURA 27 - Clientela na Mercearia do Hubert	113
FIGURA 28 - Mercearia do Hubert	115
FIGURA 29 - Foto na Mercearia Lacerda em visita de Tancredo Neves	117
FIGURA 30 - Vista de dentro da mercearia do Hubert com banda carnavalesca	119
FIGURA 31 - Vista da esquina da Mercearia do Colombo	120
FIGURA 32 - Família Bicalho na Fazenda Jardimópolis em Itabira (MG) em 1976	122
FIGURA 33 - Colombo	127
FIGURA 34 - Objetos na Mercearia do Colombo	129
FIGURA 35 - Detalhe de pintura na Mercearia do Colombo	131

FIGURA 36 - Objetos no Bar Bolotas	132
FIGURA 37 - Mercearia recente no bairro	132
FIGURA 38 - Nivaldo no Mercadinho do Bicalho	137
FIGURA 39 - Mercadinho Bicalho com mesas na calçada e na Praça Duque de Caxias	140
FIGURA 40 - Clientela no Mercadinho Bicalho	141
FIGURA 41 - Feira na praça Coronel Persilva	144
FIGURA 42 - Quintais de casas na rua Silvianópolis	148
FIGURA 43 - Sapataria do Sérgio	149
FIGURA 44 - Oficina de costura da Marli	150
FIGURA 45 - Depósito Globo na rua Mármore	153
FIGURA 46 - Relógio da coleção do Bar do Bolão	154
FIGURA 47 - Confraria na rua Norita	155
FIGURA 48 - Pastelaria e Bar do Alemão	156
FIGURA 49 - Oficina de mecânica de bombas e café do Renato	157
FIGURA 50 - Vista da serra a partir da rua Bocaiúva	158
FIGURA 51 - Vizinhos e comerciantes conversando em frente à comércio de rua	159
FIGURA 52 - Pipoqueiro Aílton em festa junina na Praça Duque de Caxias	160
FIGURA 53 - Bolhas de sabão divertem crianças e casal ensaia passos no coreto em frente à igreja referência do bairro	163
FIGURA 54 - Relógio da torre da Igreja de Santa Tereza	167
FIGURA 55 - Cine Santa Tereza na década de 1940	169
FIGURA 56 - Crianças brincam no Ribeirão Arrudas na década de 1950	177
FIGURA 57 - Sino da Igreja de Santa Tereza	184
FIGURA 58 - Muro grafitado ao lado do trilho de trem e metrô	194
FIGURA 59 - Vista dos trilhos de trem e metrô por sobre passarela	195
FIGURA 60 - Festividade junto ao Bar do Orlando	196
FIGURA 61 - Crianças brincam na Praça Duque de Caxias	198
FIGURA 62 - Grupo de chorinho ensaia na Praça Duque de Caxias	200
FIGURA 63 - Grupo de chorinho se apresenta na Mercearia do Colombo	201
FIGURA 64 - Kombi de hortifrutis e moradores na rua Ângelo Rabelo	204
FIGURA 65 - Senhora em varanda na rua Ângelo Rabelo	205
FIGURA 66 - Vista do Estádio Independência a partir de Santa Tereza	211
FIGURA 67 - Bar em funcionamento em casa antiga	213
FIGURA 68 - Bar com nome remetendo à identidade de “esquina” do bairro	215
FIGURA 69 - Grupo Sepultura em placa indicativa de Santa Tereza	216
FIGURA 70 - Músicos no Godofredo’s Bar	218
FIGURA 71 - Placa do Bar do Museu com vista para serra	219

FIGURA 72 - Piano em bar em Santa Tereza	224
FIGURA 73 - Grafite à rua Silvianópolis, remetendo à identidade musical do bairro.	233
FIGURA 74 - Hostel com referência a música do Clube da Esquina	234
FIGURA 75 - Grafite homenageando o músico Toninho Horta	236
FIGURA 76 - Grafite no muro do trem e metrô	236
FIGURA 77 - Grafite na rua Dores do Indaiá	237
FIGURA 78 - Casa antiga escondida por detrás de muro	238
FIGURA 79 - Capa do disco Os Borges	241
FIGURA 80 - Músicos da família Borges na famosa esquina	244
FIGURA 81 - Cruzamento do “Clube da Esquina” vista do alto da rua Paraisópolis	245
FIGURA 82 - Músico Vadinho em oficina de percussão em sobrado na Rua Dores do Indaiá	246
FIGURA 83 - Piano ressignificado nas ruas do bairro de Santa Tereza	248
FIGURA 84 - Placa em referência ao Clube da Esquina em calçada	249
FIGURA 85 - Músico Gabriel Guedes em piano na Praça Duque de Caxias	251
FIGURA 86 - Banda Santa no carnaval na Praça Duque de Caxias	253
FIGURA 87 - Vista do Cine Santa Tereza	255
FIGURA 88 - Muro do antigo Mercado Distrital na rua Alvinópolis	260
FIGURA 89 - Entrada do Cersam em Santa Tereza	261
FIGURA 90 - Hospital Cícero Ferreira (“Do Isolado”), na década de 1920	262
FIGURA 91 - Foto da Praça Duque de Caxias modificada digitalmente	266
FIGURA 92 - Vista da rua Salinas para muro de terreno baldio com antigas propagandas políticas	270
FIGURA 93 - Infográfico sobre proposta de intervenção da PBH	273
FIGURA 94 - Postagem sobre memória do bairro.	277
FIGURA 95 - Mapa feito pelo Guia de Belo Horizonte: roteiro Clube da Esquina.	279
FIGURA 96 - Mapa Espacialização da Cultura e Territórios de Memória	284
FIGURA 97 - Remoção de árvore para construção de prédio	287
FIGURA 98 - Coletivo ArborizaBH planta árvore em calçada na rua Salinas	288
FIGURA 99 - Detalhe de muro grafitado em terreno com árvores removidas	289
FIGURA 100 - Núcleo Lixo Zero, na rua Bom Despacho.	297
FIGURA 101 - Inauguração do núcleo Anhanguera do Lixo Zero	298
FIGURA 102 - Inauguração do núcleo Anhanguera do Lixo Zero em Santa Tereza	299

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - VER O PATRIMÔNIO COTIDIANO: DO TEMPO “PRESERVADO” À CULTURA PRATICADA	30
1.1 Identidades, isolamento histórico e cultura de resistência	31
1.2 A cidade pela ótica interdisciplinar em busca da cultura praticada	47
1.3 Patrimônio, tradição e mediação	55
1.4. A Santa Tereza preservada frente à região leste e cidade metropolitana	61
1.5 Casas antigas, dinâmica urbana, pertencimento e diversidade	70
1.6 A Praça (e a Igreja)	82
1.7 Fronteiras e Veracidade	85
1.8 Espaços ‘públicos’ e a história em disputa e projeção	90
CAPÍTULO 2 - VISITAR A TRADIÇÃO E SUAS PRÁTICAS COTIDIANAS	96
2.1 Mercearias: vende-se de tudo um pouco	97
2.2 Hubert - trato, confiança e um pouquinho de tudo	104
2.3 Colombo: o navegante da Mármore	120
2.4 Nivaldo: o rei da almôndega	136
2.5 Feiras e quintais	142
2.6 O tempo pelos comércios e espaços de tradição	148
CAPÍTULO 3 - OUVIR O PASSADO E O PRESENTE DE UM BAIRRO	162
3.1 O som do passado	168
3.2 Paisagens	173
3.3 Santa Tereza: o baixo Mandioccal nos anos 1950 e 1960	175
3.4 O som que se perde	180
3.5 O sino	183
3.6 O trem	191
3.7 A praça	198
3.8 Figuras humanas e sons arcaicos	203
3.9 Futebol	210
3.10 Música pelo bairro	212

3.11 Godofredo's Bar e Bar do Museu do Clube da Esquina	217
3.12 Bares em novos trilhos	223
3.13 Preservação sonora e patrimônio	226
CAPÍTULO 4 - DEFENDER UM BAIRRO PELA EXPANSÃO DE SUA IMAGINALIDADE	232
4.1 Noite chegou outra vez: Clube da Esquina, paisagem de memória e circulação cultural	239
4.2 Carnaval	252
4.3 O bairro em projeção e disputas pela “origem” e futuro do Mercado	254
4.4 Novas disputas públicas das ruas às redes	263
4.5 1995: a conquista da ADE	267
4.6 2015: o tombamento em conjunto	268
4.7 2018: a pressão comercial	271
4.8 2012: a defesa contra a verticalização	272
4.9 Por uma História Pública do bairro?	274
4.10 Espacialização da cultura	278
4.11 A defesa do bairro a partir do conflito e heterogeneidade	285
4.12 Lixo, ação no comum, redes, sustentabilidade e corpo	289
CONSIDERAÇÕES FINAIS	302
REFERÊNCIAS	304
ANEXOS	319
Anexo 1 - Legislações Consultadas	319
Anexo 2 - Trabalhos acadêmicos com temática diretamente relacionada ao bairro de Santa Tereza	321
Anexo 3 - Fontes Memorialísticas para História Pública do bairro de Santa Tereza-BH	323
Anexo 4 - Listagem dos bens indicados para tombamento do CDPCM-BH	324
Anexo 5 - Exemplos de dados de pesquisa de campo	327
Anexo 6 - Lista de filmes produzidos na Escola Livre de Cinema que abordam questões do bairro de Santa Tereza	329
Anexo 7 - Mais fotos de pesquisa de campo	330

“Os lugares mais interessantes residem nas fronteiras entre a ordem e a desordem, ou onde diferentes ordens roçam uma nas outras”

(Jhon LAW, 2020, p. 43)

INTRODUÇÃO

Em certa rua do bairro Santa Tereza, uma casa da década de 1930, abandonada, traz a seguinte palavra pichada: “Veracidade”. A inscrição convida, de forma transgressiva, a pensarmos sobre a cidade, num bairro tombado pelo patrimônio municipal de Belo Horizonte. É possível uma verdade única do urbano ou é preciso, num primeiro momento, simplesmente *ver a cidade*? Mais do que uma imagem guardada no tempo, o patrimônio e as edificações antigas, preservadas ou não, também se engendram no cotidiano, numa poética do fazer (DE CERTEAU, 1998), que só é possível de se captar indo até ela. Ou mesmo a ouvindo, como também faremos nesta tese, em sua articulação com os cidadãos e as dinâmicas sociais, econômicas e políticas. Na mesma via, logo à frente, uma pixação convida: “acorde-se” – para conhecer a cidade, é preciso e possível se despertar, do íntimo psicológico e biológico ao artístico e musical, aos signos que sonoramente o meio urbano produz.

Numa década compreendida entre os anos de 2012 a 2021, acontecimentos de ordem global e local levaram a insurgência de modos de se perceber, agir, restringir e desejar a cidade, incluindo Belo Horizonte. Cerceamento do uso de espaços públicos em 2012 (ALBUQUERQUE, 2012), retomada do carnaval de rua, jornadas de junho de 2013, motivadas, originalmente, pelo direito à cidade e à mobilidade urbana (SILVA, 2015), ocupação de sedes da municipalidade e edifícios abandonados, leis especiais para realização de jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil (ZIVIANI, 2016), acirramento de uma espacialização de protestos políticos no eixo de eleições e *impeachment* da presidente da República:¹ a partir de cada um desses acontecimentos, a imagem da cidade esteve em evidência, aglutinando determinados perfis ideológicos a certas localidades² e fazendo emergir com mais intensidade a identidade vinculada aos lugares.

¹ A presidente Dilma Rousseff sofreu processo de impeachment em 2016.

² Ver Garcia et al (2017), sobre disputas de localidades da cidade de Belo Horizonte em torno da Copa do Mundo. Por “imaginário” social e urbano, termo que utilizaremos de forma recorrente ao longo deste texto, nos referimos ao acúmulo das diferentes formas de representação da experiência urbana que, ao longo do tempo, estabelecem

Nosso recorte temporal se situa entre tais acontecimentos bem delimitados de disputa do espaço, porém, mais do que esses eventos, pretende-se investigar e identificar, a partir deles, as dinâmicas culturais situadas numa perspectiva histórica, igualmente em disputa. Focalizamos, a partir disso, um bairro, no caso Santa Tereza, referência incontornável de um imaginário possível de cidade na capital mineira. Tal territorialidade adquire, assim, relevo como objeto de estudo nesse contexto atravessado e agenciador do papel do passado no presente em disputa.

A cidade é um grande laboratório social, querem crer as ciências sociais e humanas. E nesses momentos de transformações, com discursos, anseios e reivindicações eclodindo, tal experimento deixaria exposto seus elementos em choque e convergência, com fissuras e fronteiras saltando à vista – algo que para ser averiguado no dia a dia demanda dedicadas raspagens do tempo acomodado sobre paisagem edificada e práticas circundantes. Seriam desses abalos sísmicos sociais que poderíamos tirar lições do que enfim é e pode ser uma cidade frente às urgências territoriais, sociais e de afirmação de identidade na contemporaneidade.

Como investigação, impõe-se a necessidade de uma delimitação temporal para o distanciamento do olhar crítico e de pesquisa. Mas se estes acontecimentos já se inserem numa perspectiva historiográfica, com algum afastamento temporal e a partir das investigações acadêmicas acumuladas (HAZN, NIGRI, 2018), o tempo presente se interpõe invariavelmente ao pesquisador, sobretudo das cidades (LEPETIT, 2001), a partir da constatação de um objeto de pesquisa em transformação constante – algo essencial para se compreender o urbano.

Nosso objeto de estudo requer um distanciamento diacrônico para investigação. Mas, como deixar de levar em conta o assombro do presente recente no decorrer de uma investigação? No período de pesquisa e escrita desta tese, o mundo desembocou em 2020 numa Pandemia que exigiu o recolhimento de sociabilidades do espaço público e redefinição imediata de praticamente todas as ações, serviços e condutas, sejam privadas ou coletivas. Frente a tanta apreensão, incertezas e alterações radicais (ao menos num primeiro momento) em esferas diversas, chegou a ser necessário abrir a janela para conferir se a cidade ainda estava lá, tal como a conhecíamos.

Esvaziada, num tempo suspenso de algo sabido por vir, a cidade lembrava uma grande maquete destituída do fator humano, algo só possível na mente asséptica dos urbanistas (CHOAY, 2013). Desnuda e propícia a ser esquadrinhada, medida em funcionalidades – o que

referências comuns identificáveis entre sujeitos que compartilham da vivência em dado lugar. Ver Pesavento (1999), Lynch (1997), Bresciani (1992) e Halbwachs (1990).

faria brilhar os olhos dos membros da Escola de Chicago³ –, observada em cada limite, vigiada numa separação distópica entre a permanência fria do espaço concretizado e as audácias, sobrevivências e inconseqüências dos homens. Diante dessa imprevisibilidade referencial, cogitava-se mesmo uma ruptura do tecido urbano e social a qualquer momento.

Realizar uma investigação no período da Pandemia naturalmente trouxe imensos desafios. De imediato a pesquisa em acervos oficiais foi interrompida, assim como a coleta de informações em comércios e captação de entrevistas. Se por um lado a observação da dinâmica urbana ainda era possível com o uso de máscara e distanciamento em caminhadas periódicas, por outro este cotidiano estava estranhamente suspenso e fraturado, com a paisagem sonora típica do local significativamente ausente. Ao pesquisador e à comunidade acadêmica a preocupação era imensa quanto ao presente e futuro social, levando mesmo a questionamentos da razão de uma tese como esta num momento de total incerteza de um horizonte civilizatório razoável a curto prazo.

Mas nessa curta ausência de poucas semanas do pulsar humano e de automóveis, a cidade ali, de alguma forma, também era a mesma. E posteriormente, quando se decidiu voltar à normalidade a despeito do agravamento de casos de contaminação e mortes, falta de políticas de distanciamento e vacinação que dessem alguma garantia para tal, o tecido social e urbano não estava radicalmente alterado como se poderia esperar. Quase nada. Sem se desconsiderar impactos no comércio, aluguéis e agravamento da desigualdade social, o que chamamos de *urbano* seguiu sem maiores deslocamentos – aparentemente.

A cidade e seus alicerces operacionais, ameaçada em períodos de fortes irrupções, não se tornam, entretanto, outra coisa do dia pra noite, mesmo tendo sua representação alterada. Que arranjos sustentam e nos dão sentido para agir e conceber a cidade historicamente e no presente? Enquanto os discursos se adaptam rapidamente no encalço de eventos marcantes, a cidade parece ter seu ritmo próprio de acomodação histórica e cultural. Ir do discurso à verificação prática, do símbolo às dinâmicas cotidianas, é algo proposto aqui nesta tese, mas sabendo não ser tarefa fácil, dependente também de uma conversão em narrativa.

Situada numa divisão lógica e administrativa, o que se chama de cidade ou bairro mora invariavelmente no campo da representação (AGIER, 2015), na abstração de suas práticas e sujeitos, investida de discursos por parte de políticos e reformadores urbanos, da gestão patrimonial, da mídia, dos pertencidos e dos excluídos. Num esforço de tradução, o discurso se

³ Grupo empenhado em investigações sociológicas a partir da década de 1920 nos Estados Unidos.

infiltra no fazer cotidiano, ora o espelhando de forma turva na prática ordinária, ora ele mesmo gerando e estimulando processos para o contemplar ou o justificar.

Num contexto de saturação entre, de um lado, a retórica funcionalista dos urbanistas e, de outro, um beco sem saída de uma cidade multiplicada em imagens fragmentadas pelo caleidoscópio cultural e identitário, um caminho possível reside em averiguar como esses discursos e identidades se engendram no espaço sob o viés histórico, ora se confirmando, ora se contradizendo. Para tal, torna-se necessário avançar em frentes distintas: nas transformações diacrônicas e na observação dos discursos conformadores da identidade da cidade, mas igualmente colocando os pés nela e ouvindo suas vozes – um imperativo de novos desafios ao ofício de historiador, em seu empenho de regular olhos e ouvidos a outro tempo a partir do distanciamento (PROST, 2012, p. 257).

Mas a apreensão do urbano a partir do sensível, da observação cotidiana, não é de forma alguma uma novidade, mesmo num viés de análise histórica. Matéria-prima de cronistas e viajantes, poetas e músicos, a cidade e a profusão de imagens inerentes à vivência dos cidadãos contaram com perspectiva e método crítico na empreitada dos situacionistas. A partir da constatação de que os sujeitos agem na produção da cidade, mas não desfrutam desta enquanto criação, o movimento encabeçado por Debord reivindicava uma superação da cidade-espetáculo, sobretudo na crise pós 1968 (COELHO, 2019), fazendo uso das chamadas *derivas*, absorvendo pelos sentidos este urbano como um tecido vivo e pulsante pelos sentidos e afastando-se do consumo. Assim, “a deriva propunha uma maneira lúdica de investigação psíquica do ambiente urbano no indivíduo, almejando a construção de novos comportamentos e situações” (LATERZA, 2022, p. 4).

Na medida em que é atravessado por temporalidades e é tangenciado por imaginários pouco palpáveis em seu uso cotidiano, o urbano já encontrava profundidade no mergulho vertical da escrita fragmentária de Walter Benjamin, permitindo-se a desorientação como modo de percepção dos lugares. Este incorpora, segundo Savage e Warde (2002), o papel da experiência individual e da memória involuntária, em que o passado emerge no presente. Em ambos, da deriva dos situacionistas ao léxico do flâneur e da fantasmagoria de Benjamin, a compressão do histórico na cidade corta o caminho da via racional e pode emergir no jogo complexo de imagens por ela produzido no instante da observação. Para conceber a cidade, em prol de sua transformação, é preciso senti-la, algo que por excelência escapa ao pensamento urbanista funcional.

O entendimento do urbano como categoria filosófica e a crítica ao urbanismo tem como figura central o francês Henri Lefebvre, pensador trazido para nos nortear em vários aspectos nesta pesquisa. A ontologia espacial, com uma *produção do espaço* amparada na tríade concebido-vivido-percebido, torna-se incontornável para boa parte dos estudos interdisciplinares sobre territorialidades na segunda metade do século XX, complexificando a compreensão dos fenômenos inerentes à questão. No entanto, se é bem relatada certa banalização ou leitura pouco atenta (AGIER, 2015) do termo “direito à cidade”, não recebe igual atenção seu viés de engajamento prático no mundo (SILVA, VEIGA, 2023). A partir da constatação de que primeiro agimos na cidade para depois pensá-la – e não o contrário, como via de regra se supõe –, apresenta-se como imperativo observar a ação em sua centralidade momentânea, tendo o corpo como disparador de consciência de si e do mundo. Dessa forma, a analítica espacial de Lefebvre mostra-se atual por colocar foco nessa produção incessante do espaço.

A cidade, como bem apontam os antropólogos, não é algo acabado a fim de ser esmiuçado enquanto unidade delineada, mas sim um fazer constante, no exato instante. A pergunta se desloca do que é a cidade para o que faz e como se faz a cidade. É assim que o território deixa de ser apenas palco do mundo, para adquirir um aspecto de criação, mesmo enquanto arte, situada entre o espaço físico e o social. A riqueza do pensamento de Lefebvre reside em pensar de forma tríade, considerando a projeção e representação, memórias e utopias, mas por fim buscando o vivido, com seu potencial de ação individual e transformação coletiva.

Nesse instante do corpo em ação, são melhor percebidas as diferenças engendradas na produção do espaço, anuladas pela homogeneização enquanto política econômica e de Estado – num arco compreendendo desde o abandono até a gestão do patrimônio. Seria preciso ver como a notação de *diferença*, intrínseca e qualificadora da História (HOBBSBAWM, 1998, p. 43) também está intimamente ligada ao motor da dinâmica cultural e social dos sujeitos e das paisagens, a despeito do valor que se impinge a singularidades estéticas e recortes temporais, caminho cômodo, mas pouco condizente com a observação crítica.

O foco na observação do pesquisador não incorre na defesa de uma subjetividade individual e encapsulada no observador, algo que muitas vezes nubla as análises contemporâneas (SARLO, 2007). É importante, por outro lado, sublinhar que o desvelamento ocorre propriamente no sujeito, grau zero da existência cidadina e do devir urbano, onde agem essas forças e reside seu potencial transformador. E aqui, sob riscos, se assume que é no sujeito-pesquisador que uma trama possível se enreda a fim de ser enunciada, na experiência e autoria

como ponto de partida para se repassar pressupostos do teórico ao prático do sensível cotidiano – algo acolhido em disciplinas como a antropológica, mas que em alguma medida se distancia do ofício do historiador.

O historiador que mais se aproximou do cotidiano foi, a nosso ver, Michel de Certeau, autor, assim como Henri Lefebvre, que nos norteia na busca pela produção do espaço no fazer ordinário. Uma das diferenças de um bairro como Santa Tereza está na circulação de imagens e materialidades de um passado por suas ruas, conversas e materialidades urbanas. Um lugar povoado de memórias, seja em edificações, nos relatos dos sujeitos ou da trama urbana e social, permite um viver diferenciado para a própria efetivação de um presente múltiplo e aberto. A *métis* grega, tal qual analisa De Certeau em sua obra seminal “A Invenção do Cotidiano”, detém um tempo acumulado, onde se armazenam saberes num curto espaço de tempo – a memória assim age no espaço e o transforma rapidamente. O tempo modifica o espaço e “a memória mediatiza transformações espaciais”.

A memória prática é regulada pelo jogo múltiplo da *alteração*, não só por se constituir apenas pelo fato de ser marcada pelos encontros externos e colecionar esses brasões sucessivos e tatuagens do outro, mas também porque essas escrituras invisíveis só são claramente “lembradas” por novas circunstâncias. (DE CERTEAU, 1998, p. 151).

Assim, ao contrário do que se pode supor, um espaço atravessado pelas memórias é mais passível de modificações, ao contrário de áreas homogeneizadas e apartadas da circulação histórica através de opções estéticas, econômicas e modernizantes. Para tal, como sublinhado nesta tese, com auxílio de De Certeau e também da antropologia, é preciso atenção nem tanto à manutenção das paisagens, mas aos fazeres e dinâmicas que a circundam, nas reatualizações dessa cultura nesse jogo de alterações e permanências ao centro e pelas fronteiras.

De Certeau nos convida a dar atenção, nesse sentido, às práticas, às maneiras de fazer, aos esquemas operacionais desse cotidiano. Reconhecendo que os sujeitos não são passíveis nem reduzidos a vigilâncias foucaultianas, num agir criativo em meio ao emaranhado cotidiano, a “ordem é exercida por uma arte”, onde também é burlada. Entende-se que uma estrutura social possibilita o lugar dos sujeitos, por vezes contraditória, mas que dá-se igualmente uma astúcia milenar destes, de recombinações numa cultura, numa invenção cotidiana. Uma apropriação tal qual no uso da linguagem, o que se vê nas práticas cotidianas diversas, do caminhar ao cozinhar.

Nessas astúcias, De Certeau diferencia a estabilidade de estratégias, daqueles que detém o poder, frente às táticas, próprias dos mais fracos, numa inteligência cotidiana. Essas performances operacionais a partir de saberes remontam, segundo o historiador, a práticas

milenaes e da natureza, à inteligência das plantas e peixes – algo excluído do discurso científico. “Do fundo dos oceanos até as ruas das megalópoles, as táticas apresentam continuidades e permanências” (p. 46). Em nossa análise, essas táticas serão descritas tanto no ofício de comerciantes do bairro quanto de ambulantes e recicladores nas ruas.

“Os procedimentos desta arte se encontram nas regiões remotas do ser vivo, como se vencessem não apenas as estratégias das instituições históricas, mas também o corte instaurado pela própria instituição da consciência” (p. 98), pontua. É dessa forma que numa ode ao cotidiano, ele afirma que algo “escapa sem cessar, que não pode ser dito nem ensinado, mas que deve ser praticado” (p. 140).

Como afirmado, para compreender e ir ao encontro do que escapa à visão racionalizante do viver cotidiano, De Certeau faz um entrecruzamento da prática que produz uma nova cidade através da caminhada e o falar que se apropria da língua, numa retórica ambulante que nos serve de percurso para captar essas nuances, além de entender a narrativa como instauradora da criação do próprio mundo.

Nesse sentido, é salutar entender que o ambiente nunca é esvaziado de sentido. Para tal, De Certeau faz uma diferenciação entre lugar e espaço, aquele como sinal de rigidez e este dando-se a partir da variável no tempo, semelhante à palavra falada. “Espaço é o lugar praticado” (p. 184). O lugar⁴ é definido não por justaposição, mas por extratos imbricados. Num empilhamento de camadas heterogêneas, tendo o lugar como palimpsesto, dá-se uma unidade territorial diferenciada, “de repartição socioeconômica, de conflitos políticos e de simbolização identificatória”.

No entanto, o conjunto, gerido por sutis equilíbrios, segundo ele, passa a falsa ideia de inércia, inviabilizando jogos em prol do que quer se ver, seja na cidade ou num bairro. O que destacamos, à luz de De Certeau, é que o espaço está em movimento, a despeito da racionalização tentar eliminar a “obscenidade do indeterminado”, do imprevisível que é a própria condição do espaço e de um tempo não programado. “O tempo acidentado é o que se narra no discurso efetivo da cidade” (p. 281). Portanto, interessa-nos desmistificar a ideia de homogeneidade dos territórios (GRAVANO, 2003).

A memória é, por fim, fundadora de espaços. Mas numa aproximação com autores como Pierre Nora, Certeau afirma que reciprocamente onde os “relatos desaparecem (ou se degradam em objetos museográficos), existe perda de espaço”. Privado de narrações cotidianas da

⁴ Vale destacar que muitos autores adotam esta terminologia de forma invertida, ou seja, o “lugar” como espaço praticado.

memória, “o grupo ou o indivíduo regride para a experiência, inquietante, fatalista, de uma totalidade informe, indistinta, noturna” (p. 191). Por isso nos atentamos nesta tese à institucionalização da memória enquanto resguardo, mas também o enfraquecimento das práticas cotidianas de transmissão.

Nesse sentido, na análise de um território, mais do que os espaços idealizados, torna-se salutar observar as fronteiras, que contém a cultura representada, mas também seu avesso, suas ruínas e suas adaptações. Para De Certeau, a fronteira estabelece uma questão entre a legitimidade do espaço e sua exterioridade, estranha a ele. Numa contradição, os pontos de diferenciação são também um comum, numa junção indissociável – cria-se um terceiro assim. A fronteira, nesse sentido, tem um papel de mediação (p. 195). Esta tese, a partir disso, considera o bairro de Santa Tereza, mais do que um reduto de resistência, um espaço de fronteira e mediação de cidades possíveis.

Como coloca Sharon Zukin, os territórios contemporâneos agem como espaços limiares pós-modernos, fazendo a mediação entre público e privado, global e local e natureza e artefato, por vezes com jogos de falseamento e ambiguidade. “Nomear um espaço como ‘liminar’, contudo, não simplifica o fenômeno. Misturando funções e histórias, um espaço liminar situa o usuário a ‘meio caminho’ entre instituições” (ZUKIN, 2000, p.82).

Em nível metodológico, a presente pesquisa constrói-se a partir de um expediente específico de apreensão cotidiana, o da caminhada, como ferramenta apta à observação desses fenômenos atravessados pelos discursos. O desvelamento ritmado dos passos no percorrer do território traz um duplo alcance: a apreensão despretensiva, sem a camada racionalizante do deslocamento unicamente ancorado nas rotinas de trabalho, consumo e mesmo de lazer, estando aberta à imprevisibilidade, em diálogo com a deriva proposta pelos situacionistas (COELHO, 2019). Mas parte-se da caminhada também para a percepção de certa simultaneidade de trama narrativa, com temporalidades concomitantes, permitindo comparações históricas e críticas a partir do presente.

“A pedalar / Encontro amigo do peito / Sentado na esquina / Pula, pega garupa / Segura o bonde ladeira acima / Ganha o meu tesouro da juventude”, diz a letra de uma das poucas músicas⁵ do Clube da Esquina que fazem referência direta ao bairro, além dos dois temas, que o trazem no título. Nesse *traveling* cinematográfico pelas ruas, com o olhar do lembrar e do reimaginar, que muitas vezes partem da mesma matéria-prima (RICOEUR, 2007), é possível

⁵ “Tesouro da Juventude”, de Tavinho Moura e Murilo Antunes, gravada no disco “Contos da Lua Vaga (1981), gravadora EMI-Odeon.

conhecer e pensar criticamente a cidade enquanto seu pulsar transcorre, no fluxo da simultaneidade e do movimento.

Ao pensar suas representações e olhá-la como objeto dinâmico, nos perguntamos o que mora por detrás da cidade e do bairro como símbolo. Ariel Gravano (2003), a partir deste questionamento, demonstra, em brilhante análise histórico-antropológica de Buenos Aires, que no processo de produção de sentido os espaços delimitam as identidades da mesma maneira que as identidades marcam o espaço, borrando esses limites. Por outro lado, é igualmente a pesquisa de campo capaz de questionar, averiguar e desmistificar uma suposta homogeneidade dos territórios, suas produções desiguais de sentido, que muitas vezes emergem das fronteiras em resposta às unidades enunciadas, sob perspectivas menos corriqueiras. Observar essas dinâmicas pela caminhada coloca os discursos e identidades em xeque. Ora se comprovam, ora eles se esfacelam no passo a passo.

A metodologia construída em nossa pesquisa a partir da caminhada também delimitou um horário específico do dia no bairro para a apreensão de dinâmicas históricas e urbanas: o entardecer. Nessa transição entre claro e escuro, troca de turno de escolas e comércio, a cidade se equilibra num limiar sensível, de indefinição e suspensão. Não sendo uma coisa nem outra, é possível observar nesse momento permanências e irrupções de sujeitos específicos saindo de cena para outros assumirem seus papéis. Saltam diferenças a enunciar não propriamente padrões, mas dinâmicas sociais. As tonalidades de cores do pôr-do-sol se mesclam ao horizonte e os objetos e práticas adquirem contornos indefinidos: um jogo de sombra e claridade teima em escapar entre as edificações e os afazeres cotidianos.

Do falar ao caminhar, do viver ao narrar, De Certeau (1998) afirma que a teoria estabelece uma multiplicidade, uma arte enquanto intersecção, um progresso enquanto entrecruzamento. Citando Lukács, o historiador nos convida a olhar para esta “anarquia do claro-escuro do cotidiano”. Neste lusco-fusco de indefinição, no entardecer de práticas em transição, situamos nossa mirada para o cotidiano de um bairro, alguns de seus espaços de tradição e representação. Um momento de liminaridade em que emergem fronteiras, usos se convertem no espaço e diferenças de um território se projetam ao pesquisador.

Algumas mudanças são nítidas, aguardadas e celebradas, como a abertura à boemia e um acelerar do trânsito deixando mais um dia de trabalho para trás. Mas outras são invisibilizadas, como o movimento dos catadores de lixo percorrendo ruas e cestos para se anteciparem à coleta oficial. Enquanto estabelecimentos cerram as portas, outros se abrem à noite. Alguns, porém, seguem um fluxo sutil de mudanças, como o das mercearias,

empreendimentos-chave para a compreensão do uso presente de referências de tradição que precisam tanto de um olhar ao passado quanto ao presente para sua compreensão, distanciando-se da idealização idílica de uma paisagem tradicional apenas anacronicamente preservada.

Embalando esse cenário, a torre da Igreja de Santa Tereza projeta sobre as ruas uma paisagem sonora religiosa unificadora, mas bastam alguns passos em direção à saída do bairro pelo Centro para notar que a melodia se choca, no mesmo instante, com a execução de outra Ave Maria, desta vez a do compositor Franz Schubert, vinda da igreja do Floresta. Apesar do desejo e da projeção de uma unidade, o espaço é sempre permeado pela diferença e contraposição, com contradições e diferenças que se acumulam e se dão no espaço, visíveis sobretudo quando nos colocamos diante e em meio a ela.

A apreensão da metrópole pela caminhada também convida à análise sobre até que ponto o espaço urbano segue como orientador central de identidades e práticas dos sujeitos, mesmo para moradores, como pressupõe as políticas de patrimônio, ou se haveria um desprendimento, como já soa envelhecido o enunciado pós-modernista. Na contemporaneidade, e ao menos desde a virada de século, o mapeamento palmo de chão da cartografia cibernética em alguma medida libera o sujeito de um viver imediato sob os parâmetros do conhecimento prático dos territórios. E junto a uma precarização do espaço público, que nos distancia dele, acaba-se por criar um paradoxo de perda de referência: quanto mais conhecemos o território, ao menos virtualmente, parece que menos o vivenciamos e o compreendemos de perto. O resultado seria uma certa cisão entre identidade e espaço imediato numa contemporaneidade acelerada, em que os territórios se tornam passagem em degradação. Sem que isso resulte numa retórica da perda (GONÇALVES, 1996) em nossa pesquisa, esse reposicionamento de identidades (FORTUNA, 1997) na relação entre espaço e referencial na cidade conectada se interpõe como algo a ser averiguado criticamente.

Numa mirada ampliada para análise da história urbana da capital mineira, o marco temporal estabelecido nesta pesquisa joga luz sobre um curto período de tempo, cerca de 10 anos, abarcando alterações e diferenças com marcas na história recente da cidade, da cultura ao social e político, num viés de construção de um *comum* — perspectiva fundamental para a compressão de território que almejamos, como veremos mais adiante. Mas ao longo desta investigação, igualmente se perseguem continuidades e permanências incidentes na paisagem contemporânea de nosso objeto de estudo e que agem numa história do tempo presente. Nessa bifurcação de temporalidades também seria possível questionar pressupostos norteadores da imagem do bairro.

O desvelamento proporcionado pela caminhada é o ponto de partida para uma averiguação, e posteriormente contestação, de um argumento apresentado ao bairro de forma reiterada em discursos acadêmicos, comunitários, patrimoniais e da própria reprodução cultural cotidiana. A saber: seria o bairro de Santa Tereza, segundo tal narrativa, para usar um termo caro aos tempos atuais, um exemplo e marco de resistência notório contra a imposição da mercantilização das grandes cidades, com seu *valor de uso* não sucumbindo ao *valor de troca*, numa tradição compartilhada. Mantidas numa postura de *resistência*, suas práticas e características originais se confundiriam com a capacidade de enclausuramento em uma paisagem arquitetônica preservada no tempo. Entretanto, numa análise não propriamente de discurso, em seu sentido textual, mas sim num cruzamento entre o cultural e o histórico, percebe-se a fragilidade do argumento enquanto explicação da dinâmica diacrônica e mesmo – ou sobretudo – no presente, da constituição de pertencimentos, no âmbito simbólico, às ações práticas de defesa do bairro na esfera das políticas urbanas. Este é um ponto que será perseguido nesta tese.

Dentre as muitas funções para se definir uma cidade, Jacques Le Goff (2001) frisou o poder, a vida cultural, a informação e as disputas de informação, mas também as trocas que estabelece e a constituem. Dando-se atenção a esta perspectiva, nos deparamos com uma cidade de contatos entre diferenças, tensionando os limiares da delimitação territorial e supostas homogeneidades, desmentidas mesmo em bairros de identidades e tradições supostamente bem delineadas, tal qual Santa Tereza. A partir da cultura praticada e observada (BARTH, 2000), e não dada a priori, busca-se entender essas dinâmicas. Elas podem confirmar ou contradizer referências compartilhadas, num jogo de papéis históricos de um território atravessado por ideologias e identidades constantemente reatualizadas sob contextos específicos.

Para tal, diante de nosso bairro-objeto de estudo, elegemos aqui pontos de análise que simbolizam e permitem uma compreensão enviesada dessas nuances. No entanto, não são apresentadas de forma cronológica linear, mas num desvelo a partir da apreensão da caminhada como metodologia e narrativa. Dentre eles, como já salientado, está a perspectiva de tradição e pertencimento de resistência engendrada no bairro, numa rede de defesa e proteção perpassada pelo ativismo comunitário, com destaque à conquista da Área de Diretrizes Especiais de 1996, culminando no tombamento pelo patrimônio municipal em 2015. Uma tradição forjada diante de um cenário urbano inaugural e referencial.

Se num primeiro momento são as casas antigas o elemento central desse passado irradiado no presente, sua defesa precisa ser acompanhada da compreensão do que se exclui da

imagem idealizada, de outras dinâmicas de uma paisagem diversificada e controversa de inserção na urbanidade contemporânea. Nesse sentido, mais do que a observação das edificações antigas, patrimonializadas ou não, enquanto sacralização de um tempo referencial, tenta-se identificar como o bairro aloca e estimula pertencimentos exatamente pela incessante produção de diferenças, transgressões e apropriações presentes em ruas, casas, quintais e comércios – sem que isso incorra em desprestígio da preservação dessas construções.

Para ir ao encontro dessa produção de sentido histórica no território, buscou-se elencar e investigar determinadas *práticas rituais* (GRAVANO, 2003, p. 244) e espaços sociais que adquirem valor simbólico e contextualizam um conjunto de significados importantes para um bairro. Dentre serviços de comércio característicos de Santa Tereza, as mercearias se apresentam como importante meio de abastecimento e referencial de um caráter arcaico, mas também como espaço ambíguo entre o público do comércio e o privado da moradia acolhedora de amizades, de limiar entre a venda diurna e a boemia noturna enquanto bar. Residem nelas uma chave para compreender permanências, mas também adaptações ao presente do *vivido*. De modo similar, as feiras de rua também permitiriam, apesar de não ser foco desta investigação, analisar a reordenação sazonal do espaço e um pontual vínculo com o rural (na origem de produtos comercializados). Mas elas se reatualizam no viés urbano, em disputas de contextos históricos específicos, ampliando noções de coletividade, tradição e de apropriações por sujeitos envolvidos.

Essa escuta do bairro também se faz em nossa tese exatamente pelo som, no uso da perspectiva teórica e metodológica da paisagem sonora, inaugurada sobretudo pelos escritos e estudos do músico e escritor canadense Murray Schafer, em seu livro “A Afinação do Mundo” (2001). Através dos ouvidos podemos compreender como o som do trem, dos sinos e da Ave Maria na igreja, dos ambulantes e da própria música em espaços públicos e privados estabelecem tanto uma continuidade quanto uma reatualização incessante no cotidiano. Sejam os sons do bairro ou dos relatos, essa paisagem sonora múltipla abre possibilidades de análise instigantes em diálogo com a observação das transformações urbanas, estruturas sociais e transmissão de tradições em Santa Tereza.

Junto a uma ideia de tradição, sustenta a identidade compartilhada do bairro o viés artístico e cultural, numa permanência ligada à boemia musical, com destaque ao papel exercido pelo movimento Clube da Esquina nas décadas de 1960 e 70. A análise aqui proposta pretende um entendimento de certa reprodução e circularidade cultural (GINZBURG, 2006) no presente dessa projeção simbólica no território, mas igualmente especificidades históricas que colocam

questionamentos a alguns pressupostos, com o intuito de ampliar olhares sobre essa importante relação para a cidade.

Praças, ruas, casas, feiras, mercearias, comércios, grafites e ritualizações sociais convertem-se em objetos de análise conformadores de uma cultura espacializada e reconhecível no bairro. Junto e a partir deles, o bairro converte-se tanto em cenário de usos determinados e sazonais quanto de eventos alinhados a políticas culturais e mesmo espontâneos, todos eles retroalimentando identidades em fluxo. Ao criar uma espacialização da cultura (LOW, 2014), esta cartografia também projeta uma desigualdade espacial, elevando alguns territórios e invisibilizando outros, como veremos nesta tese.

Perceber o bairro como cultura, num fazer contínuo, dissolve contornos fixos e expõe fronteiras de trocas materiais, sociais e simbólicas, capilarizando o espaço, a despeito do discurso de singularidade apartada. Nesse sentido, a visualidade adquire grande importância para nossa investigação a fim de evidenciar tais questões a partir de seu regime próprio de significantes históricos. Ao historiador, cabe perceber a imagem a partir da cultura visual, de relações de poder, mesmo do que se esconde nos quadros.

Utilizaremos a fotografia em seu limiar de iconografia estética, documento e fonte (LOPES, 2011, p. 258), transitando de documentos oficiais a uma cartografia imagética, até as pesquisas de campo que recorrem ao registro visual como ferramenta de amparo a análise crítica da cidade contemporânea. A fotografia, como técnica atrelada ao capitalismo e registro histórico, também estaria apta a trazer à tona elementos do antropoceno, referida era geológica marcada pelo impacto da ação humana (MAUAD, LOPES, 2021). É dessa forma que alguns registros trazidos aqui expõem fissuras de uma era também conhecida como capitaloceno.

Num primeiro momento, os registros foram feitos com câmera profissional durante as caminhadas pelo bairro, almejando maior qualidade estética. No entanto, percebemos que a presença do equipamento, mesmo à distância, causava certo incômodo ou curiosidade, tirando a naturalidade da captura. A partir de então, optamos pelo uso do celular, em modelo com boa resolução, garantindo fluidez na presença do investigador diante dos sujeitos na pesquisa de campo, incluindo captação de fotos, áudios e depoimentos esporádicos.

Por fim, há que se perguntar, frente uma enormidade de questões e desafios ligados ao urbano, de moradia ao transporte e abastecimento, a justificativa de um estudo específico sobre um único bairro. E, na mesma linha, a razão pela qual se investigar uma localidade já tão observada, com considerável atenção no campo cultural e midiático na capital mineira, além de estudos acadêmicos de alguma forma recorrentes e com certa consistência. No entanto, a

resposta parece se esconder na própria pergunta. Essa visibilidade de uma cidade vitrine, em metamorfose e metástase (SEVCENKO, 2004), permite esmiuçar de forma diferenciada vozes projetadas sobre e a partir do próprio bairro, como ele se comunica, no uso da imprensa comunitária e do memorialismo, na criação artística e estabelecendo um regime de visualidade nas ruas – tecendo mesmo uma possível História Pública.

A partir desse micro-espço podem ser projetadas possibilidades de compreensão diversas à cidade de Belo Horizonte como um todo, em interface com questões de territorialidades de ordem nacional e global. Observar como discursos muitas vezes explicam diversidades e permanências, mas também sedimentam visões históricas frágeis, evidencia a necessidade de uma comunicação com mais atenção para fronteiras – sociais, acadêmicas e de linguagem. Para dar espessura ao olhar histórico (LE GOFF, 1979), opta-se pela interdisciplinaridade como caminho fértil à valorização do sujeito, este inserindo-se num campo de possibilidades que se estabelece num trânsito entre o cultural e o histórico. Para tal, recorreremos nesta pesquisa ao expediente de entrevistas de história oral com pessoas portadoras desses tensionamentos trazidos aqui, discutindo questões diversas do bairro, como vitalidade cultural, história, ativismo, paisagem sonora e risco de gentrificação, dando vida ao bairro a partir dos relatos.

A pesquisa arrolou num primeiro momento o nome de diversas pessoas com vínculos com o bairro de interesse para as entrevistas. Posteriormente a relação foi afunilada por circunstâncias pessoais dos contactados e coletivas, tal como a Pandemia. Com estas foram realizadas conversas formais, com roteiro de base e gravação. Outros depoimentos, no entanto, ocorreram de forma espontânea durante as pesquisas do campo, a exemplo de moradores e comerciantes ambulantes, com registro de foto e em áudio dependendo de cada circunstância.

Como nos lembra Michael Pollak, “a história oral mostra os limites e revela como os indivíduos controlam as feridas, tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais” (POLLAK, 1989, p.12). Nos relatos, o indivíduo constrói e tenta definir seu lugar social. ‘Por isso, mais do que relatos factuais, são instrumentos de reconstituição de identidades”, diz o historiador.

Nesta tese, os relatos de campo muitas vezes atravessam a explanação teórica e também, de forma sutil, a análise da cidade se converte num texto acadêmico de viés ensaístico e mesmo com estrutura de pequenas crônicas. Propícias para a apreensão das múltiplas temporalidades do urbano, tanto a perspectiva dos ensaios, quanto das crônicas evidenciam o inescapável atravessamento do passado na experiência momentânea, içado por temas que desaguam nos

anseios presentes, mas com algum grau de simplicidade e momentaneidade (CÂNDIDO, 2005). Com isso não se pretende nenhuma invenção radical de escrita acadêmica experimental ou despreendimento da análise requerida a uma tese, preservando o limiar para se conduzir à estruturação de argumentação teórica. No entanto, a própria escrita aqui também não deixa de salientar o desafio de se desvelar em narrativa autoral e original um fazer urbano e histórico polissêmico, complexo e heterogêneo nas suas formas de enunciação escrita e visual.

Por fim, retomando, esta tese tenta compreender como o pertencimento e capacidade de mobilização em defesa do bairro estariam menos vinculados ao fechamento a um tempo inaugural, com paisagens e práticas delimitadas, e mais a uma circulação cultural intensa histórica e cotidiana, reproduzida no presente, oxigenando práticas, acolhendo diversidades, identidades distintas e convergências em prol de um *comum urbano* (TUNUCCI FILHO, CRUZ, 2019), expondo interdependências e, sobretudo, diferenças. Porém, para além de enunciar, é preciso identificá-las processualmente nesta estimulante dinâmica urbana de produção espacial no bairro em questão.

A tese é estruturada em quatro capítulos. No primeiro deles, nos debruçamos sobre o modo com que o viés histórico se insere na paisagem do bairro, discutindo questões de desenvolvimento urbano, na relação de Santa Tereza com a região metropolitana de Belo Horizonte e legislações. Traremos análises que perpassam o patrimônio edificado, a arquitetura, a imagem da cidade, identidades, tradição, mediação e pertencimento, a partir de uma metodologia e olhar interdisciplinares necessários à investigação de um objeto múltiplo e dinâmico.

Depois de ver o que se entende por patrimônio, convidamos quem nos lê aqui a visitar, no segundo capítulo, locais de tradição que ancoram rituais cotidianos em Santa Tereza, sobretudo no comércio e especificamente nas mercearias. Símbolos da permanência do passado no presente do bairro, estes estabelecimentos nos permitem compreender limiaridades entre o público e o privado que habitam esse território, trajetórias de sujeitos envolvidos nessa tradição, como características destes locais os blindam da especulação imobiliária e gentrificação e sobretudo como a tradição se forja nesses espaços ao longo das décadas em diálogo com a identidade cultural, boêmia e comunitária do bairro, tendo para tal o aporte teórico e metodológico da história oral.

No terceiro capítulo, nos propusemos a ouvir o bairro, a partir de uma perspectiva de paisagem sonora do cotidiano de Santa Tereza e que se configura pela posição de escuta do pesquisador. A atenção ao aspecto sonoro nos permite um duplo movimento: auscultar o

passado, os sons que habitavam especificamente os anos 1950 e 1960, como eles antecipam e explicam mudanças políticas e sociais, com o apoio dos relatos de história oral; e também uma investigação do presente, dos resquícios do passado presentes nas ruas e calçadas através do som e de como estes seguem transmitindo identidades e tradições de forma ressignificada, sobretudo investigando o som dos sinos e da Ave Maria na Igreja de Santa Tereza e Santa Teresinha e os barulhos do trem.

No quarto e último capítulo, buscamos compreender como a identidade de Santa Tereza está atrelada a um histórico de defesa do bairro e como esta, particularmente, é resultado da construção de uma imaginalidade e agência constantes. Para tal, intentamos analisar formas de espacialização da cultura, circularidade cultural e territórios de memória em diálogo com debates locais e globais a partir do campo de estudos urbano e das cidades. Por fim, após expor o papel inerente do conflito na constituição de um espaço múltiplo, nos detemos sobre uma experiência de conformação de um *comum* urbano numa frente sediada no bairro de tratamento de resíduos, expondo como a democratização dos territórios passa pela troca com a cidade como um todo, reconhecimento de diferenças e ação engajada de sustentabilidade em meio ao antropoceno, constituindo uma forma de tradição do bairro reatualizada num local de disputa material e simbólica permanente.

Ver e ouvir o passado e o presente e visitar alguns de seus lugares de tradição e práticas rituais. A partir disso esta tese convida o leitor e leitora a uma caminhada pelo bairro, com atenção a suas cores e sons cotidianos – é deles que emerge uma possibilidade de defesa do bairro calcada numa tradição em reinvenção e aberta à pluralidade e diferença.

CAPÍTULO 1 - VER O PATRIMÔNIO COTIDIANO: DO TEMPO “PRESERVADO” À CULTURA PRATICADA

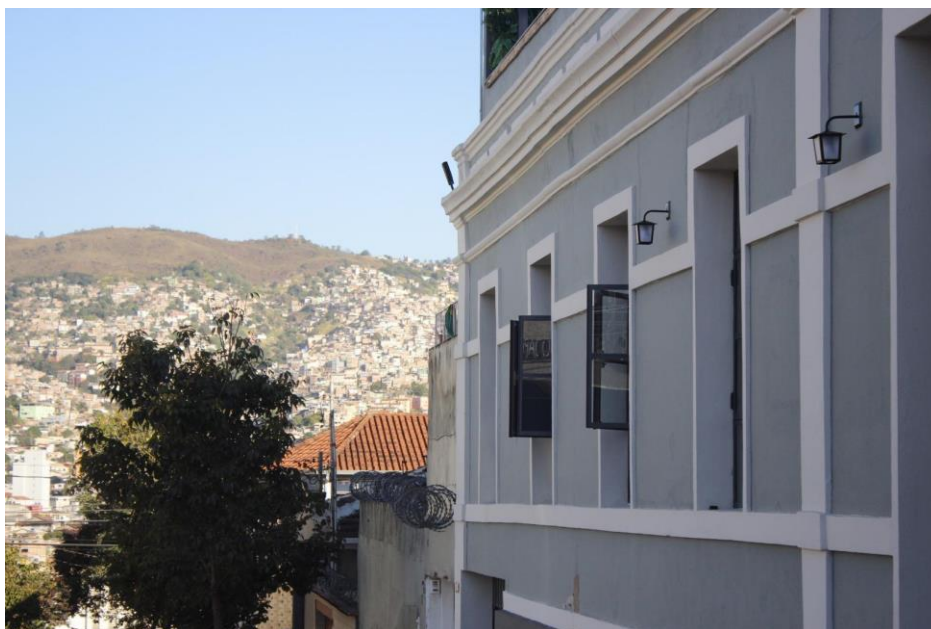
Ao chegarmos à Praça Duque de Caxias e arredores, em Santa Tereza, ao final da tarde, tem-se uma impressão de fato encantadora desse reduto na Zona Leste da capital mineira. O comércio tradicional e a conversa de calçada, casarios do início do século XX preservados e convertidos em convidativos bares acolhem performances ao vivo de grupos de chorinho, samba e outros gêneros. Enquanto isso, o sol começa a se pôr por detrás da serra ao fundo, jorrando cores na torre e vitrais da igreja centenária, de estilo barroco e eclético, nas varandas das casas e no coreto. Neste e em toda praça diversas formas de sociabilidade se iniciam naquele momento, das conversas corriqueiras ao trançar das coleiras de cães passeando e futebol pós-aula de meninos e meninas, do violão de grupos de amigos ao aconchego de casais enamorados nos bancos dos jardins.

Difícil não ter um sentimento de que uma outra cidade mantém-se guardada ali em meio à sexta maior metrópole do país, com práticas e arquitetura resistindo ao tempo, às mudanças e à pressão capitalista que a tudo mercantiliza. Tal cenário se ancora num patrimônio preservado que sustenta tais permanências a despeito de uma cidade cada vez mais fragmentada visualmente e hostil socialmente para além dos limites desse território em questão. Mas nesse mesmo ambiente também coabitam outros cenários.

O momento da Ave Maria de Bach, ecoando sacralidade às 18h a partir da torre da igreja, também coincide com um bairro em disputas de uso e ruídos exacerbados. O trânsito se intensifica ao final do turno escolar, com dezenas de vans e micro-ônibus no entorno da praça e colégio Tiradentes; mercearias se convertem em bares noturnos e lidam com novas regras comerciais em um ambiente de tradição; grupos religiosos de outras regiões se encontram na praça, projetando identidades para além do artístico-boêmio na localidade; moradores de pequenos prédios destituídos de charme arquitetônico na rua de acesso à praça começam a descer com sacos de lixo e iniciam-se desentendimentos com catadores de recicláveis à procura de alumínio e algum alimento, revirando sacolas; um morador lê gibi de história em quadrinho na porta de uma famosa franquia de farmácia (em conflito com o patrimônio histórico), enquanto outro aborda clientes para comprarem caixas de bombom que lhe darão algum dinheiro em vendas nas mesas dos bares. Por sua vez, estes já estão a postos para o turno que se avizinha, com cadeiras nas calçadas, com o sol já se despedindo. “E lá se vai mais um dia”, canta o tema “Clube da Esquina II”, de Milton Nascimento e Márcio Borges.

A confluência de cenários tão díspares numa área tradicional e de fortes vínculos de identidade cultural para moradores e para a cidade de forma geral traz ao relevo a complexidade da própria noção de patrimônio e tradição da forma como os entendemos e os transmitimos. O aspecto conflituoso, de negociação incessante entre sujeitos praticantes dos lugares e o acionamento de vínculos de identidade urbana e cultural não é algo avesso à prática do patrimônio, mas parte dele, em seu viés dinâmico. A cidade se faz com permanências e rupturas históricas e cotidianas, algo que em lugares de maior valorização de tradições, por vezes, tende a ser desconsiderado, como algo alheio ou a ser minimizado frente a uma imagem romântica a saltar aos olhos num primeiro momento. Compreendê-lo em sua plenitude, ou melhor, em sua multiplicidade, como “lugar praticado”, apresenta-se como caminho para sua defesa efetiva e direito às diferentes memórias e possibilidades de existência. E nesse jogo de alteração e permanência, a presença e circulação da memória confere singularidade a esse território, aglutina e modifica o espaço constantemente, fascinando os olhos e ouvidos em algo convertido em sentimento e narrativa, tecendo um território social e afetivo na metrópole mineira.

FIGURA 1 - Vista cotidiana do bairro.



Fonte: Foto do autor, ago/2021.

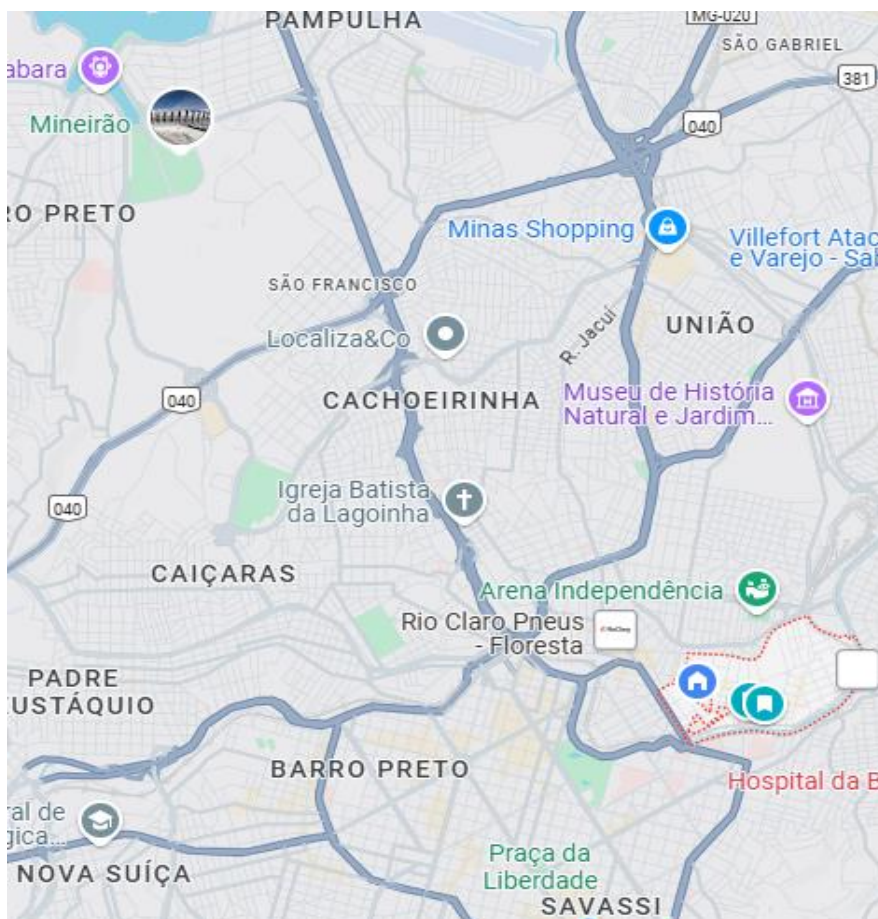
1.1 Identidades, isolamento histórico e cultura de resistência

A 7ª Seção Suburbana de Belo Horizonte, tal qual é referida nos cartórios, é despida de formalismos no cotidiano – de Santa Tereza, é também conhecida como Santê pelos mais íntimos. Seu território, desmembramento de antigas colônias agrícolas da capital mineira,

passou a ser delimitado pelo jorrar das águas do Ribeirão Arrudas e pelo refugar do trem nos trilhos da viação férrea. Essa demarcação cercou-se de sons, maquinários e sociabilidades forjadores de uma identidade de bairro reatualizada ao longo do século XX por outras expressões sociais e culturais marcantes.

Santa Tereza pertence à regional Leste, área formada por bairros que espelham os dilemas da capital mineira, do planejamento às ocupações por operários excluídos da nova capital, do isolamento à integração a partir de loteamento nas décadas de 1920 e doação de terrenos a funcionários públicos, militares e colonos, da tradição e conservadorismo à boemia musical e insurreição carnavalesca. Em meio a tudo isso, um local em disputa já a partir do próprio nome: as versões variam entre a inspiração no bairro carioca de Santa Teresa, a escolha pela população do letreiro para o bonde que atendia o local e a homenagem à padroeira da paróquia de Santa Theresa d'Ávila (ARREGUY; RIBEIRO, 2008, p. 32) – ou um pouco de cada uma delas.

FIGURA 2 - Localização em BH do bairro de Santa Tereza, em linhas tracejadas



Fonte: recorte a partir de Google Maps, jun/2024.

Um bairro, como objeto de estudo, constitui uma unidade que naturalmente não pode ser vista unicamente pela delimitação territorial, sendo, da mesma forma, necessário interrogar o que constitui reiterados valores como os de integridade e coesão que geralmente o descrevem,⁶ em oposição à cidade como metrópole. Em “Antropologia de lo barrial” (2003), o pesquisador argentino Ariel Gravano se propõe a percorrer a produção desigual daquilo que se entende por *bairro*. Ao percebê-lo como espaço, mas também como símbolo e identidade, é possível melhor averiguar estruturas a partir do viés histórico e da prática dos sujeitos cotidianos. Se este território, como unidade básica, representa valores primários como tradição, autenticidade e permanência, remetendo a valores originários que as cidades supostamente já foram capazes de oferecer, é também espelho das segregações por onde estas crescem, num desenvolvimento que geralmente se origina nas divisões de trabalho e poder.

São recorrentes os estudos ou publicações (ALMEIDA et al, 2016; CHAGAS, 2013; TICLE, 2016; SOUZA, CAJAZEIRO, 2011; BAGGIO, 2005) que reiteram valores culturais compartilhados no bairro de Santa Tereza, que se reforçam através de emblemáticos momentos da história recente da cidade e da própria manutenção das paisagens – aspectos, sem dúvida, exemplares para uma cidade que se pretenda digna com o direito à memória social construída coletivamente.

Nas cidades modernas, emergem territórios que se destacam por ostentarem fortes representações sociais. São lugares que se afirmam e se notabilizam pela diferença ou pela oposição aos demais territórios, caracterizando-se pela peculiaridade dos seus modos de vida, costumes ou vocações históricas, ou ainda, pela resistência ao processo mais amplo de imposição da vida urbana – tão marcada por determinações dos valores de mercado. Esses espaços, de maneira geral, são vistos como singulares, posto que portadores de uma determinada identidade, carregada de significados históricos, simbólicos e afetivos. [...] Em Belo Horizonte, o bairro Santa Tereza corresponde, indubitavelmente, a um destes territórios. Figurando como referência proeminente e distintiva dentro da vida cotidiana da cidade, esse bairro desempenha, atualmente, uma função aglutinadora e polarizadora para os belo-horizontinos. Isto porque os discursos que foram construídos e consolidados, ao longo dos anos, acerca do bairro acabaram por lhe conferir uma grande capacidade de evocar imagens e um conjunto de significados no imaginário coletivo. (SOUZA, CAJAZEIRO, 2011, p. 83).

Em tal bairro é inegável que se constitui um “imaginário coletivo”, reverberando a valorização de modos de vida e momentos fundantes, com a invenção de uma tradição que pode ser rastreada cotidianamente no discurso de moradores e que se legitima na imprensa, como atestam Andrade e Arroyo (2012). Em busca de entender o que caracteriza a singularidade deste

⁶ A própria etimologia da palavra “bairro”, segundo Gravano (2003), possui um trânsito de origem árabe ao espanhol do século IX, significando “fora da cidade”.

território, Souza e Cajazeiro (2011) apontam que esse imaginário estabelece laços comuns de pertencimento e reforça discursos históricos em dado contexto. Nessa construção de coesão social, de adesão a pontos comuns, estabelece-se uma espécie de “comunidade afetiva” (POLLAK, 1989).

FIGURA 3 - Limites do bairro de Santa Tereza na região Leste de BH



Fonte: recorte a partir de Google Maps, jun/2024.

A narrativa, no entanto, intencionalmente ou não, resvala na criação de uma unidade que deixa de fora fatores que igualmente fazem parte dessa dinâmica. Nega-se assim assimetrias que possibilitaram a constituição de dado território, como a ênfase na valorização do imigrante em detrimento da população local e trabalhadores construtores da nova capital ou o melhor entendimento da cultura militar e visibilidade destes mesmos na nomenclatura das ruas do bairro. Tudo isso mostra um passado sempre em aberto a ser melhor observado e, no presente, expõe uma multiplicidade de usos e identidades muitas vezes desconsideradas, como o viés esportivo, religioso e a vivência de comunidades periféricas e quilombolas. Na negociação cotidiana, que passa pelas políticas urbanas ou associativas, por vezes uma esperada estabilidade de identidade, como de reconhecimento e apoio dos moradores às políticas de patrimônio, não se confirma ou mostra suas naturais fissuras.

Se a imagem sustentada pelos sujeitos sociais permanece e se reproduz (SAHLINS, 2006) nas sociedades e cidades, há que se atentar para uma alteração drástica no espaço urbano enquanto gerador de identidades e sociabilidades (FORTUNA, 1997), como dito na introdução,

a partir de um novo paradigma de informação. Neste bojo, em que autores como Sennett (2015) já identificaram um declínio da ação e defesa do espaço público, também se exigem novas ferramentas de análise para averiguar o descentramento e pauperização das cidades, que borram e deslocam limites da relação entre memória e cidade (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 118).

De todo modo, vivências mesmo conflitantes em Santa Tereza parecem compartilhar de um certo orgulho de viver ou estar ali. Mas além de não necessariamente se convergirem em contextos diferentes, elas mostram, assim como em Bárbara Costa (2022), que essa identidade não é imutável, como simples consolidação de supostos hábitos rígidos. Ampliando a percepção de História, à luz de autores como Hobsbawm e Ranger (1997), ela afirma que essas identidades “São construídas social e historicamente e de forma ocasional gerando tradições que retratam os desejos de construção social da realidade e que eventualmente podem ser novamente inventadas e reinventadas” (COSTA, 2022, p. 36).

A dissertação de Costa (2022) avança em aspectos importantes, ampliando as “realidades” para além das singularidades normalmente associadas ao bairro, que não seriam compartilhadas por todos. A partir da presença das Vilas Dias e São Vicente e do Quilombo Souza, são trazidas diversidades e contrastes socioeconômicos e culturais de menor visibilidade. Com entrevistas qualitativas com representantes de associações de bairro, moradores e movimentos, ganham relevo confluências e divergências nos discursos dos sujeitos e certo apartamento entre territórios de um bairro “alto” e outro “baixo”. As diferenças são estruturais e de infraestrutura, mas também de reconhecimento e visibilidade.

O manejo da tríade referencial de cultura, tradição e boemia não só se verifica nas pesquisas realizadas sobre o bairro, como sustentam Andrade e Arroyo (2012), mas também aciona a defesa e mesmo algum turismo em torno do patrimônio. Expandindo esses pilares, também seria possível pensar numa tétrade formada por boêmia, patrimônio (no sentido de arquitetura preservada), tradição artística (sobretudo vinculada ao Clube da Esquina) e comunitarismo – sendo este elemento importante para entender tanto aspectos de tradição cotidiana quanto de práticas associativas e mobilizações. A partir disso, o estudo cultural aponta uma grande relevância dos sujeitos e ações que dão densidade social e cultural à espacialidade.

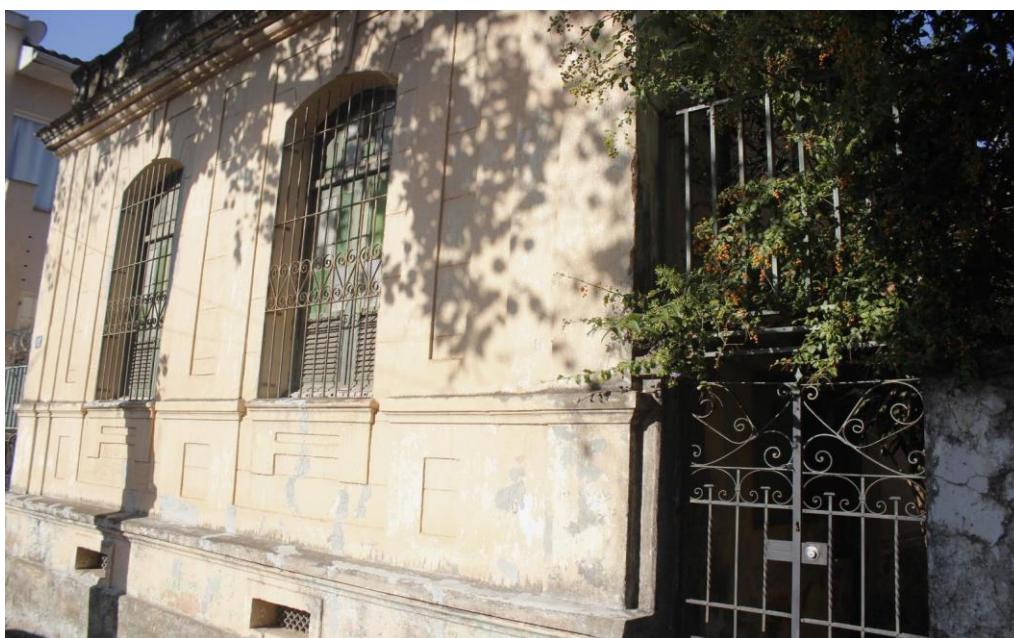
Entretanto, para além dos discursos de identidade, os elementos que conformam tal retórica são capazes de explicar a construção de dinâmicas históricas e culturais do bairro para uma investigação empírica em consonância com a perspectiva de cidade e o arcabouço de estudos que se abre a partir desta? Dessa forma, nos propomos a observar dinâmicas históricas

do bairro e a olhar de perto a constituição de práticas e lugares simbólicos no presente, como veremos no capítulo 2, entendendo o bairro em suas múltiplas dimensões.

En síntesis, el barrio aparece, entonces, como realidad tangible y material y como parte del imaginario; como práctica y como representación, como valor cultural, identidad colectiva, especificidad espacial, polo de disyunción ideológica y sede social de las más variadas relaciones y dinámicas. (GRAVANO, 2003, p. 43).⁷

A boemia, muitas vezes acolhida em edificações antigas, assim como uma ocupação residencial com forte presença de casas e praças, desperta o interesse de frequentadores (TICLE, 2016) que identificam no bairro uma vivência do espaço urbano escassa ou perdida em outras partes da cidade. A paisagem de edificações antigas e a permanência de práticas sociais são recorrentemente acionados para apontar um ambiente urbano único, de laços mais comunitários e temporalidade urbana anacrônica, refratário ao desenvolvimento voraz, “distante dos signos modernos”, sem que o valor de uso seja suplantado pelo valor de troca (BAGGIO, 2005).

FIGURA 4 - Casa da década de 1920 em Santa Tereza



Fonte: Foto do autor, jul/2023.

⁷“Em síntese, o bairro aparece, então, como realidade tangível e material e como parte do imaginário; como prática e como representação, como valor cultural, identidade coletiva, especificidade espacial, polo de disjunção ideológica e sede social das mais celebradas relações e dinâmicas.” (Tradução livre do autor)

Essa condição é por vezes explicada como resultado de uma tardia incorporação das colônias agrárias à área urbana de Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX, juntamente a uma disposição geográfica que não configura passagem a outras regiões (BAGGIO, 2005). Somaria-se a isso dada permanência de práticas e paisagem urbana sem maiores sobressaltos até a expansão de transporte modal de metrô no início dos anos 1990 e a abertura da avenida Andradas em uma de suas extremidades (INDISCIPLINAR, 2020), coincidindo com um período de maior ofensiva do mercado imobiliário.

Tais justificativas, entretanto, parecem não diferenciar Santa Tereza de outros bairros, que igualmente possuem ainda hoje rastros de práticas provincianas e comunitárias, com comércio tradicional e forte vínculo entre moradores, como Saudade, Pompéia e Renascença – estas, porém, sem o ativismo de defesa do bairro visto em Santa Tereza. A projeção de um isolamento também homogeneiza todo o período entre o fim da Primeira Guerra Mundial e a redemocratização brasileira na década de 1980, em que Santa Tereza galgou permanente troca econômica e social com toda cidade a seu modo, com serviços de deslocamento de passageiros em modais que vão do trem e bonde aos trólebus. Configurou-se sobretudo a partir desses trilhos intensa troca e efervescência social, a exemplo da Parada do Cardoso, ponto de sociabilidade de pessoas de toda a cidade nas primeiras décadas do século XX.⁸

Na década de 1950, quando a conexão de trem é interrompida, o bairro ganha novas linhas de trólebus, evidenciando um desejo do poder municipal de expansão e conexão com o restante da cidade ainda naquele momento, tal qual evidenciado em matéria de cinejornais da época, exibidas previamente a sessões de cinema. O vídeo, produzido na gestão do prefeito Amintas de Barros (1959-1962), disponibilizado⁹ no canal do Museu da Imagem e do Som de Belo Horizonte (MIS-BH) no Youtube, informa que o Departamento de Bondes e Ônibus “tem dotado Belo Horizonte do mais eficiente transporte coletivo”. Com trilha e locução efusivas, é informado que dez linhas de trólebus já circulavam pelos mais distantes bairros como meio de “locomover-se a todos os pontos da cidade”. Na sequência o vídeo mostra a inauguração da subestação elétrica que forneceria força à linha que passaria a ligar o bairro Santa Tereza ao centro da cidade. Além da presença de políticos, a solenidade contou com benção das instalações pelo pároco da igreja de Santa Tereza, com direito a água benta, mostrando os vínculos entre ideais de desenvolvimento urbano e tradição religiosa na cidade. “Ligando as

⁸ Parada do Cardoso é como ainda hoje se conhece a pequena praça situada no cruzamento das ruas Dolores do Indaiá, Conselheiro Rocha e Alvinópolis, também em função de restaurante com o mesmo nome.

⁹ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=VZt-WQtGwd8>> Acesso em 27 de novembro de 2023.

chaves sob os aplausos de todos os presentes, o prefeito Amintas de Barros entregava ao populoso bairro de Santa Tereza aquele importante melhoramento.” (CANAL MIS BH, 2015)

Voltando às primeiras décadas do bairro após a inauguração da nova capital, Ulysses Baggio (2005) traz outros importantes elementos presentes na história e modernização da localidade, como a presença de imigrantes, sobretudo italianos, contando com edificação destinada à implementação de tal política do governo mineiro logo nos primeiros anos da capital – a Hospedaria de Imigrantes, inaugurada em 1913 na praça principal –, e o funcionamento de diferentes frentes de força militar ao longo das décadas ali, deixando marcas nas relações sociais e na própria toponímia de nomes de ruas, que homenageiam tenentes e coronéis¹⁰. Outras obras ocorriam ao sabor do interesse do poder municipal, como o empenho do prefeito Otacílio Negrão de Lima, em 1935, para a construção da praça e melhorias de calçamento e iluminação. Em consonância, o entendimento de que a incorporação definitiva à área urbana da capital mineira representa uma ruptura com a suposta falta de planejamento e interesse do poder público até aquele momento tem sido questionado por historiadores da cidade nas últimas duas décadas.

A acomodação do bairro para operação e moradia militar também é ressaltada por Tito Flávio Aguiar (2006, p. 353), com a municipalidade concedendo terras a estes e a funcionários de baixo escalão na zona suburbana VII, a colônia Werneck (antiga Córrego da Mata). Por sua vez, o autor questiona em sua tese a imagem de um subúrbio sem planejamento, com traçados irregulares, destinada às classes menos favorecidas, dado que a área fora do cinturão da Avenida do Contorno igualmente contou com traçado, ainda que não tenha sido efetivado plenamente. Nesse sentido, entender a região como isolada das decisões políticas e forças econômicas nos parece igualmente contraditório. Exemplo dessa intensa troca logo nos primeiros anos da capital diz respeito à olaria do engenheiro Hermilo Alves, que passou a construir casas particulares depois de se desligar da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC). O empreendimento, localizado no Caracará, hoje Santa Tereza e Horto, influenciou diretamente a expansão de linhas férreas. Mais adiante, o bonde também geraria importante uso e identidade social, chegando até a praça, pela rua Mármore, em expansão da linha em 1926 (BAGGIO, 2005).

A suposta falta de planejamento para área suburbana da cidade de Belo Horizonte é algo que Aguiar já havia questionado em tese de 2006 a partir de vasta documentação. Já em artigo

¹⁰ Com o passar dos anos, os nomes de ruas de pedras e vinculados à botânica brasileira deram lugar a tenentes e capitães que atuaram nas revoluções de 1930 e 1932 e outros militares do exército brasileiro. (GÔES, 2014, p. 195)

da década seguinte (AGUIAR, 2018), o autor avança no entendimento sobre trabalho e moradia nas bordas da cidade, mas também reafirmando propósitos da política de estado para estes territórios, ainda que não implementadas – ou por isso mesmo, pouco claras na historiografia. Pode-se considerar, como ele afirma, que a construção de uma nova capital é fruto de uma modernização conservadora e urbana, em consonância com uma proposição de abastecimento e colonização, junto à instalação das estradas de ferro ramificadas e em conexão com outras cidades do estado e país.

Ao estabelecer as cinco zonas coloniais, além da colônia agrícola do Barreiro (focada nos mananciais de água) e o Campo Prático de Demonstração, tinha-se um intuito de abastecimento, mas também de controle de território – via desapropriações do Estado –, fixação de mão-de-obra e fornecimento de lenha, telhas e tijolos para as construções na área urbana. Do ponto de vista do trabalho, a preferência era sempre por imigrantes e famílias com filhos. Numa ocupação que se deu rapidamente, já em 1903, 63% das famílias na Zona Américo Werneck eram de estrangeiros. O trabalho tinha sentido também pedagógico, de regenerar costumes, como aponta o pesquisador. A presença de imigrantes, porém, decaiu ao longo dos anos em tal localidade, com maior interesse pelo trabalho, menos árduo, na área urbana, e dificuldades financeiras.

Por sua vez, o território também espelhava as disputadas e favorecimentos na divisão de lotes que rapidamente se acentuou, com vários políticos, como o Coronel Jayme (PRM) e o próprio Hermilo Alves sendo donos de lotes na Colônia Werneck. Com a emancipação das Colônias Agrícolas das mãos do Estado em 1912 (incorporadas às zonas suburbanas), acelerou-se a fragmentação dos lotes nas duas décadas seguintes, com envolvimento de colonos e grandes investidores capitalistas, tendo como exemplo ações da Companhia de Eletricidade e Viação Urbana. Dessa forma, já em 1945 boa parte das colônias possuíam seus contornos definitivos e identidades sociais culturais enquanto bairros da região leste de Belo Horizonte, deixando distante os ideais projetados inicialmente ali pelo Estado.

Podemos dizer que a Zona Colonial serviu como modo de ocupar território, assegurou controle dos subúrbios. Mas como empreendimento de modernização agrária, não vingou, nem renovou práticas nem fixou imigrantes ali nem como fornecedora. (AGUIAR, 2018, p. 91)

Desde as primeiras décadas da capital, essa territorialidade de ocupação irregular em pequenas chácaras e vilas densamente povoadas buscava, assim, equacionar interesses da municipalidade, dos militares, de funcionários, com uma ampliação comercial influenciando a

oferta de serviços e meios de transportes públicos. Nesse sentido, Santa Tereza é fruto do desenvolvimento da cidade, não uma exceção. No presente, uma paisagem sonora¹¹ e visual muitas vezes ruidosa e confusa é menos contraponto ao cotidiano bucólico forjado na arquitetura tradicional de forte identidade tradicional e cultural e mais parte de um mesmo processo urbano, com suas contradições, permanências e complexidades, acomodando temporalidades diversas neste território.

A paisagem urbana do bairro hoje é, no entanto, de forma inequívoca, resultado de pressão de associação de moradores e coletivos empenhados em frear a verticalização em franca expansão na década de 1990, o que a diferencia de outras regiões, como veremos mais adiante. Isso não estabeleceu, porém, uma paisagem homogênea e de práticas estáticas numa perspectiva diacrônica. Junto às casas antigas com diferentes níveis de preservação, expõe-se uma dinâmica própria exatamente na ocupação irregular de suas edificações de arquiteturas de décadas distintas.

Isso se reflete numa diversidade de usos e configurações do espaço que escapam ao recorte patrimonial e de cartão postal turístico, como lojas de badulaques e de materiais de construção em edificações antigas, centros espíritas e comércios informais em fundos de casa, açougues que se convertem em bares, bares que se convertem em mercearia. Ao fim da tarde, cria-se um burburinho e tráfego intenso em razão da saída da aula no colégio Tiradentes, na praça principal. Nesse cenário, comércio, serviços públicos, moradia, turismo e edificações antigas e novas formam uma teia urbana de disputa, mas também de interdependência, não sendo possível isolar seus elementos em prol do imaginário cultural e histórico de uma única imagem de bairro.

¹¹ Como “paisagem”, termo recorrente ao longo deste texto, entendemos o espaço percebido pelos sentidos, numa interação entre o natural e social (a partir sobretudo da perspectiva da Geografia Humana). Para tal, ver Yázigi (2002) e Corrêa e Rozendahl (1998). Por sua vez, o conceito de “paisagem sonora”, que será mais explorado no capítulo 3, expande tal perspectiva pelo sentido da audição no meio urbano. Ver Schafer (2001).

FIGURA 5 - Vista urbana do bairro de Santa Tereza



Fonte: Foto do autor, ago/2023.

Do ponto de vista teórico, essa disputa e construção nos colocam diante de uma antiga questão: a de se pensar o que é cidade. A cultura urbana, e suas características intrínsecas, é tema de investigação de estudiosos e acadêmicos há mais de um século, empenhados em problematizar e entender como a emergência de uma vida moderna nas grandes cidades seria acompanhada de relações sociais específicas, como o individualismo, em oposição a um suposto viés colaborativo de agrupamentos comunitários. Tornam-se marcos o pensamento do sociólogo alemão Georg Simmel na virada para o século XX e posteriormente as investigações conduzidas pela Escola de Chicago, com Louis Wirth na década de 1930. Ainda assim, Savage e Warde (2002) advertem que tais empreitadas intelectuais não convergiram na possibilidade de uma noção generalizada de vida urbana e de causalidades precisas na relação entre cidadãos e metrópoles modernas. De todo modo, equacionar funcionalidades e essencialismos da cidade é algo que perdurou e até hoje se faz presente, inclusive no meio acadêmico.

Ao longo da segunda metade do século XX, o espaço, por outro lado, deixou de ser visto como algo autônomo. O geógrafo Milton Santos, nome decisivo para a problematização das *paisagens*, traz importantes contribuições e estudos a partir da constatação de espaço indissociável da ação que nele decorre (SANTOS, 2012), indo ao encontro do “lugar praticado” de De Certeau. A noção de *territorialidade* surge como fundamental, abarcando dependências

estruturais e diferenças entre os sujeitos, mas também a configuração de lugares atravessados pela memória, história e experiência concreta. É o papel ativo da composição espacial o que permite entender a construção do sujeito individual e coletivo, mas também as transformações, mentalidades, numa dinâmica conjunta e permanente. “São territorialidades vividas em territorialidades concretas e existentes” (ROLNIK, 1992, p. 28). E é também a (re)territorialização, em escalas locais e globais, que expõe como as políticas urbanas – e aqui dizemos, também as patrimoniais – fazem um alisamento dessa vivência rugosa, desconhecendo tensionamentos e impondo singularidades algo arbitrárias.

A precisão metodológica com relação a conceitos como paisagem e configuração territorial, segundo Santos, é uma forma de se evitar as verdades parciais que muitas vezes se escondem em metáforas (SANTOS, 2012, p.20). Em apontamento que de certa forma antecipa muitas das críticas aos estudos culturais, o geógrafo afirma que “o brilho literário das comparações nem sempre é sinônimo de enriquecimento conceitual” (2002, p. 22). O caráter encantatório das retóricas das ciências humanas é algo para o qual Jeudy (2005, p. 95) igualmente chama a atenção, por muitas vezes servir a projetos urbanos e patrimoniais unicamente para conferir respaldo teórico e legitimar a escolhas arbitrárias a partir de supostas singularidades territoriais e históricas.

O principal estudo feito sobre o bairro de Santa Tereza, a tese de Ulysses Baggio (2005), parte da noção de territorialidade da geografia para uma investigação abrangente que reconhece o espaço posicionado num constante conflito na contemporaneidade.¹² Tal localidade na capital mineira evidenciaria particularidades não uniformizadas da modernidade capitalista. A partir disso, o trabalho abarca desde os conflitos urbanos no capitalismo até a conformação do território em questão para identificar permanências e resistências insurgentes. Aprofundando de que forma se constituiu historicamente tal territorialidade, atravessada por aspectos locais e globais, o pesquisador evita dualismos no que diz respeito à necessidade de preservação e ameaças a modos de vivência historicamente constituídos, incluindo a politização por sujeitos diversos e instrumentos que vão além da política patrimonial e urbana.

Entendo que a situação futura do bairro está diretamente condicionada, de um lado, pela continuidade e mesmo pelo fortalecimento da luta dos seus moradores e adeptos

¹² Outra perspectiva importante diz respeito às escalas espaço-temporais, que coloca espaço e tempo como algo indissociável e culturalmente construído. Ver Haesbaert (2006). Meneses também aponta o benefício do diálogo entre História e Geografia para subsidiar estudos sobre territórios a partir destas escalas. “A perspectiva qualitativa do espaço e do tempo nos indica um percurso de leitura da dinâmica política, econômica e cultural” (MENESES, 2011, p. 77).

na sua preservação e, de outro (e relacionado, de certa forma, a esta), pela forma de ajustamento de Santa Tereza às dinâmicas de crescimento e transformação mais gerais da metrópole. (BAGGIO, 2005, p. 195).

Porém, em outro aspecto, reforça-se a singularidade de uma conformação atípica, refratária às práticas geralmente decorrentes do processo de expansão e consolidação dos centros urbanos com o passar do tempo. Ainda que evitando os contornos de uma “tradição imaculada” e nostálgica do passado, “não particularizada pelo tradicional e pelo anacrônico em relação ao centro dinâmico da cultura da modernidade” (BAGGIO, 2005, p. 174), Santa Tereza é constantemente apresentada como uma “excentricidade socioespacial insinuante na sua territorialidade”. O bairro, assim, traria uma “peculiar adaptação à realidade do consumo e dos modos de viver e morar da modernidade”, com uma ressignificação dos signos antigos da cidade, que não seria nem de tradição pura e simples nem da modernidade tecnológica. Esse relativo distanciamento dos modos dominantes da modernização desenfreada estaria na base da formação de uma cultura de resistência do *valor de uso* “diante da tendência impositiva do valor de troca representada pelo dinamismo do mercado imobiliário.” (p. 168).

O arcabouço marxista traz importantes contribuições ao pensamento das cidades, suas desigualdades materiais e históricas. Porém, sua escolha pelo viés estrutural, funcionalista (SILVA, 2016) e de necessidade de emancipação do sujeito coloca o espaço como mero espelhamento dessa desigualdade, sem considerar suas forças e experiências intrínsecas e irruptivas. A leitura que em geral se propõe da dicotomia valor de uso *versus* valor de troca acaba por reforçar uma cidade inaugural, não sucumbida à mercadoria, e a uma polarização entre um urbano de resistência e outro em que a paisagem e as práticas são mercantilizadas, à espera de uma regressão à plenitude do uso apaziguado. A cidade pode ser reinventada enquanto arte (LEFEBVRE, 2001), mas a nosso ver sua idealização ou polarização essencialista pouco contribui para nos aproximarmos da cidade praticada.

É dessa forma que a própria ideia de uso e troca pode ser melhor compreendida. No belo estudo “O Casaco de Marx”, Peter Stallybrass nos dá alguns caminhos. Num primeiro momento ele se detém sobre a forma com que nos relacionamos com os objetos, sobretudo as roupas, enquanto economia e memória, nas quais deixamos marcas. Estas são, não apenas pessoais e familiares, mas, também, transmissoras de posse e poder, assumindo o lugar de moeda e valores morais em diferentes momentos históricos – a exemplo de uma “sociedade de roupas” na Inglaterra da Renascença, com formas de domínio de reinos conquistados no século XVI passando diretamente pelo vestual exigido aos súditos.

Stallybrass reconhece o brilhantismo das críticas e o diagnóstico feitos por Marx ao capitalismo a partir da noção de mercadoria, mas faz uma sofisticada ponderação à forma como se perpetuaram as observações marxistas quanto à ideia de *fetiche*. Apropriada da antropologia do século XIX, o fetiche para dadas tribos seria a forma de habitar e ser habitado por aquilo tocado e amado. Já aplicada à mercadoria, o termo marxista expõe – junto ao apagamento das relações de trabalho – o desejo por essa abstração, num deslocamento conceitual do termo original.

O conceito de fetiche, como recupera Stallybrass, foi elaborado para demonizar o apego dos africanos a objetos significantes carregados geralmente junto ao corpo. Enquanto escravizavam pessoas e se interessavam por expropriar mercadorias com valor de troca, gerando lucro, a sociedade européia declarava independência material e moral destes outros objetos. Como Marx expõe, ao se desvencilhar da adoração dos objetos simples, características de religiões primitivas, o europeu regressou a um materialismo distorcido, da mercadoria esvaziada e adorada apenas pelo valor de troca (STALLYBRASS, 2000, p. 63). Dessa forma, o fetichismo em si não é o problema, mas sim o fetichismo da mercadoria.

Porém, pensar hoje em um objeto fetichizado assume, a partir do arcabouço marxista, uma negatividade. No entanto, como escreve Stallybrass, “É porque as coisas não são fetichizadas que elas continuam sem vida” (2000, p. 20). Para ele, a ausência de uma poesia das roupas se dá em meio ao materialismo da vida moderna, com extraordinária abundância, seu valor é incessantemente desvalorizado ou substituído. Assim, “a atenção ao material é precisamente aquilo que está ausente”. Tal perspectiva, de certa forma, vai ao encontro da crítica de Pierre Nora (1993) aos “lugares de memória”, que se multiplicam exatamente num momento em que a memória deixou de habitar os lugares de forma cotidiana e ritualística.

Essa relação entre roupa e lugar, apesar de não aparecer no pequeno estudo de Stallybrass, não é fortuita ou forçada para nós. O espaço público é formado por edificações, comércios, bancos de praça, calçamentos, postes e outros. Da mesma forma, as vestimentas tornam-se elemento material da cultura, carregando memórias e sendo marcado pelos sujeitos, que de alguma forma irão transmiti-lo à frente. Se algumas diferenças são óbvias, como a mobilidade, capacidade de uso público concomitante e permanência, o autor mostra as vestimentas não como elementos meramente privados, compondo valores, crenças e relações econômicas coletivas.

Casas e vestimentas compõem uma memória afetiva e familiar, ao passo que andam junto ao valor econômico vigente (STALLYBRASS, 2000, p.34). É o dinheiro que possibilita

o vestir e mesmo a capacidade de desfrutar de alguns lugares. E é no ambiente público ou privado também que o sujeito se veste de identidades agregadas ao ambiente, assumindo alguns de seus valores e reinserindo outros. Estar em dado ambiente, de forma deliberada, é escolher projetar aos outros uma roupagem cultural compartilhada.

Roupa e patrimônio edificado também são marcados pela transmissão. Assim como territórios e heranças de edificações, da Inglaterra Renascentista ao reinado de Philip II na Espanha, roupas e vestimentas são transmissão de riqueza, genealogia, memória familiar e poder. Essa transmissão, no presente, naturalmente não se alinha mais à uma “sociedade de roupas”, porém ainda carrega memórias e pesos simbólicos. Não por acaso o livro de Philip Roth analisado por Stallybrass tem o sugestivo nome de “Patrimônio”, passando pela ironia e desacertos do que se faz com o legado material e familiar recebido, incluindo a possibilidade de erros e equívocos.

Uma característica necessária da transmissão, se é que ela ocorre, é que ela pode se extraviar. A carta não chega, a pessoa errada herda, o legado é uma carga indesejada. Contudo, mesmo na mais selvagem das transmissões, alguma coisa realmente chega ao seu destino. (STALLYBRASS, 2000, p.46).

Como bem coloca Stallybrass, a cultura ocidental, ao mesmo tempo que fetichiza a mercadoria vazia, despreza o valor das coisas, dos objetos como constituintes de uma existência que influi diretamente na vida dos sujeitos. No seminal “O Capital”, Marx coloca o casaco como exemplo de mercadoria, forma celular abstrata e processo que explica o próprio meio de produção do capitalismo. Stallybrass parte do abstrato para narrar a árdua relação da família Marx com a necessidade de desprendimento deste e outros objetos para sobrevivência.

Mais do que um objeto de uso pessoal para aquecer, ele é uma abstração, por seu valor de troca. Marx, ao explicar a mais valia e valor trabalho, faz o caminho inverso daquela riqueza que é expropriada a partir de condições de trabalho e moradia paupérrimas.

O mesmo Marx, nos anos 1850 enquanto esteve em Londres, foi parte desse subproletariado, tendo seu casaco e bens domésticos penhorados periodicamente, o que o impedia mesmo de frequentar a Biblioteca Britânica para estudos e, consequentemente, influenciava em seus próprios escritos. A loja de penhores, assim, cumpria uma função enquanto lugar da particularidade do objeto e de seu valor de troca enquanto mercadoria. Por sua vez, penhorar um objeto era desnudá-lo de memória e particularidade histórica, para que pudesse se tornar uma mercadoria com valor de troca (2000, 87).

A partir disso, podemos caminhar para um entendimento de que a noção de valor de troca segue sendo fundamental para a compreensão da mercadoria como célula da engrenagem

capitalista, da alienação dos meios de produção e expropriação do trabalho. No entanto, a oposição entre valor de uso e valor troca, mais nítida em seu momento de formulação, torna-se pouco clara para a compreensão de processos contemporâneos, sobretudo relacionado a hábitos de sociabilidade e territórios.

Se memória e particularidades históricas se perdiam na conversão de um objeto em mercadoria, como nos objetos penhorados, hoje elas são partes que agregam valor de troca em brechós de roupas usadas, lojas de quinquilharias e nos próprios comércios em edificações (tombadas pela gestão patrimonial ou não) em bairros culturais como Santa Tereza. Como visto na foto a seguir, o restaurante Biroška traz em seu letreiro a inscrição comida com “tempero de família”. No interior, a ambiência busca simular de certa forma um local privado, com utensílios não padronizados, como copos, talheres e mobílias, com indistinção proposital do particular, oriundo de uma casa, e do comércio. Num movimento identificado sobretudo a partir do último quarto do século XX por uma vocação memorialista (SARLO, 2003), o passado torna-se um capital simbólico mobilizado como valor de troca, acionado nas mercadorias e nos lugares que trazem uma ideia de passado.

FIGURA 6 - Restaurante Biroška



Fonte: Foto do autor, ago/2023.

1.2 A cidade pela ótica interdisciplinar em busca da cultura praticada

Mesmo que se contrapondo aos meios de mercadoria usuais das grandes cidades, um bairro cultural¹³ de valorização de aspectos históricos joga com o valor de troca da arquitetura patrimonial para a oferta de serviços gastronômicos, boêmios e artísticos, assim como as pessoas que vivem ali desfrutam e negociam esse capital cultural. Uma diferença fundamental nesse valor de troca está em não depender exclusivamente da mediação do mercado para sua permanência ou não – ainda que exigindo recorrentes posturas de resistência, como nas disputas de planos diretores. Aos moradores, proprietários ou locatários, existe um entrecruzamento do valor de troca do consumo de um bairro cultural associada e o valor de uso cotidiano, da sociabilidade e comunitarismo não contabilizado enquanto mercadoria, ainda que se ampare no interesse genuíno pela manutenção de uma ideia de qualidade de vida. Pode ser identificada assim, uma “gentrificação marginal” (VAN CRIEKENGEN apud VELOSO, 2020, p. 39), em que grupos passam a ocupar dado local não por terem capital financeiro especificamente, mas por mobilizarem um capital cultural, consumindo e modificando dado território.

No meio urbano, circulam valores culturais reproduzidos e ressignificados diariamente. No entrecruzamento da imagem das cidades com questões culturais, a partir de Gorelik (2019) podemos compreender como a condição periférica de metrópoles latinoamericanas não leva a contribuições periféricas no modernismo. Num eixo de justaposição de cidade e cultura, existe uma série de tensões, dicções, irrupções e planos de cada localidade que precisam ser vistas de perto, e não apenas como cópias de experiências dominantes. Tal perspectiva, dessa forma, colabora para evitarmos a visão, dentro de uma mesma cidade, de locais categóricos da mercantilização de espaços e relações e outros refratários e resistentes a tal contaminação. A permanência e estabilidade das paisagens não deixa dúvida da importância da materialidade na vida social, política e cultural, mas também não revela todas trocas, atualizações e transformações que se dão, com ressignificações no processo diacrônico.

As grandes cidades apresentam-se como campo de investigação instigante, e não menos dramático, para observação de urgentes problemas da história social e urbana, de planejamento à administração, ainda que impossibilite análises macro-históricas unicamente a partir dessa unidade numa geografia limitada (HOBBSAWM, 1998, p. 36). Mas mesmo quando se

¹³ Apesar de sempre valorizado por sua boemia, é possível considerar que Santa Tereza adquiriu um status de “bairro cultural” sobretudo a partir das décadas de 1980 e 90, com a imagem referencial do Clube da Esquina já consolidada e um movimento em âmbito nacional de valorização de novas centralidades, delimitações de singularidades territoriais e tombamentos (VEIGA, 2015). Em nível municipal, vale levar em conta a perda do protagonismo do centro da cidade a partir da década de 1970, abrindo espaço a novas centralidades culturais e artísticas como a Savassi (LEMONS, 2020) e posteriormente Santa Tereza.

reconhece os limites do recorte de observação, no caso as práticas e materialidades culturais de vínculo histórico em um bairro, tal objeto de estudo exige atenção frente a falsas dicotomias e recorrentes generalizações.

Se por um lado são estes espaços o palco da vida cotidiana (ou parte privilegiada dela), por outro torna-se arbitrário pensar em qualquer ideia de “unidade coerente” seja para uma cidade¹⁴, bairro ou até rua, frente à derrocada de explicações totalizantes e à superação de antigas dicotomias, como aquelas que opunham rural e urbano, bairro e metrópole, com características essencialistas (CASTELLS *apud* CANCLINI, 1997, p. 284). No caso de localidades que ancoram identidades de um passado compartilhado, esse quadro se complexifica.

Entender como essas identidades se infiltram na construção diacrônica de sociedades e territórios é algo que os historiadores já não podem se furtar há algum tempo. O campo da História Social, fortalecido a partir dos anos 1970, abre um bom arcabouço para tal. Eric Hobsbawm (1998) relata a transição do domínio econômico, até a década de 1950, ao social, em que este não pode ser mais isolado e também se prevenindo de uma história retrospectiva economicamente.

Para Roger Chartier (2002), é notório que a história como se praticava antes, repousada em identificar estruturas econômicas e sociais, sofreu um abalo de certezas, em que novas abordagens, como a micro-história, restauram o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais. Diagnósticos como crise epistemológica e tempos de incerteza, no entanto, são muitas vezes acompanhados por um relativismo pós-moderno, citando a *linguistic turn*, em que toda forma estruturada de conhecimento não seria mais do que retórica. Sem abdicar de uma crítica aos limites da formulação histórica, a importância do lugar social e institucional do historiador, o autor coloca a exigência de reposicionamentos para superar dicotomias rudes (CHARTIER, 2002, p. 91).

Do ponto de vista das contribuições da Sociologia para a História, essa perspectiva também dialoga com os estudos de interdependência de Norbert Elias em “Sociedade de Corte” (2001). Como salienta Chartier no prefácio da obra, em oposição a uma história de sujeitos, o sociólogo alemão investiga o papel social e político, vínculos existentes entre formas sociais e produções estéticas. A fim de identificar rupturas numa visão diacrônica, a História não precisa abrir mão dos sujeitos, porém tais contraposições com outros campos do saber permitem cotejar

¹⁴ Raymond Williams (1979) traça o surgimento histórico dessas essencializações no romantismo inglês pós-revolução industrial.

elementos sistêmicos da cultura e como ocorre uma infiltração nas contingências, com um campo de possibilidades na ação dos sujeitos, assim como já apresentado pelo antropólogo brasileiro Gilberto Velho (2013). A noção de estrutura não se dissolve, mas sim se complexifica na ação do sujeito ao coletivo.

Ao resgatar contribuições do pensamento de Elias, por vezes controverso, o historiador francês reforça que a investigação de tempos e práticas passa pela necessidade de se identificar *diferenças* da atividade humana no cotidiano e *dependências* que inscrevem possibilidades de ação e invenção. Hobsbawm (1998) encaminhou sua argumentação em sentido semelhante ao atentar que, ao historiador, interessam menos os mecanismos de mudança e persistência, os padrões e mais um conjunto específico de ações. “Em termos gerais, os padrões estruturais-funcionais esclarecem o que as sociedades têm em comum a despeito de suas diferenças, ao passo que nosso problema está naquilo que não têm em comum” (HOBBSAWM, 1998). Tal perspectiva histórica de identificação de *diferenças* e *interdependência*, a nosso ver, também pode e deve ser aplicada à análise das paisagens, refutando unicidades.

A forma com que estruturas mais amplas, econômicas e políticas, se engendram nessas práticas perpassa uma ampla discussão da relação de história e cultura, com raízes na superestrutura marxista, como abordado anteriormente, numa teoria de reflexo que, apesar de trazer contribuições, recebeu críticas diversas mesmo de marxistas como Thompson (2001) e Williams (1979). Em busca de complexificar interpretações e traçar caminhos de pesquisa, a História galgou diálogos frutíferos com áreas como a Sociologia, valorizando lugares sociais e interdependências. Ainda assim, Hobsbawm (1998) sublinha o propósito diacrônico, da transformação social, no qual a História está assentada a partir do tempo cronológico, avessa a uma história retrospectiva apenas de comportamentos sincrônicos – sem que com isso se impossibilite modelos operacionais.

Parte-se do ambiente material e histórico, passa-se para as forças e técnicas produtivas (entrando a demografia em algum ponto intermediário), a estrutura da economia resultante — divisão do trabalho, troca, acumulação, distribuição do excedente e assim sucessivamente — e as relações sociais daí derivadas. (HOBBSAWM, 1998, p.91)

Buscando ir além do determinismo sociológico, as camadas de significado histórico das cidades e os descaminhos do desenvolvimento urbano encontram na década de 1980 uma potência latente em trabalhos diversas, de análise e diálogo junto a áreas como história e literatura, a exemplo da grande obra de Marshall Berman, “Tudo que é sólido se desmancha no ar” (2007). Como apontado na introdução deste trabalho, no campo acadêmico, a aposta no

olhar cotidiano de Michel de Certeau (1998), com clara contribuição de outras áreas do saber, com destaque à antropologia e à geografia, traça uma via de compreensão da história das cidades a partir da interdisciplinaridade, fazendo emergir sujeitos e práticas ordinárias invisibilizadas, ou subestimadas, na análise acadêmica da vida urbana.

Nas últimas quatro décadas, o frutífero diálogo com a Antropologia passou a ter suas contribuições cada vez mais salientadas pelos historiadores. Como aponta Le Goff (1979), esta perspectiva foi e é capaz de trazer relevo e desembaraçar uma história contínua e homogênea, trazendo o homem comum para mais perto na observação do jogo social, com a possibilidade de foco em processos ritualísticos e comportamentais. Na virada de século, todo um campo de estudos culturais ampliou nexos de identidade e pertencimento às cidades, incluindo a história cultural (BURKE, 2005).

No campo do estudo das cidades, a interdisciplinaridade traz a possibilidade de múltiplos arcabouços de investigação, dosando igualmente o quantitativo e qualitativo. A antropologia oferta metodologias capazes de complexificar e observar relações na cidade (HANNERZ, 1980), levando em conta memória e identidade (VELHO, 2013; CANDAU, 2011). No segundo tomo de “A Invenção do Cotidiano” (1996), Mayol assina texto no qual defende a superação do aparente antagonismo entre uma sociologia urbana e uma análise socioetnográfica da vida cotidiana, em prol de contribuições das duas vertentes. Para tal, o bairro, mais do que uma territorialidade política ou uma arena cultural, precisa ser entendido, sobretudo, como um ambiente social, que, lembrando Lefebvre, cumpre um lugar intermediário entre o privado e o público, numa constante produção do espaço.

No entanto, num processo de inchaço do viés cultural (Hartog, 2014), sobretudo a partir da década de 1980, este caminho torna-se imperativo na delimitação de singularidades territoriais via patrimônio (CHOAY, 2011). Vários autores apontam para o forte vínculo entre identidade, cultura e local (LEITE, 2004; CHOAY, 2011), tendo como sintoma não apenas as políticas de patrimônio, mas a busca incessante por singularidades da história de sujeitos e territórios – indícios que Hartog (2014) considerou para o apontamento de um novo regime de historicidade em curso, o presentismo. É assim que a cidade novamente se apresenta como enigma, carecendo de um cotejamento entre cultura e estruturas de transformação histórica.

Na história urbana da capital mineira, inaugurada em fins do século XIX, o bairro de Santa Tereza ocupa lugar destacado tanto por mobilizações emblemáticas contra o avanço do capital especulativo e imobiliário quanto pela constituição de um forte imaginário dos belorizontinos, ambas perspectivas se retroalimentando. Está amalgamado ali um referencial

cultural, como berço do movimento musical Clube da Esquina e circuito de carnavais de rua, atraindo grande número de artistas dentre seus moradores e frequentadores. Dos movimentos e festivais de rua, passando por figuras icônicas e cinemas, seria possível uma análise do bairro unicamente partindo da ideia de cultura, que atravessa seu processo de desenvolvimento histórico, social e territorial. No trecho a seguir, de uma notícia midiática, percebe-se tal descrição recorrente:

O Santa Tereza preserva um casario tradicional e histórico que remete ao início do século XX, ajudado pela geografia. O bairro, que não é perpassado por grandes avenidas, fica quase “isolado”, cercado ainda pelo Ribeirão Arrudas e pela linha férrea. O destaque do bairro fica por conta da Praça Duque de Caxias, conhecida como Praça do Santa Tereza. Com ares de “cidade do interior”, o Santa Tereza é um importante reduto boêmio, gastronômico e cultural. (G1 MG, 2017, s/p).

Mas se para a comunidade e imprensa o sentido de cultura é algo dado, não causando maiores embaraços, tal noção se apresenta, segundo Ciro Cardoso (2003), como entrave para a análise histórica, por sua controvérsia e ambiguidade, podendo significar desde estratos de produção artística e práticas sociais compartilhadas até as ideologias dominantes em dado período. Ainda que possa ser útil para a análise de elementos simbólicos, materialidades e normas comportamentais duráveis e reconhecíveis ao longo de gerações, segundo o historiador “o problema surge quando se pretende suplantar com alguma notação de cultura [...] a de sociedade, formação cultural ou de estrutura social” (CARDOSO, 2003, p.45). O antropólogo Fredrik Barth, por sua vez, expõe questionamento semelhante mesmo para a ideia de sociedade, partindo da premissa de relações sociais estáveis, abstratas, homogêneas e separadas da materialidade (2000, p.26).

Se a cultura se projeta na cidade, esta é invariavelmente dependente de seus processos na definição de uma representação. Mas como alertado pelo personagem Marco Polo em “Cidades Invisíveis”, “não se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve” (CALVINO, 2008, p. 59). Beatriz Sarlo (2007) chama a atenção para essa imprecisão de uma sobreposição do imaginário sobre a cidade praticada e vivenciada, numa crítica aos estudos culturais, algo já diagnosticado, sob outros parâmetros, por autores como Sahlins (2006) e Canclini: “mesmos os que elogiam a cidade aberta, como antropólogos, querem fixar signos de identificação rituais de diferenciação de quem está só de passagem” (1997, p. 338).

O historiador Adrian Gorelik (2002) aponta certo esgotamento dos estudos culturais referentes à cidade, amparado no que ele considera ser uma confusão entre imaginários urbanos, aptos a captar a polissemia das ruas, e a imaginação urbana, de potencial projeção e formulação

política. Polarizada entre o referencial de cartografia urbana de Michel de Certeau, de retorno ao rés do chão, e a desestruturação pós-moderna das formas tradicionais a partir de autores como Fredric Jameson, os estudos culturais indicariam uma imprecisão metodológica amparada em circuitos e invocações identitárias.

¹⁵Es decir, tal vez los estudios culturales sobre los imaginarios urbanos deban ser leídos hoy no tanto para entender la ciudad y la sociedad urbanas, sino para entender cómo se está produciendo nuestro propio imaginario urbano, el de la tribu global académica (GORELIK, 2002, p. 5)

Em ruas que celebram a contemplação de paisagens e elementos vinculados a uma dada referência de passado, como Santa Tereza, é recorrente a deriva ser evocada enquanto um *flanar*. A figura do *flâneur* nas ruas de Paris, que Benjamin recuperou de Baudelaire, torna-se um novo paradigma para captar nuances das grandes cidades, as relações de pertencimento dos cidadãos, as temporalidades e fragmentos inscritos nas imagens da urbanidade moderna. Para Beatriz Sarlo (2007), a partir da década de 1980 percebe-se uma explosão da “moda Benjamin” e do uso de termos como *flânerie* e fantasmagoria para embasar quaisquer debates sobre espaço público.

Segundo a autora, no entanto, a superficialidade na forma com que se confere protagonismo ao pensamento de Benjamin chegou a um grau de saturação que seria preciso esquecê-lo momentaneamente a fim de preservá-lo. A ênfase na percepção cultural deixaria escapar a profunda teoria da modernidade feita pelo escritor alemão a partir das ruínas do capitalismo de uma Paris multifacetada, elevada a capital do século XIX, num cenário de ilusão da moda e da mercadoria e formas simbólicas e materiais de circulação, juntamente a uma antecipação do capitalismo tardio, ainda em gestação. “Essa vulgarização de Benjamin coloca a cidade como uma espécie de imperativo de análise, de unidade imprescindível. Mas se conhece mais a cidade por conta disso?” (SARLO, 2007, p. 81). Para a ensaísta argentina, a produção de um léxico cultural difuso não seria capaz de produzir tal conhecimento.

Gorelik argumenta que a ênfase no aspecto cultural leva a uma encruzilhada de caminhos escorregadios: de um lado a estetização da cidade convertida em políticas públicas limitadas (e sujeitas a efeitos como a gentrificação dos espaços) e, de outro lado, uma ausência do Estado e de capacidade de se pensar a cidade coletivamente, porquanto tudo possa ser traduzido de forma polarizada entre forças de poder e subjetividades de apropriação. Sem que

¹⁵ Podemos dizer que talvez os estudos culturais sobre os imaginários urbanos devem ser lidos hoje nem tanto para entender a cidade e as sociedades urbanas, mas para entender como se está produzindo nosso próprio imaginário urbano, o da tribo acadêmica global. (tradução livre do autor)

isso possa incorrer num regresso em prol de uma visão positivista, o autor defende que, frente ao caos inerente e praticamente definidor do urbano, a resposta não seria a circularidade do imaginário, mas sim uma crítica permanente aos modos de representação e empenho criativo e técnico de transformação e imaginação do espaço.

Na pesquisa histórica, é de grande importância o entendimento da cultura como processo a fim de clarear tais contextos. Barth, no entanto, nos alerta que a constatação desta construção contínua não elimina o problema (2000, p.12). Ao passo que nos deparamos com processos de hibridização¹⁶ e identidades fragmentadas cada vez menos vinculadas aos territórios, mostra-se de suma importância averiguar como se dá a materialização da cultura, sem uma delimitação apriorística de autenticidade, entendendo a ação social como cadeia de eventos. Nesse sentido, mais do que a delimitação de diferenças geográficas e culturais dentro da cidade, cabe atenção aos fluxos estabelecidos nestas bordas.

As conquistas de manutenção de uma paisagem geral atuam não como barreiras ao externo, mas como filtro e acomodação. Mercantilização, capital especulativo e imobiliário, precarização de serviços, investimentos de redes empresariais, violência urbana: todos esses aspectos se fazem presentes, infiltram-se e tensionam o cotidiano do bairro de Santa Tereza, porém sem que isso seja o delimitador das possibilidades de vivência, com abertura a outras formas. Mais do que uma unicidade ou singularidade, o bairro é um grande caleidoscópio de diferenças interdependentes, com fronteiras que ora se expõem, ora se apagam.

A discussão de fronteiras, apesar de tratada pelo antropólogo finlandês mais especificamente sobre a questão étnica, nos traz aportes interessantes para se pensar a importância das trocas e as falsas oposições. A consolidação de grupos – e, no nosso caso, de territorialidades e suas respectivas identidades – não se dá apesar das diferenças, mas muitas vezes exatamente pela existência delas, simbioticamente, possibilitando contatos, interações e distribuição de influências. É possível aqui também fazer conexão com Sahlins. Ele nos alerta para a necessidade de “prestar atenção a processos relativamente sincrônicos de oposição complementar” (SAHLINS, 2006, p.16). Ao invés de delimitar oposições, a partir disso apresenta-se como instigante a investigação de como bairros antigos e áreas modernizadas, com suas respectivas dinâmicas e populações, se relacionam¹⁷. Ou mesmo como o interesse pelo comércio tradicional se equilibra frente a existência e saturação dos hipermercados.

¹⁶ Destacamos a limitação do termo para a tradução de “*hibrization*” na tradução do inglês para o português.

¹⁷ A noção de estrutura e contingência no patrimônio também nos abre a comparações urbanas, a exemplo do bairro de Santa Teresa no Rio de Janeiro, que igualmente possui referenciais históricos e culturais que atravessam

Em suma, a postura de evitar tanto o determinismo cultural quanto social e estrutural nos coloca diante da necessidade de rever paradigmas e pressupostos para uma análise empírica das formas de transformação e de continuidade culturais. Debates sobre identidade e soberania territorial não se dissolvem num mundo híbrido e desterritorializado, mas se complexificam em entrecruzamentos, exigindo empenho para captar ressonâncias e jogos de eco (CANCLINI, 1997, p. 290) na paisagem urbana. A nosso ver, não há que se abandonar a noção de cultura, mas sim acompanhá-la de crítica permanente e entender suas engrenagens em cada local ou prática estudada.

Se por um lado traz críticas aos estudos culturais, Sarlo (2016, p. 89) também destaca de que forma a problemática cultural, sobretudo com Raymond Williams, opera uma reintrodução de noções estigmatizadas, como o sujeito, a história e, sobretudo, a experiência. Indo ao encontro da espessura do vivido para além da hipótese de sentido e modos de viver de determinada época, Williams propõe uma noção de *estrutura de sentimento*, que se sobrepõe tanto às estruturas quanto ao artesanal da cultura, de visão do mundo.

Na estrutura de sentimento, a dimensão simbólica do social mostra precisamente esse caráter fugidio que está na origem do prolongado debate sobre a inscrição do social no estético, precisamente porque, como hipótese, aspira a dar conta dos processos de passagem e mediação” (WILLIAMS, 1979, p.91).

Ao se valorizar a experiência e a cultura não como elitista ou imposição, ou como instrumental de reforma progressista da sociedade como em Gramsci, ela adentra uma ordem de imaginário social potente para se constituir uma base de alternativas do viver (p 94). A cultura pode aparecer como esfera relativamente autônoma, dentro de uma trama de raízes socioideológica-política, mas traz a capacidade de transformação a partir de sua configuração. Gravano (2003) igualmente expõe que conceber a cidade e o bairro como cultura, para averiguar contextos sócio-históricos, a situa com solidez na análise de múltiplas dimensões, representações, dos imaginários cotidianos compartilhados e de práticas significadas, conquanto que não se abstenha do viés histórico.

História e cultura seguem como filtros aptos a captarem a cidade, sem que se oponham ou se anulem. E aqui é Marshall Sahlins (2006), a partir de um pensamento ousado, denso e provocador, como visto em “Apologia a Tucídides”, que parece nos dar uma saída para essa

a defesa de práticas e edificações. O nome comum das territorialidades, segundo Baggio (2005), não seria ao acaso, mas sim uma inspiração direta, dada a toponímia do famoso bairro carioca, anterior ao mineiro.

relação por vezes conflitiva no meio acadêmico, da cultura como organizadora da história em curso.

O diálogo entre coletivo e individual, estrutura e evento, categoria e prática indica que a continuidade da ordem cultural é um estado alterado produzido por contingências da ação humana. O que se está afirmando não é que a cultura determina a história, mas apenas que a organiza. (SAHLINS, 2006, p.19).

Desse modo, não abdicaremos da noção de cultura, porém aqui sua perspectiva se complexifica enquanto processo histórico e presente. Gravano (2003) destaca que a identidade de um bairro não é um atributo estático ou mera categoria que emerge das subjetividades dos atores, mas sim “un resorte profundo en la construcción continua de significados dentro del fluir de las contradicciones históricas objetivas.” (GRAVANO, 2003, p. 265).

1.3 Patrimônio, tradição e mediação

Tanto o aspecto de valorização da paisagem preservada quanto as fissuras cotidianas na cultura praticada no bairro de Santa Tereza passam pelo viés do patrimônio tombado. Como nos conta Françoise Choay (2011), a própria perspectiva de patrimônio já traz em si algumas problemáticas. Ainda que parta de uma visão no contexto europeu de salvaguarda de exemplares arquitetônicos desde a Idade Média até a contemporaneidade, o diagnóstico de certo inflacionamento da atenção ao patrimônio no meio urbano traz à tona esse debate conceitual. Como ela expõe, a herança não intencional, de caráter contextual e estético, no caso o patrimônio histórico, passou a se confundir com a herança intencional, familiar, o patrimônio – como já discutido em nossa dissertação de Mestrado (VEIGA, 2015). A nosso ver, o direito à memória, ao passado edificado, enquanto privilégio de fruição e obrigação do Estado através de políticas e estímulos à preservação, pode por vezes confundir-se com o moralismo do conservadorismo que abstrai o lugar das práticas em torno do patrimônio no presente em prol de edificações exemplares de sociedade.

As controvérsias fazem parte de forma inerente ao debate do patrimônio, mesmo fora do meio acadêmico e intelectual, gerando divergências em associações de bairro e moradores, por exemplo. Por outro lado, termo igualmente inflado de referenciamento nas questões culturais, a “tradição” parece carecer de um entendimento conceitual ou mesmo atualizado sobre seu papel nas dinâmicas históricas e sociais. Seu entendimento aparece como algo consensual, de uma identidade cultural dada, práticas ou edificações trazidas do passado e que,

mantidas como tal, possibilitam a continuidade de valores. O imaginário em torno da tradição tem papel preponderante na capacidade ou não dessa continuidade.

Sem dúvida a tradição carrega um forte desejo de continuidade. Frente às perdas espaciais e culturais, aceleradas nas grandes cidades, o intuito de manter os aspectos materiais, de pertencimento, inclusão e qualidade de vida estão entre os grandes dilemas urbanos. Nesse sentido, a forma de moradia não é meramente uma escolha, mas sim uma possibilidade, frente a questões financeiras e de pressão imobiliária sobre outros modos de vida que não os mercadológicos. Em outro aspecto, a tradição não se dá de forma estática. Há que se considerar, no entanto, que tradição é, sobretudo, a transmissão no tempo, que inclui os processos de mudança e adaptações. É um tecido dinâmico que faz parte da própria história das cidades e comunidades pelo olhar diacrônico. A busca patrimonialista, no entanto, parte da tradição em sua vertente conservadora, estabelecendo uma falsa oposição com a ideia de vanguarda.

Estendendo a questão da tradição em Santa Tereza para aspectos da arquitetura preservada e práticas culturais, é possível considerar e entender pilares atuais de tradição como algo anteriormente integrante de vanguardas ou rupturas, como a música do Clube da Esquina e das bandas Skank e Sepultura, questionadores de conservadorismos, e os carnavais, marchinhas e práticas boêmias em desafio aos costumes familiares. Mesmo paisagens tidas como originárias, como a praça, a Igreja e o Colégio Tiradentes, passaram por acalorados processos de transformação e debates sobre alterações e funções urbanas. Com isso não se pretende enaltecer ou defender uma quebra constante dos parâmetros tradicionais de cada contexto, mas sim entender que eles são dinâmicos e que a estabilidade se dá apenas com algum distanciamento e sob determinada narrativa teleológica. Desse ponto de vista, é a própria mudança que possibilita a sua conservação, tendo a tradição permanecendo como valor, mas também como algo que muda.

A questão da tradição, em sua relação com o provincianismo, sempre aparece como um incômodo à intelectualidade mineira desde as primeiras décadas do século XX, inclusive para aqueles escritores tidos posteriormente como canônicos da tradição literária da cidade, como Carlos Drummond de Andrade e Pedro Nava. A pena de Antônio Crispim, pseudônimo do poeta mineiro de Itabira, não perdoava a tradição dos bailes belorizontinos da década de 1930: “O tédio, escorrendo pelas paredes como um visgo impalpável [...]” (ANDRADE apud VEIGA, 2015, p. 55).

Se o tropo da amizade aparece como um valor de fato enaltecido em diferentes gerações de escritores e artistas mineiros, como no Clube da Esquina (MARTINS, 2009), o

distanciamento de Belo Horizonte da modernidade praticada sobretudo no Rio de Janeiro, e posteriormente em São Paulo, gerava desagravo e decepção desde as primeiras gerações de escritores da capital mineira, seja por uma modernidade incompleta ou pelo moralismo que assombrava a elite política da cidade¹⁸. Em perspectiva mais ampla, a oposição de tradição e cosmopolitismo também pode resvalar em patriotismos, nacionalismos e regionalismos que agem na oposição da defesa de valores de solidariedade e progressismo (NUSSBAUM, 2007).

Como nos alerta Hannah Arendt, a defesa incontestada da tradição também pode ser a porta de entrada do autoritarismo. A partir de uma ideia de fundação, compõe-se, segundo ela, uma tríade romana de religião, autoridade e tradição. “A força dessa tríade repousa na eficácia coercitiva de um início autoritário ao qual liames ‘religiosos’ reatam os homens através da tradição.” (ARENDT, 2016, p. 129) Ainda assim, tradição¹⁹ não seria sinônimo de autoridade. Voltando a uma ideia fundadora, Arendt identifica uma oposição entre os gregos, que buscavam na grandeza de certos eventos algo digno de ser recordado, e os romanos, que concebiam a História como repertório de exemplos morais e políticos acumulados e repassados enquanto autoridade. Arendt vê a tradição hebraico-cristã rejeitando ambas em prol de um tempo retilíneo de providência divina (p. 61). A modernidade, no entanto, coloca em questionamento toda ideia de autoridade e tradição, mesmo que a reivindique arbitrariamente.

Com a perda da tradição, perdemos o fio que nos guiou com segurança através dos vastos domínios do passado; [...] Estamos ameaçados de esquecimento, e um tal olvido – pondo inteiramente de parte os conteúdos que se poderiam perder – significaria que, humanamente falando, nos teríamos privado de uma dimensão, a dimensão de profundidade na existência humana. Pois memória e profundidade são o mesmo, ou antes, a profundidade não pode ser alcançada pelo homem a não ser através da recordação. (p. 79-80).

Por outro lado, para a autora, essa perda inegável da tradição no mundo moderno não pode ser entendida como uma perda do passado. Indo ao encontro de uma discussão negligenciada, questionar a tradição pode ser uma forma de reencontrá-la em seu valor do que seria inegociável perder enquanto dignidade humana e direito à memória para construção do presente e futuro.

Como já amplamente exposto por autores diversos (JEUDY, 2005; LEITE, 2004; GONÇALVES, 1996), a ideia de preservação como elemento central para a transmissão cultural

¹⁸ Ver “Lendas e tradições brasileiras”, de Afonso Arinos (1917).

¹⁹ A ruptura do equilíbrio entre passado e futuro na vida presente foi analisada por inúmeros autores de campos diversos do conhecimento, sobretudo historiadores, como Hartog (2014), Hobsbawm (1998), Koselleck (2006) e Nora (2013).

e permanências de práticas e edificações carrega problemas sobretudo quanto a uma aura da perda, algo que ignora a própria lógica da tradição enquanto transmissão viva. No entanto, podemos olhar para a “preservação” não como um congelamento necessário por valores estéticos e morais, mas sim como garantia de condições para que essa tradição siga um processo de existência, também sob os signos da reinvenção, adaptações e diálogos com processos contemporâneos. Uma preservação que confronte o abuso destrutivo do capital imobiliário e especulativo e que igualmente possibilite o devir de mudanças dentro das lógicas forjadas nessas práticas, paisagens culturais e sonoras.

Belo Horizonte é uma cidade desejada e projetada discursivamente como moderna, a partir das coordenadas de um tempo republicano, na racionalização de ruas projetadas, no intuito de modernização de processos viários, de gestão urbana e hídrica, de ares artísticos e de literatura de vanguarda em seus cafés e bares noturnos. Ainda que as contradições dessa aura moderna já tenham sido levantadas (DUTRA, 1996), pesa sobre a curta história da cidade e de seus horizontes possíveis esse filtro moderno recorrentemente acionado. E tal projeto, sob aspectos diversos, pode ser visto como incompleto ou mesmo fracassado. Não que a capital mineira seja alguma exceção indigna, somando-se às metrópoles em que a pobreza se espalha, a desigualdade se multiplica sob concentração de renda, com ausência de políticas de moradia, qualidade de vida, de circulação viária e ambiental, com seus rios tamponados, e de um projeto emancipador através das artes.

O projeto modernista de forma ampla e internacional, tido como fracassado, é criticado duramente por Bruno Latour, que o considera baseado em oposições dualistas e purificadas, numa dicotomia estanque e fixada de antemão (CARDOSO, SANTAELLA, 2020, 141), opondo homem e natureza, objetividade e subjetividade. Esse esquematismo deixaria de lado exatamente as possibilidades de hibridismo. Nesse sentido, como demonstra Cardoso e Santaella (2020), o objetivo de Latour não reside em refutar tal projeto, mas em mostrar suas lacunas e possibilidades de expansão, sobretudo contra dualismos *a priori*. Como saída para os cientificismos e discursos redentores, a atenção deveria estar voltada aos fenômenos híbridos, às misturas. É nesse caminho que se revela essencial a mediação e o papel de mediadores, como sendo “aqueles que levam outros a agir e produzem diferenças” (p. 142), relevantes para o agenciamento necessário à rede. Num processo de delegação, a ação de novos atores modifica fronteiras historicamente construídas (p. 143), sendo toda ação correlacionada e mutuamente influente.

Essa perspectiva do pensador francês não se aplica propriamente e não se detém sobre as cidades, ao patrimônio e ao urbanismo, mas pode ser de certa forma estendida a ela, assim como na ideia de mediação. A cidade está o tempo todo produzindo misturas, podendo mesmo ser vista como um híbrido por excelência, das megalomaniás às ruínas que produz, a despeito das críticas possíveis à semântica deste termo²⁰. A separação estanque de elementos e tendências tente a ser um caminho inócuo. A cidade e o bairro como agenciamento produzem híbridos e se modificam o tempo todo, de forma mais visível em suas fronteiras, como argumentamos. Contra o essencialismo modernista, seria preciso se atentar às existências, aos deslizamentos, deslocamentos e incertezas.

A crítica de nossa tese à visão de Santa Tereza como bairro “parado no tempo”, distante do desenvolvimento urbano, aqui se complementa a partir desse questionamento do modernismo como projeto de vencedores e contraponto ao arcaico. Neste projeto, o que não sucumbe ao “progresso”, ao desenvolvimento em vias de verticalização, é visto como arcaico, mesmo para aqueles – ou sobretudo – que se encantam com os rastros de temporalidades diversas que circulam por tal território. O híbrido, território de fronteiras e misturas, é o próprio modernismo, em sua impossibilidade de completude e coerência. Na defesa do bairro antigo e cultural, acaba-se por se excluir, discursivamente e na reprodução visual e sonora, os híbridos e mediações que estão na própria sustentação dessa possibilidade de território algo utópico frente ao desmoronamento de expectativas do porvir das cidades. É nesse sentido que a obra “Culturas Híbridas”, de Néstor García Canclini (1997), mantém-se atual por sua profundidade de análise estética e política nas artes e experiências sociais na América Latina.

O espaço urbano constitui dessa forma inúmeras mediações, entre o público e privado, entre o sujeito e as materialidades, entre passado e presente. A noção de mediação, cujo escopo atravessa todo o século XX no debate de compreensão e ampliação da figura dos intelectuais, encontra em autores como Latour uma abertura de possibilidades de investigação no campo do social, das formas associativas e, por consequência, das possibilidades de entendimento da dinâmica urbana e, particularmente em nosso caso, da ação na cidade e junto ao patrimônio.

A mediação no pensamento de Latour, como analisa Santaella (2020, p. 149) é “um agenciamento que altera a própria rede [...] agita fronteiras, deforma os agrupamentos e as hierarquias.” É uma força transformadora da rede, trazendo plasticidade a esta, segundo a autora. Ela surge como uma “atividade de fundo”, escanteada pelo projeto modernista. A mediação, ancorada na impossibilidade de essências estabilizadoras, age a partir da dinâmica

²⁰ Ver Meneses (2020).

dos coletivos, da mistura dos híbridos, da heterogeneidade, a partir das existências e interações dos actantes (p. 158) – conceito que relaciona sujeito e igualmente o agenciamento dos objetos, não separados dos humanos de forma estanque. Mais do que uma teoria social, Latour busca refundá-la a partir das associações (p. 160), com papel decisivo dos actantes. Toda ação, assim, é coinfluência, coindução (p. 161).

A mediação sempre transforma a rede, com espaço ao inesperado (p. 162), de forma dinâmica, sem que exista um efeito esperado. Por sua vez, o agenciamento, também presente em Deleuze e Guattari, dá-se pela atualização incessante. A que se atentar, assim, para as sutis dinâmicas de mediação, que não permitem predeterminismos, sendo o social resultado das interações. “Ao invés de apenas determinar consequentes, os eventos sociais que mais interessam a Latour parecem adaptar ou condicionar (no sentido de alterar as condições anteriores) o contexto para o surgimento de novos eventos” (p. 167).

Toda essa ótica nos ajuda tanto a ler a dinâmica urbana como coindução e apropriação incessante (incluindo processos dominantes) quanto diferenciar ações culturais que trabalham no âmbito da memória e de identidades compartilhadas. Esse viés nos auxilia neste e nos próximos capítulos na análise da história urbana de Santa Tereza, das práticas e lugares de tradição no bairro e de ações investigadas, como o projeto de pianos de Gabriel Guedes executado em 2013. Espaços como mercearias e a circulação cultural do Clube da Esquina no bairro, ainda que projetem uma identidade de tradição estanque para alguns, dão-se exatamente por uma capacidade de mediação através de híbridos. Como nossa pesquisa percebe, o próprio patrimônio edificado se reproduz como mediação e agenciamento, na experiência cotidiana de moradores, visitantes, na conversa de porta de rua, na decoração das fachadas, no uso do passado em produções artísticas, nas redes, no uso dessa identidade por estabelecimentos. Santa Tereza é, por fim, a própria ideia de mediação e hibridismo.

FIGURA 7 - Casa antiga ex-sede de projeto social e cultural no bairro



Fonte: Foto do autor, ago/2022.

1.4. A Santa Tereza preservada frente à região leste e cidade metropolitana

Ao incorporar a perspectiva da mediação, de fronteiras, podemos, portanto, melhor compreender questões relacionadas ao patrimônio, cotidiano e história urbana de nosso bairro em questão, ainda que modificações na paisagem urbana tenham sido a tônica da capital mineira desde a década de 1930 com impactos na sociabilidade, sobretudo no centro (VEIGA, 2015), Santa Tereza não passou por perdas de edificações, ao menos em conjunto, que ameaçassem uma ideia de tradição. Uma análise da arquitetura contemporânea do bairro indica exemplares de edificações de diferentes épocas, incluindo imóveis das duas primeiras décadas do século XX, além de casas em estilo *art deco* dos anos 1930 e 1940 e moradias de inspiração moderna dos anos 1950, bem como de predinhos construídos a partir desta década.

FIGURA 8 - Vista de arquiteturas de fases distintas no bairro



Fonte: Foto do autor, ago/2021.

É a partir da segunda metade do século XX que a busca por maior aproveitamento coloca uma verticalização, com prédios de pequeno porte, em evidência, mas mesmo estes com uma perspectiva de moradia ainda integrada ao bairro. Nos anos 1970 e 1980, no entanto, verifica-se uma virada, com a especulação imobiliária e verticalização da cidade de forma acelerada. Uma tradição que se reinventava ali era posta definitivamente em risco enquanto paisagem — não pela diversificação, mas pela homogeneização das novas construções que poderiam arrasar qualquer ideia de passado edificado, como ocorreu em outros bairros.

FIGURA 9 - Vista da Igreja de Santa Tereza e parte do bairro



Fonte: Foto do autor, ago/2021.

A mobilização, em seus contornos amplos, e a legislação específica conquistada são muito bem relatadas por diversos autores (COSTA, 2022; ALMEIDA et al, 2016 CHAGAS, 2013) e registros. Santa Tereza presenciava uma verticalização por novos prédios de maior altimetria, soterrando uma qualidade de vida conquistada ao longo de décadas. Essas ameaças de descaracterização aguda eram ampliadas no texto original do novo Plano Diretor, mas Santa Tereza, no entanto, diferenciou-se ao ser considerada uma Área de Diretrizes Especiais em 1996, impedindo tal verticalização. O papel de associações de bairro, como o Salve Santa Tereza, nascentes ali, foi decisivo, assim como o envolvimento de entidades e sujeitos de diferentes localidades.

Marilton Borges teve papel central nas questões relacionadas à conquista da ADE em 1996. Presidente da Associação de Moradores do bairro à época, recorda-se da explosão de empreendimentos imobiliários por toda cidade. A ofensiva imobiliária naquele momento, num contexto de debate do Plano Diretor de Belo Horizonte, colocava em risco modos de vida e paisagem compartilhadas no território. Em depoimento à pesquisa, conta ter percorrido gabinetes de políticos e empresários para discutir a necessidade de preservação, porém sempre ouvindo que aquela “resistência ao progresso” traria prejuízos econômicos e turísticos ao bairro. “Cheguei a ser hostilizado e a receber propostas indecorosas. Hoje a gente vê que valeu a pena.

Todos querem visitar e estar em Santa Tereza exatamente pelo que ela preservou”, relembra. As entrevistas de história de vida, trazendo elementos da trajetória pessoal de forma intercalada a aspectos profissionais e comunitários, permitem ampliar a perspectiva sobre fatos e momentos históricos com contrapontos e fissuras às narrativas mais sedimentadas sobre patrimônio e história.

Num momento visto como fundante no pilar da tradição de comunitarismo enquanto ativismo de defesa do bairro frente à ofensiva imobiliária e à vulnerabilidade de aparatos legais de proteção, sendo um momento recorrentemente reativado nas disputas das décadas seguintes, esse contexto da aprovação da Área de Diretrizes Especiais sempre se abre ao entendimento dos sujeitos diversos que o compuseram, assim como comparações com o próprio desenvolvimento metropolitano da capital.

Como resultado do Movimento Salve Santa Tereza, a Câmara Municipal acabou por aprovar o artigo 83 da Lei 7.166/96 de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, que transformou o bairro Santa Tereza em uma ADE (Área de Diretrizes Especiais), a fim de evitar as transformações que adviriam da especulação imobiliária. Segundo entrevistas realizadas por Westin (1998) junto à população do bairro, em um momento imediatamente posterior à aprovação desta Lei, depreende-se das falas a consciência da diferença do Santa Tereza em relação às outras regiões da cidade, definidas como o contra-modelo do espaço ideal para se viver, marcadas, principalmente, pela impossibilidade do encontro. Muito frequentemente, os moradores expressaram a preocupação em não fazer do Santa Tereza “uma outra Savassi”, ou um local “sem personalidade”. (SOUZA, CAJAZEIRO, 2011, p. 96).

A garantia da paisagem de Santa Tereza vai ao encontro de uma série de ações patrimoniais em Belo Horizonte ao longo da década de 1990, com tombamentos de conjuntos urbanos pela administração do patrimônio estadual (VEIGA, 2015). A ADE representou uma inversão de usos, em prol do residencial, freando a verticalização. Nesse sentido é possível pensar em Santa Tereza a partir de suas trocas e assimetrias com relação à região metropolitana. Bairro de forte identidade com as origens históricas de Belo Horizonte em torno da Estação Central (ARREGUY, RIBEIRO, 2008), a Floresta galgou destino diferente nesse contexto, escolhendo a valia fundiária, em prol de uma dinâmica imobiliária com grande força nos debates daquele momento.

Para nosso intuito de comparação com a Floresta, Veloso (2020) clareia o contexto patrimonial do também bairro da região Leste, que contou com participação fundamental de associação, no caso a Amaflor – Associação dos Moradores da Floresta. O tombamento do conjunto da Floresta pelo CDPCMBH em 1996 representou a proteção, atualmente, de 137 imóveis. Com graus variados de inventariação das edificações, à diferença de Santa Tereza, na Floresta foi delimitada uma área específica para se frear a verticalização. Como a autora

recupera a partir de entrevista com a diretora de Patrimônio Cultural de Belo Horizonte à época, Françoise Souza, a área próxima ao Sagrada Família foi propositalmente excluída, cedida como moeda de troca às pressões imobiliárias. Ao analisar especificamente essa microárea, Veloso identifica que cerca de 60% dos apartamentos ali foram construídos a partir de 1997 e os outros 40% ao longo de seis décadas anteriores, confirmando a realocação imobiliária ali.

Veloso também analisa dados do bairro de Santa Tereza. Segundo levantamento da autora a partir de dados de IPTU da Prefeitura de Belo Horizonte, chama atenção a queda abrupta de apartamentos construídos nos anos 1990 (992), ainda no *timing* da entrega de imóveis iniciada antes da nova legislação, para os anos 2000 (581) e de 2010 a 2017 (309), mostrando o impacto da ADE sobre o mercado imobiliário ali, ainda que muitas casas tenham sido demolidas.

FIGURA 10 - Tabela de número de apartamentos construídos no bairro por década

Tabela 10 - Apartamentos construídos em Santa Tereza

Período	Até 1949	1950/59	1960/69	1970/79	1980/89	1990/99	2000/09	2010/17
N de Aptos	10	9	104	647	729	992	581	309

Fonte: Elaborada pela autora, a partir de dados da PBH (2017).

Fonte: VELOSO (2020).

Bairro mais populoso e um dos maiores da cidade, o Sagrada Família também traz elementos importantes a serem observados. Sem contar com ferramentas de proteção em conjunto, Veloso lembra que tal território conseguiu preservar exemplares de construções antigas, com estabilidade mesmo durante o *boom* de verticalização. Mas ao contrário de Santa Tereza e Floresta, tal bairro vivenciou uma verticalização acelerada a partir dos anos 2000, mostrando a carência de legislações de proteção, seja amplo, como em Santa Tereza, ou parcial, como na Floresta.

Para a autora, o Conjunto Urbano Bairro Floresta contribuiu para a manutenção da paisagem construída do bairro, conservando edificações pelo tombamento e freando a verticalização por prédios multifamiliares. Com uma “manutenção do padrão de construção do estoque imobiliário do bairro”, observa-se como resultado de tais políticas uma renovada atração do bairro por grupos médios, ainda que passe por uma questão de “gentrificação cultural”. O processo de tombamento realizado no bairro Floresta também envolveu polêmica

e disputas entre moradores, comerciantes e investidores. Hoje, segundo Veloso, é vista como área “estável”.

[...] A questão do patrimônio tombado no bairro apresenta acomodação e estabilidade, funcionando como fator de atração de novos moradores e de atividades comerciais. Seja pela localização central da Floresta, pela vida social de espaços urbanos centenários e/ou porque o histórico e o antigo são apreciados, o bairro desperta o interesse de novos grupos, tanto de moradores quanto de investidores e consumidores de bens e serviços, engendrando um processo incipiente de gentrificação simbólica do bairro. A Floresta se constitui como um bem cultural da cidade via criação do Conjunto Urbano, onde mudanças e permanências convivem num espaço urbano de valor patrimonial. (VELOSO, 2020, p. 2015).

Fatores apontados pela autora que conferem ar de região interiorana e tradicional criam uma atração a parcelas diversas da população, incluindo o papel do patrimônio cultural do conjunto, com mais de uma centena de imóveis tombados. Por outro lado, Veloso (2020) cita que essa permanência de imóveis antigos tem grande uso com ocupação por parte de clínicas e escritórios. Em comparação a nosso objeto de estudo, é algo que se verifica em Santa Tereza também, porém não de forma tão acentuada, com maior uso unifamiliar nesta. Isso implica em dinâmicas diferentes da inserção das casas nos processos de segurança, vigilância comunitária e redes de solidariedade em períodos diferentes do dia. Em Santa Tereza verifica-se um diálogo social, ainda que cercado de conflitos, entre comércios com usos em diferentes turnos, incluindo bares, e moradias em casas e pequenos prédios, enquanto a Floresta apresenta um esvaziamento de sociabilidade a partir do entardecer.

Apesar de não impedir a substituição de casas antigas por prédios com altimetria autorizada, a ADE de Santa Tereza cumpriu papel de ferramenta patrimonial na defesa em conjunto, impondo alguma perspectiva de “congelamento” da paisagem. Importante também ter em mente que existem diferentes tipos de ADE, com zoneamentos que permitem ou não a presença de comércios e área construída para estes²¹. A Lei de Uso e Ocupação do Solo, de 1996, também tem papel preponderante neste contexto. As legislações urbanas, sempre em disputa, constituídas nessa época, estabelecem ferramentas de suma importância para o que se deu posteriormente. Destaca-se naquele momento também a abertura a uma inédita participação popular (JACOBI, TEIXEIRA, 1996) nos rumos das políticas urbanas na cidade, sob a prefeitura de Patrus Ananias (PT), a partir da pavimentação de avanços da Constituição Cidadã e do Estatuto da Cidade de 1988.

²¹ Ver Ticle (2016).

Outro ponto que não podemos perder de mente são as movimentações em torno do centenário de Belo Horizonte, celebrado em 1997. Os anos anteriores foram marcados por um desejo de pensar a cidade em retrospectiva histórica e como forma de clarear caminhos desejados, mais inclusivos e democráticos. Esse contexto mobilizou o poder público, o meio cultural da cidade e a produção acadêmica de pesquisa sobre a história da cidade.

Mais do que nunca é chegada a hora de nos defrontarmos, à luz do nosso presente, com o plano urbanístico e político dos construtores da cidade para compreender em que condições a cidade nasceu, como ela se transformou, o que ela se tornou; para avaliar o que ficou do seu passado no nosso presente - e o que temos feito com esse passado — e, nesse balanço, projetarmos perspectivas de futuro. (DUTRA, 1996, p. 5)

Em Santa Tereza, a ADE cumpriu à época do centenário de Belo Horizonte papel preponderante para conter a verticalização, mas não necessariamente a perda de exemplares de arquitetura antiga, como dito, uma vez que dependiam de tombamentos individualizados. Quase duas décadas depois, um novo arcabouço, dessa vez especificamente referente ao patrimônio, buscou desenhar novas garantias de manutenção de paisagens no bairro. No dia 9 de março de 2015, o bairro de Santa Tereza foi tombado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH). Com tal prerrogativa, impede-se a sobreposição de iniciativas como as Operações Urbanas Consorciadas e reconhecem-se os elementos culturais e sociais do bairro, responsáveis tanto pela manutenção de características urbanas atípicas nas grandes cidades quanto pela canalização de esforços em sua defesa.

No interior das cidades modernas emergem alguns territórios que conformam padrões sócio espaciais muito próprios. São lugares que se afirmam pela diferença ou oposição às imposições rígidas da vida urbana — tão marcada pelas determinações dos valores de troca — caracterizando-se como exemplos de resistência ao processo mais amplo de transformação das cidades [...]. (DOM - BELO HORIZONTE, 2015, s/p)

A salvaguarda do conjunto urbanístico, reconhecendo a *paisagem cultural*, listava, por sua vez, 288 imóveis a serem tombados individualmente. Apesar da aprovação da maior parcela dos moradores, com reclamações pontuais, passados quatro anos apenas 18 casas haviam cumprido o trâmite, em virtude da não adequação a exigências de manutenção ou mesmo por falta de informações da Prefeitura no processo²². No ano anterior ao tombamento do bairro,

²² DAMÁZIO, Malú. Só 6% dos 288 imóveis históricos de Santa Tereza foram tombados. Hoje em Dia, Belo Horizonte, 18, mar. 2019. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/s%C3%B3-6-dos-288-im%C3%B3veis-hist%C3%B3ricos-de-santa-tereza-foram-tombados-1.701534>>. Acesso em: 15, fev. 2020.

Santa Tereza também vivia um descompasso entre o desejo da população de tomar suas ruas na retomada do carnaval em eclosão por toda cidade e uma desaprovação parcial dos moradores da região, exigindo restrições aos festejos²³.

Necessária em certa medida para o enfrentamento das ofensivas do mercado imobiliário, a retórica de singularidade e unicidade do bairro, no entanto, confronta-se com observações iniciais de episódios cotidianos e políticos. A recorrente imagem de um local de características interioranas “opondo-se ao modo de vida moderno”, cujos moradores compartilham “de um mesmo sentimento de pertencimento”, mesmo representando certo imaginário em diálogo com o cotidiano, parece não dar conta da complexidade urbana e seus desafios e conflitos, podendo levar à fragilização e incompletude das próprias políticas de patrimônio. Enquanto o bairro emana uma valorização cultural e histórica, nota-se também conservadorismo e mesmo resistência de parte dos moradores em encampar tal discurso, expondo conflitos e divergências num território plural.

As políticas de patrimônio e o senso comum recorrentemente acionam uma comparação do bairro antigo com uma arquetípica cidade do interior. Naturalmente existem pontes, como essa permanência de grandes lotes e edificações antigas. Mas ela se desmente na relação de abastecimento, funcionalidade e sobretudo pela forte interação e interdependência com o restante da cidade. A recorrente metáfora, num imaginário urbano, é falha para entender essa dinâmica das calçadas de um bairro como Santa Tereza. A projeção de um cotidiano tranquilo, previsível, controlável, atrelado a específicos segmentos econômicos e ao contato sobretudo pessoal e familiar pouco corresponde a uma cidade do porte de Belo Horizonte. A comparação se ampara igualmente no mito de se considerar um bairro como autônomo, no caso de Santa Tereza, numa oposição ao restante da cidade. “Devemos refutar qualquer modelo que encare os bairros como unidades autossuficientes ou introvertidas” (JACOBS, 2011, p 125). Das praças aos estabelecimentos diurnos e noturnos, o valor desta territorialidade reside justamente em estar voltado a toda cidade, desfrutando das possibilidades que são estimuladas a partir disso.

Por sua vez, o patrimônio cultural que se mantém de pé no bairro cumpre diversas funções, sendo uma delas o vínculo visual de pertencimento a uma tradição em continuidade e o orgulho de uma identidade compartilhada (SOUZA, CAJAZEIRO, 2011). A memória coletiva constituída a partir e através do patrimônio torna-se o substrato fundamental atribuído

²³Ver MORADORES de Santa Tereza estão preocupados com festas do carnaval. G1, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2014/02/moradores-do-santa-tereza-estao-preocupados-com-festas-de-carnaval.html>>. Acesso em: 05, fev. 2020.

aos bens e aos valores de grupos sociais, como expõe Meneses (*in* MAUAD, 2016, p.71). O autor, no entanto, chama a atenção para o caráter aurático envolvido nessa busca por uma autenticidade original, ainda que nas últimas décadas se perceba certo esforço por expandir os sujeitos e as práticas antes desconsideradas neste processo. Recorrendo a Pollak, podemos pontuar a identificação de um “comum” estabelecendo coesão social e pertencimento, mas também reforçando fronteiras sócio-culturais e oposições irredutíveis (POLLAK, 1989, p. 9), algo também colocado por Tonucci e Cruz (2019, p. 496). Nesse sentido, seria mais interessante substituir a homogeneidade da comunidade, por vezes exclusivista, pela renegociação permanente de arranjos para essas diferenças de identidade, com abertura, fluidez e porosidade à diferença do outro.

O patrimônio edificado carrega um marcador de diferenciação de dada cultura e coletividade no tempo. É notório, entretanto, a imposição de uma ideia da “perda” (GONÇALVES, 1996), que se agarra à não degradação e se esquia do processual, na construção de lugares vivos de memória. Para tal, Meneses argumenta que se deve atentar não só ao caráter diacrônico da transmissão, mas ao sincrônico da recepção, fugindo de uma matriz arquetípica vinda do passado, em busca de sua recepção vivencial e *experencial* no presente, com valores herdados, mas transformados, numa linguagem viva.²⁴

Como linguagem, é viva, ganha as ruas e só pode ser entendida como dinâmica de mudanças; como somatória de construções narrativas, que se explicitam em conhecimentos novos e como história de si. São variados os suportes desta linguagem. (MENESES, 2016, p. 73)

A conquista de uma paisagem patrimonial preservada e a efetivação disso em discursos na esfera pública e artística fazem com que naturalmente se amplifique a sensação de pertencimento latente por parte da população. Por outro lado, acaba-se criando um contraponto falacioso, de relíquia resguardada frente a rompimento desenfreado em outras localidades. Nessa lógica, estas teriam sucumbido, sem gerar defesas amplas como em Santa Tereza, por um acúmulo menor de experiências sociais relevantes? Bairros da mesma região leste e central, como Lagoinha e Pompéia, desmentem isso em alguma medida²⁵, mostrando que esse

²⁴ Em texto sobre turismo, Meneses reivindica a necessidade de atenção ao cotidiano do patrimônio e da experiência histórico-cultural, porém não como curiosidade, mas sim como experiência de uma dinâmica temporal que incorpora a existência de grupos sociais construtores dessa história, trazendo no presente questões ao entendimento do objeto (MENESES, 2004, p. 20).

²⁵ Ver coleção BH A Cidade de Cada Um (Editora Conceito), com mais de trinta títulos lançados sobre bairros da capital mineira.

pertencimento existe, porém, não alcançando condições propícias de manutenção e visibilidade. O distanciamento destes locais da política patrimonial, a nosso ver, está vinculado a aspectos amplos como viabilidade econômica e construção de um pertencimento social e cultural para além dos moradores, num diálogo com sujeitos de diferentes localidades e esferas de atuação. O caráter de identidade cultural pesa como vetor para preservação das paisagens, que porém não se isola de seus sujeitos em usos distintos do patrimônio cotidianamente.

Não apenas Santa Tereza, mas a Zona Leste como um todo representa um imaginário de cidade específico dentro de Belo Horizonte. Apesar da imensa diversidade dos 51 bairros que a compõem, ela representa certa ideia de tradição, com edificações, preservadas ou não, visíveis no cenário urbano, com uma rede de comunitária estabelecida através de vínculos diversos, como o religioso e a boemia, com espaços de tradição constituídos em praças, clubes e bingos. Numa afirmação de uma cidade desejada, é comum a valorização de ser morador da Zona Leste, algo espelhado em adesivos afixados em janelas, bicicletas e postagens nas redes sociais. Não apenas comércios antigos, como novos estabelecimentos instalados em edificações antigas, passam a desfrutar desse capital cultural, atraindo um público específico nos bairros, sobretudo, de Santa Tereza, Floresta, Santa Efigênia, Sagrada Família e, mais recentemente, Saudade. Sem desconsiderar trajetórias urbanas e referenciais simbólicos constituídos em bairros como Carlos Prates, Padre Eustáquio, Renascença e Concórdia, talvez somente a Pampulha, com todo seu imaginário e alguma integração vinculada à lagoa da Pampulha, possua um grau de valorização comunitária no mesmo sentido que a região Leste. Outras regiões, como a Sul, desfrutam de um capital cultural e social, ligado a entretenimento e diferencial social, mas em aspectos que não tangem a identificação e projeção daquelas duas regiões enquanto pertencimento comunitário.

1.5 Casas antigas, dinâmica urbana, pertencimento e diversidade

Casas antigas, seus ornamentos, varandas e quintais agem como um portal ao passado da cidade. A memória circula pelas fachadas e essa *métis* transforma o lugar rapidamente num espaço atravessado por outras temporalidades. Santa Tereza assim, como suas dezenas de casarios remanescentes da arquitetura inaugural da cidade, do *art deco*, do eclético e do moderno, expande-se numa experiência de mergulho histórico, em técnicas de construção e possibilidades de morar. Guardando tempos diversos nas materialidades, as linhas de azulejos hidráulicos e de ornamentos e gradis criam uma tatuagem urbana, uma “presença discreta e

feminina na cidade, impressa em luz: rendas de sombra e luz nas calçadas, nas paredes e no assoalho” (GOULART, 2014, p. 9).

Esses ornamentos e padronagens em chãos e paredes, segundo lembra a pesquisadora Fernanda Goulart, multiplicam um incessante desejo de ocupação estética do espaço, mas também de afeto. Afeto este que se destina aos proprietários, no bem-estar do habitar, mas também ao olhar do outro. A linha desses ornamentos, assim, “é, sobretudo, metáfora da fronteira, mas pontilhada, porosa, entre a Arte e a Arquitetura” (GOULART, 2014, p. 11). E aqui dizemos nós, entre o público e o privado, entre os sujeitos e outros tempos, numa constante mediação, como já discutimos.

Numa pesquisa de campo, pela rua Ângelo Rabelo, vivenciamos isso claramente. A própria existência da casa estimula a moradora a narrar frente a olhares de fascínio do pesquisador e alunos a história das gerações ocupantes do imóvel, transformações dos quarteirões do entorno nas últimas décadas e brincadeiras na infância de crianças na década de 1960. Enquanto isso, os ornamentos da porta possibilitam uma poesia e uma comunicação visual e sonora com a mãe da moradora, já idosa e de cadeira de rodas. Um atravessamento afetivo através da estética das casas.

FIGURA 11 - Varanda de casa à rua Ângelo Rabelo



Fonte: Foto do autor, jun/2023.

As casas enquanto mediação e fronteira nos abrem o olhar à função ativa e dinâmica de comunicação que estabelecem com a cidade e passantes, para além dos traços arquitetônicos. Logo que o caminhante adentra a praça, pela rua Mármore, impõe-se à visão, do lado direito, um vistoso edifício de dois andares, já sede de famosos clubes de gafeira. Porém o que chama atenção é uma casa ao lado - não só pelo simpático alpendre recolhido por detrás da grade, mas exatamente por esta, adornada de crochês em motivos geométricos de cores primárias e fitas coloridas. Uma placa, com a inscrição Mercado das Pulgas, convida o passante a adentrar o quintal convertido em bazar por detrás da residência. Mais à frente na mesma via, quando a paisagem já cede a uma imagem genérica de comércio variados, uma casa tombada pelo patrimônio municipal, espremida entre um supermercado e uma loja de roupas, arranca sorrisos dos passantes. O que desperta a atenção ali é a presença carismática de um senhor de fartos bigodes por sobre o pequeno muro e seus cachorros entre as pilastras, como se fossem parte inegociável daquele cenário.

Caminhando para nossa observação dos pilares de sustentação da identidade cultural do bairro, as fachadas de casas antigas e tombadas pelo patrimônio indicam grau de preservação imediata de um passado reconhecível, de uma memória de cidade que chega até nós. Por outro lado, a paisagem urbana formada por edificações mais recentes não pode ser desprezada na

análise de uma comunicação visual ativa para a rua e para a construção de um espaço público – mesmo que sem o encanto dos alpendres e janelas ornadas. Mesmo de fachadas algo hostis também se vê um diálogo com a rua através de elementos como plantas, decorações e usos informais das residências, que por vezes se convertem em lanchonetes, bares e igrejas. Uma comunicação ativa, deixa rastros dessas diferentes temporalidades e usos. Eles atravessam uma edificação e o conjunto delas.

Esses rastros de ocupação indicam importante grau de dinamismo dessa paisagem social no presente. Casas e pequenos prédios, dessa forma, adquirem um caráter vivo, capilarizado entre o privado e o público, em que um se mostra tão importante quanto o outro. Tal paisagem, que coexiste com o protagonismo dos automóveis e da cidade-passagem em degradação, não deixa de exprimir outros desejos de cidades latentes e mesmo os pequenos ofícios ofertados informalmente nas casas, como costura, jardinagem e venda de salgados.

FIGURA 12 - Casa com oferta de serviço de costura



Fonte: Foto do autor, jun/2023.

Assim, mesmo os prédios e pequenos galpões, apesar de serem reflexo de um período de perda de construções antigas, não são elementos alheios a essa rede. Pelo contrário, agem igualmente nessa trama, num fluxo adaptativo de edificações de arquitetura fria e funcional à dinâmica quente do bairro. Jacobs (2011) destaca a importância de edificações de diferentes

idades para a vitalidade urbano, pelo fato de diversificarem os usos em diálogo com a rua, do residencial ao comercial, empresarial e pequenas lojinhas. No caso de Santa Tereza, a presença dos “predinhos” de três andares, por mais que remetam à derrubada das edificações antigas, cumprem hoje importante papel na segurança, pois trazem um fluxo maior de moradores num único local, aumentando os “olhos da rua” e sem cortar totalmente o diálogo visual e afetivo entre moradia e espaço público, por suas características arquitetônicas, frente à impessoalidade dos arranha-céus.

FIGURA 13 - Predinho ao lado de casa à rua Itacolomito



Fonte: Foto do autor, ago/2023.

A construção de pequenos prédios na década de 1960 representa um papel importante na dinâmica do bairro, sobretudo no entorno da praça. Quase todos trazem apartamentos residenciais na parte superior, com até três ou quatro andares, e pequenos comércios na parte inferior, num diálogo entre o domiciliar e o comercial numa única edificação. No entanto, caso não tivesse sido conquistada a legislação que impede prédios maiores no bairro, provavelmente mesmo essas edificações perderiam lugar na paisagem de Santa Tereza, cedendo espaço a outras de maior envergadura, sem essa função que cumprem para o bairro. Por sua vez, algumas casas

não tombadas, construídas sobretudo entre as décadas de 1940 e 1960, trazem arquitetura de varandas suspensas sobre garagens, utilizadas no carnaval como camarotes para desfrutar visual e sonoramente dos blocos nas ruas de Santa Tereza.

FIGURA 14 - Casas de varanda suspensa no bairro



Fonte: Foto do autor, jun/2023.

Em um bairro com exemplares de arquitetura de diferentes períodos, muitos deles tombados pelo patrimônio, mas também com uma economia diversificada de classe média, são muitos os pequenos comércio que ocupam casas antigas, sobretudo na praça Duque de Caxias, no entorno desta e também em vias de acesso como as ruas Hermilo Alves e Salinas. Estes espaços, sobretudo os de funcionamento matutino e diurno, nem sempre emanam aspectos evidentes ligados ao patrimônio cultural, ainda que sejam tombados. São edificações visualmente caóticas, com excesso de produtos na parte externa, pinturas irregulares e descascadas. Pela variedade de produtos e suposta desorganização, demora-se a entender o perfil do comércio. Este, estética e comercialmente, não costuma seguir uma leitura de parâmetros do bairro atrativos culturalmente, que tragam status e agreguem capital cultural. A lógica se dá no cotidiano das vendas e na trajetória dos proprietários, que agregam decorações e estilos de forma casual e pessoal. Esses estabelecimentos, tanto quanto aqueles mais conhecidos, fazem parte da paisagem de casas antigas e comércio do bairro – ou ainda mais, do ponto de vista quantitativo.

FIGURA 15 - Comércio em imóvel antigo na rua Mármore



Fonte: Foto do autor, ago/2023.

Na última década Santa Tereza recebeu bons estudos e artigos, aprofundando temas como políticas urbanas (CHAGAS, 2013), o papel dos bares na paisagem boêmia do bairro (TICLE, 2016) e ferramentas de preservação (TICLE, PEREIRA, 2016). No entanto, o viés da resistência à metropolização (ALMEIDA et al, 2016) e de singularidade territorial avessa às práticas em curso no restante da cidade parece perdurar como um encobridor de outras dinâmicas do bairro que igualmente levam a pertencimento e defesa de sua paisagem urbana constituída, como intentamos mostrar aqui.

Tendo em vista a problemática em torno da singularidade da vida urbana e do patrimônio, como se aproximar de um entendimento da diversidade, dependências e diferenças que compõem o urbano sem ceder ao relativismo pós-moderno ou à retórica dos estudos culturais em circuitos de imagens dispersas e individualizadas da cidade? A partir de uma defesa da interdisciplinaridade, mas sobretudo sob a ótica da história, busca-se nesta pesquisa aproximações de aspectos importantes a se considerar no que diz respeito a elementos que expliquem dinâmicas do bairro.

As casas patrimonializadas, vistas de perto, necessitam de um reconhecimento do fator humano e de materialidades para além da arquitetura, incluindo igualmente o efêmero, vinculado ao tempo de vida das pessoas e das iniciativas, como bares e comércios entre o público e o privado. Assim, um bairro tombado pelo patrimônio torna-se não apenas relíquia do passado, mas abertura a um presente onde circulam diferentes temporalidades, possibilidades de uso e projeção de identidades e valores. Atentamos assim também àquelas casas sem uma conservação padronizada ou alvo de tombamento. São imóveis que igualmente representam a permanência de diferentes gerações num mesmo local ou com locatários recentes, a circulação de memórias e modos de vida, podendo por vezes se abrirem informalmente na forma de comércios do bairro, trazendo uma reatualização constante de usos a partir de signos que habitam o bairro, fazendo parte também dessa construção cultural do território.

FIGURA 16 - Varanda de casa com adornos



Fonte: Foto do autor, jun/2023.

A referência a um passado bem delimitado não é necessariamente um equívoco. De fato, essas temporalidades são identificáveis como memória edificada e localizável, circulando com vivacidade nessas localidades por meio de traços arquitetônicos, adornos e práticas que perduram a partir deles. É nesse sentido que o patrimônio se forja numa heterotopia (FOUCAULT, 2013), num trânsito entre passado, presente e futuro, com elementos perfazendo

práticas que se pulverizam e se esvaem em outras localidades. Porém há que se atentar a esses elementos e não à totalidade utópica. A preservação traz uma visualidade desse campo de possibilidade do passado enriquecendo o presente, mas não sua efetivação em si. Em outras palavras, o patrimônio institucionalizado realocaliza e se propõe a espacializar uma forma de passado, mas necessita de uma efetivação em práticas cotidianas.

A partir do patrimônio e das práticas em torno dele também é importante se atentar aos elementos materiais da cultura, que carregam essa transformação incessante, com artefatos, objetos do passado recriados no presente, expondo saberes cotidianos. Junto a isso, a expansão do campo das identidades e do caráter simbólico, base das propostas de uma cultura imaterial, exige atenção para não contrapor o natural e o cultural, uma vez que se mantém sempre uma materialidade da experiência²⁶.

Casas antigas geram fascínio e empatia, termômetro de tecidos urbanos que conjugam algum respeito ao passado e permanência histórica. “O valor econômico dos prédios novos é substituível, dos antigos não. É criado pelo tempo, gerando diversidade” (JACOBS, 2011, p. 220). Santa Tereza possui 70% de casas entre suas edificações, a segunda mais alta da cidade, atrás apenas do bairro Carlos Prates (BAGGIO, 2005, p. 150), em proporção inversa à vizinha Floresta. Projetos, como o *Quanto Dura um Bairro*, enaltecem esse perfil de atrelamento de memória e história urbana nos bairros da Lagoinha, Savassi e, principalmente, Santa Tereza. “*Quanto tempo dura um bairro* surge com a intenção de contribuir para a valorização e para a difusão da potência cultural, simbólica e urbanística do conjunto arquitetônico e afetivo de BH” (QUANTO, 2020).

Mas qual papel as casas cumprem exatamente? A presença de casarões não garante, por si só, práticas comunitárias e identitárias, geradoras de mobilizações sociais em defesa do patrimônio. É preciso compreender o entorno, como isso se engendra com outras práticas. Como alerta Jacobs, um dos erros do urbanismo está em olhar os elementos separadamente, quando existe um conjunto articulado. Por outro lado, as importantes iniciativas de cartografia e memória deixam lacunas sobre dinâmicas cotidianas e processos históricos para além do pertencimento de uma imagem específica de cidade e de bairro.

Com os tombamentos, muitas vezes confunde-se a necessária salvaguarda destes patrimônios e a preservação de edificações com a garantia de práticas sociais, que não estão cristalizadas num tempo anacrônico, mas em jogos de pertencimento histórico e econômico de

²⁶ Ver Meneses (2009), que em análise sobre o registro do queijo artesanal de Minas Gerais como Patrimônio Imaterial do Brasil argumenta em prol do reconhecimento de “patrimônio experiencial”.

moradores, trabalhadores e turistas, que no caso de Santa Tereza possibilitam uma articulação em sua defesa. Uma noção que expande de certa forma as retóricas de pertencimento social e cultural que dominam os imaginários urbanos refere-se ao conceito de *conveniência*. Nesse sentido, os sujeitos equilibram pulsões individuais e se beneficiam simbolicamente da vida coletiva. Num processo de apropriação, assimilam-se códigos, mas também criam-se itinerários particulares, traçando usos que lhe são caros – ou táticas, no jargão de De Certeau.

O bairro é uma noção dinâmica, que necessita de uma progressiva aprendizagem, que vai progredindo mediante a repetição de engajamento do corpo do usuário no espaço público até exercer aí uma apropriação. A trivialidade cotidiana desse processo, partilhado por todos os cidadãos, torna inaparente a sua complexidade enquanto prática cultural e a sua urgência para satisfazer o desejo “urbano” dos usuários da cidade. (MAYOL in DE CERTEAU, 1996, p. 42)

O bairro como relação dinâmica, de choques e acomodações espaciais e sociais, resulta em uma percepção menos focada nos modos tradicionais resguardados em determinada área ou na defesa do bairro a partir de forças atomizadas. Residir em um bairro de forte referência cultural oferece vivências, mas também elementos simbólicos diferenciados articulados na construção de identidades frente a ideologias presentes nos campos político e no artístico²⁷. Ao manejar e valorizar esses códigos, os sujeitos, sejam moradores ou frequentadores, agem de forma decisiva para ações de defesa do patrimônio. Nesse sentido, nem sempre o olhar frio de dados demográficos possibilita uma compreensão imediata desse jogo social.

Santa Tereza não é uma excentricidade espacial em contraposto ao desenvolvimento urbano, inserindo-se num jogo de forças por vezes desigual, mas possível em áreas como esta. Comércio local e rede de moradores efetivam com vitalidade laços culturais e sociais sem o caráter monocromático de áreas homogeneizadas pelo mercado imobiliário, mas sem deixarem de lado a competitividade. Isso em alguma medida torna-se um capital simbólico. Santa Tereza incomoda os formuladores de políticas urbanas e financistas menos por sua resistência e mais por manter vitalidade e diversidade de usos sem a mediação do discurso econômico dominante, incluindo a mistura entre o residencial e o comercial, sem áreas bem delimitadas. Uma *mediação* conferida por seus próprios sujeitos e não necessariamente pelo capital imobiliário. Ao contrário do que se prega em reformas urbanas, a falta de zoneamento, com serviços e comércios descentralizados, também é um dos pilares da diversidade, segundo Jane Jacobs (2011).

²⁷ Sobre ideologia, ver Barth (2000) e Bosi (2010).

O caminhar pelo bairro permite ver essa rede intrincada de comércio em interdependência, como cinema local e mercearias tradicionais, com ganhos à dinâmica do bairro, como na sensação de segurança. Sobre a ordem pública, ponto essencial para um bairro, Jacobs (2011) salienta que a paz nas calçadas “não é mantida basicamente pela polícia”, sem com isso negar sua necessidade. “É mantida fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados.” (JACOBS, 2011, p.32)

A garantia da vida urbana depende de olhos voltados para a rua, partindo de casas e estabelecimentos em direção a ela. Nesse sentido, Santa Tereza se diferencia de outros bairros também com comércio tradicional, como Floresta, mas que noturnamente têm suas calçadas desertas pela ausência de moradia ou de bares com nexos mais fortes com as dinâmicas das ruas em horários diversificados. No caso de Santa Tereza, o tradicional restaurante Bolão, por exemplo, cumpre função de deixar ativa praticamente 24 horas parte da praça principal e, pela manhã e tarde, clubes, associações, igrejas e escolas criam uma dinâmica de usos num “balé das calçadas”, levando ao pertencimento, cultivo de comprometimento coletivo por pessoas de diferentes regiões circulantes por ali.

Pela noite, mesmo com uma preocupação com roubos, com grades e portões cerrados, é nítido os olhares oriundos das casas, dos pequenos prédios, de edificações com um canal de diálogo com a rua, de portas entreabertas por detrás de pequenos muros. Essa interdependência, no entanto, não elimina o conflito, sobretudo o sonoro causado pelos bares aos moradores, como veremos mais detalhadamente no terceiro capítulo.

A sensação de insegurança e abandono da cidade aumentou após a pandemia de 2020. Se num primeiro momento os comércio temporariamente cerrados e ausência de fluxo de pessoas da rua traçou um cenário momentâneo, posteriormente a própria crise econômica e impactos imobiliários fecharam definitivamente alguns comércio tradicionais²⁸. Existe algo tangível além da sensação, com o aumento exponencial da população de rua, tomando as marquises de equipamentos fechados ao longo de mais de um ano, como o cinema. Porém uma curiosa sensação de segurança permanece, como na rotina de um senhor usando o laptop às 21h no ponto mais escuro e pouco controlado da praça, tal qual presenciado pela pesquisa de campo no ano de 2021.

²⁸ O Restaurante Bolão, em sua unidade na Rua Mármore, fechou definitivamente as portas no início de 2021, com continuidade de funcionamento apenas na Rua Adamina, em frente à Praça Duque de Caxias.

A sensação de segurança não necessariamente se reflete nos dados estatísticos. Em geral, números de furtos são altos em bairros de grande fluxo social, incluindo locais de maior poder aquisitivo²⁹. Enquanto estigmas se vinculam a territórios de formas que independem do presente – como demonstra Gravano (2003) sobre os “bairros violentos” de Buenos Aires –, Santa Tereza se beneficia pelo oposto: apesar de um número razoável de furtos, a despeito da presença do Batalhão de Polícia, nas ruas os cidadãos comungam de uma sensação de proteção para além do risco. Esse grau de confiança aciona uma rede e mais pessoas a estarem nas ruas, beneficiando, de forma cíclica, o comércio de rua, por exemplo.

Um bairro, assim, não pode ser visto dicotomicamente, emparelhando retoricamente, de um lado, os territórios de supostas características provincianas resistentes e, de outro, bairros que sucumbiram ao mercado, à degradação e ao abandono. Estes espaços apresentam-se como um ecossistema de interdependências que se explica não nas permanências de certo passado, mas num presente construído cotidianamente e atravessado por questões históricas imbricadas nas ações e sujeitos, contraditórias, desiguais e descontínuas no presente.

Por fim, a referência ao patrimônio edificado como principal força motriz de vínculos comunitários também resvala na problemática ideia de harmonia urbana. As casas antigas são hoje símbolos do respeito à arquitetura do passado. Mas esses imóveis podem emanar também o poder excludente de classes altas de outros tempos (CHAGAS, 2007) – algo atualizado de formas distintas no presente, tanto em Belo Horizonte quanto em outras cidades do país e do exterior. Assim como a empatia estética histórica, essas edificações devem ser reconhecidas na forma com que se contrapõem à homogeneização imposta pela especulação imobiliária, esta, engendrando prejuízos desde a perda de paisagens até os discursos de singularidade. Em outras palavras, o não entendimento da suposta feiura e burburinho próprio do urbano muitas vezes legitima o turismo patrimonial na imposição de estéticas cenográficas aos bairros, com enfraquecimento da vida urbana real e cotidiana, além de riscos de gentrificação.

Em vez de tentar substituir a vida pela arte, os projetistas urbanos deveriam retomar a estratégia de dignificar tanto a arte quanto a vida: uma estratégia para iluminar e elucidar a vida e contribuir para nos explicar seus significados e sua ordem - nesse caso, contribuindo para esclarecer, elucidar e explicar a ordem das cidades”. (JACOBS, 2011, p. 418)

²⁹ Ranking da Polícia Civil em 2017 aponta o bairro de Santo Efigênia com maior número de furtos na região Leste. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/10/20/interna_gerais.910055/saiba-em-quais-bairros-de-bh-ocorrem-mais-roubos-de-carros.shtml

Gorelik (2019) faz interessante investigação de Buenos Aires a partir da ideia de “arenas culturais periféricas”, buscando entender o entrecruzamento entre cultura e cidade, nas formas como ela é representada por artistas e intelectuais. No entanto, ele identifica uma incapacidade do registro da cidade que crescia de forma descontrolada a partir dos anos 1960, fechada em idealizações de paisagens específicas, como percebemos na valorização do patrimônio no Brasil.

A ausência dessa Grande Buenos Aires, heterogênea e confusa, nas representações é o resultado do desgaste ideológico e sociourbano da expansão integradora. Mas talvez também resulte do modo como a arena intelectual ficou restrita ao perímetro da cidade moderna europeia. (GORELIK, 2019, p. 282)

A defesa da histórica, dinâmica e vitalidade urbana, em suma, passa por resistir à armadilha da idealização da paisagem. Ao passo que o mercado imobiliário destrói a memória edificada, padroniza arquiteturas e impossibilita o comércio tradicional, é importante que a ação patrimonial e o ativismo social não incorram na construção de singularidades e no controle do olhar, como chama atenção Jeudy (2005). Para o autor, (2005, p. 144-145), esse jogo pode ser definido como uma "reflexividade", na qual a gestão patrimonial traça antecipadamente as possibilidades de sentido, passando a falsa ideia de liberdade, uma vez que se baseia na ocultação implícita das sensações visuais e sonoras, da curiosidade e da disponibilidade. O controle imposto por essa reflexividade é o que impede, segundo o autor, "a irrupção acidental do real na cidade", a potencialidade da experiência urbana, que por sua vez não cessa neste cotidiano contraditório das cidades.

1.6 A Praça (e a Igreja)

Na paisagem urbana brasileira, a presença da igreja matriz transcende a função religiosa, atuando como signo de pertencimento da própria vida cidadina, acionando referências históricas em nível coletivo e individual. A própria arquitetura se mostra como meio de interligação desses sentidos. Se num primeiro momento de desenvolvimento histórico das cidades modernas, até a metade do século XX, as catedrais chamavam atenção pela imponência, refletindo a preponderância católica nas cidades sul-americanas, hoje, com a escassez de edificações antigas com estilo tipológico de outras temporalidades, descaracterização e disputa por um espaço cada vez mais privatizado e homogeneizado, a ampla cúpula, pátios, linhas arredondadas e a torre tecem um contraponto visual de acolhimento e ampliação de percepções na geografia social do bairro, independentemente de sua laicidade.

Situada no platô mais alto do bairro, a igreja, sua torre e nave podem ser vistas de diferentes partes de Santa Tereza e de regiões próximas, como Santa Efigênia e Pompéia. Saltando ao horizonte em função da topografia e pela ausência de prédios ao redor, a igreja amplifica esse passado edificado e aciona uma gama de modos de perceber, construir e desejar uma urbanidade no presente. A despeito das políticas de patrimônio e sua delimitação de uma imagem do bairro que tem na igreja elemento de centralidade algo cenográfica, sua presença se multiplica em perspectivas praticamente infinitas a cada usuário, dialogando mesmo com os bairros que se alongam ao horizonte. Ocorre, assim, uma distribuição sensível de um marco identitário não só no bairro, mas na região Leste, numa construção de sentido de lugar compartilhada por diferentes grupos, tal discute o campo da imaginação geográfica (MASSEY, 2008).

Enquanto é possível perceber o diálogo harmônico e recorrente da igreja com a arquitetura de casas tombadas pelo patrimônio, sobretudo da primeira metade do século XX (COSTA, BARBOSA, FERNANDES, 2014), em outro sentido ela se relaciona com as linhas tortuosas das fiações, com o comércio, podendo ser percebida pelas frestas das casas de arquitetura improvisada, os “puxadinhos” típicos das paisagens urbanas brasileiras – assim como paira imponente na mirada distanciada.

FIGURA 17 - Vista da torre da igreja por entre casarios do bairro



Fonte: Foto do autor, ago/2021.

Se a imagem da igreja vai além da simples preponderância religiosa no espaço, acomodando pertencimentos sociais distintos, por outro lado não são apagados privilégios territoriais que permitiram sua permanência e imponentia visual ao longo de um século. Mas é ela, como ampliação visual possível de ligação entre paisagens e temporalidades distintas, que evidencia a carência da perspectiva coletiva da urbanidade belorizontina. Numa disputa acirrada do território, o respiro visual mostra o quanto a perspectiva aberta é também um anseio coletivo e individual – de simplesmente ver, pensar e reimaginar a cidade. A porosidade visual, que atravessa a vivência cidadina para além do que propõe o patrimônio, revela uma dinâmica do bairro em que esses imaginários se presentificam em pleno uso cotidiano. Ver a cidade passa a ser uma condição utópica nas metrópoles, que tendem a cercear seus próprios horizontes.

Este trabalho, nesse sentido, entende que a pesquisa da visualidade da paisagem arquitetônica e social do bairro indica uma impossibilidade de fixação única ou mesmo restrita da imagem de um território, a partir da diversidade de cenários, captados de modo intersubjetivo, numa complexidade de jogo de identidades, diferenças, símbolos, memórias e da ação dos sujeitos. Mais do que um colecionismo de possibilidades de olhar, na forma com que muitas vezes a vivência social se multiplica nas redes e mídia, a observação das imagens permite entrever os vários dilemas urbanos, temporalidades das arquiteturas, junções improváveis e ação dos sujeitos, tendo a igreja e edificações diversas como agregadores efêmeros dessas disparidades que formam e forjam o urbano, com contribuições ao estudo histórico das cidades.

A igreja de Santa Tereza e Santa Teresinha hoje faz parte de um patrimônio tombado, em processo concluído pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte em 2021. Porém, verificá-la de perto permite perceber nuances em diálogo com a paisagem visual e social múltipla do bairro e seus usos cotidianos, das conversas corriqueiras às feiras no pátio interno da matriz, trazendo à superfície um patrimônio vivo, difícil de ser equalizado numa visão única, tecendo identidades sociais que se reinventam permanentemente na cidade praticada. O pertencimento construído em meio aos cidadãos bebe dessas referências compartilhadas, porém sua antecipação compromete um de seus aspectos mais potentes, da irrupção de um real autêntico (JEUDY, 2005) pelo seu desenrolar imprevisível e momentâneo.

1.7 Fronteiras e Veracidade

A perspectiva de fronteira, já apontada aqui, pode ser vista em consonância com a noção de novas cartografias e tensionamentos territoriais, como forma de expor o que escapa a duas forças antagônicas, mas por vezes complementares. Enquanto as políticas de patrimônio caminham no sentido de estabelecer uma imagem fácil de ser identificada, assimilada e referenciada por públicos diversos (a praça, o coreto, o comércio tradicional), em ponto oposto, o mercado imobiliário, ainda que corroa a autonomia urbana e apague o valor histórico, igualmente age no sentido de um fechamento de representação do que vem ser a cidade, privatizando e controlando ao máximo a heterogeneidade urbana. Fora desse controle, tudo passa a ser lido como caos, perigo ou baixo aproveitamento territorial.

Dos dossiês de tombamento a materiais publicitários do comércio local, os pontos de identificação e valorização cultural estão bem delimitados: arquitetura das casas preservadas, igreja e costumes provincianos que criam uma barreira e contraponto à imprevisibilidade exterior. Mas a partir das fronteiras se vê na prática uma dinâmica diametralmente oposta, no uso da praça por usuários de perfis e localidades de origem distintas, nos becos que atravessam o bairro e também o ligam à Vila Dias, nas culturas fronteiriças dos grafites e das músicas entoadas em movimentos de rua. A partir das reflexões do geógrafo Cássio Hissa (2002), Meneses lembra que o limite e as fronteiras, mais do que apartarem dois espaços, podem ser “instrumentos de saber”, levando à compreensão das diferenças em uma linha de contato que configura espaço de alteridade (2011, p. 4).

No viés histórico, proporcionam essa porosidade do bairro aspectos tão distintos como às garantias da ADE, preservando horizontes abertos aos cidadãos, e um relevo específico que ora projeta, ora esconde suas paisagens. Ao observar o bairro de dentro, nota-se uma incorporação qualitativamente mesmo do que está externo a este território: a vista da serra do Curral e da Piedade, o estádio no bairro do Horto, as construções e elevados no bairro Pompéia, as luzes da favela da Serra. Estudar a fronteira se apresenta como caminho para o entendimento de singularidades e trocas para além das delimitações cristalizadas da gestão do patrimônio ou excludentes da gestão urbana empresarial e burocrática. Reconhecidos os processos históricos que permitiram a manutenção das paisagens, torna-se igualmente importante atentar-se às práticas dos sujeitos engendradas no presente, junto ou não ao patrimônio edificado, em contraponto à retórica de uma suposta continuidade de um passado.

FIGURA 18 - Casario em limite de Santa Tereza, com vista para bairros e favela ao fundo



Fonte: Foto do autor, ago/2021.

A partir disso, dos sujeitos às cartografias, tal qual veremos melhor no quarto capítulo, é possível também um mapeamento e discussão em torno das fronteiras do bairro – internas, como nos limiares da Vila Dias e do bairro alto, e com bairros vizinhos, seguindo, sobretudo, as trilhas e muro do trem. Nesse caminho, a perspectiva diacrônica do território seguirá em diálogo com o sincrônico da cultura visual, tendo a fotografia como ferramenta de pesquisa de campo.

A partir de dados demográficos da cidade de Belo Horizonte tem-se poucos elementos que permitam diferenciar Santa Tereza de bairros vizinhos também da região leste, como Sagrada Família³⁰. Número de comerciantes, concentração de casas, densidade e mesmo um alto índice de furtos registrados não trazem indicativos de alguma excepcionalidade urbana. Da mesma forma, partindo para a escala ao rés do chão, para alguém que visite a localidade pela primeira vez o trajeto que separa a Avenida do Contorno até a Duque de Caxias, cruzando seis quarteirões pelas ruas Hermilo Alves e Mármore, não oferece uma paisagem necessariamente aprazível – fachadas mal conservadas, fiações que embaralham a vista, um ou outro espigão entre edificações antigas, pequenos comércios com seus letreiros de marcas de refrigerante, salões, sedes de associações, sacolão de hortifruti, mercearias, consultórios.

³⁰ Bairro também localizado na região leste, o Sagrada Família ocupa os mesmos patamares de densidade demográfica, densidade por domicílios e total de domicílios que Santa Tereza segundo dados da prefeitura de Belo Horizonte e IBGE 2010.

É apenas na praça principal que o bairro se anuncia em sua paisagem cultural mais conhecida e difundida: casarões de dois andares abrigando bares e restaurantes tradicionais, cinema de rua, uma temporalidade histórica que emana da arquitetura e aconchega as práticas do presente. No coreto de frente à matriz, jovens tocam violão enquanto crianças brincam com os pais e outras pessoas se exercitam. Nos quarteirões do entorno, casas antigas de simpáticas fachadas mostram um pacata vivência residencial, próximas a pontos de efervescente boemia, também presente em outras duas praças menores, além de turistas que esporadicamente tiram fotos no famoso cruzamento do Clube da Esquina, na junção das ruas Paraisópolis e Divinópolis. Mas seria este cenário afetivo e de cartão postal, que desperta admiração e proteção por sujeitos diversos, o único ou mesmo principal responsável por uma dinâmica urbana fiadora de alguma diferenciação, permanência e atualizações de modos de viver o espaço público ali?

Assim como seu núcleo centralizado na praça principal, o bairro se espacializa e se explica simbolicamente também por meio de seus limites – a Avenida do Contorno, que o separa da Floresta, o Ribeirão Arrudas e Avenida dos Andradas, colocando uma divisa para Santa Efigênia, a Avenida Silviano Brandão, apartando Horto e Sagrada família, e os trilhos do trem e metrô, que o delimita por detrás de um muro contínuo e arqueado por alguns quilômetros. Atentar-se às fronteiras, sempre capilarizadas, pode ser a chave para observar o urbano em constante composição, decomposição e recomposição.

No entroncamento do bairro de Santa Tereza com a Floresta e a Sagrada Família, a Avenida Silviano Brandão concentra serviços automobilísticos, de mobiliário e os chamados “topa-tudo”. Nesta região, ruas e avenidas de trânsito intenso pouco estimulam alguma contemplação das paisagens e edificações. Algumas fachadas, de arquitetura da primeira metade do século XX, escondem-se por detrás de muros, tapumes ou mesmo abandonadas, como materialidade da disputa de espólios familiares. Outras, espremidas pelos prédios e rolos de arame farpado, mostram ousadia e capricho em ornamentos e vitrais. Essa área indica o desmembramento incessante das paisagens antigas, algo freado em Santa Tereza pela ADE.

Adentrando mais em direção ao núcleo do bairro, mas ainda sob influência das ruas Pouso Alegre e Salinas, algumas vias criam um sentido intermediário, entre a receptividade de casas que deixam entrever jardins e quintais, com idosos nas portas, e fluxo hostil de automóveis. Algumas casas antigas apresentam-se em carcaças, com mato saindo pelas janelas e portas escancaradas para a rua – ou cimentadas. Estranhamente fascinantes, estas igualmente convidam a uma contemplação. Numa delas, os grafites, sempre aptos a captar tensionamentos do urbano, projeta um rosto com os dizeres: “veracidade”. Como ver a verdade da cidade? Ela

existe num caminho único possível? Atentando-se melhor à inscrição, percebe-se um prefixo: (Re)veracidade. Ao olhar novamente, rastreamos a infinidade de verdades que ali estão, da resistência à verticalização pelos aparelhos da ADE, mesmo que em ruínas, do desinteresse econômico às disputas judiciais, mas também no revisitar onde reside as possibilidades de transformação da urbanidade.

FIGURA 19 - Casa abandonada do bairro na rua Itacolomito



Fonte: Foto do autor, ago/2020

Entre a singularidade de uma suposta unidade histórica preservada e sua deterioração, a cidade segue sendo mais marcada pela heterogeneidade do que pela homogeneidade, necessitando ser vista e revista em ambos aspectos não pela impossibilidade de sua cartografia, como nos contos filosóficos de Borges, mas exatamente porque o mundo está em constante decomposição, tal qual verificou Didi-Huberman (*apud* WISNIK, VIEIRA, 2016). Apesar de fascinarem pelo seu aspecto de ruína (FORTUNA, 1997), casas em escombros se somam a uma paisagem comum na transição centro-bairros, de edificações sem uso, fracassadas tanto em funcionalidade comercial quanto social.

A despeito da busca por uma criação de imagem da cidade, soma das percepções individuais e coletivas (LYNCH, 1997), percorrê-la nos faz confrontar uma “cidade genérica”, em termo empregado pelo arquiteto Koolhaas, na qual agrega-se visualmente o que há de

precário, residual e transitório na paisagem urbana. Como analisa Wisnik e Vieira (2016), os espaço-lixo aos quais se refere o holandês tornam-se frequentes nas cidades sul-americanas, “típicos do processo avassalador de generalização urbana e cultural”, Tal cenário seria resultante, no momento em que as cidade tornam-se preponderantemente centros de serviço, do “encontro bastardo entre a utopia de modernização trazida pelas vanguardas, a sociedade de consumo do pós-guerra e a dominância da informalidade nos países periféricos” (WISNIK; VIEIRA 2016, s/p).

Essa paisagem também situa-se, abandonada, em outro dilema que permeia as vivências territoriais numa metrópole: entre buscar proximidade a serviços no centro, fugir da sanha desenvolvimentista nos bairros, isolar-se nos condomínios – e sobreviver nas periferias. Numa cidade que subtrai qualidade de vida e impõe disputas, não é de se estranhar a utopia de regresso a um tempo e lugar primordiais. Em meio a isso, as grandes cidades seguem projetando imagens de localidades que deram certo ou não, sendo que ambos aspectos circundam um mesmo território, sem possibilidade de isolamento e totalização.

Ao longo do século XX, o aumento da população, a centralidade dos automóveis e consequente dependência e privilégio do petróleo apresentam-se como pontos nevrálgicos para entender o esvaziamento de espaços públicos, com uma evidente perda da coesão social³¹. A degradação dos bairros ou sua privatização é vista como condição irremediável, esvaziando centros urbanos tradicionais e incentivando a ocupação e construção civil nas bordas junto à expansão das periferias. Com exceção de casos mais extremos, todo bairro guarda um pouco desse desenvolvimento desigual e contraditório. E a partir disso, tanto a problemática urbana quanto a construção de alternativas viáveis de coesão social infiltram-se no cotidiano, passíveis de serem captadas na cultura visual³² produzida pela cidade.

A espacialidade de um bairro de casarios preservados pelas políticas patrimoniais e por legislação impeditiva de novas construções de grande envergadura cria um ambiente de afetividade, circulação de uma pluralidade de saberes, modos de viver e mesmo uma diversidade de modos de ocupar estes espaços, num entrecruzamento de ofícios tradicionais e novas identidades. Mas se por um lado, o bairro transparece o clima interiorano de varandas para a rua e quintais de casas, por outro abarca edificações de perfil de difícil identificação, no jogo complexo da liminaridade pós-moderna na contemporaneidade.

³¹ Ver discussão de Roberto Andrés (2021) em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/volta-da-alternativa/>

³² Para Cultura Visual, ver Mauad (2008b).

Inseridos na paisagem de baixa altimetria do bairro, em meio às casas residenciais, é possível identificar localidades de práticas de difícil identificação. Por ora, dão a entender tratar-se de espaços abandonados, sem uso ou colocados para aluguel. Mas com mais atenção entendemos que são negócios como ferro-velhos, madeireiras, oficinas e até granjas informais. Sem identificação clara, parecem se esconder em meio à paisagem, como forma de não chamar a atenção da população ou de órgãos de fiscalização. O olhar detido sobre eles, no entanto, mostra esses usos dinâmicos, parte constitutiva do bairro de Santa Tereza, a despeito da imagem criada, vinculada unicamente à gestão do patrimônio.

Estes espaços refletem uma historicidade do bairro que muitas vezes não se publiciza. Ocupando uma imensa área no quarteirão entre as ruas Pouso Alegre, Itacolomito, Teixeira Soares e Anhanguera, uma antiga sede da Telemig, que operava nos anos 1980 e 1990, consta aparentemente sem uso. Por algumas décadas ela atendia funções burocráticas e de depósito. Hoje, com placas de aluga-se, parece abandonada. Mas a observação cotidiana permite ver um uso intenso, com seguranças 24h, entrada e saída de equipamentos, cachorros de guarda. O local se liga a uma vila de ex-funcionários e a um terreno de carros abandonados, porém com forte processo de segurança. Esses espaços indicam a influência da antiga sede da Telemig na região, já tendo contado com clubes de funcionários.

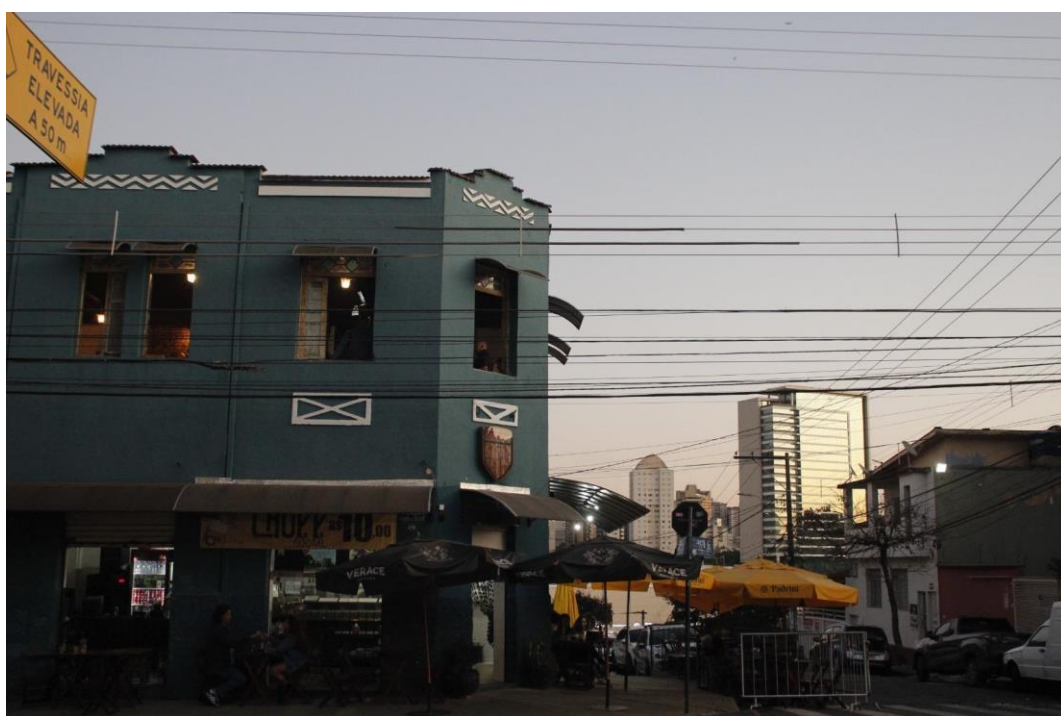
O local, sem uma destinação clara à comunidade, gera problemas, como espancamento de moradores de rua pelos seguranças, presença ostensiva de pessoas armadas e veículos com descarga de equipamentos. Em uma das pesquisas de campo, moradores se revoltaram com a presença de um cachorro rottweiler com a pata machucada, sem água e comendo as próprias fezes. Porém foram intimidados pelos seguranças para “tomarem cuidado com o que iriam denunciar”. Segundo moradores, trata-se de localidade hoje pertencente à Unimed. Ao longo do bairro se identificam outros tantos espaços que remetem a usos distintos ao longo das últimas décadas, como associações, quadras de bancários e sedes de cooperativas. Com a verticalização freada pela legislação da ADE, essas grandes áreas passam a ocupar destinações híbridas, assim como em imóveis parcialmente demolidos, muitas vezes com atuação à margem da lei.

1.8 Espaços ‘públicos’ e a história em disputa e projeção

As fronteiras por vezes se configuram pelo chão que se pisa, nos limiares do bairro, ou visualmente, ao confrontar com o que se vê no horizonte – e mesmo sonoramente, como analisaremos no terceiro capítulo. Estando na praça principal, ao longe vê-se o shopping Boulevard, como continuidade visual das ladeiras de casas antigas que deságuam no ribeirão

Arrudas parcialmente tamponado. Impossível não fazer um contraponto entre o bairro amparado em dinâmicas de comércio local e o imenso prédio estampado de marcas, convidando ao desfrute da mercadoria, porém dentro de limites muito bem estabelecidos, de entrada, horário e etiqueta. As fachadas de cal e ornamentos da primeira metade do século XX se chocam com os espelhos de vidro do centro comercial. O nome Boulevard também gera uma ironia, na inspiração parisiense frente a um rio poluído. “O projeto e funcionamento do shopping opõem-se ao caráter aleatório e, por conseguinte, indeterminado da cidade” (SARLO, 2014, p. 13).

FIGURA 20 - Sobrado na Pça Duque de Caxias e vista do Shopping Boulevard ao fundo



Fonte: Foto do autor, jun/2023.

Beatriz Sarlo cita como exemplo o fato do shopping não ser passível de apropriações, como uma cerveja fora dos lugares determinados para tal (p. 17). Santa Tereza, por sua vez, é território da boemia imprevisível, da apropriação cotidiana em seus espaços públicos. No entanto, a desterritorialização impõe atravessamentos mesmo entre esses opostos, com o meio empresarial se adaptando a demandas de sustentabilidade e incentivo à produção local, como na horta urbana presente em tal shopping a partir de 2017, apropriando-se de demandas ambientais, mas também identitárias, que emergem desses contextos. Em outra ponta, a noção de espaço público do bairro igualmente tende a sutis privatizações.

A paisagem contemporânea de Santa Tereza, assim como em outras partes da cidade, traz o tensionamento do desejo de uma cidade com mais ampliação de espaços públicos, de acolhimento de alteridades e comprometimentos a nível coletivo. Mas mesmo esse pulsar por vezes se converte em mercadorias num jogo de identidades em fluxo. Exemplo disso são as calçadas de bares expandidas em chamados “espaços públicos”, cercadinhos ironicamente indutores de um tipo de privatização das ruas, propondo usos condicionados. Enunciado a partir de um filtro de demandas sociais pautadas na mídia, nas redes sociais e na sociabilidade cidadina, esse espaço público se dá sob o viés da privatização. Do dia-a-dia ao carnaval, a subversão das práticas rapidamente é assimilada pela linguagem comercial, esvaziando seu sentido original.

FIGURA 21 - Deck de “espaço público” em bar



Fonte: Foto do autor, ago/2023.

Por outro lado, na paisagem urbana, muitas vezes o privado por excelência, como o comércio, torna-se um lugar social, de certa forma público, compartilhado, aberto à reapropriação, ocupando o imaginário de visitantes e moradores, como se dá nas mercearias – tal qual veremos no próximo capítulo. Pequenas transgressões, como o uso de caixas de frutas como mesas e as conversas na esquina, tomando calçadas e ruas, certamente trazem questões

de uso e regramento, porém igualmente tensionam os limites do espaço entre o público e o privado. E é nesse território de circulação de referências sociais e culturais que por vezes se mostra um revisitar dos elementos simbólicos e históricos nos quais se ancoram tais tradições.

Como dito, a memória que circula incessantemente pelo bairro, na forma de *métis*, também ocupa um lugar de fronteira, limiar entre o passado e o presente através da presença das edificações e da ação dos sujeitos em quererem propositivamente ativar e se apropriar desses nexos. A Praça Joaquim Ferreira da Luz fica em um dos extremos do bairro, na parte mais baixa, junto ao muro que faz divisa com a linha de trem e metrô. Localizada na sequência da Parada do Cardoso, ocupa um espaço de menor visibilidade, consequentemente com maior preocupação com relação à segurança. Isso, no entanto, não implica em desprestígio a uma área contígua, com uma abertura de estabelecimentos requintados a partir de 2012. Assim como se percebe em outras capitais do país, a paisagem impessoal da urbanidade, mesmo permeada por ruído, e decadência de edificações e equipamentos públicos, converte-se em consumo e nexos estético para identidades sociais cosmopolitas, em que o passado é uma fissura aberta e também passível de apropriação e mercantilização. Já as edificações preservadas tornam-se capital cultural e simbólico a ser acionado pelos empreendimentos que nelas se instalam.

FIGURA 22 - Planta datada de 1927 emoldurada em fachada de casa na Rua Silvianópolis



Fonte: Colagem de fotos do autor, março/2021.

A imagem, datada de 06 de novembro de 1927, indica o projeto de reforma e ampliação de construção situada em quarteirão dos lotes 25 e 26 da região suburbana de Belo Horizonte. A planta baixa do imóvel, que faz esquina com a rua Silvianópolis, mostra em escalonamento de 1:100 a divisão de cômodos, banheiros, sala, cozinha e uma maior parte dedicada a um

negócio. Assinado por Francisco Tarinelli, o projeto registrado na prefeitura diz respeito a um de tantos empreendimentos da região na década de 1920 com um dado perfil: parte detrás destinada a residência e parte frontal a comércio. Posteriormente o negócio funcionou como armazém nos anos 1940 e acolheu estabelecimentos diversos nas décadas seguintes, com destaque ao Santa Pizza em 2010.

Hoje a planta está em destaque, emoldurada, envidraçada e com boa iluminação, posicionada na entrada de um empreendimento na mesma casa. Mesmo recebendo inúmeras modificações nas últimas décadas, ainda mantém traçados originais e bem preservados, com seus ladrilhos hidráulicos e pé direito alto. A referência histórica é elemento ressignificado por estabelecimentos diversos, sobretudo os de maior poder aquisitivo, mas não só. Eles buscam agregar prestígio de um passado a seus produtos ofertados. Isto daria aos clientes um consumo das temporalidades circulando em objetos, pela culinária e nos nomes no cardápio. Segundo Sarlo (2014), casas antigas proporcionam uma “reciclagem” com o objetivo de alcançar uma “atmosfera original”.

A tendência é um ambiente *cool*, que segue as mesmas linhas da reciclagem das casas, em que os traços de seu passado não são todos apagados, mas acomodados como citações e reminiscências sem fixidez, móveis, como se fossem partes cenográficas que se abre para a rua através de vitrais que lembram, em alguma característica preservada, que antes foram janelas altas e estreitas. As casas recicladas como negócios ou como novas residências perderam os traços mais definidos do que foram, porém essas qualidades pretéritas também não se haviam mantido intactas mas, ao longo de cinquenta anos, haviam sido cobertas por revestimentos alheios, modificações nas aberturas para a rua, divisões e reparos. (SARLO, 2014, p. 199-200)

Para a autora, a experiência da rua também passa sensação de familiaridade, em bares cujos frequentadores são conhecidos, reatualizando uma antiga e compartilhada ideia de boemia (p. 200). Na paisagem urbana, a cultura, em sua perspectiva artística, busca certa autonomia para compensar ou contrapor a conversão do espaço público em passagem e território inseguro (SARLO, 2014, p. 195). Belo Horizonte não se adequa ao perfil de cidade procurada pelo viés cultural-turístico como Buenos Aires ou Ouro Preto, mas ainda assim se propõe timidamente a tal. Santa Tereza, em alguma medida pode ser comparada a Palermo³³, investigada pela escritora argentina. Em ambas não se recebe uma gentrificação traumática, acomodando as investidas imobiliárias e turísticas sem perder suas nuances sociais.

³³ Ainda que aparentemente seja possível uma aproximação mais direta com o bairro de San Telmo, pela preservação de casario e tradicional uso de praça, mercado e feira ao ar livre. Ver também Gorelik e Peixoto (2019).

De todo modo, nas duas primeiras décadas deste século XXI se percebe a proliferação de estabelecimentos – de preferência em edificações antigas – inaugurados com o propósito de emanar ares de passado, seja a partir da história da cidade, da arquitetura, de objetos ou de trajetórias familiares. Esses diferentes modelos se misturam e quase se confundem na paisagem do bairro, em meio ao patrimônio edificado complexo e multifacetado. Na mesma rua Silvianópolis, coexistem mercearias de perfil de abastecimento local, entre bar e hipermercado, e estabelecimentos que são inaugurados emulando um passado, com tijolos à vista, gôndolas esmaltadas e fotos preto e brancas nas paredes. Enquanto estes se situam num perfil de “enobrecimento” (LEITE, 2004), declaradamente tentando tirar algum proveito da identidade compartilhada no bairro, aqueles podem ser entendidos como lugares de memória, exatamente por não se projetarem enquanto tal, sem institucionalizarem seus meios de projetar o passado circulante em seus objetos e práticas. No próximo capítulo, convidamos o leitor a fazer uma visita a estas mercearias, a fim de entender as dinâmicas entre passado e presente e como se estabelecem na paisagem de tradição do bairro.

CAPÍTULO 2 - VISITAR A TRADIÇÃO E SUAS PRÁTICAS COTIDIANAS

O final da tarde traz um cerrar de portas de comércios e o abrir de bares, com nítidas mudanças nas práticas urbanas a partir dessa alternância temporal. Nos supermercados e farmácias, a troca de turno cria um burburinho, assim como de crianças e jovens saindo do turno vespertino no Colégio Tiradentes. Mas em outros estabelecimentos, mais especificamente nas mercearias, esse ritmo transforma-se mais sutil e lentamente, com as mesmas portas abertas. O funcionamento diurno, focado no abastecimento básico, incluindo produtos de hortifruti e artesanais, como ovo caipira e queijos curados, começa a disputar espaço com o atendimento a pequenos grupos ávidos por cerveja gelada e tira-gosto, sem que o primeiro seja interrompido.

As mercearias representam uma tradição do bairro e de uma forma específica de sociabilidade comercial, remetendo a estabelecimentos comuns em pequenas cidades interioranas e cada vez mais escassos nas metrópoles, ainda que com importante presença ao longo da história da capital mineira, especificamente. Laços de intimidade entre donos e clientes, confiança como fiador das vendas, ambiência e tipos de produtos estabelecem rapidamente um viés de tradição do bairro. Mas as mercearias também se situam em fronteiras, fazendo a mediação de hábitos de consumo próprios de cada turno, entre a clientela habitual e frequentadores esporádicos, dos produtos processados e dos artesanais, entre a intimidade e a impessoalidade e das próprias temporalidades do bairro – o da permanência e o do imediatismo.

Pela tradição engendrada, as mercearias nos ajudam a compreender “práticas rituais” do bairro. Gravano (2003) nos chama a atenção para a condição de eleger espaços sociais de valor simbólico, nos ajudando a contextualizar essa produção de sentido histórico do território. No entanto, ao invés de entendermos a tradição – assim como cultura – como algo dado, olhar de perto esses espaços em sua prática ordinária (DE CERTEAU, 1998) no presente nos fornece uma visão mais complexa e enviesada que o discurso sobre patrimônio histórico em geral apresenta, enaltecendo sobretudo o valor da produção de *diferença*, *transmissão* e *diversidade* no espaço, no tempo e entre os sujeitos.

Numa mirada histórica, mantém-se no cotidiano e na paisagem urbana de Santa Tereza, num entrelaçamento de espaços privados e públicos, um desfrutar do próprio tempo. São práticas e lugares, junto à materialidade de sua arquitetura, reatualizando tradições e perspectivas de pertencimento urbano. Olhar mais detidamente os espaços ritualísticos dessa tradição nos devolve a noção da cultura praticada, tal qual argumentado no primeiro capítulo, junto a noções de circularidade cultural da própria transmissão do patrimônio.

Na paisagem urbana em parte preservada, práticas e lugares se concebem e ganham sentido exatamente pelo fluxo, pelo deslocamento, pelo caminhar, pelo visitar e pelo uso a que se permitem. Ao olharmos espaços de tradição, o que é imóvel pode estar sendo retrabalhado no presente de forma incessante, sem que se perca uma ideia de continuidade. O rito católico da população junto à matriz talvez seja o mais forte e evidente, junto ao desfrutar da praça por grupos diversos, porém a outros que estabelecem igualmente uma produção de espaço, como a prática esportiva, a ida a feiras³⁴ e comércios tradicionais. Optamos aqui por nos determos em um desses espaços representativos do bairro, a mercearia, exatamente, como já dito, pela liminaridade de usos, tradição e dinâmicas de reatualização a partir de sujeitos e contextos sociais e econômicos que engendra nessa imagem do bairro.

2.1 Mercearias: vende-se de tudo um pouco

Os perfis próprios de cada turno têm presença concomitante, com pontuais frequentadores consumindo produtos alcoólicos durante o dia e igualmente pessoas da vizinhança em busca de banana madura, feijão a granel e quitutes ao entardecer – e mesmo pela noite. Mas há uma nítida predominância, que só se consuma visualmente na apropriação das calçadas e balcões por boêmios já com a noite alta. Nesse fim de tarde se constitui um lugar social intermediário, ajudando a entender o caráter híbrido tanto do desenvolvimento urbano quanto do vivenciar cotidiano num bairro como Santa Tereza.

A boemia esteve presente no bairro desde o período da colônia Werneck, como recupera o memorialista Luís Góes (2015). Entretanto, ao contrário do senso comum, hoje Santa Tereza não está sequer entre os dez bairros com maior número de bares³⁵. Por sua vez, o que chama a atenção em tal região é a conjugação de parte destes com a paisagem histórica urbana, chamativa do ponto de vista turístico, sem um controle demasiado de gestão patrimonial ou empreendimentos de alto investimento, ainda que estes também estejam cada vez mais presentes na última década. A ambiência algo improvisada e doméstica de alguns destes lugares está diretamente ligada ao pertencimento que estabelecem exatamente pela personalidade do

³⁴ Ver VEDANA, V. No mercado tem tudo que a boca come: estudo antropológico da duração das práticas cotidianas de mercado de rua no mundo urbano contemporâneo” (VEDANA, 2008).

³⁵ PBH mapeia 9.500 bares da capital; veja qual é o bairro mais boêmio. O Tempo, Betim, 28 de out. de 2017. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/pbh-mapeia-9-500-bares-da-capital-veja-qual-e-o-bairro-mais-boemio-1.1536485>>. Acesso em: 28 de novembro de 2023.

atendimento e amizade entre dono e frequentadores, numa fronteira entre o comércio privado e um costume de intimidade e familiaridade.

Nesse sentido, mercearias, mais do que bares, podem espelhar melhor o perfil e conjugação de temporalidades no bairro e oferecer elementos de análise. O serviço atende diuturnamente a população local com produtos de consumo básico e, posteriormente, ao fim da tarde e noite, converte-se em bar frequentado sobretudo por moradores do entorno, porém também atrativo a pessoas de outras regiões da cidade de passagem por Santa Tereza. O próprio horário de funcionamento não segue padrão rígido, mas sim a disponibilidade do proprietário, quase sempre presente por detrás do balcão.

São espaços que se forjam no tempo, sem a possibilidade de reconstruí-los ou induzi-los através de projetos alheios à dinâmica empreendida ali. As mercearias contemporâneas são herdeiras diretas dos armazéns de secos e molhados e bodegas presentes historicamente tanto em pequenas cidades e zonas rurais quanto metrópoles, com importante papel de abastecimento, ponto de venda de produtos cotidianos, triviais e especiarias, bebidas alcoólicas, convertendo-se em local de forte sociabilidade (AMORIM, 2011).

Apesar de frequentes até a década de 1970, no presente das grandes cidades, a existência das mercearias estabelece num primeiro momento um deslocamento da imagem de modernização requerida às metrópoles, com espaços cada vez mais padronizados e disputados frente à especulação imobiliária e altos valores de aluguéis. Uma certa desordem visual e aproveitamento aparentemente pouco funcional logo trazem a ideia de desarranjo espacial, com armarinhos empoeirados com uma multiplicidade de produtos, caixas de banana e engradados de garrafas pelo caminho que logo são improvisados como bancos pelos clientes. Essa desordem é só aparente, ou distante dos padrões comerciais mais vistosos e de protagonismo às marcas, visto que cada item e organização numa mercearia tem sua razão de ser, além de serem carregadas de significado simbólico e de memória.

A balança pesa de tudo a granel para conferência imediata do cliente, de queijo a feijão e doces cristalizados. O café pingado e produtos pendurados nas paredes parecem parte de um cenário despretensioso. Atrás do balcão, objeto característico desse tipo de comércio, dá-se um diálogo em geral direto e íntimo com o vendedor – este é não apenas um fornecedor, mas indutor de uma dinâmica pessoal em que o conversar faz parte do próprio consumo do lugar e do tempo. Essa temporalidade própria guarda uma troca, acionando uma memória coletiva de comércios tradicionais. A despeito de sua maior incidência e referência a cidades interioranas, eles seguem de alguma forma presentes nas capitais, atualizando-se ao vento das exigências presentes. Em

Santa Tereza, o funcionamento de três mercearias alinha-se à imagem de bairro tradicional e contribui para a circulação desse imaginário.

FIGURA 23 - Merceria à rua Mármore, Santa Tereza



Fonte: Foto do autor, jun/2023.

São poucos os trabalhos que se dedicam à dinâmica de estabelecimentos comerciais do perfil de mercearias. Nesse sentido, destacamos dissertação de Helder Remígio de Amorim (2011), “Entre a merceria e o supermercado”, que realiza trabalho de memória em torno da história de vida de bodegueiros do sertão de Pernambuco, na cidade de Arcoverde, também buscando compreender a dinâmica específica destes comércios e mudanças ao longo das décadas. Quando se expande a análise para o papel dos bares, encontramos outros importantes estudos, com destaque à “Trabalho, lar e botequim”, de Sidney Chalhoub (2008). No caso de Santa Tereza, sublinhamos o trabalho de Maria Letícia Silva Ticle (2016) sobre a boemia no bairro e seus estabelecimentos.

As mercearias encontram-se num limiar entre ponto de abastecimento, bar e café. Estes são vistos por Richard Sennett (2008) como ambientes centrais para a modernidade europeia. A sofisticação de bebidas quentes em grãos e chás trazidos de partes diversas do globo, a aceleração da vida espelhada no ritmo de atendimento, nas páginas de jornais e revistas, a circulação de influências culturais de vanguarda e uma frequência de artistas e escritores nas mesas e balcões inscreviam um novo regime estético e social na virada de século em cidades como Buenos Aires e Rio de Janeiro.

No Brasil os cafés passaram a ser reflexo dessa modernidade desejada, a partir de uma influência sobretudo francesa. Logo na primeira década após sua inauguração, Belo Horizonte já possuía inúmeros estabelecimentos deste perfil, muitos deles com música ao vivo em pianos e grupos orquestrais. Eram estes espaços algo indissociável da sociabilidade constituída cotidianamente para trabalhadores, estudantes e políticos, com destaque aos cafés da Rua da Bahia (VEIGA, 2015). Ao mesmo tempo, tornam-se lendárias as subversões, registradas em imagens e relatos, seja nas pitorescas caixas de bananas e carroças estacionadas em frente a vitrines nobres, seja com a cachaça disfarçada para ser sorvida em xícaras de cafés por políticos em convescotes diurnos.

Entretanto, a valorização dos cafés como símbolos dessa época (SILVEIRA, 1996), salientando a relação entre o global e o pitoresco em contradições visuais, em certa medida deixa de perceber e se aprofundar nessas adaptações de uso que constituem a própria dinâmica social e comercial que se deu no país e particularmente em Minas, marcada tanto pela circulação de tropeiros no Brasil – do colônia até o século XX – quanto por movimentos intelectuais de vanguarda (WERNECK, 2012). Tais estabelecimentos cumpriam o papel de ponte de diálogo entre influências culturais externas, mas sobretudo atendiam a demandas locais, de escoamento de produtos rurais, de entreposto da ação política pública e do convescote privado. Sem negar que pretendiam uma diferenciação de classes pela distinção do gosto cultural, dava-se ali uma mistura inevitável, numa disputa em torno de espaços de visibilidade e trocas sociais. As mercearias, já presentes neste momento, são fruto desse enlace, atuando como mercado, café e bar ao mesmo tempo.

O papel das mercearias passa necessariamente pelo fornecimento de alimentos, estabelecendo relações, mesmo que por oposição, com as feiras e mercados. Lays de Silva de Souza (2020) investigou o abastecimento na cidade de Belo Horizonte ao longo do século XX, evidenciando o papel do poder público municipal em ações de estruturação e descentralização. Até a década de 1950 o Mercado Central aglutinava o serviço para a população da capital

mineira. Mas com a expansão da cidade, sobretudo para o vetor norte, essa convergência começa a se inviabilizar pelas distâncias e interesses a partir da oferta de novos produtos e serviços. Já neste período, a prefeitura apresenta propostas de espaços similares, de gestão pública, em menor escala, a fim de ocupar diferentes pontos, algo que só se concretiza nos 1970, com a criação de quatro mercados distritais (Cruzeiro, Santa Tereza, Barroca, Barreiro), situados em quatro pontos cardeais distintos do mapa da cidade.

Como recuperado pela autora, a partir de análise de relatório de prefeitos, a aposta nos mercados distritais não deixa de carregar um caráter higienista, visando solucionar problemas urbanos trazidos pelas feiras, como sujeira, e levando à remoção de famílias em alguns deles para a construção de um espaço diferenciado à sociedade da época. Esta década também marca a chegada massiva de supermercados ao centro e em alguns bairros, alterando radicalmente a relação de consumo, celebrando a impessoalidade, o autosserviço, a valorização da agilidade e a segmentação de produtos industrializados. Amorim (2011) relata que a década de 1970 é decisiva para um deslocamento do protagonismo das mercearias no abastecimento e o consequente fechamento desse tipo de estabelecimento a partir de então.

Ao longo de pouco mais de duas décadas o Mercado de Santa Tereza cumpriu importante papel de abastecimento, inclusive de sociabilidade, abrigando festividades de datas do calendário da cidade e recebendo apresentações artísticas, até ser desativado (ARAÚJO, CASTRIOTA, 2011), sucumbindo a novas dinâmicas comerciais da cidade e disputas sociais e políticas, como se verá mais adiante. As feiras e mercearias, no entanto, apesar de tidas como antítese do desenvolvimento trazido pelas novas estruturas de abastecimento, permaneceram nas duas décadas do século, frente à articulação e fortalecimento de redes de produtores, mas também do valor construído junto à população do comércio de rua e de calçada.

No processo de debate de uma cidade desejada – como utopia de transformação ou desejo de permanência de tradições –, tais comércios ancoram-se como símbolo de valor comunitário, de confiança e proximidade. Esta permanência naturalmente evidencia um contraponto à gestão urbana e à especulação imobiliária, que as tinham como inadequadas, também expondo a luta pela valorização dos pequenos produtores e comerciantes. No entanto, sua continuidade no presente aponta não para serviços remanescentes de um passado, como relíquias ou práticas interioranas, mas sim comércios posicionados na competitiva dinâmica contemporânea, guardando dinâmicas e características intrínsecas.

Amorim analisa essa mudança entre o supermercado e a mercearia no portal do Sertão, em Pernambuco, destacando o papel de afetividade destes espaços numa rede de crédito baseada

na confiança. Algo que segue mesmo com essas práticas abaladas com advento de redes varejistas (AMORIM, 2011). Sustenta-se em nossa tese que a permanência de mercearias, armazéns e bodegas devem ser vistas entre o econômico – a partir da viabilidade ao competir com serviços maiores – e o simbólico, numa rede de afetividade, confiança e circulação de representações culturais. Se na década de 1970 a expansão dos supermercados conferia status a uma nova classe de consumidores, hoje as mercearias, tanto as antigas quanto às inauguradas em anos recentes (emulando o perfil de tradição), não deixam de trabalhar com certa ideia de diferenciação cultural e comunitária, de exclusividade calcada na pessoalidade.

Aqui também se faz necessária uma diferenciação entre o que consideramos como mercearias³⁶, a despeito da forma de registro na prefeitura de Belo Horizonte. Bares, sobretudo mais antigos, tradicionais e de bairro (dado o maior custo do metro quadrado no centro), também vendem por vezes pequenos produtos de uso doméstico, como caixas de fósforo, sardinha, sabão em pó e salgados. No entanto, o uso principal segue com foco na venda de bebida alcoólica, tendo mais uma postura de aproveitamento do espaço ao redor do caixa do que critérios de marketing imediatos. Por outro lado, as mercearias têm como foco o abastecimento, com diversificação de produtos, dos industrializados aos artesanais de origem rural, e sobretudo atendimento direto e pessoal do proprietário. A venda de bebidas em alguns deles converte-se em importante renda, mas sem competir com a comercialização de *secos e molhados* de toda espécie para moradores do bairro. Sobre a indefinição do perfil de alguns estabelecimentos comerciais, Ferreira, citado por Ticle, afirma que “Defini-lo, talvez, não seja o mais importante, pois o que se deve ressaltar é o seu papel social” (FERREIRA *apud* TICLE, 2016, p.92).

O famoso bar do Orlando, em Santa Tereza, por vezes é considerado uma mercearia, com alguns produtos de consumo básico nas prateleiras, porém sem se distanciar da proposta recreativa principal de venda de bebidas e tira-gostos. A despeito de mudanças de perfil e administração, sua permanência ao longo de mais de 100 anos, completados em 2019, indica inegável inserção na dinâmica do bairro. Ter esse tipo de espaço celebrado, em sua simplicidade estrutural e de serviço, mostra o seu forte papel na construção da identidade do bairro. No

³⁶ Segundo nota do Sebrae, “Mercearia é um empreendimento comercial de existência secular no mercado e tem por objetivo atender algumas necessidades do lar, de forma simples e ágil. Provavelmente consiste em um dos mais antigos segmentos de negócio que ainda exista no mercado, vendendo alimentos e produtos em geral. A mercearia é uma alternativa para os mercadinhos e são muito importantes para os habitantes de pequenas cidades pequenas do interior nas quais ainda não existem supermercados. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/appportal/reports.do?metodo=runReportWEM&nomeRelatorio=ideiaNegocio&nomePDF=Como%20montar%20uma%20mercearia&COD_IDEIA=fc187a51b9105410VgnVCM1000003b74010a

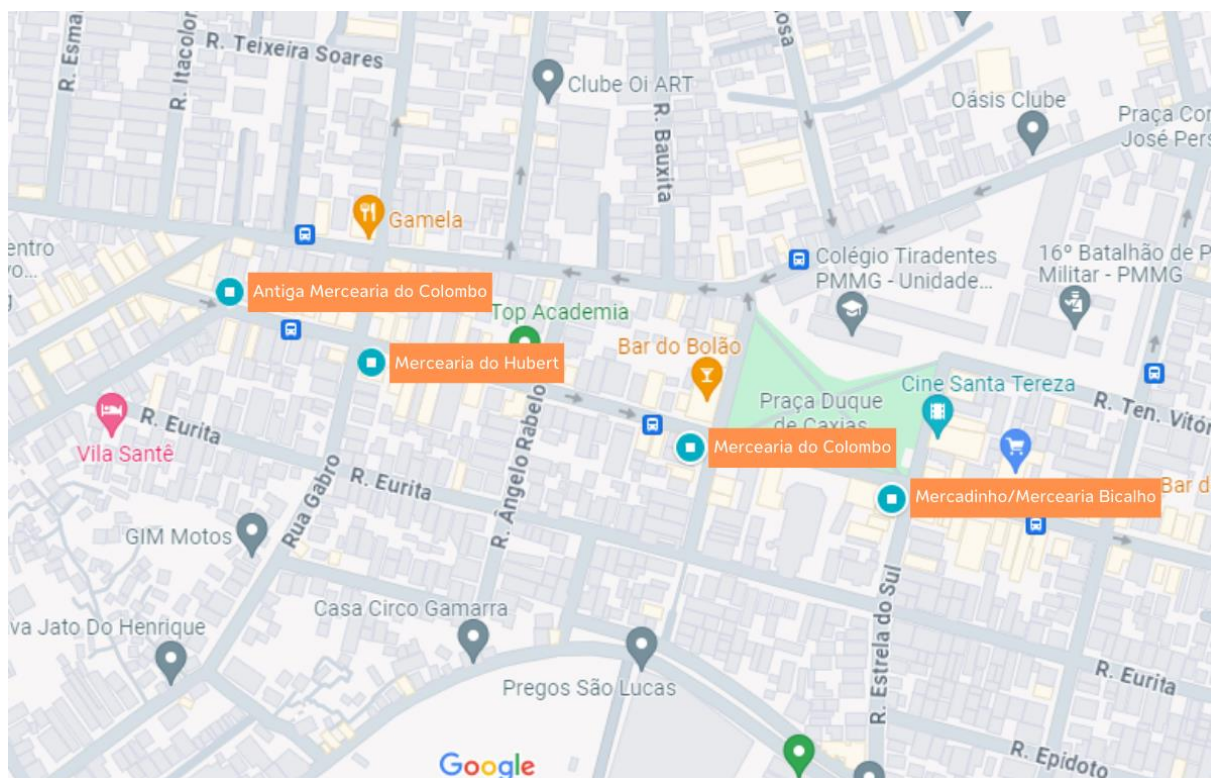
entanto, o perfil mais alinhado à bar se distancia do foco de análise de tal estabelecimento para este capítulo.

Na paisagem de Santa Tereza, alguns comércios aparentemente passam a ideia de mercearias numa primeira mirada da rua. Porém não se adequam nem entre as tradicionais nem entre aqueles comércios recentes com proposta de enobrecimento cenográfico. É o caso de um mercado localizado na rua Silvianópolis. O estabelecimento em quarteirão agradável, de casas e pequenos prédios, com uma mesa na calçada larga com moradores mais velhos consumindo cerveja, balcão na parte interna, produtos gerais e ao fundo um pequeno hortifruti, remetem a alguma ideia de mercearia.

A princípio não existe um critério que o impediria de ser considerado uma mercearia, já que não existe uma categoria específica para tal. Mas a partir do nosso estudo, esse estabelecimento deixaria de contemplar dois fatores imprescindíveis nessa diferenciação. O primeiro, e mais importante deles, seria o atendimento pessoal dos proprietários. Mais do que aspectos visuais, tal ponto caracteriza uma inserção comunitária e atendimento personalizado, o que também reflete no tipo de produtos ofertados e abertura a negociações diversas, dos valores a serem pagos a favores e trocas de informações. No caso de tal comércio, a impessoalidade de funcionários chama atenção, afastando uma ideia de consumo do lugar em prol do operacional. A oferta de produtos segue a linha de um pequeno mercado, com produtos padronizados nos refrigeradores, prateleiras e balcão, ainda que traga alguns serviços de fatiamento de laticínios. Ao final da tarde, mais do que se converter em bar, como é comum nas mercearias tradicionais, o comércio passa a ter foco em lanchonete de sanduíches, com a entrada de funcionário que assume a chapa.

Numa análise da espacialidade do bairro na contemporaneidade, identificam-se ao menos oito estabelecimentos que poderiam ser considerados mercearias. Entretanto, filtrando-se e desconsiderando aqueles que têm foco único no comércio alcoólico ou atuam como mini-mercado de atendimento impessoal, consideramos apenas três comércios com características próprias de mercearias. Localizados na rua Mármore, estes comércios cumprem certo papel de abastecimento e sociabilidade, como ponto de conversa rotineiro e marcador social, incluindo a venda de bebidas. São estabelecimentos integrantes de um trajeto afetivo a moradores e visitantes na via de acesso ao bairro, remetendo a uma tradição ancorada no passado provinciano da capital. Mas sua presença se faz também, ou sobretudo, a partir das contingências do presente, tal qual veremos adiante. Não por acaso estão num ponto de grande visibilidade do bairro, colocando essa tradição em permanente reatualização.

FIGURA 24 - Mapa de mercearias analisadas na tese



Fonte: Google Maps com edição do autor, nov/2023

Os depoimentos que dão forma à narrativa a seguir foram coletados pelo pesquisador nos próprios estabelecimentos, nos anos de 2022 e 2023. A metodologia da história oral, tal qual sistematizada por Alberti (1990) nos permite investigar trajetórias num entrecruzamento com questões históricas, sociais e políticas da cidade. Porém, para além da delimitação assertiva de fatos concretos, os relatos, em diálogo com histórias de vida, nos dão a dimensão da própria tessitura da memória, das representações e identidades, algo central para a construção de uma tradição reconhecida por si e por amplos públicos.

2.2 - Hubert - trato, confiança e um pouquinho de tudo

A rua Mármore marca definitivamente a entrada no bairro de Santa Tereza – não de forma administrativa urbana, mas de identidade. Os quarteirões anteriores da rua Hermilo Alves cumprem um papel de transição via Avenida do Contorno, com aspecto impessoal, com protagonismo ao trânsito rápido e histórico, mesmo com a presença de alguns poucos comércios pequenos e tradicionais, como chaveiros e loja de quitanda, outra de acervo e venda de vinhos, espremidos entre supermercados, academias maiores e prédios residenciais de maior poder

aquisitivo. A partir dali, deixamos o nome do engenheiro para trás e adentramos o território das pedras e minerais que batizam as vias do bairro. Um espaço concebido em partes, com a ajuda do próprio Hermilo Alves em fins do século XIX, porém agora sob uma lógica de incrustamento entre lugar e práticas que reafirma e reatualiza as tradições que se cristalizam por aqui – algo que nos lembra o “destino mineral” de Drummond descrito por Wisnik (2018).

Porém mesmo a rua Mármore, porta de entrada do bairro, começa na verdade como uma antítese de patrimônio e tradição. Do lado esquerdo, um posto de gasolina; do lado direito, um prédio de fachada triste, de janelas quase sempre fechadas ao trânsito barulhento, intenso e próximo, ladeado por um puxadinho de arquitetura improvisada, sequer com pintura. Mas é a partir dessa estranheza urbana, sem necessariamente romper com ela, que Santa Tereza vai se apresentando e cativando o olhar e os ouvidos. Já se vê a Igreja e a Serra da Piedade ao fundo, casarios ora bem cuidados, ora desgastados, num jogo entre mostrar-se e comunicar-se com o espaço público, ou se esconder atrás de muros, negando aos olhos a beleza da arquitetura remanescente das primeiras décadas do século XX.

Mais do que a arquitetura de forma isolada, como já se disse aqui, é o uso das calçadas, portas e janelas que adquire uma dinâmica intensa e conectada com o espaço a partir dali, numa dança urbana entre as moradias, os comércios e os espaços comunitários e de entretenimento boêmio. Uma confluência visual e de tráfego leva à praça Duque de Caxias com toda sua potência de sociabilidade à frente, mas é exatamente o comércio que ali se espraia, como veios ou raízes, o que confere uma conotação dinâmica e cotidiana a essa tradição. O comércio é a própria alma da tradição de Santa Tereza.

Na esquina da rua Gabro surge à direita a Mercaria do Hubert. À distância, o estabelecimento sob um prédio acinzentado de três andares não é dos mais convidativos, em comparação àqueles instalados em casarios antigos. O proprietário, alto, corpulento, de barba cerrada e de poucos sorrisos, igualmente não revela de imediato o que se dá ali. Mas ao se aproximar, o quadro de giz de cera com informações do preço do queijo canastra da semana, vassouras coloridas, vasos de flor e um caixote vertical com banana selam um convite a quem passa e estabelece conexões com elementos materiais de um passado em continuidade.

FIGURA 25 - Hubert em sua mercearia na rua Mármore



Fonte: Foto do autor, ago/2023.

Uma vez ali dentro, o dono é a própria memória, escuta, técnica e recriação de uma tradição de mais quatro décadas do estabelecimento. Ele quase sempre está próximo ao balcão – este divisa, do lado direito, uma infinidade de produtos de abastecimento, e, do lado esquerdo, o atendimento à clientela mais afeita ao consumo de cerveja e bate-papo com amigos e com o próprio Hubert. Atento a cada detalhe, ele tem informações precisas sobre todos produtos e maneja com destreza a dinâmica fronteiriça que sua mercearia ocupa, entre venda e bar.

A decoração da Mercearia do Hubert segue um perfil comum a outras mercearias, tendo o balcão com protagonismo, onde estão a balança, uma estufa de salgados e um computador – em substituição à caixa registradora que até alguns anos atrás ocupava aquele espaço. Objetos antigos ficam espalhados casualmente pelas paredes e cantos, num misto de acervo familiar do próprio comércio, colecionismo do proprietário e âncora para valores rurais, interioranos e de

estabelecimentos antigos. No depósito, ele guarda a mesa de madeira e uma grande escada utilizada para alcançar os produtos nas prateleiras, ambas dos anos 1960 e usadas na época da inauguração.

Nas prateleiras é possível identificar fogareiros dos anos 1950 – “feitos com ponta de foguete da segunda guerra mundial” –, moenda de cana, panelas com mais de 60 anos, rastelo, porta vinhos e cachaça de cidades interioranas e suporte de plantas ornamentado em motivos *art nouveau*, típico dos anos 1970. Chama atenção também uma mala, que um antigo cliente doou e que este teria usado quando se mudou em 1973 para a capital mineira para estudar engenharia. Segundo Hubert, a decoração não é trivial. “Isso faz diferença sim. Muita gente nem compra, vem aqui e fica olhando a loja. Mas depois volta pra comprar.” Segundo diz, está sempre procurando lugar para expor mais objetos, como panelas de pedra de Ouro Preto, de barro, churrasqueira de bar, artesanatos, xícaras e porta cachaças. “Gosto de coisas diferentes também.” Hubert diz gostar de manter a tradição na mercearia:

No começo, quanto meus irmãos estavam [à frente do negócio], eles tentavam modernizar, mas eu gosto do que remete ao antigo, intimidade com o cliente é maior. Vira uma venda pessoal, o cliente vira amigo, fala o que precisa pra ser atendido. Aquela coisa de dar garantia sem precisar de uma nota fiscal, de nada. Mesmo que tiver nota, não precisa. Então eu gosto do que eu faço. O cliente que vem aqui acredita no que eu falo, na palavra se o produto é bom ou não. Então isso pra mim é muito bom, é o que dá prazer em fazer o que eu faço.

Mesmo com a preocupação de não romper com uma ideia de comércio antigo, compartilhada por sujeitos diversos e valorizada por ele próprio, as mudanças estão sempre ocorrendo, caso verifiquemos essa dinâmica de perto. Essas transformações se dão por escolhas e contingências do proprietário, assim como novas tendências de mercado e demandas dos clientes.

As mercearias passam por períodos de mudança de perfil também em adequação a legislações, sobretudo impostas pela vigilância sanitária – mas também com margem a pequenas transgressões de certa forma autorizadas. De todo modo, elas não seguem alheias às regras nem ocupam um espaço desconexo ao que se exige dos comércios contemporâneos. Hubert se recorda de que antes tudo era a granel. “Aí proibiu, de repente não podia vender arroz, feijão e querosene assim. Não podia ter uma rachadura no chão, a temperatura dos freezers tinha que ser exata. Mas com o tempo isso também foi mudando.”

É comum a reclamação de comerciantes quanto a fiscalizações do poder público, sempre vistas como excessivas. Hubert, porém, tem percepção da importância disso e também da perda

para todas as partes quando esse sistema se enfraquece. “Hoje o fiscal nem vem, só com denúncia. O que é muito ruim também. Quando tem alguém olhando junto com a gente, é melhor. A lei é aperfeiçoada porque tinha muito comerciante que tentava passar a perna mesmo.”

“Tem café fresco?” Pela manhã, alguns clientes e amigos passam pela mercearia para um rápido café e dois dedos de prosa. Catão, o irmão mais velho de Hubert, com ampla experiência de comerciante no bairro e na cidade, é um desses. Relembrando tempos em que também trabalhava ali, ele prefere salientar a diferença dos produtos de antigamente, quando quase tudo vinha em latas que “duravam mais de 10 anos”, descartadas só se tivesse amassada, furada ou enferrujada. “E tudo funcionava. Mas realmente a gente podia morrer e nem saber por que também”, pondera.

Com o tempo, a mercearia viu práticas e produtos desse tipo de estabelecimento serem proibidos, como o café moído na hora e o melado de cana, por atrair insetos e formigas. Nos primeiros tempos, ainda se matava galinha e levava-se o sangue na hora em um saquinho, algo não mais autorizado. Mas os fiscais, segundo Hubert, fazem vista grossa, não por favorecimento particular, mas por verem um perfil limiar dessas mercearias e o tipo de mercadoria que circula ali. Nesse sentido, as novas legislações igualmente tentam compreender esse retorno de interesse da clientela por produtos frescos, a granel, naturais, caseiros e “retrôs”, como ele se refere. O queijo em armário, como Hubert conta, teoricamente também não é permitido. Proibiu-se qualquer tipo de madeira áspera e crua, sem ser tratada, nos comércios em geral.

Minha loja aqui é toda em madeira crua. Por causa do estilo. Mas a fiscal disse que enquanto não vier a nova regulamentação, não vai criar caso. Madeira crua é porosa, dentro dela pode ter caruncho. Mas a gente passa querosene e betume, deixa secar no sol até sair o cheiro, pra não voltar inseto. Mas mesmo assim, pra Prefeitura, por lei é proibido. Minha imunização é feita quatro vezes no ano. Mas se tiver denúncia eles veem e olham a loja toda. A regional da Prefeitura é um quarteirão aqui pra baixo [na rua Salinas]. Então eu não posso nem andar mais ou menos, porque eles compram aqui na minha loja. Um biscoito vencido dá multa de 300 reais.

Já teve uma época em que Hubert tentou transformar a mercearia num pequeno supermercado, com gôndolas, mas não deu certo, segundo conta. “Cada mercado tem a cara da pessoa. E essa aqui é a minha. Aqui ainda falta um tiquinho pra ficar mais, quero colocar balcão de madeira com vidro em cima.” É assim que uma aura de tradição e permanências parece pairar sobre aquela esquina. “Essas cinco galinhas caipiras são minhas”. É comum testemunhar na porta da mercearia diálogos como esse, de venda de galinha, cachaça, troca e negociação de

imóveis. Mesmo que o produto não esteja à venda naquele comércio, o lugar torna-se um centro irradiador de práticas tradicionais que resistem no presente.

FIGURA 26 - Maturadores de queijo na Merceria do Hubert



Fonte: Foto do autor, ago/2023.

Mas a busca pelo tradicional também não impede modernizações, como a informatização de todos os produtos, o que “deu muito trabalho”. Atualmente a mercearia está com 3.200 itens registrados, já tendo chegado a cerca de 5 mil.

Antes tinha muita coisa que não tinha em supermercado, como folha de papel almaço pra trabalho escolar, lápis de cor, fita cassete, fita de vídeo, CD, DVD. Filme pra máquina vendia muito, 200, 300 por mês, mais que muita loja especializada. Porque tinha preço melhor aqui.

Muitas tecnologias ficam ultrapassadas e seus produtos e derivados, a exemplo das máquinas fotográficas, somem dos grandes e pequenos comércios. Mas alguns permanecem. “Hoje ainda tem agulha de costura, agulha de desentupir fogão, tintol, linha”, enumera. Até mesmo produtos de farmácia se encontram ali, como “acetona, sonrisal, engov e dipirona. Mas poder, não pode. Engraçado que a farmácia vende coisa de mercearia, mas a gente não pode vender medicamento básico, né?”

Para o proprietário, existe um ponto claro de diferença entre uma mercearia e mercados, supermercados e mesmo farmácias – estas, hoje em dia, já incorporando produtos diversos e concorrendo com aqueles.

A pessoa vai ao supermercado pra comprar tais produtos, pega e volta pra casa. Muita gente vem aqui e não sabe o que quer comprar, vem pra passear, conversar, olhar a loja, caçar uma coisa diferente, comer um doce diferente. Tem 50 tipos de doce, 35 de queijo e 50 de biscoito. De uma marca só tem oito tipos de pão integral. E se a pessoa comprar e não gostar pode trocar, devolver.

Existe assim um consumo do lugar e do tempo que ele possibilita, seja o da duração de uma conversa ou do rememorar o passado através da ambiência e produtos. Comprar um queijo curado no local ou sentir o aroma do café ativa fatores afetivos que os grandes comércios não conseguem alcançar, mesmo com todo investimento de marketing. E junto a isso, a qualidade e a honestidade é o fiel da balança.

A gente sempre teve obrigação de fazer coisa boa e bem feita. Se não perde o cliente. Fui criado assim desde o tempo do meu pai e irmãos, pra vender produto de qualidade, pra pessoa gostar e voltar. Dar garantia. Se a pessoa não gostar, pode devolver o produto e devolvo o dinheiro, mesmo que uma outra tenha gostado. Mas também sou honesto. Tem produto que eu parei de vender porque eu não gostava. E se a pessoa me perguntar, não consigo mentir e dizer que gosto.

De forma ampla, Hubert considera como ponto central para a permanência das mercearias na paisagem comercial de um bairro altamente competitivo a forma como trata o cliente. “Trato igual o que vai gastar cinco reais e o que vai gastar 5 mil. E eu sei quem vai gastar, mesmo sem conhecer. Cliente que pergunta muito não leva nada. O que quer desconto escolhe e depois pede.” A intimidade entre clientela e dono é nítida e cativa novos frequentadores. Existem clientes que frequentam o local há décadas e têm a liberdade de cruzar o balcão para pegar e anotar a própria cerveja na caderneta de controle ou, pela manhã, aqueles que chegam e vão direto na garrafa de café próxima ao fogão sem maiores cerimônias.

Ainda sobre os produtos, para o comerciante, é nítido uma maior demanda a partir da segunda década do século XXI tanto por itens de maior vínculo rural e tradicional, como ovo caipira e queijo, quanto por orgânicos, que se inserem numa lógica de práticas de referência contemporâneas, com certificações. É fácil perceber ali, ao longo de todo o dia, a procura constante por banana direto da roça, queijo, café moído na hora. E nada ali é uma simples mercadoria, tudo tem sua história sobre o fornecedor e origem. “A banana é sempre o mesmo cara que traz, porque é orgânica, tem qualidade. Só não pode tá chovendo, porque ele é medroso

e não entra no mato pra pegar”, debocha. E ele também se esforça para sempre ter a oferta de temperos a granel, linguiça artesanal, macarrão caseiro e biscoito do interior.

Mesmo fazendo uso de fornecedores de mercado, sobretudo para bebidas ou industrializados, a presença de produtos do interior do estado, entregues pelos próprios produtores ou por um fornecedor direto, tem grande peso no abastecimento. O queijo chega três vezes por semana, de cidades e fornecedores diferentes, produzidos em fazendas de municípios como Carmo do Paranaíba, Araxá, Entre Rios de Minas, Brumadinho e São Roque de Minas. Ele também busca produtos para se diferenciar, como licores de murici e coquinho verde de Montes Claros, típicos do Cerrado mineiro, farofa vegana de Glaura (distrito de Ouro Preto) e um “parmesão mineiro” produzido no Serro.

A mercearia tem que ter um pouquinho de tudo. O cliente faz a compra dele. Geralmente o que faltou, a gente procura. Geralmente tem alguns produtos exclusivos que a mercearia tem que ter: uma linguiça diferente, por exemplo, que não tem no supermercado, um queijo diferente, um doce diferente. E um atendimento personalizado, que é você conhecer o cliente, ele te chamar pelo nome.

Observando os gostos e demandas dos clientes, ele desenvolve a tática de ter a disposição produtores similares. “Se a pessoa vem atrás de um mel, aí dá pra oferecer um própolis, falar de um xarope orgânico”. A oferta de produtos da mercearia, assim, é construída a partir da visão do proprietário, vínculos culturais e históricos e, sobretudo, pela demanda dos clientes, num contato dia a dia e personalizado.

O contato direto com fornecedores e a frequência e quantidade com que vende permitem, por outro lado, preços por vezes melhores que de mercado, com queijos cerca de 20% mais baratos. Vende unidades de quase tudo, até de um ovo. Algo comprovado durante as entrevistas. No final do ano, faz carne assada, tábua de frios montada na hora, cobrando por quilo e na quantidade que o cliente quiser, o que sai mais em conta para este. O cliente é a prioridade sempre.

Como dito, essa quantidade e diversificação de serviços e produtos num local pequeno é um dos principais eixos que explicam a permanência das mercearias frente à competição de comércios especializados e com maior poder econômico e barganha junto a fornecedores. O local ocupa um lugar de afetividade e sociabilidade, mas igualmente de praticidade para adquirir itens tão díspares quanto café moído na hora, massa congelada e clipes.

Outro ponto central, que também se alinha ao percebido pela pesquisa em demais mercearias e comércios tradicionais, diz respeito ao aluguel do imóvel. Mesmo nenhum deles sendo proprietário direto, os valores cobrados se estabelecem a partir de uma confiança

construída por décadas, ficando, de certa forma, blindados aos altos valores praticados no bairro. Assim, a especulação imobiliária, que infla preços por interesses em ganhos imediatos e de mercado futuro, é contraposta a uma lógica de permanência de valores menores pela confiança num transcorrer do passado até o presente.

Aqui nem tem contrato, tudo manualmente. O último contrato foi o meu irmão que fez em dezembro de 1977. Negociação sempre verbal e a gente paga impreterivelmente todo dia 10. Ele vem com uma pastinha, igual o senhor Barriga, só recebe em dinheiro, conta o dinheiro, não recebe em pix, nada. Dinheiro ou cheque. Igual antigamente. Aqui o valor é bem mais barato que em outros lugares. Mas por que ele não aumenta? Ele prefere que eu pague, porque tô aqui há anos e nunca atraso o aluguel. Ajudo ele nos problemas do prédio, em compras. Ele mora no Belvedere e sai pra fazer compra aqui.

A confiança, mais do que a obrigação, permeia praticamente todas as conexões pessoais na mercearia. Ainda hoje utiliza caderneta para os clientes mais tradicionais do bairro, guardadas numa caixa sob o balcão. Mas atualmente ele fecha e manda virtualmente, por whatsapp, para pagarem por pix. O sistema de cadernetas já passou por desafios, como a crise inflacionária de 1987, em que tinha que pagar o preço do dia, por conta de variações, com o valor de um óleo podendo dobrar de um dia pro outro.

A Mercearia do Hubert abre todo dia 25 de dezembro e 1º de janeiro, algo raro entre comércios. “As pessoas me perguntam por que não tiro folga. Mas é porque o cliente precisa de mim nesse dia. Eu preciso dele o ano todo, mas ele precisa de mim principalmente na Sexta Feira da Paixão, Natal e 1º de janeiro.” Nesses dias é comum clientes atrás de um pão pela manhã ou mesmo uma refeição “É um dia que eu vendo muito. Mas pensando em ajudar o cliente.”

FIGURA 27 - Clientela na Mercearia do Hubert



Fonte: Foto do autor, ago/2023.

Em 2002 o estabelecimento e a família Lacerda passaram por uma tragédia. A data segue viva e precisa na memória de Hubert: 13 de outubro. Um dos irmãos que trabalhava ali foi assassinado dentro da própria mercearia, num latrocínio praticado por um menor de idade. Após o incidente traumático, Hubert optou por trocar o nome do comércio, em busca de uma nova história, desvinculando-se até mesmo do antigo nome jurídico. De Mercearia Lacerda a placa passou a indicar a Mercearia do Hubert. “Mas continua sendo a Mercearia Lacerda de sempre”, pontua.

Nas décadas anteriores Santa Tereza contava com mais mercearias de secos e molhados, porém sucumbindo em sua maioria à competição com os supermercados. Quando resistem, elas disputam com empreendimentos recentes emuladores de capital simbólico, numa construção de tradição (LEITE, 2004). Hubert percebe a diferença entre mercearias antigas e as novas, inauguradas por “estar na moda”, segundo ele.

É muito diferente: na mercearia antiga a pessoa vem porque se identifica com o dono e o dono com o cliente. Não vem só pra comprar, vem porque se sente bem no lugar. O dono está sempre presente. A pessoa sugere um produto e depois volta, vai se identificando com o que tem na loja, um cliente vai indicando pro outro.

Um diferencial entre as mercearias tradicionais e as recentes está na diversificação e quantidade de produtos, algo já destacado acima.

Eles abrem, colocam só queijo, a pessoa vai e não compra outro produto. Abriu um na Silviano Brandão que deve ter uns 150 itens só. Eu não acredito que passe de dois anos. Porque um item vai cobrindo o outro. Aqui a pessoa vem comprar um queijo e lembra que precisa de um tintol. Vai comprar uma fita isolante, já leva um veda rosca, um durex. Tem de tudo pra atender o cliente. Quem tem de tudo, tá sempre vendendo alguma coisa. Se a pessoa tem pouco produto, tem que vender mais barato. Aqui tem uns que custam pra vender, mas vale a pena. Domingo onde vai comprar fita isolante? Agulha? Só aqui ou no shopping. Agulha só aqui. Cliente sabe que vai achar aqui. Isso que faz diferença.

Em momentos de maior público consumidor de bebidas alcoólicas, sobretudo ao final da tarde ou em finais de semana, o estabelecimento adquire um maior aspecto de bar, dado o público parado na porta em mesinhas e circulação de copos e garrafas. Hubert, no entanto, não gosta de deixar a mercearia em segundo plano mesmo nesses momentos, garantindo o atendimento aos clientes que procuram pelos produtos típicos e tradicionais. Mas de alguma forma esse público se mistura, com frequentadores à procura de café pela manhã e produtos típicos para a família, mas também tomando cerveja. “É até a desculpa deles. ‘Onde você vai? Vou na mercearia!’ Ao invés de falar que vai pra um bar beber. E compra alguma coisa só pra poder entrar em casa.”

Apesar do burburinho em certos momentos, a exemplo do maior público “externo” em função do forte movimento de música ao vivo de um bar vizinho, com pessoas à procura de cigarro e cerveja para ficar na calçada, os perfis de mercearia e bar não chegam a se chocar. Mas Hubert tem preferido cada vez mais se dedicar à mercearia. “Tem muitos clientes que vêm aqui há muitos anos pelo bar, mas aos pouquinhos eu tenho diminuído. Hoje em dia o que mais gosto é a mercearia.”

FIGURA 28 - Mercearia do Hubert



Fonte: Foto do autor, ago/2023.

A mercearia do Hubert, mesmo presente em edificação não tão antiga, herda hábitos, costumes e ambiências das vendas rurais e interioranas, pelas características desse tipo de estabelecimento e pela própria trajetória específica da família Lacerda. A história ali tem início na segunda metade da década de 1970. O irmão mais velho, Catão, foi quem começou tudo. O pai, fazendeiro na região de Almenara, possuía vendas rurais. Catão se lembra de ajudá-lo a empacotar arroz e engarrafar cachaça, quando tinha cerca de 7 anos. O pai também matava boi e porco. Depois dos negócios de fazenda quebrarem, o patriarca levou a família para Montes Claros em busca de emprego formal, onde alguns filhos mais novos nasceram, dentre eles Hubert. Até que Catão, já jovem, resolveu tentar a sorte na capital mineira junto a outros irmãos, por volta de 1977 – com o passar dos anos vieram os pais e os filhos mais novos. Naquele tempo, depois de morarem na rua Itacolomito em Santa Tereza, estabeleceram-se na parte de cima da mercearia, ponto comprado da antiga proprietária, Dona Rouca, em 23 parcelas mensais. Pago ao longo de dois anos, o negócio logo deslanchou, com a família toda trabalhando ali.

Para Catão, a mercearia que abriram naqueles anos finais da década de 1970 e começo dos anos 1980 era praticamente uma “venda da roça”. Vendia arroz, feijão, açúcar, milho pra

galinha. Tudo a granel em antigos móveis de madeira, típicos desse tipo de comércio, em que o comerciante levantava uma tampa de madeira e retirava o produto com auxílio de uma de uma concha de medir grãos. Havia também muita procura por querosene, já que alguns pontos do bairro, principalmente a Vila Dias, não tinham energia elétrica. “Então era no candeeiro.” Sem supermercados na região, sobretudo aos fins de semana, o “pessoal aqui dessa favela”, como se refere, fazia compras básicas na venda.

Hubert nasceu nos anos 1970, mas segundo Catão já faz parte da história do bairro, mesmo tendo chegado em Belo Horizonte 10 anos depois do irmão mais velho. Aprendeu muito com o pai, que o considerava o xodó da família. Este o levava pro Mercado Central pra fazer compra, “comia tudo que tinha, lá, abacaxi, coxinha”. Mas o pai também “não dava mole”. Designava o pequeno para varrer toda a mercearia e lavar copos. Exigente, se encontrasse sujeira, exigia que recomeçasse o processo. Pegou rapidamente a veia de comerciante ali.

A mercearia antiga funcionava como secos e molhados e possuía uma geladeira de madeira para colocar queijos. A maioria dos produtos era fresco ou em latas. Bebidas, apenas com casco retornável. “Hoje é tudo plástico, melhor pro comerciante, mas pior pra natureza”, diz Hubert. Ele se recorda da carne de sol do interior pendurada em espeto de açougueiro, linguiça escorrida em cima do fogão. “Muita coisa diferente que você não vê mais por conta da própria cultura. A vigilância sanitária também não permite mais, foi adaptando, mudando com o tempo.”

Mercearia e bar de fato já se misturavam ali. Numa parte hoje ocupada por freezers, antes funcionava um bar com movimento intenso no próprio comércio. A cozinha (hoje proibida pelo corpo de bombeiros devido ao mezanino na parte superior) fritava 300 pastéis por dia, fazia tropeiro, carne de sol e galopé³⁷. Os tira-gostos e refeições ficavam a cargo da mãe de Hubert. “Tudo muito bom e com preços bons. As coisas que minha mãe fazia... Não é à toa que eu sou desse tamanho!” Nos anos 1980, a mercearia ficava aberta até meia noite, uma da manhã, com apenas dois irmãos trabalhando. Em plena crise financeira, supermercados na região eram só o Carrefour e Pague Pouco, e mesmo assim fechados aos domingos, assim como postos de gasolina. Nesse dia, ficava “empapuçado”, com fila e gente de outros bairros.

A mercearia cultivava um público tradicional do bairro de classe média, atendia famílias da Vila Dias, de menor poder aquisitivo, e também atraía a atenção de artistas e políticos, sobretudo em época de campanha. Uma foto de 1982 guardada pela família mostra a visita de

³⁷ Prato tradicional feito com o pé de galinha e galo.

Tancredo Neves, então senador da República pelo PMDB (migrara do PP naquele ano) e que mirava o governo de Minas Gerais. Na ocasião, ele estava acompanhado de Luiz Góes, fotógrafo oficial de Juscelino Kubitschek. “Prometeram que arrumaria emprego pro meu pai, mas nada, até brigamos com o Zé Góes. Depois ficou tudo bem”. O fotógrafo, de família do bairro³⁸, era bem conhecido dos Lacerda.

Na imagem aparecem também o irmão mais velho da família, já falecido, e o pai de Hubert. Os azulejos brancos ao fundo da imagem são os mesmos da atualidade. Na prateleira, macarrões, caixas de fósforo e garrafas de bebida, como a Jurubeba Leão do Norte. No registro, Tancredo está falando ao telefone, depois de ter pedido o aparelho emprestado aos proprietários para fazer uma ligação de urgência em meio à campanha que o elegeria como o 31º governador de Minas Gerais em março de 1983. Tancredo passou duas vezes pela mercearia naquele período, em uma delas levando um queijo canastra e uma cachaça de Salinas. “Pegou fiado e não pagou”, relembra Hubert.

FIGURA 29 - Foto na Mercearia Lacerda em visita de Tancredo Neves



Fonte: Acervo familiar de Hubert Lacerda

³⁸ Luís Góes é memorialista e morador do bairro, autor de livros sobre a história de Santa Tereza e agitador cultural, responsável por jornal comunitário.

Catão, 10 anos mais velho do que Hubert, possui visão mais conservadora do que o irmão mais novo, idealizando um momento de tranquilidade e segurança em meio ao governo militar, em que se podia “andar pela favela”. A partir daquele momento testemunhou toda uma transformação do comércio do bairro. A parte baixa era marcada pelo Bar dos Pescadores, posteriormente Bar do Orlando. Naqueles tempos a rua Mármore contava com comércios como a Paraibana (esquina com Tenente Durval), que vendia roupas, a Arapuã, o Bazar Glória: tudo através de caderneta e todos com muito movimento. A vizinha dona Totinha vendia galinha caipira, que era morta na hora. Supermercado, apenas o Pague Pouco, onde atualmente funciona franquias do Super Nosso. Pouco a frente, na Praça Coronel Persilva, funcionava o Bar Azteca.

Era um bar conjugado com mercearia, equilibrando o ambiente entre uma e outra característica, onde se tomava uma cerveja e se comprava um pão, um leite, uma farinha. Desse modo, ali entravam até crianças para comprar, cercadas de carinho e respeito. Todo mundo conhecia todo mundo, ali. (NEVES, 2010, p. 40)

Os bares também marcavam a paisagem do bairro. “Santa Tereza sempre teve muito boteco, mais “copo sujo”³⁹, tudo tranquilo. Depois veio Clube da Esquina, ficou famoso.” Do final dos anos 1970 e início dos 1980, lembram-se bem do Bar Seleta e do Bolão, que na época ficava no ponto oposto da praça, ao lado do cinema, onde também tinha o Barbarella. Ali se reuniam integrantes da Banda Santa, da qual a mercearia já foi patrocinadora. Dos integrantes, recorda-se de Cassiano, Boneca, Eurípedes e Marilton, ocasionalmente. “Depois teve muita briga. Banda Santa começou com gatos pingados, mas foi crescendo. Tinha Inocentes⁴⁰ e outros grupos. Mas não era igual hoje, era mais família.”

No início da Rua Mármore existia a Mercearia do Antônio, “que virou evangélico e parou de vender bebida. Antigamente dava dinheiro em bar e mercearia era cachaça, dose.” A família Bicalho, de Nivaldo e Colombo, chegaria no final dos anos 1980. “Tinham bar onde é o Sheridan, onde trabalhava toda a família. Depois cada um foi pra um lado. Vieram do interior e sobressaíram bem.” Colombo, como veremos mais adiante, posteriormente assumiu o ponto da mercearia do Antônio e hoje está na praça, onde era o Armazém Mineiro, que funcionava como um pequeno supermercado.

Catão chegou a ter cinco estabelecimentos ao mesmo tempo no bairro e região, totalizando cerca de 30 funcionários. Era proprietário de um sacolão, de restaurante na rua

³⁹ Expressão que se refere a bares mais simples.

⁴⁰ O Inocentes de Santa Tereza é o bloco mais tradicional do bairro, formado sobretudo por moradores. Já a Banda Santa se propunha a performances musicais, com instrumentistas puxados por caminhões pelas ruas.

Pouso Alegre, do famoso Felinos, local com muito movimento, um bar na região conhecida como Alto dos Piolhos (na rua Quimberlita) e uma pizzaria na praça. Na mercearia ele ficou até 1997 e com o restaurante até 2012. Hoje possui uma portinha, no estilo de venda também, o Mercado da Roça, no bairro Sagrada Família, onde reside, assim como Hubert. Este, em certo momento da vida, já chegou a morar em um dos apartamentos em cima da própria mercearia.

As tradições e referências culturais do bairro de Santa Tereza por vezes se cruzam nas mercearias. Hubert é fã de música e constantemente está com camisetas de rock brasileiro e de bandas internacionais dos anos 1970 e 1980. Seu estabelecimento também é frequentado por músicos em horários diversos – em tempos atrás, Lô Borges “invernava” no local até altas horas. Algumas vezes no ano Hubert promove apresentações musicais na mercearia, assim como ocorreu no carnaval de 2023, com apresentação de banda formada por integrantes que moram no próprio predinho sobre o comércio. Enquanto guitarra e baixo disputavam a calçada, a bateria ficou posicionada dentro da própria mercearia, ao lado do freezer de queijos. A música só foi interrompida com a chegada da polícia, que cerceou a performance devido à falta de alvará para tal finalidade, apesar de naquele momento a capital mineira estar em plena ebulição carnavalesca com milhões de pessoas em blocos por diversos bairros. Hubert preferiu não questionar, apesar do descontentamento do público presente. Com os carnavalescos se dispersando, ele voltou ao atendimento da mercearia normalmente, enquanto tomava uma latinha de cerveja.

FIGURA 30 - Vista de dentro da mercearia do Hubert com banda carnavalesca



Fonte: Foto do autor, fev/2023.

2.3 - Colombo: o navegante da Mármore

Na mesma rua Mármore, ao final do quarteirão à frente, um imóvel da década de 1940 estabelece um diálogo harmonioso com a Praça Duque de Caxias. Onde antigamente já foi o Armazém Mineiro, como dito, e outros comércios, funciona ali a Mercearia do Colombo, em cujas linhas retas de sua arquitetura eclética assenta-se uma pintura ao mesmo tempo colorida e suave, em motivos visuais que lembram uma bandeira de festa junina algo desbotada. A esquina na qual está inserido o imóvel, tendo o tradicional Bolão à esquerda, respira boemia e uma ideia de tradição. A presença de um comércio antigo num local de grande disputa imobiliária demarca valores compartilhados no bairro num tempo estendido.

FIGURA 31 - Vista da esquina da Mercearia do Colombo



Fonte: Foto do autor, ago/2021.

O *antigo* ali, no entanto, é produzido não exatamente pelo tempo de existência do comércio em si naquele ponto, ou apenas pela arquitetura e ambiência, mas sim por um *fazer* cotidiano da mercearia, reiterando e ampliando seu imaginário no aspecto estético, mas sem depender só dele. A despeito de uma localização nobre, a mercearia é marcada pela simplicidade, com foco sobretudo no aspecto de bar popular, com mesa de sinuca, cerveja, bebidas alcoólicas e tira-gosto vendidos em mesas de plástico. Em um setor ao lado dos freezers

de bebidas, estantes ofertam produtos de limpeza e mantimentos básicos, como massa de tomate, sardinha, açúcar e arroz.

Entre bar e mercadinho, o comércio dispõe sempre de almoço e janta⁴¹, a partir do que se oferece no “cardápio do dia”. Esse ambiente misto, marcado pela presença e atendimento pessoal do dono, é o que faz do comércio uma “mercearia”, algo que dá a tônica da tradição em Santa Tereza, assim como no caso de Hubert. Colombo, entretanto, ancorado em seu nome de navegador português – numa iconografia que ele inclusive explora na logomarca do local –, coloca essa tradição em movimento e deriva pelo bairro, já tendo sua mercearia funcionado em diferentes pontos da rua, com ambiência ao sabor dos ventos de cada momento.

As ruas de Santa Tereza trazem, em sua maioria, nomes de cidades mineiras e pedras, preciosas ou não. Mármore é uma rocha formada sobretudo pela movimentação de atividade vulcânica, numa massa caudalosa em alta temperatura que escorre e aos poucos se sedimenta. Como analisa De Certeau, a caminhada pelas ruas rearticula tropismos semânticos, ora “atraída ou repelida por denominações de sentidos obscuros”, ao passo que os pés constroem frases sobre esses nomes, sem que se saiba.

Nos espaços brutalmente iluminados por uma razão estranha, os nomes cavam reservas de significações escondidas e familiares. Eles “fazem sentido”: noutras palavras, impulsionam movimentos, à maneira de vocações e chamados que dirigem ou alteram o itinerário, dando-lhe sentidos (ou direções) até então imprevisíveis. Esses nomes criam um não lugar nos lugares: mudam-nos em passagens (DE CERTEAU, 1998, p. 171)

E é em tal rua que uma família se assentou nas últimas duas décadas do século XX depois de correr seu curso a partir do interior, passando a simbolizar uma ideia de tradição da própria capital, com fama mesmo nacional – mas com alguma perspectiva de movimento, ao se verificar esse processo de perto. Ao analisar a trajetória dos bodegueiros em Pernambuco, Amorim (2011) observa o perfil de forasteiros migrantes da roça para a cidade em busca de oportunidades de trabalho, êxodo rural verificável dentre boa parte dos donos de mercearias em Santa Tereza.

A geografia social do bairro de Santa Tereza, mais especificamente na rua Mármore, contém a marca de certos irmãos com tradição no comércio, alguns fincando estaca em pontos duradouros, como a Pastelaria do Lúcio e o Mercadinho Bicalho – também conhecida como Mercearia do Nivaldo. Já Colombo, como dito, navega por esse território de boemia e tradição

⁴¹ O termo *janta* aqui denota uma pessoalidade cotidiana e familiar, diferente da formalidade comercial de *jantar*.

ao sabor dos ventos. O fato de serem irmãos não chega sequer a ser algo explorado comercialmente ou sabido amplamente. É uma arqueologia da tradição urbana às vezes visível apenas abaixo dos olhos e passos efêmeros, tal qual placas tectônicas dessa tradição ao mesmo tempo sólida e móvel, como uma massa vulcânica – que se converte em mármore

A família Bicalho é natural da zona rural mineira de Itabira, “da roça mesmo”, como gostam de falar. Com os pais já falecidos naquele início dos anos 1980, as oportunidades também não eram tão boas por ali para Colombo Salvador Fonseca Bicalho e seus 13 irmãos. Foi então que o primo Geraldinho o procurou para dizer que um tio deles, Tião, queria “passar um bar pra frente” em Belo Horizonte. Colombo chamou o irmão Nivaldo, pegaram um fusca velho e, enfrentando lama e escuridão, foram até o distrito de Carneirinho, nas imediações de Itabira, para conversarem melhor com o primo e conferirem a história.

FIGURA 32 - Família Bicalho na Fazenda Jardinópolis em Itabira (MG) em 1976.



Fonte: GÓES (2015, p. 243). Reprodução.

“Vamo lá ver o bar dele?”, propôs. E lá se foram para a capital mineira os dois, o primo e os demais irmãos Lúcio, Mozart e Neivaldo, este gêmeo de Nivaldo. De fato, a oportunidade era boa – ou compatível com a vontade de fazê-la acontecer. Compraram logo o ponto de um grande bar na rua Mármore, n. 600, em Santa Tereza – àquela época um bairro tradicional, mas

longe de ser um lugar disputado comercialmente a partir de relações culturais e patrimoniais. Possuíam dinheiro apenas para metade do que o proprietário pedia, porém com o bar e restaurante vendendo muito, em 90 dias levantaram o recurso restante.

O bar, situado logo após o cruzamento com a rua Estrela do Sul, ia bem, atendendo com eficiência e clima aconchegante os clientes. “Aí com três anos, pediram o imóvel. Deram uma rasteira na gente, rapaz. A sorte é que nesse meio tempo compramos um bar pra gente, naquele salão, do lado da Igreja.” Precisaram apenas atravessar a rua em direção à praça. No imóvel funcionava um comércio de joias, ponto que um comerciante queria passar pra frente e acabou aparecendo em hora oportuna aos irmãos. Ali começou o Bar Família.

O Bar Família marcou o período em que funcionou na Praça Duque de Caxias. “Lascamos de vender. Arrumamos cozinha boa, ficava lotado”, recorda-se Colombo. Nivaldo, que tinha pouco mais de 20 anos, também se lembra que o novo ponto foi um sucesso. A equipe tinha uma ótima cozinha, dona Maria, e aproveitaram para inventar pratos para o cardápio, como o Angu à Baiana, que logo caiu no gosto da clientela. Pouco depois, o primo Geraldo quis vender o bar que havia adquirido ali perto, e não perderam a chance. Assim, naqueles meados de 1981, em cerca de três anos, já possuíam três bares em Santa Tereza. Era uma espécie de sociedade entre os irmãos, que iam se espalhando em diferentes pontos pelo bairro, com exceção de Mozart, que logo seguiu para outras cidades.

Apesar da paisagem aprazível, na época, o bairro de Santa Tereza não contava com uma grande frequência de turistas e pessoas de outras partes da cidade – esse perfil se intensificou sobretudo a partir dos anos 1990 e 2000. O perfil boêmio era marcante, já com o restaurante Bolão e o tradicional Barbarella na praça, porém frequentados mais por pessoas da região. Se hoje a boemia bebe também no turismo cultural e de “consumo dos lugares”, até a década de 1980 a clientela tradicional era composta sobretudo de moradores ou trabalhadores de fábricas, comércios, serviços em geral do entorno e soldados do quartel, no íntimo diálogo entre consumo de álcool ao final do dia de trabalho de mão-de-obra pesada.

As mercearias remetem a diferentes tradições no país, das bodegas nordestinas ou botecos cariocas, passando pelos armazéns de secos e molhados em Minas. Em comum, são lugares com consumo de bebida alcoólica no mesmo local de fornecimento de alimentos, estes estocados no mesmo cômodo de atendimento à clientela. Sidney Chalhoub analisa com maestria a construção social de dados estabelecimentos a partir de ocorrências policiais e processos criminais no início do século XX, desenhando uma sociedade que se aburguesava a partir do preconceito a práticas populares. Nesse sentido, ele diferencia os quiosques do Rio, perseguidos

pelo poder público e empresariado pelos hábitos reprováveis dos frequentadores – tendo apenas o proprietário no interior, vencendo bebida, fumo e alimentos – e os botecos, mais toleráveis pela possibilidade de imposição de normas.

Se a luta contra os quiosques foi sem tréguas, o mesmo não ocorreu em relação aos botequins. Isto talvez se explique pelo fato de que o botequim funcionava geralmente também como venda, desempenhando um papel fundamental na distribuição de alimentos para a população de baixa renda. Mas a condescendência em relação ao botequim pode ter também significados menos aparentes, principalmente se raciocinarmos em termos dos objetivos mais amplos da classe dominante de exercer uma vigilância contínua sobre sua força de trabalho. (CHALHOUB, 2008, p. 259)

Os três estabelecimentos dos Bicalho tinham perfil de bar e com oferta de almoço de dia, atendendo moradores e trabalhadores do bairro, ainda sem um propósito de mercearia. Algum tempo depois, Nivaldo, mais novo, passou a se cansar dos estudos pelo dia e trabalho exaustivo à noite com o Bar Família e acabou vendendo sua parte aos irmãos. Ele começou então a realizar uma espécie de “feirinha”, numa garagem em imóvel próximo ao primeiro ponto, logo que chegaram de Itabira. “Aí pintou o Mercadinho Bicalho pra mim. Muito melhor trabalhar só de dia.” Colocando sua identidade de origem rural e a experiência adquirida no comércio, ali ele vendia de tudo: verdura, cachaça, buscava queijo na roça. “Ele vendia pra caramba. Ficou lá muitos anos”, diz Colombo.

Na faixa dos 20 e poucos anos, Nivaldo aproveitou a oportunidade de uma loja estreita, praticamente uma garagem, e montou ali o mercadinho. Nas estantes tinha sempre banana prata ou caturra e ovos. “O queijo eu vendia mais que hoje. Uns 200 por semana. Queijo Minas eram uns 120 por semana. Era do lado do sacolão. Aí respingava em mim”. A proximidade de comércios estruturados, mais do que concorrência, ajudava na feirinha, uma vez que os clientes compravam em um o que não tinha no outro. Dessa forma, ele também ficava atento ao que se ofertava ou não nos grandes empreendimentos da região.

Não tinha frango em pedaço em supermercado, só inteiro. Aí eu pegava na Frangolândia, no Mercado Novo, e colocava em pedaços no balcão: moela, asa, coxa. Fim de semana vendia muito. Isso por volta de 85. Depois mudou muito. Não tinha Extra, aí apareceu Paes Mendonça, Del Rey. Aqui mesmo só tinha o Pegue Pague⁴² e Epa por perto.

O pequeno empreendimento tinha assim um pé na oferta e demanda de mercado na capital mineira naquela região e uma preocupação em trazer produtos mais tradicionais e de origem rural. “O queijo vinha de São Roque de Minas, mesmo fornecedor até hoje.” Ali, o

⁴² Redes de supermercados atuantes em Belo Horizonte à época.

mercadinho, de balcão de madeira, tomou aos poucos a aparência de mercearia, principalmente quando passou a vender cerveja e cachaça. Os clientes aproveitavam para tomar um aperitivo ao comprar algo para casa ou paravam apenas para um dedo de prosa ao final do dia. Alguns clientes, que ainda frequentam a atual mercearia, começaram como fregueses no mercadinho. Ali foram longos e saudosos 15 anos. Foi quando um novo ponto começou a cruzar o caminho de Nivaldo, como veremos mais adiante.

Ao longo daqueles anos 1980, o Bar Família passou a ser apenas de Colombo, com os irmãos firmando-se em comércios próprios. Lúcio abriu uma pastelaria num dos cômodos do primeiro bar, que trazia o nome de Katanga – região africana no sul do antigo Zaire e atualmente parte da República do Congo. O termo estava numa antiga placa e foi eleito pelos irmãos à época para o empreendimento pioneiro. A pastelaria herdou o nome e começou suas atividades em 1998, atuando em ponto onde já fora uma sapataria e uma queijaria. A venda de caldo de cana e pastel caiu bem para o gosto de Lúcio pelo trabalho diurno. Ainda assim, vende cerveja pela tarde e cachaça de produção própria, disposta curiosamente numa estufa de salgados. Com o tempo, assumiu o nome de Pastelaria do Lúcio, mas Katanga passou a ser a marca da cachaça produzida pelo irmão Neivaldo⁴³ em São Gonçalo do Rio Abaixo desde os anos 1970, mostrando o trânsito de termos entre capital e interior através de trajetórias pessoais.

Enquanto Nivaldo tocava sua feirinha no Mercado Bicalho, Colombo ia marcando território na praça. E assim adentraram a última década do século XX. Por volta de 1995, no entanto, Colombo resolveu dar uma pausa na vida de comerciante no bairro. “Eu tava muito cansado, quase 20 anos de comércio. Vendi o bar. Fui mexer com outras coisas: móvel, horta, vendia cachaça.” O descanso durou pouco mais de 10 anos, quando a dificuldade financeira o fez voltar para o ofício. Vendeu o sítio e retornou para Santa Tereza, porém com um ponto na rua Pouso Alegre, já num perfil entre bar e mercearia. O retorno financeiro veio rápido. Posteriormente voltou para a rua Mármore, dessa vez no início da via, em imóvel na junção com a rua Hermilo Alves.

Ali Colombo ficou outros 10 anos. Cultivava um público boêmio do entorno, com bar, e vendia produtos básicos de abastecimento para a vizinhança. O estabelecimento contrapunha-se aos supermercados e bares de grande investimento e impessoalidade que passaram a se alocar na região por essa época. Na calçada à frente possuía também um pequeno comércio com clientela mais flutuante, com venda de caldos, pratos simples e fluxo de consumo de bebidas.

⁴³ Atualmente Neivaldo possui comércio no bairro Nova Floresta.

Ambos estabelecimentos já marcavam uma ideia de “lugar”, gerando pertencimento junto ao público local e, mesmo sem atrair público turístico, projetava aos visitantes do bairro um caráter de tradição logo nos primeiros quarteirões de Santa Tereza.

Ao final de 2019, entretanto, os valores dos aluguéis começaram a ficar insustentáveis e Colombo acabou fechando o negócio da mercearia, com difíceis negociações com o proprietário do imóvel. Manteve apenas o bar que possuía na calçada da frente. A mudança, porém, trouxe uma oportunidade. Circulando pelo bairro, encontrou um velho conhecido que, numa prosa despretensiosa, contou ter comprado um tradicional ponto na praça, também recém fechado em função da pandemia. O comerciante itabirano não pensou duas vezes e topou alugar o imóvel, mesmo com as dificuldades impostas pelo distanciamento social, que levaram a uma crise na área. “Começou ali em setembro de 2020, primeiro ano da pandemia. Ficamos uns dois meses montando o bar.”

Assim, foi apenas já adentrando a terceira década do século XXI que teve início a história da mercearia que tanto chama a atenção na atualidade do bairro – ao menos naquele ponto, visto que a história de Colombo, como relatado, já se construía na rua desde o início dos anos 1980. Por sua vez, o ponto da mercearia anterior, na Hermilo Alves, seguiu com as portas fechadas e placas de “aluga-se” por imobiliárias. Mas o bar da frente ainda valia a pena ser mantido. Como não havia condições para administrar mais de um comércio ao mesmo tempo, esta também foi uma oportunidade para “resgatar” o irmão mais velho, Mozart, pioneiro junto aos irmãos de Itabira, que optara desde então por seguir outros caminhos em Minas e São Paulo.

Ele rodou muito, bares em BH, depois Santo André. Casou por lá, enfim, começou a rodar. Não ficava mais do que dois anos num lugar. Agora ele quietou. Mas também 40 anos rodando. Rodou Varginha, Contagem, Ubatuba. Agora resgatamos ele de novo. O bar eu não podia vender, tava pesado. Peguei e chamei ele. Tava lá em Ubatuba com a mulher. Liguei e falei assim: ‘vem cá pegar o bar aqui’. No mesmo dia ele veio cá.

Colombo enfrentava dificuldades para acertar as contas com o dono do imóvel que estava passando o ponto, cerca de R\$ 40 mil. Mas pela experiência do irmão que assumia o local, em poucos meses o valor foi levantado. E valia a pena. Segundo Colombo, seu antigo bar chegava a dar mais dinheiro do que a nova mercearia, mesmo esta situada em ponto mais nobre, na Praça Duque de Caxias. “Circula muita gente lá. A despesa lá é pequena e aluguel barato. Também vende almoço”, enumera as vantagens.

Passado o momento da pandemia de COVID-19, de maior impacto no bairro, até 2021, o comércio passou a dar movimento. “Mesmo na pandemia a gente tinha algum movimento. Agora deu uma engrenada, graças a Deus.” Ao observar o início dessa nova fase, é possível

perceber como a nova Mercearia do Colombo logo passou a emanar uma ideia de tradição, carregando esse capital cultural e humano para a localidade na Praça Duque de Caxias, ainda que com uma nova ambiência, mais ampla do que as mercearias anteriores.

FIGURA 33 - Colombo



Fonte: Foto do autor, ago/2023.

É possível identificar no amplo galpão do estabelecimento vários ambientes: restaurante, bar com balcão e mesa de sinuca, pequena distribuidora de bebidas e mercadinho. Apesar do tamanho, a oferta de produtos de abastecimento passou a ter foco secundário. Em tempos atrás, Colombo tinha de fato demanda de moradores para suprir mercadorias cotidianas de mantimentos e materiais de limpeza. Mas hoje, com supermercados e farmácias que oferecem de tudo a poucos metros, a concorrência ficou mais difícil e a venda de bebidas, pratos e tira-gostos passou a valer mais a pena. Assim os produtos têm alguma procura apenas na hora em que os supermercados já estão fechados ou caso a lista seja muito enxuta e não valha a pena enfrentar filas.

A mudança de mercearia de Colombo para outro ponto na rua Mármore, deslocando-se em dois quarteirões, não afetou o público tradicional conquistado ali ao longo de anos, além de abrir novas possibilidades com a visibilidade na praça. “Dos frequentadores da outra mercearia, 70% vieram pra cá”. O ponto central no bairro também faz com que o movimento seja constante de pessoas que passam ali pela primeira vez.

Já passava das duas da tarde de um dia de início de semana, quando a entrevista para a pesquisa é interrompida por um rapaz.

- Irmão, que que tem de bom?
- Costelinha com tropeiro.
- Olha que beleza. Pode colocar macarrão?
- Pode. Levar ou comer aqui?
- Comer aqui. Costelinha mais gordinha.

Enquanto Colombo atendia o cliente à procura de almoço, a conversa é novamente interrompida por um jovem.

- Quanto é o seu latão? E posso usar o banheiro rapidão?

Colombo desconfia se a pergunta do produto era apenas para usar o banheiro, mas permite sem causar embaraço. Por fim, o rapaz compra uma lata de cerveja antes de seguir sua caminhada. Pelo movimento mais heterogêneo, o comerciante só trabalha com pagamento na hora, diferente de estabelecimentos como a Mercearia de Hubert, que cultivava uma rede de confiança com a clientela, permitindo “colocar na conta” nas tradicionais cadernetas.

A mercearia de Colombo não segue um padrão, mas transparece uma ideia de pertencimento estético ao bairro e aos visitantes através de certa ambiência, presença de um balcão e objetos antigos. A origem rural da família Bicalho se faz representada e se ancora nesses objetos dispostos nos diferentes estabelecimentos dos irmãos, num diálogo com os próprios produtos rurais ofertados ali.

Até hoje vendo coisas da roça. Verdura nossa bastante vem da roça. Vou e encho o carro. Tem fornecedor aqui que tem 30 anos de queijo. Trinta anos aí. De Itabira não temos mais fornecedores aqui. Mas quando vai lá a gente traz queijo, ovo caipira, mandioca, verdura. Carro bem cheio.

Por outro lado, essa conexão com o rural se altera numa mercearia com permanências e rupturas, frente à crise do meio rural em aspectos econômicos, culturais e sociais. Os irmãos ainda possuem roça e irmãos em Itabira. Porém a produção não é mais a mesma, com muita

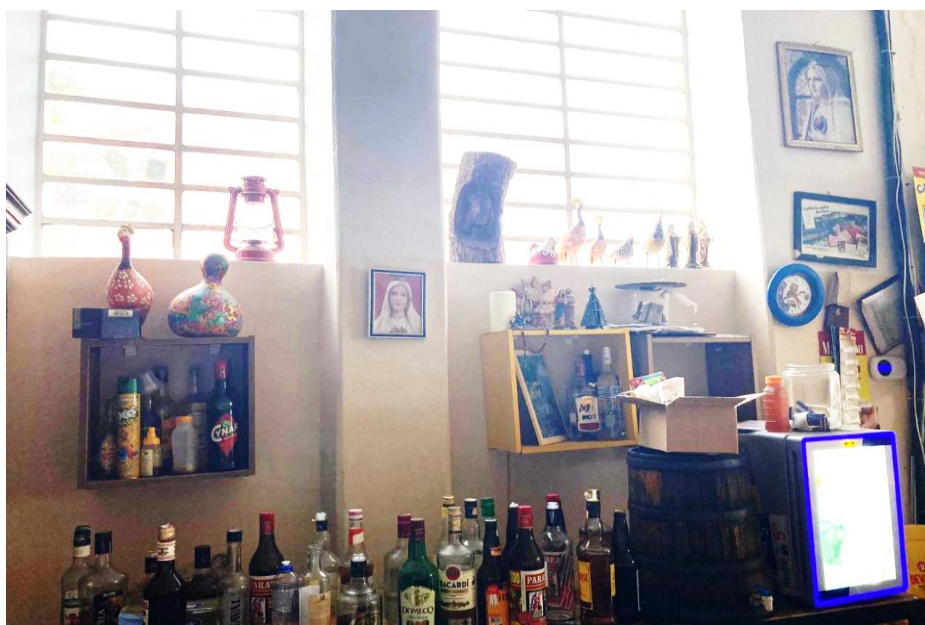
difficuldade sobretudo de mão-de-obra. “Hoje é muito maquinário na roça. Lá é muita montanha. Máquina pra arar na parte baixa, morro é difícil, já não dá pra arar. Mão de obra não existe mais”, conta.

Mesmo em transformação, o vínculo rural se faz presente visualmente. Nas paredes se veem objetos numa espécie de colecionismo, de oratórios a gaiolas, lamparinas e ferraduras.

Eu sempre gostei de coisa mais rústica. Misturava [a decoração de seus bares] com coisa de roça. Caixa antiga. Fica com essa cara de coisa antiga. Uma porção de coisa misturada. Toda roça que vou, pego um prego, um trem aqui, outro ali. Lá em casa é cheio de coisa pendurada.

A trajetória comercial de Colombo mostra como os estabelecimentos de tradição passam por nuances e por dinâmicas de equilíbrio entre o gosto do proprietário e o interesse de atender uma expectativa da clientela do bairro. Quando se propõe a inaugurar um novo estabelecimento, Colombo tem uma preocupação, algo intuitiva, de emular essa tradicionalidade, fazendo uso de objetos próprios, acumulados ao longo de anos, mas também buscando tirar proveito comercial de novas tendências, ampliando o interesse em relíquias do passado e da artesanania rural.

FIGURA 34 - Objetos na Merceria do Colombo



Fonte: Foto do autor, ago/2023.

Para a inauguração da mercearia na esquina da praça, Colombo mandou fazer uma grande mesa de madeira, de três metros, colocada bem na entrada após na porta, com produtos da roça, de olho no que era ofertado em outros estabelecimentos. Essa ideia, entretanto, “não

deu muito certo”, gerando pouco interesse, talvez por algum descuido com iluminação e proximidade com produtos básicos de limpeza, algo geralmente estratégico em comércios enobrecidos. Ainda assim, conseguiu estabelecer um cenário com forte imaginário de tradição despertado a moradores, a partir das práticas de proximidade no trato com o proprietário, e também a frequentadores e turistas de outras localidades. “Povo gosta, precisa de ver. Povo chega e fica tirando foto. Acho que uma coisa agrega outra. Ajuda também. Fica uma coisa mais rústica”, comenta.

De modo geral, esse tipo de comércio rapidamente adentra uma espécie de circuito cultural de tradição no bairro, por localizar-se em edificação antiga, com decoração, práticas comerciais e serviços específicos. No caso de Colombo, entretanto, o acaso e os processos de troca dão a tônica. Isso acaba por atrair parcerias e benefícios inesperados. Enquanto bares de maior poder aquisitivo costumam contar com altíssimos investimentos de reforma, decoração e profissionais contratados, de arquitetos e decoradores a marqueteiros, comerciantes tradicionais seguem outra lógica. Colombo reaproveitou a decoração do bar anterior, móveis de casa e produtos de segunda mão. O maior gasto foi nos banheiros. A pintura externa ficaria pra depois. Porém um projeto⁴⁴ que une recuperação de fachadas e trabalho de artistas visuais propôs uma parceria, arcando com as despesas e imprimindo à fachada da mercearia traços artísticos contemporâneos.

⁴⁴ O Território de Arte Urbana (TAU) é um festival de arte em espaços públicos, já tendo realizado intervenções na parte alta de Santa Tereza e na Vila Dias. Ver: <https://territorioartebana.com.br/>

FIGURA 35 - Detalhe de pintura na mercearia do Colombo



Fonte: Foto do autor, ago/2021.

Essa construção de uma tradição na visualidade das mercearias de Colombo não resvala em preço agregado, como é comum em estabelecimentos de alto investimento que emulam um passado estético. Junto ao atendimento pelo próprio dono, o imaginário se faz presente em estabelecimentos como os que Colombo e Nivaldo comandam em razão, dentre outros fatores, pela disposição de objetos antigos dispostos sem muita formalidade, estabelecendo conexão direta com algum grau de ruralidade, por vezes empoeirados ou escondidos em meio a geladeiras e caixas.

Para comércios novos que tentam emanar essa ambiência, sem tradição anterior no bairro, com o intuito de acionar o capital cultural já circulante, isso se dá claramente de forma cenográfica e minimamente planejada, quase caricata, com balanças antigas, quadros e canecas esmaltadas bem posicionadas, porém expondo limites desse alinhamento numa impessoalidade de serviço e rigidez no consumo, valores e horários. Num comércio desse perfil, jamais se pede desconto em algum produto, algo de praxe nas mercearias com lastro de permanência no bairro. Exemplo disso é o bar Bolotas, inaugurado em 2021 no bairro.

FIGURA 36 - Objetos no Bar Bolotas



Foto do autor, jun/2023.

FIGURA 37 - Merceria recente no bairro



Fonte: Foto do autor, jun/2023.

Passados mais de três anos, em 2023 o imóvel da antiga mercearia do Colombo, no início da rua Mármore, seguia com as portas cerradas. A crise trazida pela pandemia não arrefeceu os altos valores praticados no bairro, cada vez mais valorizado pelo aspecto cultural, boêmio e histórico. Essa dinâmica também se reflete no alto número de estabelecimentos que abrem e fecham rapidamente, após não alcançarem movimento e retorno financeiro compatível com os altos aluguéis. A análise dos estabelecimentos do bairro a médio e longo prazo, como temos discutido aqui, mostra uma repartição entre ao menos três tipos de empreendedores: os “aventureiros”, que colocam a sorte nos primeiros meses de funcionamento, e por isso, muitas vezes duram pouco, por não conseguirem arcar com aluguéis de mercado; os empreendimentos de maior capital, geralmente fruto de um *pool* de investidores, com mais condições de aguardar um retorno; e comerciantes tradicionais já estabelecidos.

Mesmo pagando aluguéis, estes parecem vivenciar uma dinâmica própria e de alguma forma privilegiada, com valores congelados há décadas numa relação direta entre inquilinos e proprietários, que muitas vezes são amigos ou com laços de confiança – proximidade esta que evita reajustes e uma especulação imobiliária. Assim, existem diferentes realidades imobiliárias em curso no bairro, ainda com espaço à personalidade e oportunidades, semelhante a Colombo ao arriscar montar a mercearia na praça, num misto de oportunismo e audácia, e tal qual a própria família Bicalho já vinha praticando desde o início dos anos 1980 no bairro.

Apesar dos aluguéis congelados, a permanência de uma mercearia em um bairro antigo, mesmo passando a ideia de algo estático temporalmente e avesso à mercantilização e especulação comercial, não é refratária ao impacto da economia no presente. O retorno de Colombo ao bairro na virada da primeira para a segunda década do século XX se deu num momento de expansão econômica e do crédito em fins do segundo governo Lula, a despeito da crise internacional de 2009.

Aquela época era boa demais! Cheguei em 2010 sem dinheiro, sem nada. A mulher queria que fizesse o comércio. Comprei cadeiras e tudo mais. Em 2010 mesmo já tava lotado, ganhei muito dinheiro. Aquele trem dava dinheiro demais, era caminhão de cerveja na porta toda hora.

Nessa retomada, comprou uma casa no bairro Saudade em 2012, quitada em dois anos, onde passou a residir, depois de morar em Santa Tereza. Ao todo, já contava com três casas e um carro zero quilômetro. “Dinheiro valia demais. Hoje a gente não consegue juntar mais. Tudo caro. Hoje qualquer coisa é 10 mil conto. Pacote de carne caríssimo. Bairro tá caro. Naquela época era mais fácil. Mas pretendo ficar aqui. Gosto de comércio e muito do bairro.”

Essa vivência no bairro ao longo de décadas dá ao comerciante uma visão privilegiada sobre os estabelecimentos que abrem e fecham no entorno. Também fortemente impactado pela pandemia, uma das três unidades em sequência do tradicional Bar do Bolão, na rua Mármore, fechou as portas em 2020. Como dito, no ano seguinte foi inaugurado ali o Bolotas, também conhecido estabelecimento com filiais em outras partes da cidade. Apesar do movimento razoável alcançado no tradicional ponto, Colombo vê falhas na inserção do novo bar. Para ele, a falta da presença dos donos e a fraca oferta de serviços nos diferentes turnos fazem diferença. “Pessoal abre e acha que vai arrebentar de ganhar dinheiro. Mas os próprios funcionários de lá almoçam aqui”. Em sua mercearia, Colombo oferece almoço disponível quase o dia inteiro em imensas panelas na cozinha. Com movimento constante, os horários e opções de pratos são sempre negociáveis com o proprietário, distanciando-se da impessoalidade prevalecente em estabelecimentos que tentam se consolidar rapidamente no bairro.

A figura do proprietário sempre presente impõe-se como um diferencial das mercearias. Não há gerentes ou equipes grandes, geralmente com os próprios familiares compondo o corpo de funcionários, num contato mais pessoal com os clientes. Enquanto estabelecimentos mais chiques apresentem uma escalada de formalidade e postura até chegar aos gerentes e proprietários, expondo suas estruturas sociais e de poder, às pessoas à frente de mercearias apresentam-se sem grandes formalidades, com vestimentas simples, mas sem que isso implique em menos rigidez na conduta financeira e organizativa do estabelecimento. “O que engorda o boi é o olho do dono”, diz Colombo.

Presentes do abrir ao fechar das portas, no dia-a-dia de mercearia e bar, os proprietários criam uma leitura própria da noite, com condutas para impedir confusões e garantir um bom atendimento ao público de forma geral. Hoje em dia não dá pra brincar. Você não sabe quem é a pessoa, se é policial, juiz, vagabundo. Eu trato todo mundo igual aqui. Tem que tratar bem. A gente aqui é meio psicólogo também. Só não deixo mendigo e pedinte aqui dentro, mas também não trato mal.”

No novo estabelecimento na praça, Colombo comemora a possibilidade de colocar mesas na calçada e mesmo em parte da rua, algo que se permitiu na cidade de Belo Horizonte em decreto municipal⁴⁵ durante a pandemia, — espécies de cercadinhos avançam assim sobre a

⁴⁵ O decreto nº 17.424, de 31 de agosto de 2020, estabelece regras e procedimentos temporários para colocação de mesas, cadeiras e mobiliário complementar em estabelecimentos de serviços de alimentação durante a Situação de Emergência em Saúde Pública no Município. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2020/1743/17424/decreto-n-17424-2020-estabelece-regras-e-procedimentos-temporarios-para-colocacao-de-mesas-cadeiras-e-mobiliario-complementar-em-estabelecimentos-de-servicos-de-alimentacao-durante-a-situacao-de-emergencia-em-saude-publica-no-municipio>>

área que seria destinada a vagas de carro, expandindo o espaço dos bares. “Mesa na calçada ajudou demais. Quem fuma e tem cachorro quer ficar fora. Tem gente que quer ver o movimento.”

Para Colombo, Santa Tereza é diferenciada principalmente pelo aspecto boêmio. Ele, no entanto, identifica uma queda na frequência de público na última década, num período marcado por crise financeira, política e pandemia. “Mudou muito de lá pra cá. Antes o pessoal varava madrugada, né? A gente consegue fechar 1h, 1h30 da manhã. Praça vazia, tudo fechado. E eu não sei por que isso. Última a fechar aqui sou eu, eu e o Bolão, tudo fechado lá pra baixo. Sexta e sábado”, queixa-se.

Se por um lado o comerciante vê a cultura da boemia como fator decisivo, já sobre a Área de Diretrizes Especiais (ADE) imposta ao bairro desde 1996, que garante a permanência de casas e estabelecimentos de baixa altimetria, como o dele, curiosamente ele não percebe grande diferença. “Acho que não fez diferença. Altera quase nada, não tem espaço. Quem já tem, já tem.” Esse tipo de percepção indica fissuras e contradições, uma vez que naturalmente esses estabelecimentos são beneficiados em vários aspectos pela legislação de proteção do bairro. Porém, mais do que incoerências, indicam que as pautas de patrimônio e lutas fundiárias passam ao largo mesmo de sujeitos diretamente envolvidos com essa materialidade. Esses sujeitos ocupam lugares dinâmicos e até contraditórios (BARTH, 2000) um processo de rede não homogênea. Esse distanciamento, ou mesmo hostilidade quanto ao debate patrimonial, vê-se também diante de temas diversos do bairro, como moradia e cultura, opondo moradores de diferentes extratos do bairro, como discutido por Costa (2022).

De toda forma, essa confluência entre casario antigo, patrimônio, tradição e boemia, a despeito da forma como moradores e comerciantes compreendem, é a principal atração para o público que frequenta o bairro. Em uma das entrevistas com o comerciante para a pesquisa, o ator global Mateus Solano circulava pelas imediações da Praça Duque de Caxias, tirando fotos da praça e casas antigas. “Aqui vem muito ator, muito artista nesse bairro. Músico demais da conta.”

O imaginário do bairro, ligado ao Clube da Esquina, faz-se presente no cotidiano do bairro e por vezes gera uma transformação mais ampla de seus usos. Em novembro de 2022, o estádio do Mineirão recebeu um “mega show” de despedida do cantor Milton Nascimento dos palcos. Apesar da distância entre o local de apresentação e o bairro, ao longo de toda a semana

prévia ao show, as ruas de Santa Tereza passaram a contar com fãs do movimento e do artista, com camisetas temáticas, incursões à esquina famosa e, conseqüentemente, trazendo maior movimento ao comércio e ao entorno. “No dia anterior tinha gente de todo lado, de Ribeirão Preto, contrterrâneo de Itabira. Uns 20 só de Itabira.” Após o show, num domingo, centenas de pessoas se deslocaram para o bairro, distante mais de 20 quilômetros do estádio, para estender as celebrações no local de Belo Horizonte com maior conexão com a história do Clube da Esquina.

Domingo, depois do show do Milton Nascimento, passei até aperto. Acabou o show e veio todo mundo pra Santa Tereza e pra cá, porque tava tudo fechado. Aí chegou todo mundo aqui, numa fome desgramada. Menino, meus caldo acabou tudo, tive que colocar em copo descartável, não dava tempo de lavar. Embolou todo mundo na porta. Fila e mais fila. Não dava conta. Mais de 200 pessoas. Fritei mais de 40 porções de pastel de angu.”

2.4 - Nivaldo: rei das almôndegas

Com temporalidades, propósitos e públicos ora diferentes, ora convergentes, os imaginários da boemia e da música – sobretudo do Clube da Esquina –, por vezes se amalgamam. “Santa Tereza o pessoal quer sempre conhecer. É o bairro mais boêmio. Tem o Clube da Esquina, essa história com Milton Nascimento. E hoje o Nivaldo! Querem conhecer a nossa almôndega”, diz o próprio Nivaldo, já se assumindo como parte da tradição e imaginário do bairro. Ele conta, com orgulho, que o baterista da banda Nenhum de Nós, grupo sulista que alcançou sucesso nacional nos anos 1990, ficou sabendo da mercearia e, em visita à capital mineira, quis conhecer o bairro do Clube da Esquina, mas também provar a famosa almôndega, servido em prato com molho e fatias de pães.

FIGURA 38 - Nivaldo no Mercadinho do Bicalho



Fonte: Foto do autor, nov/2023.

Santa Tereza é a própria vida do comerciante. Apesar de hoje morar no bairro Saudade, a vida de Nivaldo tem seu passado e presente no bairro. Foi ali que aprendeu a trabalhar com comércio, se casou e passou a ser parte da história desse lugar. Nivaldo tinha apenas 17 anos quando os irmãos mais velhos Mozart e Colombo o chamaram para trabalhar no bar do qual haviam comprado o ponto, o Katanga. “No primeiro dia eu já estava lá.” Os irmãos, naquele momento, moravam juntos numa casa na rua Mármore, 615. Ele trabalhava de dia e estudava à noite – fez o oitavo ano no Sindicato dos Bancários e cursou até o segundo ano do ensino médio no Colégio Frei Orlando.

No Bar Família adquiriu ainda mais experiência como comerciante, aplicadas depois na feirinha no Mercado Bicalho. Este já fazia parte do cotidiano comercial do bairro quando um novo ponto começou a cruzar o caminho de Nivaldo, dessa vez na praça, logo na esquina das ruas Mármore e Estrela do Sul. No exato cruzamento existia um pequeno bar e, ao lado, um depósito de materiais de construção, onde se vendia de tudo um pouco. Seu Joaquim era o dono de todo o imóvel, que incluía uma ampla parte superior que já abrigou bailes de seresta. O proprietário, no entanto, teve um destino trágico, morrendo após um atropelamento. A família

até tentou manter o depósito, mas logo desistiu. Procuraram então o vizinho de comércio, Nivaldo, para oferecer o ponto de três portas voltadas para a praça, cartão postal de Belo Horizonte. “Aproveita pra passar pra cá, que é bem maior”, disse a viúva a ele.

E lá foi ele naquele ano de 2000. De início acertaram um valor de aluguel justo para ambas as partes, pago mensalmente direto à família. A atual herdeira, uma advogada hoje na faixa dos 90 anos, mora na mesma praça. Só recentemente formalizaram contrato via imobiliária, apenas para facilitar os trâmites e pela idade avançada da proprietária. O valor, no entanto, é o mesmo passadas mais de duas décadas, apenas com pequenos reajustes inflacionários, passando ileso às ondas de especulação imobiliária do bairro.

É realmente muito diferente [caso tivesse que alugar pelos valores atuais praticados no bairro]. É mais barato porque sabem que não pago atrasado. Não querem dor de cabeça, problema. Então deixam um preço melhor. Se ela quiser o ponto pra alugar, consegue mais caro, claro. Mas aí o cara pega e não dá conta de pagar um mês, vira bola de neve e quebra. E o lugar fica de porta fechada.

A mercearia-bar, em seu ritmo marcado pela pessoalidade e simplicidade, por vezes passa a ideia de um tipo de comércio fácil de se copiar, bastando conseguir um espaço no bairro boêmio. É comum vez por outra algum novo estabelecimento se chamar de “mercearia”, mesmo sem venda de produtos de abastecimento, com o intuito único de atrair tal capital cultural, quase sempre fechando as portas após pouco tempo. Nessa paisagem boêmia em permanências e constantes atualizações, Nivaldo diferencia, assim como seus colegas de mercearia já citados aqui, os estabelecimentos “aventureiros” que buscam se inserir a partir da imagem cultural do bairro, mas que passam por dificuldades por não captarem a dinâmica necessária para um negócio sobreviver ali.

A realidade é outra. Pessoal acha que vai ganhar dinheiro fácil, mas dá muito trabalho. Se não trabalhar o tempo todo, não dá conta não. Não adianta vender bem só um dia, que tem movimento na praça. Tem que vender bem todo dia. Se não, não mantém a despesa. Pode bombar no carnaval, mas o resto do ano continua. Então tem que fazer um trabalho a longo prazo. O [restaurante] Sheridan aqui do lado, por exemplo: é tradição aqui no bairro, todo dia funciona com os donos. Mas tem muito aventureiro, que abre e fecha. Aluguel caro, aí não dá conta. Faz diferença também o comércio onde o dono está. Eles ligam ou passam pra saber se estou aqui, se não tiver, às vezes nem vem, nem ficam. O atendimento é diferente, a conversa...

O dia-a-dia é marcado por muitos desafios, exigindo experiência e proximidade do dono para gerar empatia com os clientes e para resolução de problemas, da administração cotidiana à saúde financeira do negócio.

Parece que é fácil, mas a despesa é muito grande. A pessoa vê que tá lotado aqui e acha que tá ganhando muito dinheiro. Mas não sabe como é. Tem despesas com perdas no estoque, cerveja estoura. Tem que dar lanche, almoço pros meninos [garçons prestadores de serviço]. Acho até que ganhava mais quando era só eu, só pegar cerveja, sem funcionário.

Esse grande afluxo de clientes que chama a atenção dos concorrentes teve um momento de inflexão nos anos de 2020 e 2021. A atuação de uma mercearia dentro do bairro se dá invariavelmente em meio a contextos econômicos, culturais e de tendências políticas. Na pandemia, com comerciantes passando por dificuldades com portas cerradas e serviços limitados pelas exigências sanitárias, a abertura para se colocar mesas nas calçadas e nas vagas à frente do estabelecimento na forma de cercadinhos com grades de ferro, como já descrito anteriormente, acabou por impor um novo e bem-vindo perfil comercial.

Na pandemia até abria, mas meia boca, não dava pra ganhar dinheiro também não. Comerciante perdeu muito dinheiro, quase dois anos fechado, né? Realmente mudou muito com a pandemia, porque o [prefeito Alexandre] Kalil liberou mesas na praça e calçada por conta das perdas que os bares tavam tendo. Pra minha loja foi bom, não fica mais vazia.

O Mercadinho Bicalho passou a colocar mesas não só na calçada, mas também na praça. Nos fins de semana atua em três turnos, de 10 horas da manhã às duas da madrugada, contando com até seis garçons "freelancers", duas pessoas na cozinha, além dele e da esposa no balcão. O movimento explodiu, tendo como carro-chefe o prato com almôndega, molho e pão. A iguaria chega a ser copiada por bares vizinhos, que se beneficiam do movimento logo que as mesas de Nivaldo se esgotam. A partir desse momento, o comércio adentrou definitivamente um circuito turístico e gastronômico de Belo Horizonte, em diálogo com o patrimônio edificado da Praça Duque de Caxias.

FIGURA 39 - Mercadinho Bicalho com mesas na calçada e na Praça Duque de Caxias



Fonte: Foto do autor, nov/2023.

Apesar de ser a mercearia mais famosa de Santa Tereza no momento, Nivaldo admite a prioridade enquanto bar, porém com os dois perfis de estabelecimento se misturando. Ao deixar de lado o abastecimento próprio de mercadinho, pesa para tal a alta demanda por bebida e tira-gosto e a difícil concorrência com supermercados. “Hoje meu negócio aqui é realmente mais bar. Hoje pessoal vai em supermercado e já compra tudo. Se fosse mercearia hoje eu não dava conta de sobreviver não.”

Mesmo assim, a preocupação com a tradição e uma ambiência básica permanecem. Assim, logo que se adentra o local, produtos como bucha vegetal, vela, pano de chão, manteiga de garrafa, cachaça, banana em caixas de madeira e legumes em grandes sacos fazem rapidamente a conexão com um estabelecimento com permanência de costumes e práticas. “Gosto de manter e o pessoal gosta disso aqui, né? Uns trens que não acha em qualquer lugar. Queijo canastra tem que manter, um feijão da roça. Mantenho essas coisas aqui também pra manter a tradição, o clima.” Apesar das mesas na calçada, o interior segue o mesmo formato de sempre, numa disputa pelo espaço que faz parte do charme do lugar. “O bom é estar apertado “O bom é assim, a falta de espaço para tudo isso, esta mistura de mercearia e boteco; se modificar, acaba o aconchego” (NEVES, 2010, p. 45).

FIGURA 40 - Clientela no Mercadinho Bicalho



Fonte: Foto do autor, nov/2023.

E existe uma dinâmica prática também entre mercadinho e bar. Dado o foco neste último, exatamente o excedente de produtos usados nos tira-gostos, como batata, laranja, tomate e pimentão, é colocado à venda ali mesmo sem sacos e caixas. Além dos pratos de cardápio, também é comum a oferta pela noite, em dias de semana, de comidas mais simples. Os clientes mais próximos chegam a olhar direto na panela a opção do dia, assim como no comércio do irmão Colombo.

Dos anos 1980, quando começou sua história no bairro, Nivaldo se lembra de um bairro boêmio e tradicional, mas nada perto do movimento atual. “Tinha aqui na praça o Cine Show, que trouxe todo mundo: Kid Abelha, Paralamas. Pau quebrava. Aqui em cima tinha o sobrado da Seresta. Mas de bar mesmo eram poucos, do Orlando, Bolão, o nosso Katanga. Não tinha esse tanto. Hoje em cada esquina de Santa Tereza tem um bar. Até nas casas das pessoas o pessoal improvisa.”

O bairro também, nas imediações de Nivaldo, sempre vive a tensão entre a atração que exerce para a cidade, gerando interesse a partir da boemia num espaço aparentemente sempre receptivo à sociabilidade, e o bem-estar dos moradores. Na esquina do Mercadinho Bicalho, a

presença de um posto de gasolina e uma loja de conveniência, ao lado do cinema, destoam do perfil de comércio familiar do restante do bairro, trazendo outras dinâmicas de público. Com isso, o som alto de carros e de eventos do próprio local geram incômodo não só aos moradores, mas ao próprio comércio tradicional. “Bares têm que respeitar o bairro, horários do pessoal mais velho. Aqui o pessoal respeita, mas tem gente que liga carro alto. Problema é gente de fora que vem.”

O carnaval, ponto que seria o auge dessa celebração entre o bairro boêmio, moradores, visitantes e bares, torna-se retrato dessa fissura. “Carnaval não vou nem abrir, não vale a pena. Não adianta vender três dias e aturar gente bêbada, chata. Garrafa pra todo lado. Tenho o ano todo pra trabalhar. Não adianta vender bem três dias, tem que vender o ano inteiro.”

Ao acompanharmos a trajetória de proprietários de três mercearias do bairro, de Hubert, Colombo e Nivaldo, a partir dos relatos de história de vida, percebemos histórias distintas e confluências, como a origem interiorana com raízes comerciais da família entre o rural e o urbano, uma prática de confiança junto aos donos dos imóveis que garante aluguéis mais baratos ao longo de décadas e um cotidiano de estabelecimentos pautados na intimidade e pessoalidade de atendimento junto aos clientes, em sintonia com valores comunitários comungados no bairro de Santa Tereza. A tradição que emana desses espaços, assim, apresenta-se de forma sempre dinâmica, numa confluência entre a autonomia dos sujeitos e a inserção em processos de pertencimento e cultura compartilhada em tal território, atravessados por questões econômicas e políticas do país e da cidade.

As mercearias, como espaço simbólico e de práticas rituais do bairro, equilibram-se no limiar entre o privado e o público, entre a intimidade familiar e de amigos e o comércio amplo. Nos estudos de campo desta tese, a partir da metodologia da caminhada para apreensão das dinâmicas históricas e cotidianas do bairro, nos deparamos também com as feiras de rua, que cumprem certo papel limiar também em Santa Tereza, nas quais vale nos determos um pouco nessa narrativa trazida aqui neste capítulo que analisa espaços e práticas cotidianas no território.

2.5 - Feiras e quintais

As feiras em espaço público apresentam-se num primeiro momento como prática remanescente de uma cidade algo arquetípica (VEDANA, 2008, p.17), atravessada pela presença do rural, amparada num contato pessoal e direto entre produtor e público consumidor. A despeito de sua presença nas capitais, dos bairros ao centro, a ambiência e dinâmica é calcada numa espécie de identidade tanto rural quanto interiorana de tradição. No entanto elas também

são resultado direto de embates no passado recente, frente a disputas sociais e políticas que se tensionam e se negociam no presente. Sua permanência é resultado da articulação de grupos, da viabilidade e concessão pela gestão urbana municipal numa política de abastecimento e de resposta a demandas sociais.

Santa Tereza conta com uma pequena feira, com menos de dez barracas, situadas aos sábados na praça Coronel José Persilva, em dimensão modesta frente às que se percebem em cidades do interior e na capital em bairros como Floresta. No último quarto do século XX, a atuação do Mercado Distrital reduziu a influência e demanda da feira no bairro. Mas ainda assim, por sua disposição territorial e identidade compartilhada junto à população, tal feira e outras em menor escala se mostram presentes, incluindo pequenas bancas de produtores orgânicos credenciados pela prefeitura municipal na Praça Duque de Caxias e feiras mensais de artesãos e de alimentos, cumprindo um papel de sociabilidade e lazer.

Na mesma pracinha Coronel José Persilva, ocorre uma feira de alimentação às quintas, atrás do Batalhão de Polícia. Sem que a interrupção da rua Tenente Durval comprometa o fluxo de automóveis que saem do bairro pela rua Salinas, a área torna-se uma pequena praça de alimentação popular a céu aberto, com consumo de cerveja e tira-gostos em clima de confraternização familiar, com presença de pula-pula para crianças.

FIGURA 41 - Feira na praça Coronel Persilva



Fonte: Foto do autor, ago/2021

Mesmo com regras de uso e sazonalidade, a feira não deixa de ser uma irrupção com abertura temporária de formas alternativas de percepção e trocas num espaço público forjado naquelas circunstâncias, a partir de um comércio de tom pessoal e irreverente, propício à diversão regrada. Como percebe Beatriz Sarlo (2014), entregues à concorrência, as ruas comerciais espelham desordem, mesmo quando se tenta ordená-la. Cada banca e a exposição de suas mercadorias seguem um padrão muito pessoal, ao contrário das vitrines das lojas. “Os mercados ao ar livre tendem a suportar uma força entrópica, mesmo quando as mercadorias atingem seu ordenamento mais rigoroso” (SARLO, 2014, p. 14).

Sua continuidade marca uma capilaridade no urbano, com diversificação de público e clientes da comunidade e visitantes, articulando pequenos produtores associados e autônomos. Numa perspectiva histórica, indica redes de interdependência que se estendem e se reatualizam ao longo de décadas. E é na fronteira entre o consumo e a diversão, entre o público e o privado, entre o familiar e desconhecido que o bairro projeta suas pontes de contato entre as diferenças que estimula e abarca.

A feira tem início ao final da tarde, exatamente nessa passagem de turno que se abre a mudanças graduais no território. A poucos metros das barraquinhas, uma casa aparentemente residencial abre suas portas de frente à praça, colocando no limite com a calçada uma mesa e cartaz de “vendem-se pastéis fritos na hora”. É comum que as feiras, como prática irradiadora, estimulem um comércio paralelo ao redor, de ambulantes a guardadores de carro. Mas ao chegar em tal ponto, antevê-se uma enorme varanda, com mesas e cadeiras improvisadas num comércio indefinido. O pedido é levado à cozinha cruzando corredores de uma casa de móveis antigos, cristaleira e fotos emolduradas nas paredes, numa decoração que remete a uma intimidade comedida. Do lado oposto se vêem pequenos quartos, toalhas de banho alinhadas no varal e uma horta. As hortaliças indicam manejo num cotidiano imediato, enquanto vasos com longas suculentas e enormes samambaias se enraízam num cuidado de tempo alargado.

Tal local é um convento Franciscano, centro de formação para jovens que almejam ser freiras. Com cerca de três décadas de funcionamento apenas naquele imóvel, o espaço clerical guarda ares residenciais. No bairro existe outro espaço similar, situado na rua Pirete. A abertura unicamente às quintas, no horário da feira, permite um rápido diálogo com as internas, oriundas de estados distantes, como Rondônia e Amazonas. E assim como o comércio em funcionamento por poucas horas na semana, a passagem delas por ali também é efêmera, tendo que se deslocar para outras regiões depois de poucos anos ali, já rompendo os laços sociais que aos poucos estabelecem com o bairro, mesmo no isolamento necessário à formação religiosa. Ainda assim, deixam marcas na geografia humana do bairro, através da simples abertura de uma porta a partir da dinâmica irradiada pela pequena feira de alimentos da praça.

As práticas cotidianas e sociais em um bairro como Santa Tereza, com permanências e conformações não homogêneas, criam fronteiras dinâmicas, possibilitando uma capilaridade nas trocas pessoais e pequenas apropriações e interdependências mesmo em atividades comerciais e informais. Em áreas que se homogeneizaram pela especulação imobiliária, com grandes espaços tomados por um único empreendimento e relações impessoais, como nos quarteirões de hipermercados ou arredores de condomínios, as dinâmicas de troca não cessam no seu entorno, sem que seja possível romantizar este contraponto exposto. No entanto, nessas áreas genéricas as fronteiras tornam-se territórios carregados de tensionamentos, resvalando no risco do propalado direito à propriedade privada e privacidade, no conflito. Bairros que constituem fronteiras dinâmicas não são poupadas disso, porém comungam de uma maior abertura à (re)criação do espaço público pela ação dos sujeitos no espaço urbano.

Quando nos permitimos olhá-las em momentos específicos, em horários-chave, as práticas cotidianas do bairro ganham contornos mais nítidos e explicitam rotinas e um acoplamento de tempo e lugar. A metodologia da pesquisa enquanto caminhar das 18h, no exato momento da projeção sonora da Ave Maria pelo bairro, permite captar a simultaneidade de pequenas rotinas da ordem coletiva, mas também individuais, familiares e privadas. Numa casa simples da rua Salinas, dois senhores se postam religiosamente, nesse horário, frente a uma mesa de xadrez. Ali na garagem, constitui-se uma arena de disputa intermediária entre a rua e o lar. Enquanto a hora de encontro tem o som do sino como referência, sob a mesa o relógio do jogo de xadrez, com seus dois mostradores, marca a divisão de tempo específica do jogo. Peça a peça, a engrenagem do cotidiano constrói uma rotina naquele lugar para eles e para as pessoas que passam pela calçada.

Na moradia ao lado, um casal deixa diariamente pães bem embalados aos moradores de rua, que por essa hora começam a circular em busca de alimento, na maioria das vezes encontrados nos lixos. Já num sobrado, um cachorro se posiciona na varanda para observar o trânsito escolar e aguardar a hora do passeio que se aproxima com o entardecer. Do comércio às moradias, as casas e pequenos prédios tecem uma comunicação visual com as ruas, num recriar cotidiano. Como num xadrez, existe um processo de claro e escuro entre o público e o privado, cuja razão de ser não está na fixação de posição, mas na possibilidade de movimento. É nesse ínterim de indeterminação que pertencimentos se recriam no bairro, evidenciando o tempo em curso.

As fachadas delimitam o público da rua e o privado das casas. Mas mesmo as moradias em Santa Tereza estão sempre convidando o olhar alheio, seja para apreciar jardins e decorações, seja para a oferta de comércios informais que se dão nos cômodos e quintais. Em mais de um imóvel se vê placas de “costura-se”. Em outra, um cartaz singelo informa: “vende-se mudas desta trepadeira” – a mesma que enfeita a casa. Em outra residência mais à frente, de portão desgastado, é informada a venda de minhocas. O quintal, mesmo sem ser visto, faz parte do imaginário do bairro e desfruta quando se conhece esses redutos que estabelecem outras dinâmicas de tempo e espaço.

Santa Tereza é um bairro de dois mundos: as ruas principais vibram na movimentação incessante dos carros, indo ou vindo, e das gentes, indo e vindo; e nos fundos das casas predominam ainda os amplos quintais, arborizados, tranquilos e silenciosos, parecendo longe do burburinho que vibra do lado de fora. (NEVES, 2010, p. 36)

Na sociabilidade cotidiana de Santa Tereza, o privado das casas guarda algo de público – não pela possibilidade de acesso, mas pelo compartilhar imaginativo do tempo que circula ali e que escapa pelas copas de árvores, pequenos muros e grades vazadas. Os quintais simbolizam bem essa ambivalência, ao mesmo tempo privados e visíveis dos portões, janelas e sacadas, evidenciando uma rotina e uma temporalidade compartilhadas de forma distinta à urbanidade acelerada, refletindo permanências fundiárias e de um fazer cotidiano em meio à capital mineira.

Meneses (2015) estudou os quintais urbanos e rurais dos séculos XVIII e XIX como importantes espaços de sociabilidade, intimidade familiar e abastecimento, num equilíbrio e transição entre o privado e o público, primordiais para entender a sociedade da época. Essa função de abastecimento efetivo, frente à diversificação e condicionamento ao acesso de mercadorias processadas na contemporaneidade, não mais subsiste mesmo em locais como Santa Tereza, ainda que contando com hortas e pomares nessa territorialidade.

A despeito de alterações e subdivisões de lotes nos últimos 50 anos, tal território reflete seu passado de ocupações irregulares desde as fazendas e colônia agrícola originária (Córrego da Mata), a despeito de algum planejamento, como discutido, até as disputas do presente e permanências trazidas sobretudo pelas legislações da ADE e de tombamentos. Longe dos olhos num primeiro momento, os quintais, mais do que as fachadas tombadas, são testemunhos das possibilidades de cidade que permanecem ou subjazem na história urbana, incluindo os sons que cruzam os muros e dizem aos vizinhos que práticas estão se dando naquele momento, como o regar de plantas, o varrer de corredores e o tocar de instrumentos musicais – numa perspectiva de paisagem sonora que será melhor averiguada no capítulo 3.

Um quintal estabelece um espaço afetivo de uso e sociabilidade em diálogo com o passado para além do aproveitamento de espaço que demarca a contemporaneidade. A materialidade e disposição de elementos ali expande a vivência familiar, nas roupas nos varais, bicicletas, cadeiras para tomar sol, cascas de frutas, ferramentas, flores e pomares. Esse existir se dá com o bairro e não apesar dele, estabelecendo diálogo com a paisagem sonora do entorno, rua, vizinhança e comércio. A despeito da privacidade de cada quintal, no todo eles formam uma trama de telhados que se conectam através dos pulos dos gatos, no ziguezague irregular de corredores, nas pequenas cordialidades e compartilhamentos sociais entre os muros, que também pode se dar pelo som do brincar, do riso e choro das crianças, gerando empatia unicamente pela sonoridade.

FIGURA 42 - Quintais de casas na rua Silvianópolis



Fonte: Foto do autor, out/2023.

2.6 O tempo pelos comércios e espaços de tradição

Na Praça Duque de Caxias, as práticas e rituais ancorados no passado se projetam e se reatualizam no presente, como o frequentar das missas, do cinema e certos comércios tradicionais. Enquanto a existência dos lugares edificados permite e determina o uso, esse fazer se dá no corpo em movimento, num trânsito corporal de hábito e reinvenção cotidiana. Assim como as mercearias, percebemos no entorno da praça alguns estabelecimentos próprios dessas permanências, com seus respectivos ofícios, como sapateiros e costureiras. Sérgio está na terceira geração de sapateiros da família (o avô também trabalhava com selas para cavalos no interior do estado), atuando há mais de 20 anos no bairro e há seis na rua Mármore.

FIGURA 43 - Sapataria do Sérgio



Fonte: Foto do autor, out/2023.

A oficina de costura de Mari está situada num cômodo na praça, na calçada da rua Estrela do Sul, há 25 anos. Antes disso ela já atuava em outros bairros, mas ao final dos anos 1990 veio a possibilidade de colocar suas máquinas e mãos habilidosas a serviço numa vizinhança que ainda valoriza esse tipo de prática. Atualmente são seis funcionárias que se revezam em diferentes turnos. O ambiente é aparentemente caótico, com roupas, tecidos, rolos de fios de todas as cores e revistas por todos os lados. Mas essa disposição carrega a lógica de uma prática desenvolvida e pensada para aquele local, num ordenamento compartilhado por quem trabalha e mesmo por quem frequenta. "Não vou nem arrumar pra foto, porque essa aqui é a realidade", diz a proprietária em tom bem humorado frente ao pedido de registro em áudio e foto pelo pesquisador.

FIGURA 44 - Oficina de costura da Marli



Fonte: Foto do autor, fev/2023.

O local possui um burburinho constante das máquinas, acionadas pelos pés, de tesouras, da TV ligada no noticiário e da conversa com as clientes. Algumas delas passam ali para levar roupas da família para ajustes e acabam estendendo o papo com Marli e colegas. Outras param unicamente para conversar, puxando uma cadeira lado a lado da costura para ver novela, jornal, folhear revistas e “jogar papo pro ar”. Esse clima ameno, num conversar despretenso, perpassa a maioria desses comércios tradicionais e a sociabilidade nas calçadas entre vizinhos.

Ao longo do bairro, a pesquisa identificou outras duas oficinas de costura (sem incluir as casas que ofertam o serviço informalmente), sempre comandadas por mulheres e agindo como ponto de encontro de conversas não só com moradoras do bairro, mas também de outras regiões, firmando redes de confiança e também de troca de informações comunitárias de dentro e fora do território. A porta de vidro para a calçada e para a praça estimula constantemente novos assuntos à pauta, da saúde de moradores tradicionais às práticas artísticas que povoam o espaço público à frente. Permanecer naquele local por instantes dá a impressão de que uma rede subterrânea de informação no bairro alimenta as conversas, algo espontâneo e até misterioso, como no livro “Crônica de uma morte anunciada”, de García Marquez, quando o protagonista conta sobre os assuntos que sua mãe antecipava ao debate que se veria nas ruas.

La encontraba como era en aquellos tiempos, lívida y sigilosa, barriendo el patio con una escoba de ramas en el resplandor ceniciento del amanecer, y entre cada sorbo de café me iba contando lo que había ocurrido en el mundo mientras nosotros dormíamos. Parecía tener hilos de comunicación secreta con la otra gente del pueblo, sobre todo con la de su edad, y a veces nos sorprendía con noticias anticipadas que no hubiera podido conocer sino por artes de adivinación. (MARQUEZ, 1982, p. 31).

E para além das vestimentas pessoais das clientes, quase sempre mulheres, as demandas por costura se beneficiam da proximidade do Colégio Militar São Francisco e do 5º Batalhão de Polícia, logo à frente, na mesma praça. Essa proximidade faz com que a oficina receba grande demanda de uniformes de crianças, que se assemelham a fardas infantis, e de ajustes das fardas de funcionários e efetivo militar da corporação. Assim, tal oficina, em seu pequeno cômodo, expõe a organização espacial de permanências e hierarquias no bairro, alimentando relações pessoais comunitárias e com uma instituição militar e escolar, a partir de um ofício pouco visível em tempos de roupas manufaturadas por grandes empresas.

A freguesia fiel e a demanda do colégio militar e batalhão próximos tornam a oficina algo financeiramente viável para uma prática considerada por muitos em desuso. De modo semelhante aos demais locais pesquisados, o que permite essa permanência duradoura num bairro de forte especulação imobiliária é também um aluguel negociado e pago diretamente ao proprietário do imóvel desde o primeiro mês de locação, com valores congelados e bem abaixo do que se percebe em imobiliárias. "Se fosse pagar com valores de hoje, seria no mínimo o dobro, triplo. Consigo nem imaginar."

O proprietário do local, já na segunda geração da família, é dono de um amplo imóvel alugado ali não apenas para a oficina de costura, mas também para um tradicional bar de esquina ao lado e para uma residência na parte superior, com varanda para a praça. Em parte desse imóvel funcionou nas décadas de 1970 e 1980 o famoso Bar Barbarella. Segundo Marli, o atual proprietário por vezes passa na oficina apenas para conversar e se recordar dessa época. "Ele fica olhando e diz que tem muita saudade."

Na praça e imediações, a cada comércio, situado em pequenas lojas, alguns em casas antigas, revela-se uma teia de relações de intimidade comunitária com os clientes - e quase sempre com gestão familiar dos negócios. As entrevistas com proprietários de mercearias clareiam alguns aspectos importantes no que diz respeito à capacidade de permanência desses estabelecimentos frente à concorrência implacável de supermercados. Os elementos elencados, de contato personalizado com os clientes, mas também a preocupação com diversificação de produtos e a conquista de aluguéis com valores estabelecidos há décadas, apenas com reajustes

inflacionários, também podem ser observados em outros comércios duradouros e com perfil tradicional.

O Depósito Globo ocupa desde 1970 uma pequena porta logo após a Praça Duque de Caxias, na rua Mármore. É o estabelecimento mais antigo em funcionamento depois do Restaurante Bolão – sendo que este já passou por diversas mudanças ao longo das décadas. A primeira impressão que se tem é de um ambiente algo confuso pelo excesso de produtos pelas paredes e balcões de madeira. Mas a impressão, por desconhecimento da lógica em curso ali, logo se desfaz. Uma organização perfeccionista permite identificar em segundos a localização de cada um dos mais de 5.200 produtos catalogados no sistema informatizado. No mais, o ambiente é o mesmo, segundo o proprietário Fernando, desde que o pai começou o negócio há mais de cinco décadas. Hoje ele administra e comanda o atendimento do negócio junto à esposa. A quantidade de produtos num espaço tão pequeno é facilmente explicada por ele. “A gente constrói isso ao longo do tempo, não é de um dia pro outro. O cliente pede uma coisa que não tem e logo a gente arruma. Até chegar num ponto que é difícil eles procurarem algo que a gente não tenha. E estamos sempre atendendo e vendendo.”

A lógica, assim, se assemelha muito ao das mercearias e se distingue de comércios mais novos, com foco em produtos específicos e fornecedores já pré-determinados. A título de comparação, outro depósito opera diretamente na Praça Duque de Caxias, porém com três décadas a menos de funcionamento. Apesar do espaço ser ao menos o dobro do Globo, o número de produtos é menos da metade, cerca de 2 mil segundo o gerente do depósito, localizado na parte inferior de edificação tombada, na esquina com a rua Adamina.

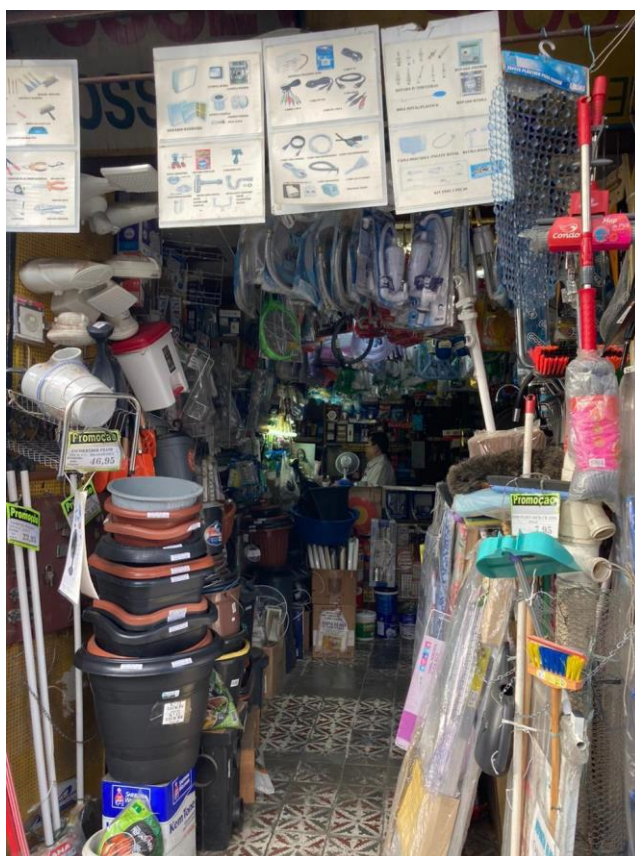
Os comércios tradicionais, de mercearias a depósitos, operam por uma lógica que vai além da pessoalidade e identidade cultural projetada na arquitetura e na ambiência da disposição de objetos – ainda que seja algo relevante. A diversificação de produtos e uma atenção às demandas imediatas do público faz com que eles atuem dentro da lógica capitalista, porém a subvertendo por não seguirem regras de padronização de produtos, visual e alinhamento a um mercado marcado pela fusão de empresas e franquias de maior poder aquisitivo.

A permanência de aluguéis mais baratos também se dá numa incorporação de valores próprios da tradição sem fugir da lógica imobiliária da produção de lucro pela propriedade privada, um dos eixos do capitalismo. A confiança pessoal aliada a previsibilidade e estabilidade do comércio faz com que valha mais a pena aos proprietários manterem valores mais baixos mesmo com o *boom* atrativo do bairro, ao invés de se arriscarem a um quadro de instabilidade. No caso do Depósito Globo, o aluguel se dá com uma única família, já na terceira

geração desde o início do contrato. “Tem uma questão nossa aqui e familiar deles também. Lidamos entre duas famílias.”

Mesmo comércios que não atuam no ramo de entretenimento acabam por criar uma ambiência visual única, que podemos considerar como cultura do bairro, pela não uniformidade, pelo acúmulo de temporalidades nas materialidades, pela circulação de conhecimentos a partir deste local e ação dos sujeitos. No caso do depósito Globo, o estabelecimento chega a se assemelhar aos demais do tipo, mas traz assinaturas visuais únicas, como a presença de uma calopsita, que paira no ombro do proprietário enquanto ele atende os fregueses e por vezes se acomoda numa caixinha de sapatos próxima ao caixa. “Ela gosta de tirar cochilos depois do almoço”, conta Fernando.

FIGURA 45 - Depósito Globo na rua Mármore



Fonte: Foto do autor, ago/2021.

Mesmo nos comércios, pautados pela relação capitalista, paira um tempo diferenciado no bairro. Trata-se de um desfrutar da conversa, que carrega conhecimentos e a todo momento remete ao passado, com o auxílio da ambiência dos lugares. A boemia nos bares também

ampara-se nesse trânsito de temporalidades, vivenciando o presente a partir do diálogo entre amigos sobre o que se viveu e o que se conhece da história dos lugares. Na parede do Bar do Bolão, o mais tradicional do bairro, com funcionamento ininterrupto desde a década de 1970, estão mais de uma centena de relógios, alguns deles feitos pelo próprio fundador, o Bolão, especialista em engenhocas do tipo. Um deles especificamente marca o tempo com os ponteiros andando para trás – um símbolo de um território no qual coexiste uma outra economia do tempo, dilatado e não linear, em que o passado é tão ou mais importante e estimulante que o futuro.

FIGURA 46 - Relógio da coleção do Bar do Bolão



Fonte: Foto do autor, ago/2021.

O cotidiano de um bairro como Santa Tereza se faz enquanto arte, tal qual pontua De Certeau (1998, p. 49). E ela se faz decisivamente a partir do espaço e cultivo da conversa trivial, que instaura uma confiabilidade nas retóricas ordinárias, numa “mobilidade de interesses e prazeres, numa arte de manipular e comprazer-se”, diz o historiador.

[...] o entrelaçamento das posições locutoras instaura um tecido social sem proprietários individuais, as criações de uma comunicação que não pertence a ninguém. A conversa é um efeito provisório e coletivo de competências na arte de manipular ‘lugares-comuns’ e jogar com o inevitável dos acontecimentos para torná-los ‘habitáveis’. (DE CERTEAU, 1998, p. 49)

A heterogeneidade cotidiana de Santa Tereza, nessa limiaridade entre público e privado, com temporalidades flutuantes, apresenta locais por vezes de difícil interpretação de sua funcionalidade, mas poéticos quando vistos de perto. Num pequeno imóvel à rua Tenente Durval, banquinhos e tamboretos do lado de fora e um burburinho interno de conversa e música, copos e garrafas convidam o passante que, no entanto, logo se depara com a placa, em madeira: “não é bar, é confraria”. Ou, em outras palavras, um bar convidativo para a rua, mas com clientes exclusivos e cativos, quase todos na faixa etária acima de 60 anos e alguns beirando 90 anos – todos moradores das imediações. Ali eles compartilham de uma vivência aprazível e íntima com amigos e com o próprio bairro.

FIGURA 47 - Confraria na rua Norita



Fonte: Foto do autor, ago/2021.

Mesmo nos estabelecimentos formais, existe uma espécie de boemia comunitária, visível nas mercearias, porém ainda mais fortes em pequenos bares espalhados pelo bairro, onde existe uma frequência costumeira em dias de semana, ao final da tarde, às vezes mesmo sem consumo de álcool por alguns. Com mesas que se formam ao sabor da freguesia do dia e que se comunicam entre si, ali eles trocam coletivamente impressões sobre episódios ocorridos no dia, seja no bairro ou a nível nacional e internacional. Ao final, dão boa noite a todos presentes e

encerram o “expediente”. Exemplo disso é o Bar do Alemão, na esquina das ruas Norita e Quimberlita, com pastel sempre frito na hora. Outros estabelecimentos ao longo do bairro também ocupam esse limiar entre público e privado.

FIGURA 48 - Pastelaria e Bar do Alemão



Fonte: Foto do autor, ago/2023.

No início da rua Dolores do Indaiá funciona uma oficina de retificação de bobinas e motores diversos, de piscinas a geladeiras. O serviço é ofertado ali desde 2008 ali e há 30 anos no bairro, inicialmente onde funciona a pizzaria Parada do Cardoso. São duas portas. Na da esquerda, colada à esquina da rua Bocaiúva, estão espalhados equipamentos e máquinas em conserto, com um pequeno banco onde clientes aguardam, naquela típica ambiência cheirando a óleo, com adesivos políticos nas paredes e engrenagens espalhadas. Já na porta da direita, com uma conexão interna entre os espaços, um pequeno balcão dá visão a uma estante simples com cafés do sul de Minas, ao lado de uma geladeira, pia com coador, um fogão e um bule – tal qual uma simples cozinha familiar. A garrafa de café está sempre à disposição, servida por Renato, um dos proprietários da oficina – sem custos. “É pros clientes, mas principalmente pros amigos. A gente sempre tinha esse cafezinho aqui, mas depois colocou pra vender o pó também. Esse é

arábico, sem aquelas misturebas”. E logo chega o amigo Vadinho, que trabalha numa oficina de fabricação de pandeiros e instrumentos de percussão no quarteirão à frente. Eles trocam algumas brincadeiras no rápido tempo de uma xícara.

Apesar de projetar uma ideia de mineiridade, Santa Tereza não possui cafés que sejam lembrados ao longo das décadas ou mesmo no presente da pesquisa. Alguns poucos verificados no período de análise abriram e fecharam as portas em poucos meses ou se converteram em bares noturnos. Uma das hipóteses é de que o perfil comercial de público majoritariamente noturno e voltado para a boemia não abra espaço à permanência de tais espaços diurnos, que lidam com altos aluguéis. Dessa forma, soa curioso, mas explicável, que um dos únicos espaços no tradicional bairro para se tomar uma xícara de café seja uma oficina mecânica, além das mercearias, que sempre têm uma garrafa disponível, porém sem um protagonismo de oferta tal qual percebido no comércio de Renato.

FIGURA 49 - Oficina de mecânica de bombas e café do Renato



Fonte: Foto do autor, jun/2023.

A permanência do estabelecimento também vai ao encontro do que se percebe em outros pontos mais antigos no bairro, com aluguéis firmados de forma pessoal com proprietários e ambientes que exigem uma leitura visual mais detida para entender o funcionamento e o que se opera ali, em contraponto a estabelecimentos comerciais recentes em que o marketing tem mais

protagonismo que a materialidade. No café da oficina de Renato, ao lado de uma das vistas mais bonitas a partir de Santa Tereza, a economia do tempo também é outra. Na ocasião de uma visita junto a alunos do curso Ouvindo a Cidade, ministrado por este pesquisador em junho de 2023, compramos um pão na padaria ao lado e levamos para dividir com Renato, seu sócio e outro amigo que se achegou. Compartilhamos o café, o fim de tarde, o pão e as lembranças deles, como das carroças da fábrica Itambé que circulavam pelo bairro e centro da cidade oferecendo leite em tonéis.

FIGURA 50 - Vista da serra a partir da rua Bocaiúva



Fonte: Foto do autor, jun/2023.

A partir de Lemos (2020), podemos considerar que Santa Tereza cultiva e perpetua uma “sociedade lúdica”, que vai das conversas triviais às manifestações artísticas e formas de imaginalidade, como veremos melhor no quarto capítulo.

Uma sociabilidade lúdica é gerada através do lazer e revela as tramas sociais difundidas através do espaço urbano. Conversas fiadas em mesas de bar, nas esquinas ou nos quarteirões fechados, passeios públicos, galerias, encontros nos shows e concertos, nas feiras, praças e portas de igrejas se cristalizam em territórios de convivialidade e definem padrões culturais peculiaridades, que se distinguem e difundem simbolismos (modas, hábitos, crenças). (LEMOS, 2020, p. 345).

FIGURA 51 - Vizinhos e comerciantes conversando em frente à comércio de rua



Fonte: Foto do autor, ago/2023.

Com rupturas cadenciadas na paisagem urbana ao longo de décadas e, sobretudo, com a possibilidade de uma diversidade de apropriações, bairros como Santa Tereza, como analisado no capítulo 1, situam-se num trânsito entre o *valor de troca* e o *valor de uso*. As formas de privatização, regramento, mercantilização do território e tensionamentos seguem presentes, mas igualmente forjam-se outras possibilidades de economia social, em que se ganham fluxo e existência temporalidades diversas e escassas em outras localidades, como um tempo da conversa, da contemplação, mesmo em meio a um ritmo acelerado. Essa economia do tempo não se contrapõe ao que está ao redor, mas permite uma acentuada rede de saberes que circulam nas conversas triviais, tomando rumos menos pragmáticos, tecendo uma trama de experiência social complexa e convidativa.

Essa rede de vizinhança também inclui a cooperação. O bairro, com casas e imóveis com uma permanência tanto de famílias quanto de comércio ao longo de gerações, estabelece uma rede de solidariedade que vai além dos moradores. Isso se estende a trabalhadores e proprietários em sua maioria de outros bairros e mesmo com ambulantes. O carrinho de pipoca

amarelo, com álcool gel à disposição (com o advento da pandemia e mesmo nos anos seguintes) faz parte do cenário da praça Duque de Caxias tal qual o coreto. Ailton reside no bairro Saudade e está ali religiosamente de segunda a sábado. Para não ter que andar distância tão grande com sua estrutura de trabalho, ele a deixa na casa de um morador logo na quadra seguinte à Praça. O qual, em troca, mesmo que não exija, recebe pipoca fresquinha sempre que deseja e, juntos, conversam sobre o passado e presente do bairro.

FIGURA 52 - Pipoqueiro Ailton em festa junina na Praça Duque de Caxias



Fonte: Foto do autor, ago/2023.

Um bairro como Santa Tereza, em sua vivência cotidiana, não se restringe ao discurso de relíquia e preservação. Isso não quer dizer que o passado não esteja presente de forma intensa em sua paisagem e a memória, *métis*, circulando e transformando os lugares. A exemplo de bairros como Santa Teresa no Rio de Janeiro, tais localidades não chegam a se converter em pontos de intensa visitação, ainda que ele ocorra cotidianamente. Porém claramente existe um desfrutar dessa paisagem urbana por públicos diversos, sobretudo em praças e bares, pelo que elas trazem de vertigem de um passado fugidio, projetado em belas fachadas, mas também pelo

inescapável declínio urbano, ora em exuberância e cuidado, ora em ruína, onde o tempo se faz soberano e propõe realinhamentos de identidades em fluxo (FORTUNA, 1997). Tais territórios flertam com a definição de lugar de memória de Pierre Nora (1993), mas o ultrapassam ou criam um desvio, talvez exatamente pelo fato de ali a memória circular, em suas múltiplas temporalidades, sem uma necessidade de institucionalização – ainda que essa seja alternativa buscada por alguns setores e estabelecimentos, como analisado no que diz respeito aos comércios mais recentes do bairro.

CAPÍTULO 3 - OUVIR O PASSADO E O PRESENTE DE UM BAIRRO

Santa Tereza, Belo Horizonte, Minas Gerais. 18 horas em ponto, os primeiros arpejos de Bach anunciam a conhecida melodia da Ave Maria de Gounod⁴⁶, projetando uma sacralidade no ar. A música não gera de imediato, visivelmente, nenhuma postura específica de reverência religiosa por parte dos cidadãos, numa incorporação cotidiana de normalidade do som advindo da igreja, agindo mais como elemento de convergência e referência de sociabilidades (CORRÊA, ROSENDHAL, 2012, p. 309). Mesmo com a perda da centralidade comunitária que já forjou no passado (LEAL, 2022; SCHAFER, 2001), o sino, junto à música orquestral amparada por coros de vozes que se sobrepõem, parece jogar um manto de unidade àquele cotidiano diverso e reger ações interdependentes, que vão do comércio ao hábito dos moradores e início do turismo boêmio. Às 18h, o toque da Ave Maria e dos sinos também desperta outras ações e sons, como um cantor de música erudita que acompanha o tema com voz potente audível nas casas vizinhas da rua Ângelo Rabelo e um conhecido cachorro que uiva junto à música, na mesma via. “Noite chegou outra vez, de novo na esquina os homens estão”, diz a música Clube da Esquina, de Milton Nascimento, Lô e Márcio Borges, anunciando essa transição que se dá de forma poética no bairro de Santa Tereza.

Sobretudo ao entardecer a praça Duque de Caxias abriga uma infinidade de usos simultâneos: crianças brincam no parquinho supervisionadas pelos pais, adultos se alongam e fazem caminhadas, outros se exercitam em equipamentos públicos, cachorros são adestrados, um casal ensaia dança de salão no coreto, um grupo em roda faz preces, jovens paqueram e outros desafiam a polícia à distância fumando maconha, adultos circulam com caixas térmicas enquanto grupos de amigos carregam cadeiras para mesas de bar sob a sombra de castanheiras, a mesma que protege a leitura de alguns, enquanto ciclistas mirins fazem ziguezague e carrinhos motorizados alugados por uma senhora quase derrubam o pipoqueiro. Tudo isso enquanto uma equipe grava cenas para um curta-metragem de forma despercebida pelos transeuntes.

Mesmo bem arborizada, a praça conta com amplas áreas livres, com sutis separações, espécies de zoneamentos, que estimulam apropriações de públicos e práticas distintas, por ora conflitivas, por ora interdependentes, tal qual uma metonímia do próprio bairro. A sonoridade do sino estabelece uma marcação discreta, porém determinante a esse cotidiano diversificado. Um artista faz naquele momento enormes bolhas de sabão para entreter as crianças. No ar, as

⁴⁶ O compositor francês Charles Gounod criou em 1859 a famosa melodia da Ave Maria, tendo como base harmônica o Prelúdio nº 1 em Dó Maior composto pelo alemão Sebastian Bach em 1722.

bolhas criam um filtro ao olhar, uma camada de membrana sensível que modifica a visão, materializada coletivamente, mas intersubjetiva a quem observa, de forma única a cada um.

FIGURA 53 - Bolhas de sabão divertem crianças e casal ensaia passos no coreto em frente à igreja referência do bairro



Fonte: Foto do autor, abril/2020.

Com multifacetados graus de pertencimento a cada cidadão, essa paisagem sonora do entardecer propõe uma unidade efêmera à simultaneidade de corpos e sujeitos que agem com práticas tão distintas nessa espacialidade, particularizada em suas múltiplas possibilidades e diferenças de ocupação. A sincronia torna-se possível apenas aos olhos e ouvidos de quem se propõe a captá-la, percorrendo a praça e arredores. Representação e discurso, tal unidade não por isso torna-se arbitrária, artificial ou destituída de lastro objetivo. Na paisagem urbana, tanto a concretude das edificações quanto práticas cotidianas e tradicionais constituem identidades que se somam e transcendem a materialidade (CANCLINI, 1997), incluindo o aspecto sonoro.

Exemplo disso é o próprio badalar dos sinos da igreja erguida ao longo de três décadas a partir de 1932, cujo som não mais provém diariamente do impacto das peças de bronze. Três sinos ainda se encontram na torre, presos a uma estrutura de madeira, não visível da rua. Da marca Bellini e com indicação da data de 1960 no material, eles são badalados apenas em datas

de maior importância para o calendário católico, como o Corpus Christi e o Natal. O som que se ouve cotidianamente, junto à Ave Maria, é emitido por caixas eletrônicas programadas. Nas torres se veem os falantes emoldurados pelas marcas do tempo de uma arquitetura desgastada, com arbustos que rompem das paredes com trincos e rachaduras – numa materialização de um tempo passado saturado de agoras, retomando conhecida expressão de Walter Benjamin (1986).

Esta pesquisa realizou visitas à igreja e à torre, durante passeios sonoros promovidos pela disciplina “Ouvindo a Cidade⁴⁷”, ministrada por mim no primeiro semestre de 2023. Com acompanhamento de Vladimir e Paulo, funcionários da paróquia, as incursões permitiram um entendimento de um processo que chega aos cidadãos como uma continuidade de tradição em dado lugar, porém empreendida a partir de contextos específicas e contingências cotidianas, incluindo questões estruturais, sujeitas a rupturas, mas também mantendo uma ideia de permanência.

Todos os dias, religiosamente faltando poucos minutos para as 18h, um dos funcionários adentra um corredor lateral ao altar e abre um painel que guarda um aparelho tocador de CD fabricado nos anos 1990, no qual seleciona a faixa 6, com duração de 3 minutos e 11 segundos, como ambos destacam. Logo que se encerra o tema da Ave Maria, é preciso rapidamente pausar, para a próxima faixa não tocar no sistema de som que alcança mesmo bairros para além de Santa Tereza. Ao final do tema, a gravação reproduz sons de sino, que passam a ideia de que o badalar se dá materialmente na torre. Segundo nos relata Paulo, quando a execução atrasa alguns minutos, eles recebem ligações e mensagens são disparadas imediatamente por Whatsapp por moradores do entorno, cobrando pontualidade no ritual, numa mescla de uso de tecnologias recentes e apego às tradições.

O sino chegou a contar até 2019 com um sistema que o permitia ser tocado no alto da torre ao se acionar apenas um botão instalado na parte baixa da igreja. Durante a pandemia, a engrenagem, no entanto, apresentou defeitos. A partir disso, o sino passou a ser tocado manualmente ainda menos vezes ao longo do ano, uma vez que isso exige dos funcionários subirem uma longa e íngreme escada na torre para tocá-lo. A escolha pela gravação do badalar, já presente nos anos anteriores, passou a ser predominante. Segundo os funcionários, os sinos

⁴⁷ A disciplina “Ouvindo a Cidade: paisagem sonora, memória e experiência de lugar em Belo Horizonte” foi realizada entre os meses de fevereiro e julho de 2023 no prédio da Fafich, no campus da UFMG em Belo Horizonte, em parceria com o grupo de estudos Som e Museologia - Sommus (ECI/UFMG).. Reunindo alunos de cursos distintos como Museologia e História, da graduação e pós-graduação, cumpriu exigência de estágio docente do autor desta tese, em parceria com os grupos de estudos Estopim e Sommus. Ao final do curso, foi realizada sessão pública no Cine Santa Tereza, com apresentação de resultados preliminares da pesquisa, com a presença de alunos, professores e membros da comunidade.

são tocados sem instruções específicas, distanciando-se da linguagem sonora que pode indicar diferentes significados para a comunidade, algo que ainda se dá em cidades mineiras como Ouro Preto e São João Del Rei, num conhecimento sonoro compartilhado não apenas por religiosos, mas por boa parte da sociedade de tais localidades (DUARTE, 1997). Na capital mineira, existe assim uma continuidade do som que ecoa um pertencimento de longa duração para a sociedade, mesmo sem a função comunitária de avisos e orientações paroquiais especificamente pela paisagem sonora, como o toque de festividades e anúncio de falecimentos e visitas oficiais.

A igreja divide e marca a paisagem do bairro, visual e sonoramente, de várias formas. À distância vê-se a imponente nave, que amplia a cada transeunte o significado das práticas e experiências que circundam a torre. Uma cidade verticalizada e aflita em suas avenidas bate à porta do bairro – e também se faz presente nele. A dicotomia da cidade-tradição ou da cidade-metrópole contorna sua visualidade e o som que emite, de sacralidade, confrontando os ruídos urbanos. Ao fim da tarde, emparelham-se também a boemia e o viver comunitário, o espaço familiar e o divertimento adulto, ora como continuidade de uma mesma sociabilidade, ora como confronto, sobretudo no aspecto sonoro, dada a perturbação de sossego com o avançar da noite, como veremos adiante.

A dicotomia também é algo presente na própria Igreja e suas duas torres que se projetam ao céu da capital mineira. Um território cujo nome inicial, na versão mais aceita (ARREGUY, RIBEIRO, 2008, p. 32), faz homenagem ao bairro de Santa Teresa do Rio de Janeiro – este com a grafia em “s” –, em função da semelhança de acesso ao bairro via bonde nas primeiras décadas do século XX. Décadas depois, o espaço de culto, construído a partir da década de 1930 em Belo Horizonte, receberia como padroeira, por consequência, o nome de Santa Teresa. A partir disso, os padres holandeses que administravam a paróquia encomendaram uma imagem diretamente de Portugal. No entanto, ao abrirem a caixa⁴⁸ da delicada encomenda que cruzara o Atlântico, constataram que por um equívoco tratava-se de uma imagem não de Santa Teresa de Ávila, freira carmelita espanhola do século XVI, mas Santa Terezinha, também carmelita, porém nascida na França no século XIX (NEVES, 2010). Ao invés de ver aquilo como um problema, a paróquia recebeu a tal santa como uma segunda bênção e optou por manter, de modo atípico, ambas como padroeiras, cada qual com sua imagem, à esquerda e à direita, em enormes vitrais, na então Igreja de Santa Teresa e Santa Teresinha⁴⁹. Em matéria publicada na

⁴⁸ História também relatada pelo funcionário Vladimir, responsável pelo acervo da paróquia.

⁴⁹ A história foi relatada pelo funcionário Vladimir, responsável pelo acervo histórico do local.

época no anúncio do tombamento do templo, o padre Célio, responsável pela paróquia, pontuou: “Temos aqui a união do vigor de Santa Teresa de Ávila com a ternura de Santa Teresinha de Lisieux.”⁵⁰

No avesso da monumentalidade, amplitude e beleza do acabamento neocolonial, a subida à torre da igreja proporciona um mergulho numa ambiência distante dos olhos do público e mesmo dos fiéis mais assíduos, expondo outra dualidade do patrimônio. Por uma porta lateral à nave, adentra-se um lugar de ambiência soturna, apertada, sem iluminação e por vezes sinistra, guardando objetos de uso do calendário de encenações católicas, como santos amontoados, caixas, e réplicas de animais utilizados nos cenários de presépio montados no natal. A escadaria, sem corrimão e extremamente íngreme e estreita, é marcada por penas de pombos por todos os lados, cascas de ovos e mesmo algumas aves mortas. O som tanto da rua quanto da missa na igreja é abafado ali pelas grossas paredes.

Num andar intermediário, passa-se pelo relógio da igreja. Através dele é possível ver a praça e casarões por entre os ponteiros e números. A engrenagem, no entanto, mostra-se estragada e com peças soltas. Os ponteiros, mesmo não funcionando, foram posicionados no horário de 18h, criando a ideia de estarem sempre em alinhamento ao menos durante o momento mais sublime de projeção sonora da Ave Maria e do badalar dos sinos – eletrônico na maior parte do tempo. O tempo nesse avesso da igreja corre de maneira distinta, num passado amortizado em materialidade e objetos despojados, sincronizado apenas ao relógio da sacralidade católica vinculada ao horário das 18h.

⁵⁰ Fonte: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/08/26/interna_gerais,1299500/igreja-historica-no-santa-tereza-e-tombada-e-pede-restauracao-urgente.shtml Acesso em 29 nov. 2023

FIGURA 54 - Relógio da torre da Igreja de Santa Tereza



Fonte: Foto do autor, jun/2023.

Após a subida vertiginosa, ao se chegar à torre em si, onde estão instalados os sinos, a visão que se abre é reconfortante, mesmo com os objetos de cobre instalados com algum grau de improviso na armação de madeira próxima ao chão. Pelas aberturas da torre, vê-se a cidade em 360 graus, nos limites das serras do Curral e da Piedade, partes da grande Serra do Espinhaço. Numa escala diferenciada, próxima da nave e a partir do telhado da igreja, a praça e o bairro vistos de cima, incluindo o cinema, a escola e o batalhão de polícia, passam uma ideia de paróquia e comunidade quase cenográfica e provinciana, com permanências edificadas no tempo. Guiado pelos funcionários, localizamos inclusive casas paroquiais onde moram padres já afastados das funções cotidianas das igrejas pela idade avançada, incluindo dentre eles os párocos holandeses com forte ligação com a igreja.

Enquanto ao rés do chão a igreja é proponente de sons edificantes e religiosos, na torre é a paisagem sonora do bairro que marca o lugar, com o som cortante do vento vindo do alto e, de baixo, das manifestações artísticas, do trânsito, das crianças junto a práticas diversas na praça e no entorno. Ao observar-se as serras e comunidades ao longe, é possível imaginar o som que os lugares produzem e que também fazem parte de uma Belo Horizonte, incluindo os bosques

e o silêncio entre as lápides do cemitério do Bonfim. O distanciamento e a possibilidade de algum silêncio ali estimulam a imaginação do som dos lugares e das coisas, mostrando a importância do controle do ruído urbano para a percepção e enriquecimento da experiência humana (SCHEFFER, 2001). Num local a que poucas pessoas têm acesso, a torre da igreja é espaço privilegiado e único para ver e ouvir a cidade, do presente ao passado.

3.1 - O som do passado

Há lugares, como o bairro de Santa Tereza, que basta imaginá-los para que uma rememoração qualquer venha acompanhada de alguma sonoridade. Assim como falamos da arquitetura preservada, ação comunitária e boêmia como um tripé de identidade, o som perpassa e define todos eles, cada qual a seu modo. E não apenas pela música, intrincada na sociabilidade dos bares e performances públicas, mas uma paisagem sonora (SCHAFER, 2001) também emerge exatamente do tipo de vivência que se estabelece ali, no burburinho humano, na forma com que se conecta a modais de transporte, na sutileza de sons cotidianos que remetem ao passado e mesmo no som mais ameno produzido por sua urbanidade em contraposição ao restante da cidade. Tal qual uma maré que vai e volta, a paisagem sonora nos permite auscultar ora o passado, ora o presente, mostrando a forma como os lugares produzem sons e as pessoas se relacionam coletivamente ou intersubjetivamente com espaços. A partir disso, percebemos continuidades históricas pelo som, mas também perdas, modificações e, sobretudo, uma negociação constante, na qual mudanças acústicas, a partir do desenvolvimento técnico e urbano, alteram profundamente nossos comportamentos e formas de sociabilidade e pertencimento ao mundo (SCHAFER, 2001).

Ao observarmos o templo religioso de Santa Tereza no presente, vislumbramos também seu passado. A década de 1950 marcou o encerramento das arrastadas obras da Igreja de Santa Teresa e Santa Teresinha, iniciadas ainda em 1932, com desenho do professor da Escola de Belas Artes da UFMG João Almeida Ferber. Também fotógrafo, desenhista e pintor, Ferber era natural de São João Del Rei e trouxe à igreja inspirações do barroco mineiro de templos diversos, como a Igreja de São João em Barão de Cocais.⁵¹ Mesmo com as grossas paredes da nave ainda em construção, as celebrações já aconteciam no porão da edificação, com entrada pela rua Eurita. Assim, o som produzido pela matriz se dividia entre as obras e os cantos

⁵¹ Fonte: <https://santaterezatem.com.br/2021/08/26/arquitetura-da-igreja-de-santa-tereza/> Acesso em 29 nov. 2023

católicos ao longo de mais de duas décadas, sendo finalizada, com o som predominante agora dos sinos, apenas na década de 1950.

Nesta mesma década de 1950, o entorno da praça Duque de Caxias, em Santa Tereza, passou a conviver com um som até então atípico nas décadas anteriores: marteladas, ruídos de remoção de entulhos e montagem de andaimes que rompiam os ares. Algumas obras iam abrindo clareiras entre as casas de arquitetura dos primeiros anos da capital, eclética e *art déco*, que passavam a conviver agora com pequenos prédios e edificações de traços modernistas. A alteração visual ainda era sutil, mas já anunciava mudanças urbanas dos anos vindouros, numa antecipação que as cidades são capazes de anunciar, tal qual captou Benjamin na Paris da virada de século (BENJAMIN, 1985).

Mas de forma indiferente a essa sonoridade pelo reinventar técnico, do destruir e reerguer, outros sons no bairro se distanciavam do ímpeto modernizante que tentava deixar marcas na cidade desde o governo Juscelino Kubitschek na década anterior. Naqueles mesmos quarteirões era possível identificar sons de lata d'água, assovios para comunicação entre os jovens, ruídos de carroças e o relinchar dos equinos nas ruas de pedra. Entre o passado e um futuro trôpego, a paisagem sonora apresentava-se a alguns como um filme que já se conhecia, mas recebendo cortes por vezes abruptos, tal qual as películas do realismo italiano que entravam em cartaz no Cine Santa Tereza na praça, inaugurado poucos anos antes.

FIGURA 55 - Cine Santa Tereza na década de 1940



Fonte: Divulgação/Cine Santa Tereza

Enquanto o martelar das novas edificações só descansava os ouvidos dos moradores quando os sinos da igreja pediam calma e devoção às 18h, mais abaixo, um som que marcara toda a região Leste deixava de existir, como a desativação da Parada do Cardoso, em junho daquele ano. A estação de trem fazia a conexão do Horto Florestal com a Estação Central levando trabalhadores, estudantes e famílias ao centro da cidade, com o burburinho em torno da chegada da locomotiva, com seu apito estridente, o carimbar de cartões, o coração acelerado da criançada, o grito dos vendedores e pregoeiros e todo um pequeno comércio no entorno.

A justificativa para o encerramento de algo que determinara a socialidade de toda uma área foi a de que o movimento vinha decaindo desde que bondes e ônibus passaram a rasgar os ares das ruas Mármore e Hermilo Alves. Pouco depois, a inauguração da linha de trólebus, com discursos políticos, benzimento de equipamentos pelo pároco e banda na praça⁵², deu o tom do caminho que se pretendia para a ligação do território com o restante da cidade. Enquanto parte da população lamentava não mais ouvir o apitar e o frear das locomotivas que margeavam o Ribeirão Arrudas mesmo antes da inauguração da cidade, outros sons emergiam – do quicar das bolas de capotão nas ruas inspiradas na atuação da seleção brasileira, a despeito da trágica final de 1950, as trilhas dos filmes americanos e italianos no cinema da praça inaugurado poucos anos antes, além das tradicionais serestas e gafeiras nos antigos casarões, que recebiam visitas ilustres, a exemplo do prefeito JK.

Mesmo que se considere que o bairro vivia tempos de algum distanciamento (BAGGIO, 2005) do restante da cidade em franca ebulição cultural e urbana⁵³, quem passasse por Santa Tereza e se atentasse unicamente às sonoridades que brotavam daquelas esquinas não consideraria necessariamente monótono tal cotidiano. Exemplo disso eram os sons que provinham do Ideal Clube, outro marco daquela época que funcionou entre os anos 1950 e 1960 à Rua Estrela do Sul, recebendo nomes de primeiro quilate das artes cênicas como Bibi e Procópio Ferreira, Walmor Chagas, Eva Todor, Cacilda Becker e outros (NEVES, 2010).

Enquanto isso, as brincadeiras de rua davam o tom do protagonismo de uma ocupação social e lúdica dos espaços. A bente alta⁵⁴ era febre entre a meninada, que também descia ruas íngremes sentados em tábua untada de sebo – este se conseguia nos açougues de seu Geraldo

⁵² Ver vídeo de Cine Jornal, produzido entre 1959 e 1963, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VZt-WQtGwd8>> Acesso em 29 nov. 2023

⁵³ Ver “O Desatino da Rapaziada” (WERNECK, 2012).

⁵⁴ Brincadeira com bola de tênis ou semelhante e uso de tacos de madeira, lembrando por vezes uma espécie de beisebol mais simplório.

Rios e do Sr. Michalik na Rua Mármore. No rio Arrudas, jogavam pedras em balaio ancorados dentro da água – o som seco era sinal de pontaria certa, ao invés do borbulhar daquelas que iam parar no fundo do ribeirão.

Uma mudança na paisagem visual do bairro seria intensificada de forma agressiva apenas nas décadas seguintes, com uma explosão de novos apartamentos construídos⁵⁵. O que era apenas um anúncio na década de 1950, com edificações isoladas sendo erguidas, alcançou mais de 600 apartamentos construídos na década de 1970 no bairro. Esse ímpeto imobiliário ascendente só se reduziu a partir dos anos 1990 e 2000, de forma totalmente relacionado à conquista da Área de Diretrizes Especiais para o bairro em 1996, tal qual já exposto no primeiro capítulo. Naquele momento, fez-se também uma escolha, ainda que não discutida nesses termos, pela paisagem sonora que se projetaria no futuro.

Nesse sentido, as sonoridades detêm a capacidade de antecipar mudanças que ganham concretude visual posteriormente ou mesmo de guardar resquícios de práticas que aparentemente foram sucumbidas pelas opções de desenvolvimento urbano. As mudanças técnicas, urbanas e tecnológicas, como atesta Schafer (2001) geram profundas alterações no comportamento humano e na forma como percebemos e interagimos com o mundo. Refletir sobre a forma como territórios são dominados pelo ruído imobiliário e de tráfego urbano, ou conseguem manter elementos e ressignificar o presente, é olhar para a própria história urbana da cidade e, de forma paralela, para a memória dos sujeitos que se deposita e multiplica ali.

O som, assim, indica de forma sutil alterações em curso e também pode reter o passado – da mesma forma que o olfato, tal qual o cheiro da *madeleine* que abre ao personagem de Proust toda uma paisagem de outrora no livro “Em Busca do Tempo Perdido”. O que um simples apito de trem ou a matraca de um ambulante desperta de lembranças? Mais do que isso, seria possível, assim, espiar uma Santa Tereza de décadas atrás unicamente pelo som que se produziu a partir de suas ruas?

Revisitar dado momento histórico pelo som é algo estimulante, mas sem dúvida, como argumenta Schafer (2001), ocupa uma posição desvantajosa frente a outras formas de abordagem, já que seria factível mapear praticamente todas as edificações que existiram e deixaram de existir em dado território ao longo de um século, mas impossível pontuar uma parcela razoável que seja dos sons que habitaram e se perderam ali. A produção artística de uma época e testemunhos, como veremos, são caminhos possíveis para tal visita ao passado. Mas

⁵⁵ Segundo levantamento de Veloso (2020), foram 9 apartamentos construídos na década de 1950, 104 na de 1960, 647 na de 1970, 729 na de 80 e 992 na década de 1990.

também podemos auscultar o próprio presente, buscando as marcas deixadas na paisagem sonora de um bairro através da ação dos sujeitos, das mudanças técnicas e tecnológicas, na condição humana que ressoa nas ruas, entreouvindo como as temporalidades convivem, encerram-se ou rompem na paisagem sonora urbana. E, assim, compreendê-lo não em sua totalidade, mas com outras e múltiplas ferramentas de pesquisa para captar a experiência histórica dos lugares.

Como já enunciado e perseguido nos capítulos anteriores, uma das propostas desta tese é averiguar como as práticas culturais, referidas em discursos ou no senso comum, se engendram e se reatualizam no cotidiano do bairro. Considerar a paisagem sonora de tal território apresenta-se assim como caminho para também destacar elementos que passam ao largo da caracterização de identidade do passado e do presente de um território, muitas vezes vítima de idealizações e recortes de singularidades, dizendo respeito apenas a uma parcela possível captar ali.

A música é, sem dúvida, elemento central da identidade compartilhada na história de Santa Tereza e preponderantemente citada. No entanto, mesmo as performances artísticas e os sons que a circundam na paisagem boêmia são vistos de forma secundária na abordagem sobre patrimônio e desenvolvimento urbano. Como ele participa da dinâmica urbana? Para chegar propriamente à música, seria preciso antes limpar os ouvidos, como propõe Murray Schafer, apurando a audição e não a deixando apenas a reboque do que se apresenta visualmente, mas sim em diálogo permanente, ainda que, por vezes, conflitante.

O autor e músico canadense aponta, no próprio subtítulo de sua obra seminal, “A Afinação do Mundo” (SCHAFER, 2001), que a paisagem sonora seria o aspecto mais negligenciado de nosso ambiente e de nossa história. Uma condição que se dá pela pouca atenção à temática historicamente e também pela perda da capacidade de percepção dos sons que habitam os territórios, exatamente por uma sobreposição ruidosa de elementos sonoros. Com uma sociedade cada vez mais saturada desses ruídos, sobretudo dos automóveis e maquinários, tem-se pouca capacidade de distinguir sons que em outros momentos já foram norteadores de sociabilidades e que se perdem no nosso entorno sem que nos demos conta.

Schafer argumenta que o meio urbano pós revoluções industrial e elétrica passou a apresentar uma paisagem sobretudo *lo-fi*, de baixa fidelidade e definição, frente ao ambiente rural e comunitário, no qual o aspecto *hi-fi* permitia uma identificação mais nítida e em perspectiva dos “sons fundamentais”, tal qual a chuva, trovoadas, o cavalgar, o balançar das árvores. As cidades, forjadas na capacidade de escuta, com os sons delimitando a identidade

religiosa, comunitária e mesmo de defesa territorial, teria ficado surda aos marcos sonoros dos locais, porém esvaziados de uma identidade de protagonismo para além da histeria dos alarmes e campainhas. A despeito das críticas da visão de Schafer, por um essencialismo e idealização de épocas anteriores, a desvalorização do aspecto sonoro na sociedade, a atenção à presença dos ruídos e seus danos tanto para a saúde psíquica quanto para a percepção sensível da sonoridade urbana não pode ser descartada.

“[...] percebo também, nesta tendência de refutar o absolutismo supracitado, mesmo que não faça menção direta a Schafer, mas às emanções de suas ideias, fortemente difundidas desde a década de 1970, algumas investidas nesse sentido vêm sendo feitas pela via da relativização do ruído, da propriedade e do âmbito físico em prol de simbolismos e em detrimento, e isto é o mais importante no que quero pontuar, da dimensão física [...] Assim, ao chamar de eco amorfo das ideias de Adorno a noção de “surdez coletiva”, está sendo absolutamente suprimido o debate sobre a vítima física, porque somente a vítima simbólica parece ser importante. (BASTOS, 2019, p. 323)

3.2 - Paisagens

Ao analisar a forma como o sonoro perdeu seu protagonismo social e cultural, Schafer localiza na Renascença o período em que a audição, antes ponto de referência terrena e de conexão divina, passou a ceder espaço à visão, numa ascensão do olho e unicamente do que ele enxerga, numa perspectiva que a tudo quer ver panopticamente, dos detalhes à perspectiva ampliada das paisagens dos pintores da época. Se estamos falando de paisagem sonora, colocado pelo autor como “porção de campo sonoro como campo de estudo”, em definição que carece de precisão semântica (GARCIA, MARRA, 2020), é preciso retomar de certa forma a própria ideia de “paisagem”.

O mesmo Schafer pontua que a paisagem sonora guarda elementos semelhantes à da visualidade, incluindo a ideia de perspectiva, figura e fundo. Ao nos atentarmos para um elemento sonoro, o colocamos em primeiro plano, como um sinal – e atrás de si compõe-se um quadro em interdependência com ele e outros elementos. Essa concretização enquanto quadro sonoro se dá, invariavelmente, pela postura, deliberada ou não, do sujeito em fazer parte e captar aquela perspectiva sonora a partir de seu ponto de fixação subjetivo. No entanto, imersos que estamos nessa paisagem, não a observamos e compreendemos nem quando ela parece se desfazer ou ser inundada por outros elementos, a exemplo dos sons.

Ao tratarmos de paisagem sob o signo da cultura urbana, torna-se inescapável nos referimos aos estudos de Henri Lefebvre com sua triálética do espaço – este se apresentando e se produzindo enquanto *percebido*, *concebido* e *vivido*. A partir disso, a experiência de lugar

passa a incluir a forma com que este se racionaliza pelas escolhas, planos e discursos (concebido) e pelo olhar e projeção do sujeito (percebido), mas se concretizando de fato como experiência da ação desse sujeito num dado momento (LEFEBVRE, 2006).

No entanto, com a especialização e fragmentação dos campos de estudos culturais e das cidades (GORELIK, 2019), as definições em torno de paisagem e seus desdobramentos ora perderam a nitidez frente a perspectivas tão amplas, ora se fragmentaram a tal ponto que a ligação entre os pontos se rompia. O termo *landscape*, do qual parte Schafer para estruturar seu *soundscape*, recebe atenção de W. Mitchell em “Landscape and Power” (2002). O autor defende que a paisagem não é um objeto para ser lido e explicado, como buscou o modernismo, nem texto para ser decodificado, como advogou o pós-modernismo, mas sim um instrumento de força cultural, ferramenta central de criação de identidades social e nacional. Nesse sentido, o simples olhar de uma paisagem torna-se uma opção por não se olhar os detalhes que a compõem, ou colocá-las a serviço dessa perspectiva ampliada. Para Mitchell, a paisagem é um processo, em que identidades sociais e subjetivas são formadas (p.1).

Fazendo aproximações com a dialética de Lefebvre, Mitchell postula que a “paisagem” (*landscape*) seria o concebido, enquanto o “espaço” forja-se enquanto percebido e o “lugar”, o vivido. Este, distanciando-se da visão planificadora (concebido) e as práticas ordinárias dos caminhantes (percebido) também diz respeito, segundo Mitchell (p. 9), à imaginação que habita parte das práticas dos cidadãos, destacando dentre eles os artistas e escritores. Ao colocar o *espaço* como o lugar praticado, existe assim uma aproximação direta com estudiosos como o historiador De Certeau e o geógrafo Yi-Fu Tuan, ainda que os termos em tradução ao português por vezes se misturem. Ao relacionar tal perspectiva com a de paisagem sonora, poderíamos considerar que um *espaço sonoro* seria aquele em que as experiências em torno do som compõem e são reconhecidas pelos sujeitos, seja de artefatos, como marcos sonoros, ou da natureza, como sons fundamentais, marcado por questões geográficas, sociais e políticas.

Existe um aprofundamento da questão de poder e leitura das cidades que traremos no último capítulo, em vias de se pensar uma concepção que possa englobar a capacidade de transformação das cidades pelo agir cotidiano. Mas para nós, nesse momento, interessa recuperar essa ideia de paisagem em sua complexidade e a interdependência entre seus marcos sonoros, que pode envolver a experiência imediata, as concepções e as memórias. O simples fato de imaginarmos as diferentes paisagens sonoras que existiram, romperam-se ou que permanecem já nos abre outras perspectivas de história urbana – e por que não dizer, políticas. O olhar de perto para lugares de memória e práticas simbólicas, com auxílio da História e, nesse

caso, da paisagem sonora, nos devolve um prisma diferenciado à paisagem do bairro. Assim, ao dar ora um passo adentro para observar seus elementos, ora um passo trás para analisar um quadro amplo, observamos pela janela um passado e um futuro a partir do som nas cidades.

3.3 - Santa Tereza: o baixo Mandiocal nos anos 1950 e 1960

Como pontuamos, a paisagem sonora dos anos 1950 indicava sinais de mudanças urbanas algo sutis que só se concretizariam visualmente nas duas décadas seguintes. Mesmo nesse compasso de permanências, a estabilidade da paisagem não significava falta de efervescência social – ela se dava de forma plural em frentes diversas de sociabilidade. Mantendo algum grau de contraponto ao centro, com seu burburinho de espinha dorsal comercial e de novos comportamentos, Santa Tereza não deixava de assimilar e dialogar com um tempo de alterações políticas e sociais no pós-guerra, com algumas melhorias urbanas, ainda que problemas de abastecimento de água e luz fossem constantes ali. Marchinhas carnavalescas dos tradicionais blocos do bairro à época brincavam com essa dimensão, num abastecimento nunca contínuo que deixava marcas no cotidiano das famílias (NEVES, 2010).

A família Borges, eixo do movimento Clube da Esquina, conheceu de perto essa realidade. Marilton, filho primogênito, relembra o bairro em entrevista à pesquisa. O pai, Salomão, ganhava a vida como editorialista no jornal *Estado de Minas*, no bairro Funcionários, e a mãe, Maricota, dava aula de ginásio na própria casa para os filhos da vizinhança, na escola Senhora de Fátima, além de fazer periodicamente viagens para lecionar em cidades vizinhas, como Matozinhos. As irmãs mais velhas, Sônia, Sheila e Sandra, passaram a seguir o ofício como professoras. Apesar da referência mais forte à família Borges ser de fato a casa localizada a poucos metros da famosa esquina, na rua Divinópolis, Marilton nasceu num sobrado na rua Dolores do Indaiá – para onde a família retornou posteriormente por um curto período às vésperas de nascer Lô Borges (voltaremos a essa edificação mais à frente).

Naqueles anos 1950 e começo dos 1960, melhor lugar não havia para o garoto Marilton. A rua, e seus sons, era o local da descoberta, das amizades, namoros, da música e do grito da juventude. “Eu tive uma juventude muito rica. Tanto no centro quanto em Santa Tereza.” A frase mostra um trânsito entre o bairro e a região central, que caracteriza a trajetória de muitos cidadãos na capital mineira, mas que às vezes se perde no apartamento das narrativas que situam vivências a determinados territórios. A literatura de modernistas como Drummond, Pedro Nava e Cyro dos Anjos clareia esse deslocamento constante entre centro e bairro.

No livro "O Amanuense Belmiro", lançado em 1932, o escritor mineiro Cyro dos Anjos (2001) também expõe essa cidade fragmentada. Enquanto a vida suburbana na rua Erê (localizada na região hoje do bairro Prado) seguia ao ritmo das conversas arrastadas com os vizinhos e comerciantes, a Rua da Bahia era o local dos bailes da sociedade, da língua inglesa convertida em saudação de diferenciação social no bonde, das informações captadas no corre-corre das calçadas. Angustiado com sua condição de insignificância como funcionário público frente ao histórico de valentia de sua família Borba, Belmiro encontra na Rua da Bahia um espelho que reflete a fragmentação do sujeito moderno, condicionado pelas imagens publicitárias, pelo conflito das teorias filosóficas e políticas, pela velocidade dos carros, por sinais de uma emancipação feminina. (VEIGA, 2015, p. 47)

Num bairro, a praça é sempre uma janela e autofalante de projeção de existências, desejos e possibilidades latentes, sobretudo na juventude. Segundo Marilton, a praça de Santa Tereza se repartia em pequenos núcleos de frequentadores de fácil identificação: o dos soldados rasos em intervalo do quartel, das empregadas domésticas da região e da “rapaziada”, os jovens passando o tempo, “jogando conversa fora”, ou flertando após o tradicional *footing*. Tanto pela manhã quanto ao final da tarde, destino certo também era o futebol no campo entre a linha do trem, que não tinha divisórias de muros, e o Ribeirão Arrudas.

Ele acordava cedo, vestia um short, calçava as chuteiras e descia a própria Divinópolis até chegar ao campo. Ali jogou em diversos times, como o Real Madrid, Barcelona e XV de Novembro. Também ficava disponível para disputar partidas pelos times visitantes, já que estes sempre precisavam de um atleta de última hora. Nas partidas, era comum a bola ser lançada ao ribeirão por algum jogador ruim de mira. “Quem chutava, pegava a bola lá no Arrudas. Foi assim que meu irmão, Marcinho, pegou xistose”, conta se referindo ao irmão letrista e compositor Márcio Borges, autor de livro seminal⁵⁶ sobre o movimento Clube da Esquina.

Por sua vez, Márcio relembra que o Arrudas, além de ribeirão onde pegavam xistose, giárdia e “outros bichinhos malfazejos”, que exigiam da mãe Maricota banhos com muito esfregão, era também uma fronteira social, pela qual conhecia e visitava as desigualdades do bairro e da cidade. “Atravessar a pinguela pênsl do Rio Arrudas para ir brincar com os filhos das prostitutas que habitavam aquele sólido chão, do outro lado do Cardoso, era algo que fazia com frequência totalmente indesejável para meus pais” (BORGES *apud* NEVES, 2010, p. 84).

⁵⁶ “Os Sonhos Não Envelhecem” (BORGES, 2010).

FIGURA 56 - Crianças brincam no Ribeirão Arrudas na década de 1950



FONTE: Santa Tereza Tem

Na rua e na esquina à frente da casa, o alvoroço entre os irmãos e os amigos era igualmente constante, com animados jogos de bolinha de gude e pião de terreiro. Os vizinhos, sempre implicantes, não precisam sair pra fora de casa para desaprovarem os comportamentos. Bastava ouvir o som da bente altas, dos vidros estilhaçados nas janelas, das pancadas de bolas nos carros e muros. O olfato e a audição também recriminavam o cheiro da fumaça de maconha, o conversar sem fim e a música dedilhada e batucada nos violões. A implicância dos vizinhos pesou para a família se mudar para o centro da cidade, por volta de 1963, assim como obras na casa na rua Divinópolis, que passou a ser ocupada integralmente pelas classes da mãe e das irmãs. Márcio também conta a versão de que a casa precisou passar por obras, uma vez que vinha sofrendo rebaixamentos por ter sido construída sobre um pântano (BORGES *apud* NEVES, 2010).

Já no edifício Levy, em pleno coração da cidade, o som mais uma vez traçou o destino dos meninos. Mais particularmente, dessa vez, a acústica. “Um dia acabou a luz e eu tava

descendo as escadas. Ouvi um som do céu. Era o Bituca na escada.” O jovem Milton Nascimento se acomodara ali naquele lugar atípico para tirar proveito da boa reverberação do violão e da voz. “Tem uma acústica boa aqui, né?”, puxou assunto Marilton. “Eu também uso.” Mais despachado, propôs amizade ao cantor e já fez uma proposta: “Vou chegar às seis e meia do trabalho e você vai conhecer todo mundo lá em casa, todos adoram música”. A partir disso, Bituca se aproximou não só dele, mas do irmão Márcio, que trabalhava nos Correios e guardava escritos numa malinha, do pequeno Lô, fã de Beatles à época, dos demais irmãos e igualmente de Maricota e Salomão. Todo um movimento musical que marcaria o país e mesmo o mundo teve início, de certa forma, a partir dali, num primeiro movimento do corpo e da escuta em direção à música e sua reverberação sonora.

Naqueles tempos, enquanto os irmãos ficavam preferencialmente no centro, com todo agito e novidades das sessões e grupos de estudos de cinema, Marilton não abria mão de frequentar Santa Tereza, pelo futebol, amigos e namoradas que lá ficavam. Mas o som mais uma vez passou a guiar caminhos, com as primeiras oportunidades de tocar na noite – um ambiente que define afinidades, amizades e profissões. Uma nova cartografia passa a ser traçada ali, com os bares do centro, como a churrascaria Palácio, o Sagarana, o Berimbau no Edifício Maletta, os hotéis com música ao vivo, e os restaurantes de fim de noite onde ele e Bituca dividiam pratos, no Rato do Adão e Lua Nova.

Enquanto Santa Tereza tinha sua música ainda dominada pelas serestas, os dois amigos, os irmãos Tiso (Wagner e Gileno) e outros se aventuravam na bossa nova e no jazz. Ali se forjaram como músicos, numa relação íntima entre aprendizado de um ofício, som e memória. Sem partituras, a capacidade de assimilar, registrar na memória e praticar um repertório fazia toda diferença. Cada qual trazendo sua bagagem musical em cidades do estado como Três Pontas, Alfenas, Montes Claros e na própria Belo Horizonte, tinham naqueles tempos a música como memória do próprio corpo (CONNERTON, 1999, p.81), constituindo um cancionário próprio daquele momento, com espaço a novas criações. Faulkner e Becker (2011) investigam como essa vivência de músicos, especificamente de jazz nos EUA, forja-se num jogo de memória corporal junto a espaços sociais, algo que se assemelha com a vivência de instrumentistas como Marilton e os irmãos Tiso.

Prestamos atención al continuo proceso de ajuste mutuo a través del cual se comparten al pasar fragmentos de conocimiento, que se combinan para producir una actuación suficientemente buena para la ocasión y sus participantes. Al igual que cualquier otra actividad que varias personas emprenden juntas, lo que hacen los músicos de jazz no es aleatorio ni desarticulado, pero tampoco es totalmente fijo y predecible. (Faulkner e Becker, 2011, p. 267).

Após a marcante estada no edifício Levy, a família Borges teve uma passagem pelo Edifício Capri, também no centro, frequentado igualmente por Bituca, antes de retornarem, três anos depois, a Santa Tereza, ou ao “baixo mandiocal⁵⁷”. Márcio Borges, em prefácio de Neves (2010), relembra o choque de vivências entre a ebulição cultural e política do centro e o provincianismo do bairro da região leste.

Depois de anos de cinefilia crítica, política e estudantil, discussões intermináveis sobre Marx e Engels, Wittgenstein e McLuhan, Nietzsche e Merleau-Ponty, foi uma espécie de refresco intelectual meu retorno ao prosaico universo das coisas simples e das ideias exatas, como apreciar um filme de James Bond, saber usar os pontos da tabela para sair de uma sinuca ou a hora certa de gritar “truco!” e intimidar o dono do zap. (BORGES apud NEVES, 2010)

Mas a partir da segunda metade dos anos 1960 e começo dos 1970, as duas maiores cidades do país, São Paulo e Rio de Janeiro, já entram na cartografia afetiva tanto dos Borges quanto de Bituca e Wagner Tiso, na crista da onda da MPB que tomava contornos naqueles tempos de Rádio Nacional e festivais da canção. Os encontros passam a se dar não só nos palcos e gravações no Rio, tanto com seus fins de noite no centro, Leblon e Beco das Garrafas, mas nas peladas de fim de noite entre músicos, em São Paulo, em lugares como Boca do Lixo e os bares da Augusta.

Apesar de ter tocado em grupos e momentos marcantes da música, a exemplo da Turma da Pilantragem, que rodou o país, e com artistas como Osmar Milito e Maria Alcina – ao lado da qual foi ovacionado com “Fio Maravilha” em final de festival da canção no Maracanãzinho em 1972 –, Marilton não abria mão de Belo Horizonte. Ou melhor, de Santa Tereza. “Eu acabava de tocar e não tinha o que fazer. Dava aquela tristeza de ficar vendo Silvio Santos na TV no domingo. Ganhava bem, pegava um avião aos domingos que descia no aeroporto da Pampulha. Dava um beijo nos meus pais e já ia pra praça. Pegava o bilhete no Barbarella para garantir lugar no jogo no campo.” No início da semana era hora de voltar para o Rio, para os ensaios e apresentações na noite.

Mesmo não sendo mais a capital do país, era ali que a vida cultural brasileira mais pulsava, acolhendo artistas de todas partes e estados. Apesar de Santa Tereza em Belo Horizonte ter marcado definitivamente o que viria a ser o Clube da Esquina, construindo um imaginário simbólico da relação com a identidade musical do estado e valores locais, era ali no Rio que a sonoridade de fato ganhava registro em disco, em contato com as gravadoras, músicos e toda

⁵⁷ Referente à área de relevo mais baixo do bairro ou se plantava mandioca.

uma trama da indústria fonográfica e cultural que acontecia naquele território. Residindo na cidade e vivendo seu lado de artista boêmio, Milton Nascimento por vezes resolvia gravar uma voz em plena madrugada, para o desespero do técnico de som do estúdio Odeon. Foi numa dessas que Marilton, amigo fiel desde os fins de noite em Belo Horizonte o acompanhou para a gravação. Depois de fazer uma primeira interpretação, Milton sugeriu refazer o *take*. “Aí eu disse: ‘só por cima do meu cadáver.’” E assim ficou a voz emblemática e definitiva de um dos temas mais potentes do álbum *Clube da Esquina* (1972), “Dos Cruzes”.

3.4 - O som que se perde

O depoimento de Marilton Borges nos abre uma paisagem sonora de sons que circulavam por Santa Tereza, pela praça, por estabelecimentos como o Barbarella, pelos campos de futebol onde o grito precisava ser mais alto por conta do trem que passava ao lado, pelas diferentes residências da família no bairro e no centro e pelas vivências que se expandiram para Rio de Janeiro e São Paulo. Tal qual duas melodias em contracanto sobre uma mesma harmonia musical, o visual e o sonoro caminham juntos, com percepções de sentidos que abrem novos cenários de observação. Algumas dessas paisagens se mantêm, sobretudo em bairros preservados como Santa Tereza, mas outras se perdem definitivamente no intervalo de poucas décadas.

A perda de sons fundamentais do bairro, como o correr de córregos ou dos bondes nos trilhos, poderia ser comparável à demolição de edificações de grande significado cotidiano para uma cidade. Ainda assim, o sumiço ou adaptação de um som urbano às vezes não é notado racionalmente, mostrando a fragilidade desse aspecto, a despeito de sua importância. A passagem da sonoridade de sino “real” para gravação é uma delas. Marcadores tão cotidianos como apitos de guardas, sirenes, kombis vendendo hortifruti e músicas executadas nas ruas podem se fazer presentes por décadas e deixarem de existir rapidamente. O testemunho de história oral (SANTHIAGO, 2013) para recuperar um pouco dessa paisagem sonora do passado é um caminho frutífero, com a precaução quanto a tendência de idealização da temporalidade antiga, como característica geracional de “épocas de ouro” vinculadas à juventude, a despeito de um inegável aumento do ruído de veículos para a alteração negativa da paisagem sonora e da fruição do espaço público.

Mas feitas as ressalvas de romantização do passado, quais sons se transformaram ou desapareceram? Quais sons existiam que não existem mais e como isso molda comportamentos sociais? Vianna (2014) faz esses questionamentos, mais particularmente sobre Belo Horizonte

e sua paisagem sonora vinculada à memória. Entrevistas de cidadãos mais velhos indicam a lembrança e afeto relacionados aos bondes, a sociabilidade e uma experiência de cidade associada a eles.

Acompanhamos como essa transformação se dá em uma cidade como Belo Horizonte, uma cidade planejada e edificada em poucos anos em uma região originalmente rural: o Curral Del Rey. Acreditamos que as crônicas, os registros fotográficos e os relatos de habitantes que acompanharam parte das transformações nos desvelam aspectos interessantes da paisagem predominantemente hi-fi transformada de forma acelerada em uma paisagem lo-fi em algumas regiões. (VIANNA, 2014, p. 85)

Porém a paisagem sonora, por uma distância do processo educacional, cultural e mental da sociedade (SCHAFER, 2001), torna-se pouco apreensível mesmo quando estimulada pelas pesquisas. A nosso ver, a referência aos meios de transporte como âncoras de paisagem sonora do passado pode ser entendida em dois aspectos. Num primeiro momento, recupera-se mais facilmente seu signo sonoro por também ser algo visualmente de grande impacto social em dado momento, alinhado a um caráter afetivo particularmente conferido às antigas locomotivas (SCHAFER, 2001). Por outro lado, são sons de poder, de domínio amplo do espaço, resultado de investimentos públicos e privados, perpetuando-se por mais tempo e com mais força. Sons menos imbuídos de poder, como as falas e os cantos dos comerciantes e pregoeiros nas ruas, mesmo que com afeto compartilhado à população, tendem a ser mais efêmeros nessa paisagem.

No depoimento de Marilton Borges e de proprietários de mercearia, num primeiro momento a paisagem sonora relatada não parece se diferenciar muito da atual, pelo aspecto de preservação e continuidade de práticas no bairro. Mas aos poucos alguns pontos chamam a atenção nesse passado pelo qual estimulamos uma revisita durante as entrevistas da pesquisa. Um deles é a conjunção entre esporte, lazer e os sons, com a presença dos campos de futebol ao lado do trilho de trem e com grande proximidade com um importante rio que corta a cidade. Mesmo com o ruído ferroviário, existia ali uma paisagem algo *hi-fi*, na qual era possível ouvir os gritos dos garotos, a chacoalhar das águas, das pedras arremessadas nelas e dos passos cruzando matagais e pinguelas em plena metrópole. Hoje ainda existem campos nessa área, porém muitos já foram substituídos por galpões, oficinas e garagens de ônibus e caminhões, além dos muros ao lado do trilho separarem o bairro desse ambiente de lazer. Leal (2022), em estudo sobre sonoridades da cidade de Guarulhos, lembra como um som fundamental, como o da chuva, também pode ser sinal de apreensão, no caso por anunciar riscos de inundação, algo também presente em Santa Tereza na época aqui descrita.

No entanto, para mim, particularmente, o som da água do córrego não era sempre aconchegante, pois trazia consigo um sinal de perigo, na época das chuvas. Naqueles tempos, de estações mais definidas que atualmente, a probabilidade de chover forte ao fim da tarde de um dia de verão era grande. E, nas grandes tempestades, o leito raso do córrego não comportava todo o montante de água que vertia nele, vindo de outras partes da cidade e, de um córrego de fluxo suave, tornava-se um tormentoso rio de águas sujas e violentas. Os transbordamentos eram comuns e as casas que ficavam na proximidade das margens, como a minha, eram afetadas. Em relação a esse fenômeno, minha memória acústica do período se fixou em três sons, que eram intimamente correlacionados: o das violentas trovoadas, o da chuva torrencial e, principalmente, o do aumento do fluxo do rio, que era o mais preocupante. (LEAL, 2022, p. 34)

Entre outros aspectos, os rios de Belo Horizonte são temas de estudos como os de Borsagli (2018). Apesar de uma capital jovem, a cidade e seus governantes se esforçaram em eliminá-los da paisagem urbana, das suas possibilidades de lazer, de uso, da navegação à pesca, trazendo problemas também de escoamento de água e transbordamento, e de perda de sociabilidade, como se percebe em depoimentos. Caso pensemos nos rios e córregos como algo que poderia ter se perpetuado na paisagem urbana, quais sons, como pedras jogadas na água, o das braçadas ao nadar e de pequenos barcos ancorados, poderiam fazer parte de nosso cotidiano ainda?

Para famílias que chegavam ao bairro, como os Bicalho, essa área de lazer aberta, composta de futebol e rio, fazia uma ponte entre a cultura da roça e da capital. “Trabalhava duro na roça e jogava bola todo dia, não sei como aguentava. Chegando aqui, a gente jogava ali no campo com o pessoal. Eu era um meio de campo rápido e bom, baixinho e rápido. E o campo a gente improvisava perto dos trilhos também se precisasse”, conta Colombo. Assim, não apenas a praça, mas outros ambientes do bairro cumpriam essa função pública de acolhimento e formas de pertencimento via lazer, de conexão entre sujeitos de realidades, origens e classes sociais distintas.

A falta de água no bairro faz com que Marilton também relacione a praça com as latas d’água que os pais pediam para ele encher atrás do 5º Batalhão. O balançar da água junto às latas e baldes era, assim, um som que fazia parte dessa paisagem. A família Bicalho e outros comerciantes que se estabeleceram a partir dos anos 1970 também presenciaram essa realidade mesmo nas décadas seguintes. Hubert e seu irmão mais velho, Catão, lembram-se sobretudo das dificuldades enfrentadas pelos moradores da Vila Dias que, além da escassez de água, compravam querosene para candeeiros, uma vez que energia elétrica praticamente não havia naquele ponto do bairro de classe social mais baixa. Catão, apesar de buscar fazer vínculos de cumplicidade com os moradores, opta por usar o termo “favela”, carregando aspectos não apenas sociais, mas também morais ao se referir àquela população.

Na mercearia e entorno, as entrevistas com os donos revelam sonoridades diversas que foram se perdendo: o das latas na cabeça, seja de água ou mantimentos comprados em maior quantidade no comércio, como óleo, feijão, arroz e farinha pelo pessoal da Vila Dias; os próprios copos e conchas utilizados para pegar e pesar os produtos; o regular das balanças; o som seco das caixas de madeira retiradas debaixo do balcão para conferir cadernetas. Dada a importância do comércio no bairro e a identidade conferida por ele, seus sons podem ser entendidos como marcos sonoros (SCHAFFER, 2001), próprios daquela sociabilidade e comunidade.

Schafer ordena os sons entre fundamentais, sinais e marcos sonoros, nos ajudando a compreender esse cenário. Como Vianna (2014) aponta, entretanto, as três categorias são intercambiáveis, sendo possível ter alguns sons tanto como fundamentais, primordiais quase como força da natureza, quanto como definidores de uma comunidade, tal qual o sino, a Ave Maria, as conversas entre vizinhos, a música de rua e o burburinho de apresentações em bares. Todos eles, no entanto, ao passo que se mantém, passam por reatualizações. Ou, dito de outra forma, aqueles que se mantêm também carregam a capacidade de adaptação no processo de continuidade histórica. Exemplo maior disso, no bairro de Santa Tereza é o som do sino da Igreja de Santa Tereza e Santa Teresinha.

3.5 O Sino

Às 18 horas, quando o sino ressoa por Santa Tereza⁵⁸, um sentido de pertencimento comunitário chega aos moradores, trabalhadores e visitantes em várias partes do bairro – através da audição. Hoje eles não mais organizam as identidades coletivas e individuais tal qual se via no passado, quando autorizavam expressões de júbilo e luto (LEAL, 2022, DUARTE, 1997), perdendo-se em novos paradigmas de experiência social mais aceleradas e fragmentadas, porém (ou por isso mesmo) compensadas através de desejo de revisita a um dado passado (SARLO, 2003, p. 97). Mas mesmo que o som seja hoje, na maior parte das vezes, apenas uma simulação programada e executada em caixas de som na torre da igreja, o signo emulado tem uma funcionalidade efetiva – algo permanece e se transmite. Nessa reatualização material, a população é imbuída de um pertencimento histórico ao acompanhar algo que se dá há séculos na sociedade ocidental e, em Belo Horizonte, mesmo antes da inauguração oficial da cidade.

⁵⁸ Parte dos registros sonoros coletados no bairro estão disponíveis neste link:
<https://drive.google.com/drive/folders/1yuVAhjnPxjJMVbN3zc2ItFuZxn0Rz_KA?usp=sharing>

FIGURA 57 - Sino da Igreja de Santa Tereza



Fonte: Foto do autor, jun/2023.

O sino é o artefato, segundo Schafer (2001, p. 244) com associações mais duradouras para a civilização humana, provavelmente aquele objeto que historicamente se espalhou por culturas mais diversas. Remetendo à Idade Média europeia, ele mostra como os sinos se constituíram ao longo dos séculos como o som mais importante da sociedade cristã, marcando calendário de festas, mortes, casamentos e nascimentos, dando sentido social e definindo a própria comunidade onde está inserido (pg. 86). Nos vilarejos que se erguiam em torno da igreja, o badalar cumpria uma função espiritual, centrífuga, de afugentar maus agouros, mas também centrípeta, de arregimentar a comunidade, firmando-se como som fundamental e primordial para a vida social.

Em outro aspecto simbólico, a junção com o relógio, desde o século XV, cumpria a função de lembrança da passagem do tempo cristão, da mortalidade, do progresso espiritual, regulando e relembrando valores diários dessa comunidade (p. 88) e mesmo reafirmando o peso e presença institucional da igreja católica⁵⁹, com os altos decibéis fugindo das regulações sonoras a despeito do incômodo e reclamações. Se por um lado o tempo cíclico e lento da cristandade adentra outra marcação mais secular com o relógio, com algum grau de contradição, esta é apenas aparente, como aponta o autor. Da religiosidade e moralidade à demarcação do

⁵⁹ Sem nos esquecer da presença do sino também na cristandade protestante.

ritmo mundano do cotidiano, o relógio e o sino firmavam a igreja como referência exclusiva em todos os aspectos dessa sociedade. Ao menos até o século XVIII.

Por tal preponderância e função de “som fundamental”, o sino aparece quase como um elemento natural da paisagem. Mas recuperar sua historicidade, como o próprio Schafer se propõe, nos possibilita captar mudanças de função social operadas em momentos de ruptura histórica. Leal (2022) retoma o historiador francês Alain Corbin para lembrar a inflexão ocorrida sobretudo nas comunidades rurais francesas do século XIX. O país vivia um processo de laicização de relações sociais a partir da Revolução Francesa, ocorrida ao final do século anterior, que culminou na destituição da igreja como referência de progresso humano e mesmo com a retirada de sinos das torres. O divino emanado pela igreja e a própria extensão do território de uma comunidade, demarcada pelo badalar do bronze, sofria abalos. Esse novo tempo naturalmente não se estabeleceu sumariamente, a despeito da intenção revolucionária, mas uma inflexão pragmática adentrava a sociedade francesa.

Tal mudança, como mostra Schafer, também já se dava a partir da Revolução Industrial de forma ampla, com o “ruído sagrado” das igrejas agora dividindo espaço e poder com os maquinários e toda reorganização de trabalho e sociabilidades nas fábricas. A própria dimensão do ciclo do dia e noite, claro e escuro, barulho e silêncio, ganhava outra conotação no ambiente industrial. Os modos artesãos de trabalho, suas sonoridades e ritmos próprios, sofriam a violência da imposição da produção de mercadorias em ritmo acelerado e padronizado. Os sinos, as fábricas e as instituições republicanas a partir do século XVIII e XIX passariam a dividir protagonismo na organização social, com os sons que sintetizam a vida social sendo reorganizados.

A curta história urbana de Belo Horizonte deve ser olhada levando-se em conta uma cidade que se ergue já equilibrando essas diferentes dimensões presentes na modernidade, na consolidação de uma burguesia urbana, mas sem abandonar a tradição religiosa, em seus signos de permanência e de adaptações – a despeito do apagamento da antiga vila antes situada no território que deu origem à capital inaugura em fins do século XIX (AGUIAR, 2006). A formação da paisagem urbana, com inspirações positivistas, dava-se simultaneamente às igrejas e seus sinos, às fábricas com suas sirenes e aos trens com seus apitos, cada qual demarcando signos diferentes, da modernidade periférica à tradição religiosa. Tal qual Leal analisa, particularmente sobre as sirenes da cidade de Guarulhos do século XX, “Os dois sons, símbolos acústicos de diferentes momentos da sociedade ocidental – etapas distintas da manifestação do “Ruído Sagrado” –, conviviam no cotidiano [....]” (LEAL, 2022, p. 41).

O papel desempenhado pelos sinos é cada vez mais secundário nas sociedades, podendo, no entanto, ser verificado com algum protagonismo ainda em cidades antigas, como pontua Leal. Nesse sentido, vale a pena verificar como eles ocupavam um lugar preponderante nessas cidades em face ao desenvolvimento histórico, como bem nos relata Duarte (1997) ao discorrer sobre São João Del Rei. Mesmo com as mudanças que se aceleravam no interior do estado, no início do século XX, o sino marcava o tempo e os acontecimentos, anunciando mortes, nascimentos e visitas de vigários. “Os sinos, cuja atividade será construída como signo do tradicionalismo da cidade, fundavam uma vivência do tempo, do espaço e mesmo da sociabilidade das pessoas.” (DUARTE, 1997, p. 72).

O som do sino estava por toda parte, adentrando os aposentos íntimos e demarcando os afazeres cotidianos. O som era de tal forma onipresente que foi alvo do código de posturas do município ainda ao final do XIX, para coibir abusos dos sineiros, e também tema de acalorados debates nos jornais da cidade nas primeiras décadas do século. Outro som que a autora coloca como marcante naquela paisagem era o dos carros-de-boi, que simbolizam o trabalho árduo e o universo rural das Minas Gerais, mas também mensageiros de notícias dos interiores do país. A presença das linhas férreas ao final do XIX, no entanto, trazem outros ares à cidade, não só representando ideais de desenvolvimento e modernidade em contato com a Corte no Rio de Janeiro (e desta com o Velho Mundo europeu), mas novas sonoridades, vestimentas e ideais intelectuais. A competição com outros centros do estado, como Juiz de Fora e Sul de Minas, incita a cidade da região central do estado a basear seus ideais de desenvolvimento não apenas na mensagem religiosa e interiorana, mas naquilo que agora vinha sob os trilhos.

Ouvir os sons do passado é uma forma de melhor observar essa cidade. Mas se esses sons não estão arquivados, como acessá-los? Além de depoimentos e da literatura, é possível se valer da própria experiência passada do pesquisador. Leal (2023) aciona a perspectiva da história das sensibilidades de Alain Corbin (2005) como um caminho para se analisar as paisagens sonoras do passado não por um aspecto sistêmico da ecologia sonora, mas sim almejando dar forma ao imaginário social por meio da utilização dos sentidos (CORBIN *apud* LEAL, 2022, p. 19). Dessa forma, seria possível reconstituir traços de dado cenário. Nesse entrecruzamento de paisagem sonora e artefatos culturais, tal qual o sino, a paisagem sonora nos mostra como a convivência de temporalidades distintas faz parte do ambiente urbano.

No caso dos sinos, se em cidades antigas existe certa permanência de seu papel comunitário, de modo geral essa função vem se perdendo gradualmente ao longo do século XX. Além do enfraquecimento de vínculos, existe um desaparecimento dos próprios sinos como

artefatos, substituídos por meios eletrônicos, muitas vezes sob justificativa de se coibir a poluição sonora (SCHAFFER, 2001, p. 250), algo que pode soar até mesmo caricato hoje em dia frente ao domínio ruidoso das grandes cidades. A grandeza vacilante dos sinos que sobrevivem traz uma mensagem que aos poucos se atrofia, com enfraquecimento de seu simbolismo.

De toda forma, como percebemos, algo se mantém: “[...] defrontamo-nos com um fato fascinante que, para um número significativo de pessoas, muitas das quais já não encontram explícitas associações cristãs no sino da igreja, o som continua a evocar alguma resposta profunda e misteriosa na psique [...] (SCHAFFER, 2001, p. 249)”. Mesmo eletrônico, acreditamos que o sino da igreja e a execução da melodia da Ave Maria não deixam de ser considerado assim um “som fundamental” do bairro. Este pode ser lembrado mesmo quando deixam de existir, na forma de afeição da memória (p. 94), como os bondes, ou ainda, a nosso ver, na forma como são reatualizados na paisagem sonora e geográfica. Como coloca Pollak (1989), a memória sobrevive aos grupos sociais e, grande parte, através do sensorial como ponto de referência mais do que fatos concretos, a exemplo dos sons da guerra.

Assim como nas cidades antigas, para Schafer, (p. 322), seria possível também nas cidades interioranas e pequenas melhor identificar ritmos sazonais, padrões e redes de ações a partir de sons fundamentais, como os sinos e apitos de fábricas. Apesar de fazermos crítica à corriqueira comparação superficial de bairro e cidade interiorana, aqui é possível identificar essa aproximação, no sentido de uma maior clareza e protagonismo desses sons – também presentes em outras partes de uma metrópole, mas cada vez mais abafados pelo ruído intenso de trânsito e destituídos de força comunitária. A semelhança se dá, sobretudo, numa vida urbana menos verticalizada, no protagonismo das praças, de um trânsito mais ameno em algumas ruas e na proximidade comunitária entre moradores e comerciantes, baseada na permanência de comércio e famílias num tempo estendido.

A urbanização e padronização visual fazem com que essas relações se tornem escassas, mas elas não deixam de existir. Se em cidades antigas o papel de certos artefatos sonoros encontra maior ação comunitária, como os sinos, nas cidades interioranas ou bairros com maior grau de preservação essas redes também se mantêm presentes com algum caráter de permanência, ainda que sofram as pressões capitalistas que colocam em risco a diversidade visual e sonora. De fato, o ruído e a cacofonia passam a ser preponderantes, mesmo em ambientes urbanos com preservação de paisagens. Porém nestes, as ruas com alguma tranquilidade, casas e prédios baixos formam uma ambiência que permite a identificação de sons fundamentais, marcos e sinais com alguma perspectiva acústica.

Tal qual argumenta Schafer, a industrialização, a mercantilização e a verticalização criam não apenas ambientes padronizados, mas também paisagens sonoras homogêneas, que extinguem sons, abafam e dificultam a diferenciação dos que persistem advindos do passado ou mesmo sons fundamentais da natureza. Num viés contrário, onde se estimula permanências da cidade, essa pluralidade se destaca sonoramente. Operando num processo de contraposição à homogeneização, a paisagem sonora de um bairro como Santa Tereza traz elementos sonoros de continuidade temporal, em consonância com elementos de tradição valorizados no cotidiano. Isso, no entanto, não se dá de forma automática, estando sempre em reatualização e inserção cercada de conflitos e interdependências, numa ecologia sonora.

Além de perspectivas como a história oral e história das sensibilidades, é possível utilizar a paisagem sonora também como ferramenta de pesquisa do próprio presente, constituído de passados presentes e transformações dentro da tradição. Nesse sentido, mais do que mapear todas as sonoridades, nos interessa compreender formas de sociabilidade que envolvem o uso do som, investigar como eventos e interações sonoras permitem conhecer um determinado meio social (GARCIA, MARRA, 2020, p. 241), como “formas auditivas de produção do conhecimento”.

Para tal, no nosso entendimento, a presença de um elemento sonoro não deve ser vista de forma isolada, destituída de relação com o entorno. O som urbano é carregado de funcionalidade, por vezes trabalhado esteticamente, ou apenas como ruído secundário, o que não o exime de uma intencionalidade sonora, tal qual Schafer argumenta a respeito do motor dos carros. O aspecto relacional cotidiano, nem sempre valorizado pela História, mas central em outras disciplinas, mostra-se decisivo no caso da paisagem sonora.

A sociologia de Norbert Elias (2011), por exemplo, indica como a interdependência é uma característica intrínseca das sociedades, algo que a antropologia também verifica ao olhar a ação dos sujeitos e das culturas (BARTH, 2000). Mesmo os sons da natureza, como cantos de passarinhos e a arquitetura das plantas, estão inseridos nesses jogos de interdependência, como já bem estudado pelos campos da sustentabilidade, explicando como a biodiversidade de um entorno depende desse equilíbrio sutil (SALLES, 2022). A presença de árvores em meio urbano, por exemplo, é catalisadora de uma série de sons, das aves às folhas e práticas dos cidadãos no seu entorno. Podemos e devemos assim também reconhecer os sons dentro desses sistemas em que elementos visuais, acústicos e processos urbanos estão interligados, podendo um estimular ou fazer sucumbir o outro.

O som do sino e da Ave Maria sela o fechamento do comércio e autoriza comportamentos mais boêmios e ruidosos; o apito do guarda nas esquinas após o término das aulas indica que as crianças devem procurar a travessia da faixa de pedestres com este auxílio; os gritos dos garis antecipam aos moradores que faltam poucos minutos para o recolhimento do lixo; a amplificação do som em bares indica que haverá música ao vivo. Olhando para a década de 1970, o que o fechamento de um cinema de rua pode ter extinguido em questão de sonoridades e práticas do entorno? De imediato podemos pontuar o estourar da pipoca nos carrinhos, as conversas na fila para comprar ingresso, o som dos trailers que avançava sobre a calçada, o ofício de profissões como projetista e “lanterninha⁶⁰” e os pequenos comércios sob influência de um grande estabelecimento de entretenimento tal qual o cinema, sem falar na própria sonoridade dos filmes, que ofertavam um imaginário potente para se viver e reimaginar a cidade após cruzar as cortinas de volta à rua. As primeiras composições entre Milton Nascimento e Márcio Borges são filhas dessa experiência, logo que assistiram o filme *Jules et Jim*, de Godard, no centro de Belo Horizonte na década de 1960 (BORGES, 2010).

Para ir ao encontro de auscultar propriamente o presente, que se abre como conhecimento de amplas temporalidades e na própria experiência de lugar, precisamos colocar o pé nela. Mais do que isso, estarmos a *deriva* como um elemento desse ambiente e não nos externalizando a ele. Oliveira et al (2022) se propõe a pensar e vivenciar a experiência acústica a partir de imersão em dado território urbano. Para tal, citando o pedagogo espanhol Jorge Larrosa, buscam não uma separação entre sujeito e objeto, mas exatamente o estar-no-mundo como unidade existencial. Propondo-se a um *soundwalking*, uma “caminhada atenta à escuta”, como definem, intentam identificar “assinaturas acústicas” ou seja, “que rubricam a singularidade acústica de cada localidade atravessada, que identificam encontros singulares que não seriam repetidos noutro lugar” (OLIVEIRA ET AL, 2022, p. 47).

Os autores nos inspiram assim a entender elementos de dado ambiente como “artefatos culturais”, que poderiam ser analisados como produção de conhecimento próprio de cada lugar e da experiência que proporcionam, apontando formas como a comunidade se relaciona com ele e se abre à experiência do outro. A partir do *soundwalking*, amparados por equipamentos de registro sonoro, eles se propõem a fazer um mergulho no tradicional mercado Ver-o-Peso, de Belém do Pará, identificando assinaturas relacionadas à culinária, como o descascar da castanha do Pará, o bater do açaí, os diferentes cortes de peixe, a máquina de tirar polpa do coco, o

⁶⁰ Funcionário do cinema responsável pela venda de balas e por conferir tickets de entrada com o uso de uma lanterna no escuro da sessão já iniciada.

descascar da mandioca. Cada qual com sua sonoridade, em meio a uma paisagem de intenso burburinho de vozes, sons eletrônicos e barcos atracados no porto.

Salientando os diferentes modos pelos quais nos relacionamos e nos constituímos sujeitos em determinado tempo cultural, segundo os autores, o *soundwalking* apresenta-se como ferramenta praticada por pesquisadores de diferentes áreas, além de artistas. Com a ajuda de registro e observação visual, seria possível também outras formas de vivência e sensibilização de constituir-se social e cultural. Como os próprios autores colocam, a metodologia tem aproximações com a *deriva* dos situacionistas⁶¹, como forma de captar a cidade de modo menos previsível, pela caminhada.

Em artigo, Laterza relembra que a deriva proporciona uma caminhada como prática lúdica, ou mesmo artística, para ir ao encontro do pulsar da cidade, permitindo o corpo navegar pelos lugares num flutuar dos sentidos. Citando o pesquisador José Márcio Barros, ela aponta como a cidade apresenta-se como espaço simbólico para a reprodução e reinvenção de identidades. É assim que a deriva valoriza uma outra economia do tempo, em que o “perder tempo” torna-se valor da própria experiência. “Busca-se dar luz a outros modos de percepção da paisagem citadina e, para isso, propõe-se uma prática metafórica pautada no lúdico, no intuitivo e no sensível, polos opostos do racionalismo objetivo, da demanda por velocidade e por produtividade” (LATERZA, 2022, p. 8).

O *soundwalking* dialoga não apenas com a ideia de *deriva*, mas naturalmente com as próprias proposições de Schafer em “A Afinação do Mundo”, ainda que não diretamente evocado pelos autores. Schafer se propõe a esmiuçar a historicidade e formas de perceber e se relacionar com o acústico, mas também como metodologia de pesquisa de campo. Isso muitas vezes pode, segundo ele, andar junto a um processo educativo para uma ou mais pessoas, como uma pedagogia do ouvido com potenciais em diferentes espaços educativos, ainda que seja fundamental nos atentarmos ao caráter prescritivo do pensador.

Para tal, o pesquisador e músico canadense diferencia o que seria um “passeio auditivo” – de caráter mais aprazível, de lazer, mas num deslocamento concentrado à audição, para que os sons ouvidos possam ser discutidos posteriormente – de um “passeio sonoro”. Este se propõe à “exploração da paisagem sonora de uma determinada área usando-se de uma partitura como guia” (SCHAFFER, 2001, p. 297). Por partitura entendemos um mapa, um trajeto previamente definido. A partir dele, o pesquisador estaria atento a elementos como a altura, duração e

⁶¹ A despeito da proeminência do francês Guy Debord, a Internacional Situacionista principia pela fusão de diferentes movimentos vanguardistas europeus e possuía membros de diversas origens geográficas.

posicionamento de caixas amplificadas, ao som de pisos de diferentes superfícies, como madeira, grama e pedra.

Para nós, interessam as duas formas de percepção do lugar, tanto a que traz possibilidades de análise mais detalhada, que indiquem a presença de artefatos e elementos materiais da cultura de dado lugar, e mesmo guiado pelo “mapa” circunscrito, como no caso da praça e do trilho do trem, mas também um grau de imprevisibilidade que remeta às *derivas* propostas pelos situacionistas, tendo a deambulação como metodologia política e poética (CARERI apud OLIVEIRA et al, 2022). No nosso caso, percorremos esse ambiente sonoro sobretudo atentos a como a experiência de lugar indica alterações históricas e urbanas em curso, com suas permanências e interrupções. É assim que a caminhada na forma de *derivas* nos convida a pisar e percorrer territórios e ver o patrimônio através de outros sentidos. Ouvindo a cidade, ou *vindo à cidade*, podemos reencontrar e reinventar o viver cotidiano.

3.6 O trem

“Péeeeeeeemmmmm”. De diferentes partes do bairro se ouve o apito do trem, que percorre os trilhos desde a estação central. Transporte decisivo para o século XIX e primeira metade do XX, o meio ferroviário também emprestou identidade social e cultural à vivência urbana, desde a inauguração da capital mineira. O centro da cidade era o grande caldeirão onde desembarcavam contingentes de trabalhadores, caixeiros e funcionários, deixando suas marcas em comércios, pensões e hotéis em torno da Estação Central, alguns deles demarcando o próprio bairro que ia se constituindo ao seu redor – no caso a Floresta (BARRETO, 1996). E também nos bairros, tanto dentro quanto fora da Avenida do Contorno, os trilhos (de trem e posteriormente de metrô) passaram a ser sinônimo do grau de desenvolvimento e influência alcançada por dada região na busca por infraestrutura urbana.

A partir das primeiras décadas do século XX, uma importante sociabilidade se dava em determinados locais em função dos modais de transporte, como o bar do Ponto em frente à central de distribuição de Bondes, no cruzamento de Avenida Afonso Pena e Rua da Bahia (VEIGA, 2015), e igualmente nos bairros, como a Parada do Cardoso em Santa Tereza. Os veículos sobre trilhos eram marcadores da rotina e indutores do imaginário de percepção temporal e social para trabalhadores braçais e intelectuais do modernismo mineiro. “Tomo o bonde, desço na Avenida. Homens e mulheres sobem a escadaria da igreja de São José. Por que não fazer o mesmo?” (ANJOS, 2001, p. 96). O trem e o bonde, assim, são elementos de uma

modernidade que se fazia desejada, mesmo que numa modernização periférica (SARLO, 2007b), contraditória e pendular.

O trem e seus elementos referenciais tornam-se características fundantes da construção de tradições diversas, como as de mineiridade, de patrimônio histórico e de identidade provinciana. Ainda que sua materialidade, através de suas antigas maria-fumaças, não se mostre presente, tal simbolismo é acionado nos discursos e regimes de visualidade de fachadas e muros. A história ferroviária e do trabalho é algo pouco valorizada no bairro de Santa Tereza, e mesmo de Belo Horizonte (GARCIA, RODRIGUES, 2016), mas os trilhos criam um eco de uma tradição reiterada – presente hoje no cotidiano através de um apito de alarde agudo e entristecido, distante da sonoridade corpulenta, imponente e aconchegante das antigas locomotivas.

O apito indefinido que irrompe em horas quebradas de dia e madrugada, sem a cadência de outrora e tirando o sono dos moradores, antecedendo o tocar de um sino e o rasgar dos trilhos, hoje é dos vagões que carregam o minério do quadrilátero ferrífero para ser exportado. Torrões ficam pelo caminho, num rastro da *commodity* que se vai para se valorizar em outros países no seu processo de refinamento. Ali ela é massa inerte, sem ganhos mesmo simbólicos a quem a fornece, já desencantados de suas promessas que mais se convertem em tragédia e dilapidação geográfica, tal qual enunciado na obra de Carlos Drummond de Andrade, como no poema “A Montanha Pulverizada” (WISNIK, 2018). Após três séculos de exploração do minério e desastres recorrentes, ela nem mais se esforça para sustentar algum desenvolvimento, não reluz, apenas pede passagem, enquanto dura.

Esse segundo trauma apresenta-se como um sonho sinistro, corporificado na imagem ao mesmo tempo familiar e estranha do trem mineiro convertido no *trem-monstro*, arregaçando suas 5 locomotivas e 150 vagões na escala gigantesca da máquina mundial. A modernidade, que comparece ali cronicamente como ausência, sobrevém como catástrofe. Tudo resultando na cifra totalizante de uma enigmática maquinação do mundo, combinação esdrúxula e sibilina do particular com o geral, que age ali como se ali não estivesse. (WISNIK, 2018, p. 44)

Esses mesmos trilhos seguem de Belo Horizonte até o Espírito Santo, na estação de Pedro Nolasco, num trajeto de cerca de 13 horas. Hoje operada pela mineradora Vale, o trem segue percorrendo as paisagens mineiras de cidades como Santa Bárbara, Colatina, Pedra Bonita e Ipatinga como transporte para moradores e também num viés turístico. O Trem da Vale atualiza a simbologia férrea de forma dramática, uma vez que leva seus passageiros a percorrerem lugares explorados pela própria mineradora, envolvida em tragédias de barragens de rejeitos e crimes ambientais (WISNIK, 2018). Mais semelhante a um metrô urbano, após

reformas empreendidas em 2014, os sons vinculados ao maquinário também se modificam, seja a quem está dentro dos vagões ou nos bairros por onde se avista o trem, como Santa Tereza.

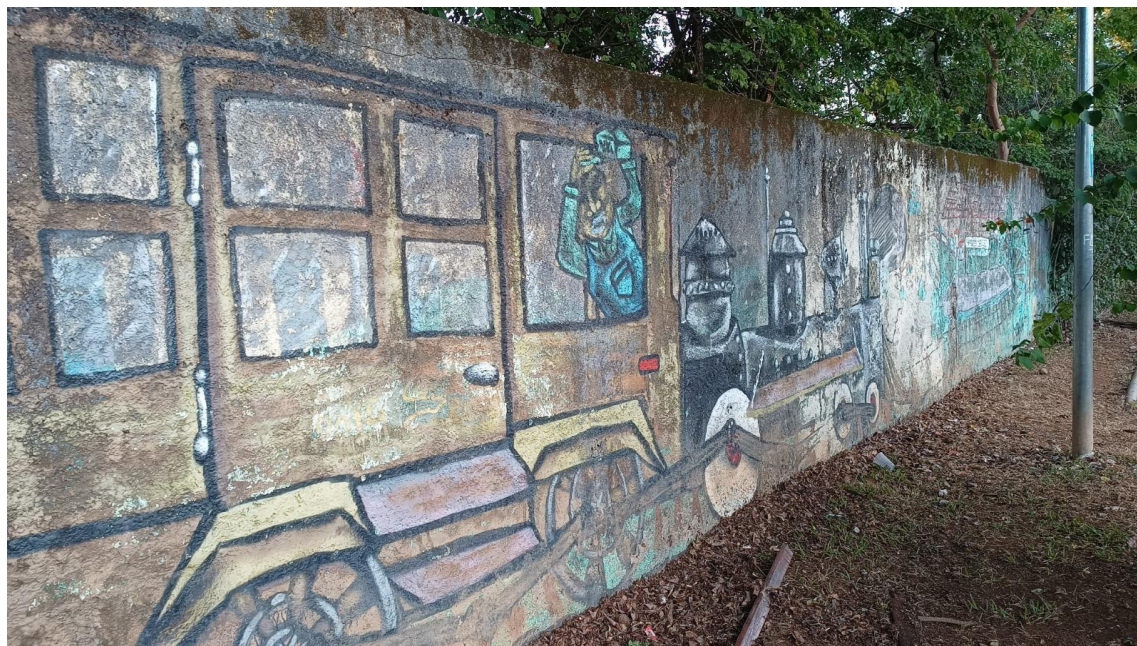
Ainda assim, na Estação Central de Belo Horizonte, as buzinas e sinos de alerta, como marcos sonoros, assim como o burburinho e as conversas entre passageiros, relatando experiências e percepções de vida naquele ínterim de tempo e espaço, formam uma paisagem sonora que aciona signos de tradição entranhados na cultura do estado de Minas Gerais. “Todos os dias é um vai-e-vai, a vida se repete na estação. Tem gente que chega para ficar, tem gente que vai para nunca mais”, canta a música “Encontros e Despedidas” de Milton Nascimento e Fernando Brant, numa referência aos trens evocados por compositores tão diversos da música brasileira como Heitor Villa-Lobos e Raul Seixas.

No trilho oposto ao dos vagões de minério e do Trem da Vale, o metrô leva trabalhadores e estudantes de bairros da região norte e leste ao centro e devolve uma população cansada ao final do dia. Lembrando mais plataformas de trem do que aquelas de metrô enaltecidas em outras capitais do país e do exterior, as estações aqui são abertas arquitetônica e visualmente, colocando em diálogo seu concreto retilíneo e pouco criativo com o entorno de construções informais e improvisadas da Vila Dias. O metrô em Belo Horizonte é um trem sobre trilhos que, em linha reta, timidamente oferece algum modal de transporte, mas sem que isso configure sequer uma identidade à região, como se faz presente em cidades como São Paulo. Apesar do transporte que oferece, quanto mais perto do ruído dos trilhos, pior a posição econômica dos moradores, expondo essa equação entre acústica e condição social.

Mesmo que traga apenas resquícios de um desenvolvimento urbano que pouco ou nada constituiu efetivamente enquanto um histórico ferroviário, encontrando-se hoje fragmentado como espelho das promessas e abandonos públicos, os trilhos não deixam de ser elemento a ser ressignificado no bairro e na cidade, seja em eventos culturais⁶² ou na paisagem visual contemporânea. Mais do que os trilhos, são os muros que os cercam que constroem toda uma relação de uso e pertencimento ao bairro. Enquanto divide sub-regiões e impõe trajetos e limites, ele cria um respiro de área livre, não privatizada, apta a receber intervenções artísticas, alguns pujantes, principalmente na parte baixa. O muro, que não existia até a década de 1970, esconde o feio, o indesejado, o ruidoso, mas também permite subverter o simbolismo do que ele representa no presente.

⁶² A capital mineira contou entre 2008 e 2016 com o festival BH Music Station, realizado em estações de metrô, acionando referências da identidade de transporte sobre trilhos na cidade.

FIGURA 58 - Muro grafitado ao lado do trilho de trem e metrô



Fonte: Foto do autor, ago/2021.

Indo ao encontro da ideia de *passeio sonoro* de Schafer, impusemos o próprio muro de separação dos trilhos como um mapa a nos guiar em parte das pesquisas de paisagem sonora. Um demarcador territorial, fazendo divisa com bairros, de construção de uma ideia de segurança e de identidade, conferindo aspectos sociais e sonoros específicos nessa parte baixa de Santa Tereza. Ao percorrê-lo percebemos uma vida comunitária pulsante durante o dia, com sons das casas, como o regar de plantas e o varrer nas varandas e calçadas, as conversas entre lavadores de carro, com baldes de espumas e barulhentos aspiradores. No final da manhã, início e final da tarde, são as vozes de crianças e adolescentes que dominam as ruas, na ida e retorno das escolas, quase sempre com mães ou avós. Nas vielas próximas ao muro, sons escapam sem sabermos exatamente de onde vêm, como o balançar de árvores do lado oposto, latidos e miados, pedras quicando sob trilhos, gritos de jovens brincando. No entanto, ao entardecer esse espaço intermediário gera apreensão, com passos rápidos que não querem permanecer em um ponto cego da vida comunitária.

Casas, comércio informais e escolas estabelecem uma dinâmica junto aos muros do trem. Ao percorrer as vielas, ouve-se batuques de um centro de Umbanda, localizado ao lado de um centro de yoga, assim como sons de bares. Numa das pesquisas de campo, gritos altos chamavam a atenção no início de uma das passarelas que passam por sobre os trilhos e Avenida dos Andradas. Tratavam-se de duas enfermeiras correndo atrás de um paciente que escapara do

Cersam – Centro de Referência em Saúde Mental, a poucos metros dali. As escadarias de acesso à passarela e o lado oposto do muro também tecem dinâmicas que escapam ao ordenamento urbano, como moradias improvisadas e pontos de consumo e venda de drogas. O ouvido atento a esses lugares permite nos atentarmos a uma outra cidade, à sombra da visualidade patrimonial e empresarial.

FIGURA 59 - Vista dos trilhos de trem e metrô sob passarela



Fonte: Foto do autor, jul/2023.

A presença algo invisível dos trilhos é demarcadora de uma identidade, atualizada de forma atávica. Ela se dá na presença de restaurante com o nome da antiga parada, Cardoso, em outros estabelecimentos que remetem ao nome Estação ou com imagens de trens, estações e maria-fumaças. A parte mais viva desse processo, entretanto, dá-se junto aos muros que separam os trilhos, que recebem grafites associados a essa identidade ferroviária, com frases poéticas. Do ponto de vista sonoro, o local em frente ao antigo Bar dos Pescadores reatualiza o constante burburinho festivo que sempre caracterizou os entornos das estações de trem e pontos de bonde. Os lugares de passagem, chegada e partida, mexem com o imaginário social, mineiro e belorizontino, também presente em outras músicas do Clube da Esquina como “Trem de Doido” e “Trem Azul”.

É exatamente na praça da Parada do Cardoso, antigo ponto final do bonde, e do centenário Bar dos Pescadores (hoje conhecido como Bar do Orlando), onde emergem cores vibrantes e mensagens provocativas dos grafites, atraindo movimentos de rua que reatualizam referências antigas. Os limites de trilhos nas grandes cidades se apresentam como ancoradouro de visualidade de utopias, carregando a problemática urbana de segurança, lazer e expressão cultural, mas também mostrando a responsabilidade não assumida pelo poder público em captar, estimular, abarcar e retrabalhar tais espaços. Esse ponto específico do bairro se diferencia de outros também demarcados pelo muro pelo fato de se abrir a uma praça de uso tradicional, sobretudo boêmio em diálogo com o Bar do Orlando e a própria pizzaria Parada do Cardoso. Ações populares como o Palco Aberto reivindicam ali um espaço público de visibilidade a pautas políticas, sociais e de expressão musical compartilhada por pessoas de diferentes regiões, entrando, no entanto, em confronto com moradores do bairro refratários a essa ideia de um bairro cultural, sobretudo pelo incômodo auditivo.

FIGURA 60 - Festividade junto ao Bar do Orlando



Fonte: site SOUBH

Assim como a Ave Maria constitui paisagem sonora nobre e sacra ao bairro, o simples apitar do trem também remete a uma identidade histórica compartilhada de algo que já não existe mais em moldes anteriores, mas que se reatualiza dramaticamente sobre os trilhos atuais

e potencialmente na circulação cultural. Nesse território de cultura de fronteiras, a paisagem sonora sempre nos conta sobre a vida cotidiana, que precisa ser entendida em cada contexto. O silêncio comunitário, por exemplo, algo tão almejado no conforto das moradias, em outro aspecto pode passar sensação de insegurança para quem se desloca dentro do bairro perto do muro do trem. Na rua, as vozes e a sociabilidade são sinônimos de segurança (JACOBS, 2011).

O som dos vagões de minério e do metrô demarca os limites do território e qualifica a paisagem sonora da parte baixa do bairro. Separados pelos muros, esses ruídos não deixam de acionar a memória afetiva das antigas locomotivas a pessoas mais velhas e o imaginário reatualizado e transmitido às crianças. Curiosamente não se veem os trens, projetando-se sua presença pelo frear nos trilhos e balançar dos vagões, num compasso de espera pelo próximo estrondo, trazendo a apreensão de sua passagem. Por poucas frestas e portões se veem os trilhos. O trem, tal qual projetamos mentalmente em nossa memória social e afetiva, está apenas nos grafites e logomarcas de estabelecimentos comerciais do entorno.

Apesar dessa instável conexão afetiva com as locomotivas do passado, o ruído, no entanto, a nível de comunicação sonora, causa incômodo, destituído de qualquer vínculo social ou caráter estético agregador. Resta o funcional, a irrupção descompassada, em níveis de decibéis que trazem desagrado à vizinhança mais próxima. Nessas imediações, a passagem de vagões com intervalos curtos, de não mais de 10 minutos, conforma uma massa sonora ruidosa. Nos quarteirões mais distantes, este se dilui em meio aos sons de trânsito, sendo possível apenas ouvir nos fins de semana e principalmente madrugadas o apito triste que ressoa ao longo de todo o bairro.

Se nas primeiras décadas a presença da estação de trem era motivo de orgulho, o incômodo causado pelo ruído dos trilhos já era tema de reclamações desde as décadas de 1980 e 1990. “Quando eu era presidente da Associação dos Moradores, sempre me pediam pra fazer alguma coisa quanto a isso. Eu respondia, com a franqueza que herdei de minha mãe: ‘não tá gostando, muda daqui’”, conta Marilton Borges. O depoimento mostra uma faceta interessante da ação comunitária também, a de não deixar se perderem valores do bairro e de preservação, mas igualmente de resignação e aceitação dos pontos mesmo negativos que integram aquele cenário. Assim, o som fundamental dos trilhos, ainda que incômodo, é parte inerente dessa sociabilidade complexa formada na trama urbana.

3.7 A Praça

Enquanto os muros que separam os trilhos de trem nos permitem um mapa de passeio sonoro, a praça principal do bairro, a Duque de Caxias, apresenta-se como lugar inescapável para também observar a paisagem sonora que emerge de tal território. A praça é o local que concentra a maior diversificação de sons em um espaço delimitado, com a presença de estabelecimentos institucionais com suas sonoridades próprias, como a igreja, o batalhão de polícia e o colégio militar, os ambientes privados dos bares, lojas e comércios. Mas ela também se forja enquanto *espaço público* de fato, no qual os diferentes sujeitos e coletivos podem dispor desse território físico e sonoro comum, sem que a produção de existências e sons de um necessariamente retire o direito do outro, numa “partilha do sensível” (RANCIÈRE, 2005, p. 15), repartindo-se e partilhando da experiência cotidiana, ainda que haja disputa pelo território sonoro.

FIGURA 61 - Crianças brincam na Praça Duque de Caxias



Fonte: Foto do autor, maio/2023.

As sirenes do colégio militar, que ocupa um espaço contíguo ao do batalhão na praça, aparecem como marcos sonoros, já inseridos naquele cotidiano não só com função normativa, mas produzindo uma identidade comunitária. Enquanto as sirenes dos policiais orientam procedimentos muito próprios da corporação, ou apreensão aos cidadãos do entorno quando são acompanhadas de sons de viaturas, por sua vez a sirene da escola antecipa a adorável

algazarra das crianças na praça. Ouvi-las nos avisa que em poucos segundos outros sons ganharão o local, como o de risadas, gritos, quiques de bolas de futebol e ranger de rodas de skates no chão. Trançando uma possibilidade comparativa com o som emitido pela igreja à frente, sino e sirenes partem de um princípio ora centrípeto, de reunião da comunidade ou chamada para a aula, ora centrífuga, de afugentar mau agouro, liberação do compromisso escolar ou convocação para um chamado externo.

O bairro e a praça constroem uma dinâmica com alterações entre os turnos e dias da semana. Se ao final da tarde, ao horário de Ângelus, o território está em transição de sociabilidades, o início da noite já permite distinguir melhor as práticas em curso. Por volta das 20h quem domina a praça são os cachorros encoleirados pelos donos. Ouvimos sons de patas correndo pelas gramas e levantando folhas, latidos e ganidos de interação. As duplas (ou trios) de donos e cães por vezes reconhecem outros e formam ali grandes grupos de diálogo de vozes e latidos, geralmente em torno do parquinho infantil.

A praça é destino e passagem em fluxos que se entrecruzam. Senhoras voltam da igreja, mães e pais trazem filhos de aulas de artes marciais, jovens vão à academia. Quando cruzam aquele território, existe um desfrutar, mesmo que sem interrupção do caminhar, enquanto outros grupos chegam para se estabelecer por mais tempo nos parquinhos, campos de futebol improvisados e bancos de madeira e concreto. A noite também coloca em evidência sujeitos que tiram sustento diretamente das mesas de bar, como vendedores de bombom, de livros de poesia e pedintes. Em tal período, a seriedade do dia se desfaz aos poucos, sendo possível escutar mais risadas dominando o ambiente sonoro dos adultos, com conversas mais amenas mesmo entre o grupo de policiais em troca de turno na base instalada ali.

Cada ponto da praça estabelece um tipo de sonoridade específica, em diálogo com os estabelecimentos e serviços instalados ali. Na esquina próxima ao Colombo e Bolão, é possível distinguir o som da boemia, de conversas e copos, e da música ao vivo. Na esquina que dá saída à rua Salinas, o som é dos jatos d'água de um lavador de carros sempre presente ali e das conversas entre taxistas do ponto instalado no local, com direito a gritos dos jogos de dama e truco. Na face da rua Mármore, percebem-se melhor as sonoridades produzidas no interior da igreja, das missas e festividades católicas. Na esquina com a rua Estrela do Sul, ouve-se a boemia do Mercearia Bicalho e som mecânico que advém de festas na área de um posto de gasolina; na esquina na Tenente Vitorino, concentram-se jovens, incluindo usuários de maconha, a despeito da entrada do Batalhão de Polícia a poucos passos. Verificar essas diferentes dinâmicas sonoras particularizadas neste território nos remete a uma “sociedade de

esquina”, tal qual estudado por William Foote Whyte (2005), com práticas e tipos, conformando áreas sociais e culturais específicas.

Das bordas da praça é possível ouvir os sons dos bares que começam a ganhar movimento. Em dias de semana, com ambiente sonoro menos disputado pelas vozes dos clientes, estando na praça é possível distinguir inclusive o som dos talheres e pratos sendo organizados entre o balcão e a cozinha dos bares. Enquanto isso, músicos passam o som e afinam instrumentos para apresentações que logo terão início. Curiosamente, as músicas escolhidas para este momento, em que os equipamentos estão apenas em teste, geralmente se diferem em estilo do que será ofertado aos clientes, revelando algo da construção de repertório, como discutiremos mais a frente. Quando a paisagem sonora noturna parece ganhar algum caráter *hi-fi*, caminhões de entrega de bebidas ganham a praça de forma pouco elegante com apitos de freios e estrondos de caixas de cerveja.

Se nem sempre é possível fazer distinções entre os elementos sonoros em meio aos ruídos de trânsito, a música em geral tem vantagem nessa disputa. Ela projeta-se e estabelece conexões imediatas de afinidade aos passantes. Primeiro convida-se o ouvido e, depois, os corpos a estarem próximos à música em performance presencial. Cada bar busca estabelecer dias específicos para formações e gêneros de forma pragmática entre a possibilidade de atração de público e a identidade cultural compartilhada ali. Mas isso às vezes se dá com alguns toques de acaso.

FIGURA 62 - Grupo de chorinho ensaia na Praça Duque de Caxias



Fonte: Foto do autor, março/2023.

O movimento trazido pela música ao vivo acaba se refletindo em estímulo a artistas, que disputam espaços para se apresentarem nos bares ou mesmo nas ruas. Enquanto a pesquisa transcorria, um grupo de instrumentistas passou a se reunir às quartas-feiras na própria praça, para ganhar entrosamento do repertório de chorinho, ao passo que negociavam arduamente datas para se apresentarem nos bares do entorno que se abrem à música ao vivo, a exemplo do Bolotas, com programação de segunda a sábado.

As mercearias, apesar do híbrido entre comércio diurno e bar noturno, geralmente não se dispõem à música ao vivo, apenas ocasionalmente. Colombo diz não se interessar muito pelo movimento que a oferta de música ao vivo poderia trazer ao estabelecimento. “Muita bagunça, copos quebrando, cliente chato”, define. No entanto, num dia de chuva, acabou permitindo que o grupo de chorinho, cujos componentes também são seus clientes, transferisse o ensaio da praça para o interior da mercearia, se abrigando do temporal e dando prosseguimento à música ali. Às pessoas que não conhecem de perto a dinâmica do bairro, parecia um cenário próprio daquela tradição, mas que na verdade se recriava naquele exato momento. Ainda que não divulgado como programação, a apresentação do grupo na mercearia, mesmo sem chuva, prosseguiu depois daquela quarta-feira. Dali em diante, a mercearia do Colombo, assim, passou a contar com apresentação de chorinho naquele dia da semana.

FIGURA 63 - Grupo de chorinho se apresenta na Mercearia do Colombo



Fonte: Foto do autor, jun/2023.

A praça e seu entorno compõem assim um importante ecossistema de sons, advindos das casas ocupadas por restaurantes, bares e cafês, seja com música ao vivo ou não, pelo uso diverso do coreto por artistas, pelo estourar do milho no carrinho do pipoqueiro, pelo entra e sai do cinema. A própria manutenção da praça produz sons verificáveis na pesquisa de campo, como o varrer das folhas e o esguichar do sistema de irrigação das gramas e canteiros, sempre pela manhã, o que também nos faz atentar a sujeitos algo invisibilizados no cotidiano, como os funcionários responsáveis pela limpeza urbana. Se por um lado a praça é ponto de fruição individual ou familiar do espaço, uma vivência também se dá ao encontro do outro, do desconhecido, na figura daquele que assistirá a uma performance musical ou que se disporá a escutar histórias nos bancos de praça, por exemplo.

Em outro aspecto, a efervescência da praça cria um estado de impessoalidade no aspecto de moradia, com as ruas e calçadas sendo território de todos e de ninguém. À medida que os quarteirões se distanciam da Duque de Caxias, porém, o senso de comunidade que de alguma forma regula e produz sons nas ruas, torna-se mais evidente. As casas baixas, com uma distância curta entre a rua e os aposentos, possibilitam uma experiência sensorial pelo simples caminhar nas calçadas à sua frente. Em horários específicos de preparo de refeições, sobretudo na hora do almoço e início da noite, aromas transbordam de janelas e corredores, sendo possível identificar o cheiro do feijão sendo cozido ou um bolo no forno. Da mesma forma, ouvem-se as sonoridades domésticas, da vassoura varrendo o terreiro, da panela de pressão no fogo e a conversa entre familiares, com avós e pais apressando as crianças para a escola. Nesse sentido, a experiência social num bairro passa pela paisagem sonora e olfativa, que se enriquece à medida que retém um contato próximo entre rua e ambiente das casas pela arquitetura preservada.

Essa experiência se estende a alguns comércios tradicionais, onde não existe uma separação total entre o local de preparação de alimentos e de atendimento aos clientes. Nas mercearias acompanha-se tanto o moer dos grãos, que desprendem aromas, quanto o ferver da água para o café disponível aos frequentadores, sem custos, e o corte dos queijos. As panelas dos próprios proprietários e funcionários por vezes ficam à disposição para ser compartilhado com os clientes. Já em bares que quase se misturam com o ambiente doméstico dos proprietários, ouve-se o afiar das facas, o fritar das cebolas e dos pastéis. Sons e cheiros que remetem a uma ideia de vivência compartilhada, de familiaridade e tradição em continuidade.

3.8 - Figuras humanas e sons arcaicos

Nas ruas do entorno da praça, o trânsito do final da tarde se intensifica em altos decibéis, mas em meio aos ruídos de motos e carros ouve-se um estrondoso grito de “Ohhh o picoléeeeeeeeeeeee”. A voz humana desafia os barulhos urbanos e se faz presente e audível. A potência das cordas vocais em outros momentos mais silenciosos do dia chega a fazer eco nas ruas de Santa Tereza. O som antecipa o vendedor de barba e cabelo longos e brancos empurrando um carrinho ladeiras acima e abaixo, assim como faz há ao menos três décadas.

A revolução Industrial, com sua infinidade de novos ruídos, de alguma forma “matou o humanismo”, como argumenta Schafer. Se em outros momentos históricos, sobretudo até o século XIX, a presença sonora humana era de tal forma dominante nas ruas que recebia legislações específicas de contenção, hoje ela parece um eco de algo que vai nostalgicamente se perdendo. O som de pregoeiros, músicos e ambulantes, que definia o próprio sentido social do espaço público, torna-se cada vez mais escamoteado em metrópoles surdas ao outro, em processos de atenção ou repúdio que se relacionam às classes sociais que circulam pelos territórios.

Em bairros como Santa Tereza, no entanto, as figuras humanas das ruas se fazem de alguma forma presentes e estabelecem um diálogo com o todo. O carro de som da pamonha, a kombi com oferta de biscoitos, frutas, legumes e verduras e pequenos vendedores reforçam laços de comunitarismo. A empatia sonora é imediata aos ouvidos diante desses marcos sonoros do bairro, com gritos de vendedores, amoladores de faca e pessoas que consertam panela, tal qual apreciamos frente ao som fundamental de chuva e dos passarinhos. Sons fundamentais e marcos sonoros, assim, possuem um diálogo e entendimento de passado algo atemporal, com laços de pertencimento e tradição no presente.

Em relato sobre as figuras icônicas do bairro, Neves relembra um “fato lírico e tocante” de um dono de bar que fazia ressoar sua voz por toda a praça fazendo leitura de poesias, através de um sistema eletrônico.

Dentro da Praça Duque de Caxias ressoava uma voz macia, pausada e grave, impostada e crescendo ao microfone conectado a um alto-falante. Atraído, caminhava rumo ao som até chegar ao bar do Môia, localizado próximo ao cinema. Lá dentro encontrava-se ele, concentrado, os olhos levemente contraídos, o microfone na mão, recitando com sentimento algum soneto de sua autoria ou a popular poesia “A morte de Plutão”, que ele apreciava dizer de cor. Ao concluir, olhava para você e dava uma risadinha feliz Môia era um poeta de sensibilidade pura: ‘A gente gosta, né?’ — dizia, com simplicidade. (NEVES, 2010, p. 59)

A ecologia sonora que se estabelece a partir dos ambulantes também é evidente. Uma fala anasalada sai de caixas de som de um veículo e anuncia à vizinhança frutas e legumes fresquinhos. No momento em que a Kombi de produtos para na rua Ângelo Rabelo, tal qual verificado pela pesquisa em mais de uma ocasião, pessoas de diferentes casas se aproximam para a compra de produtos como biscoito, limão e banana, convidadas inicialmente pelo som. Em pouco tempo, cria-se uma sociabilidade de troca de conversas entre vizinhos – com traço de gênero que indica predominantemente a presença de mulheres –, transcendendo o próprio comércio, tal qual se dá em feiras.

FIGURA 64 - Kombi de hortifrutos e moradores na rua Ângelo Rabelo



Fonte: Foto do autor, jun/2023.

Nesses momentos, através do som, circulam informações cotidianas e também memórias do próprio local, das famílias que residiam ali e relatos das brincadeiras de infância que se davam naquela via em décadas anteriores. As casas baixas, com varandas, também permitem que idosos com dificuldade de locomoção façam parte dessa sociabilidade. Os gradis e ornamentos de residências construídas nas décadas de 1930 e 1940 são a própria representação

desse fluxo entre ambiente privado e o público da rua, num fazer poético espelhado nesses ornamentos e na reprodução social e cultural do conversar.

FIGURA 65 - Senhora em varanda na rua Ângelo Rabelo



Fonte: Foto do autor, jun/2023.

Os sons dos comerciantes de rua tradicionais, assim, estabelecem dinâmicas de venda e compra, mas também geram a circulação de afeição e memória afetiva. A princípio eles trabalham com a lógica da eficiência – precisam ser audíveis e distinguirem-se do ruído urbano. O vendedor de pipoca opta pelas estridentes buzinas, que lembram aquelas utilizadas em circo, com duas peças que emitem diferentes frequências, uma mais grave, outra mais aguda; o amolador de facas usa uma tradicional espécie de matraca, batendo uma peça de ferro que gira sobre uma plataforma de madeira; o vendedor de picolé opta por um grito único e potente; já os vendedores de vassouras, geralmente em duplas, buscam frases de marketing, traçando

comparações com os supermercados da região, e com entonações que seguram as notas: “Olha o kit da vassoooooooooura, mais barato que no Eeeeeeeepa. Venha ver senhora, venha ver senhorita. Comprar mais barato faz parte da inteligência humana.” No período da pesquisa também se verificou a transição do canto presencial de uma dupla de vendedores de vassoura para o uso de gravações eletrônicas com frases similares, substituindo a fala humana, porém buscando manter alguma pessoalidade, tal qual faz o carro da pamonha – “Olha o carro da pamonha passando na sua casa. Pamonha fresquinha de Piiiiiracicaba.”

A paisagem urbana de Santa Tereza acolhe, assim, práticas comerciais que poderíamos chamar de “arcaicas” ou “interioranas”, como vendedores de picolé e vassoura. No entanto, não é algo que advenha propriamente do interior para a capital ou que não se perceba em outras partes da cidade, mas sim uma receptividade histórica, urbana e cotidiana que se abre a tal inserção social, refletida na postura de parte da população, moradores que estão em casas e prédios pequenos por diferentes gerações, com permanência duradoura na relação com a rua e seus passantes. Ou seja, com os ouvidos e passos mais próximos à rua, e uma paisagem sonora minimamente mais amena que os faça serem identificados em meio aos ruídos urbanos.

Nas ruas é possível identificar cotidianamente a presença de carros que comercializam produtos diversos de hortifrutis, principalmente em Kombis, trazidos de áreas produtoras próximas da capital mineira, como Mário Campos e Brumadinho. A proximidade das janelas permite algum contato com moradores, num diálogo mais direto, olho no olho. Eles carregam não apenas um comércio que se contrapõem aos produtos industrializados em larga escala e padronizados em hipermercados impessoais, mas também são portadores de mensagens, significados e até cantos que sustentam essas presenças humanas. Como afirmado, essa presença não deixa de ser constatada em outros bairros, mesmo aqueles de verticalização intensa, através de afiadores de facas, conserto de painéis e guarda-chuvas. Mas a junção e inserção cotidiana em Santa Tereza parecem mais marcante.

Se as ruas e suas figuras humanas geram empatia e pertencimento, pelo lado oposto, a apatia infligida pela paisagem contemporânea de individualismo, quebra de laços comunitários e escalada de desigualdade e violência estabelecem também uma paisagem sonora como sinônimo do medo, com vozes e murmúrios nas ruas gerando por vezes apreensão aos cidadãos. O outro torna-se incômodo ou fonte de receio. Os tradicionais comerciantes de rua também circulam nesse espectro social, precisando para tal estarem sempre reforçando as identidades culturais que carregam em suas práticas.

A diversidade gera incômodo à cidade privatizada e controlada. O som humano por vezes é o símbolo do profano (SCHAFER, 2001), em contraponto ao comedimento ou emissões sonoras controladas de forma ritual nas igrejas e instituições. O grito do vendedor de vassouras, o assovio do picolezeiro, a arruaça dos lixeiros. Os sons atravessam muros e propriedades privadas, transgredindo esses limites e despertando afeição ou incômodo, mas nunca apatia. A diversidade de modos de vestir, falar e cantar projeta a balbúrdia, a pluralidade e o agir sem controle prévio que tanto incomoda elites e legisladores desde a formação das primeiras cidades. Mas é essa diversidade que mostra o lado inapreensível do urbano, em que o vivido não se submete ao concebido em tais lugares.

Como dito, a perda da presença humana, enquanto vozes circulantes nas ruas, sejam de vendedores ou pregadores, remete, segundo Schafer, a um processo iniciado ainda na Revolução Industrial, passando por legislações que tentavam coibir sonoridades indesejadas, sendo eliminadas ou espremidas sobretudo pelo avanço do ruído dos automóveis. Podemos também acrescentar que a verticalização de moradias colabora para isso. Se em feiras e no comércio de rua das regiões centrais essa presença ainda é intensa, nas áreas residenciais cada vez mais dominadas por prédios altos o distanciamento, junto à padronização comercial e sistemas de entrega, coloca a presença do outro na rua como incômodo, ameaça. Mas eles persistem, marcando a paisagem com falas, numa presença com regularidade semanal acompanhada de perto pelos moradores. Terça, por exemplo, é dia do vendedor de vassoura passar por certos quarteirões. Caso isso não aconteça, alguns moradores notam e comentam a ausência, independente de precisarem do produto ou não.

Uma das marcas dessa presença humana é o caráter de proximidade e pessoalidade, que ancoram valores tradicionais, algo a que nos referimos com relação às mercearias e outros comércios do bairro. Mesmo que opte por gravações repetidas de forma padronizada e exaustiva em todo e qualquer lugar pelos quais passe, o carro da pamonha fala diretamente “às senhoras”, às famílias, convidando-as a desfrutarem daquela presença efêmera no quarteirão. Os bairros com ruas mais tranquilas possibilitam, ao contrário do centro e outras regiões, a simples alternativa desses veículos estacionarem na rua para ofertar produtos. Depois do primeiro chamamento, pelas cordas vocais ou gravações eletrônicas, o contato é sempre pessoal, numa conversa sobre a qualidade dos produtos disponíveis no dia, a origem deles, o pedido de desconto e uma confraternização de comércio ambulante que se perde em outras localidades.

Se a conversa e o burburinho são sinônimo de sociabilidade, por outro lado, o silêncio também é conduta praticada por algumas pessoas que tiram sustento das ruas por motivos

específicos. Enquanto os garis, funcionários da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), são conhecidos pela algazarra, com gritos e brincadeiras que não os deixam passar despercebidos, catadores de materiais recicláveis trabalham em silêncio, para não chamarem a atenção dos moradores, que podem hostilizá-los, reclamar e impedir o revirar dos sacos de lixo.

Em alguns outros bairros ou cidades interioranas em que pequenos caminhões recolhem o reciclado, no entanto, tais trabalhadores optam por músicas emitidas em caixas de som exatamente para chamarem atenção que estão chegando. Assim, curiosamente, existe um respeito da população quando se trata de um serviço padronizado através de veículos, mas um incômodo quando é feito por pessoas autônomas ao rés do chão, que são vistas mais como moradores de rua que violam sacos de lixo do que como recicladores que cumprem papel importante na destinação dos resíduos.

Em sintonia com averiguações sobre fronteiras, hibridismos e diferenças no bairro, a noção de paisagem sonora⁶³ permite percepções sutis sobre comércio e construção civil no meio urbano. No limite com outros bairros, como Floresta, os ruídos de trânsito se intensificam, mas também incluem o som dos comércios, em maior quantidade de lojas, com o burburinho de vendedores e clientes. Quanto mais nos aproximamos do centro da cidade, maior a efervescência comercial, com a Floresta ocupando esse limiar. Por outro lado, uma divisão entre Santa Tereza com os bairros da Floresta e Sagrada Família revela uma maior presença de obras e construções. Por ser uma área que ficou de fora das legislações de proteção, é comum novos prédios serem erguidos ali, arregimentando grandes obras com entrada e saída de caminhões.

Em jogos de oposição, essa observação das fronteiras nos faz perceber com mais clareza o que se dá no núcleo de Santa Tereza nesse aspecto de construção civil e manutenção de paisagens. Na praça e imediações são raras as obras de larga escala, uma vez que as edificações possuem uso comercial estável ao longo de décadas e casas mais preservadas e bem cuidadas. Já nos quarteirões que vão se distanciando da praça, é comum a identificação de casas mais antigas ou abandonadas e que passam por obras de restauro. Assim o som da construção civil também se faz presente no entorno da Igreja de Santa Tereza e Santa Teresinha, porém de modo mais cadenciado, sem que o som de martelos signifique destruição, mas sim possibilidades de requalificação da tradição edificada.

⁶³ Essa pesquisa em torno das fronteiras sonoras em parte se inspira na abordagem desenvolvida por Marra e García (2018) em artigo no qual os autores analisam as limiaridades da música projetada por bares na Savassi, em Belo Horizonte.

Na fronteira da Vila Dias, expande-se consideravelmente o burburinho de vozes e conversas, com marcada vivência comunitária em tal comunidade. Grupos de senhoras, de meninos brincando, de namorados e estudantes cruzam constantemente a viela de acesso pela rua Grafito, muitas vezes com caixas de som. A sonoridade produzida pela vila, no entanto, condensa-se e fica abafada dentro desse território escada abaixo, tal qual um caldeirão, escapando sons apenas na parte baixa, no limite com os trilhos de trem e metrô. Pela manhã e tarde, estudantes e trabalhadores cruzam incessantemente o corredor íngreme. Pela noite e madrugada, a ruela de acesso também se transforma em ponto de venda de drogas, com sua sonoridade própria de conversas rápidas e de códigos entre vendedores e compradores. Já pela manhã e tarde, o local volta ao clima comunitário, com senhoras conversando em bancos em frente aos grafites do muro⁶⁴.

Numa das visitas de campo identificamos uma faixa, típica comunicação visual eficiente em bairros pequenos, periferias e cidades interioranas. A tinta sobre o pano se estende de uma ponta a outra do Beco Prof. Sebastião Moreira de Azevedo e faz agradecimento ao recém-eleito presidente da Associação da Vila Dias, Leonardo Silva. A mensagem é assinada por um vereador e uma deputada que trazem em suas pautas políticas questões de acesso à moradia, serviços públicos e cultura, com presença em audiências. Com população estimada em pouco mais de mil pessoas, somando-se à Vila São Vicente, a Vila Dias também representa um eleitorado disputado por políticos de viés ideológico diversos e em eleições de associação de bairro. A faixa demarca limite territorial, influência, defesa e interesse eleitoral. E mesmo de atendimento do bairro, visto que o lixo de parte da comunidade é deixado ali para recolhimento por caminhões da prefeitura.

As fronteiras observadas, de modo geral, demonstram uma alteração mais acelerada do perfil de uso em comparação às áreas centrais do bairro, sobretudo por uma ocupação efêmera e instável do espaço público por moradores e frequentadores, quase sempre com aumento da percepção de insegurança. Após o entardecer, o movimento escasseia rapidamente, ainda que o fluxo em momento algum se interrompa ao longo da noite.

Pela madrugada, no entanto, um uso passa a ser nítido: meninos se postam na saída do beco, a espera de carros e motos que param ali rapidamente. A venda de drogas ilícitas se dá valendo-se da facilidade de correr pelo beco caso alguma viatura apareça, com impossibilidade de perseguição em automóvel e mesmo em moto. Sem necessariamente levar a um estigma da

⁶⁴ A antropologia urbana traz contribuições fundamentais ao entendimento dos múltiplos usos de um mesmo local ao longo do dia, sobretudo na figura do pesquisador Gilberto Velho. Ver Velho e Corriconde (1989).

Vila Dias, a prática indica normalização da venda de drogas nas fronteiras da cidade, em zonas abandonadas ou intermediárias, de transição. Em outro aspecto, a implicação socioespacial é evidente, através de um território que expõe o drama do tráfico urbano de forma mais explícita quando as luzes se escasseiam. Enquanto a janela da Vila Dias converte-se em boca de fumo, o outro lado da moeda apresenta um bairro consumidor, protegido por vidros fechados, pela condescendência da polícia e pela possibilidade de não atrelar o viés da droga ao seu território, apenas ao de quem oferece. As fronteiras, assim, evidenciam contrastes, dilemas, hipocrisias, disputas e usos da cidade. Nesse cenário, o tom das vozes e a presença ou não de sirenes de polícia podem indicar usos específicos ao longo do dia.

3.9 Futebol

O som do futebol possui uma identidade que se vincula ao passado de Santa Tereza, nos campos de terra batida junto à linha do metrô, como descrevemos, e também do presente, nos que permanecem, sobretudo na Vila Dias, nas quadras de clubes e galpões. A arquitetura baixa do bairro permite o circular desses sons, da bola e dos pés freando nas quadras de futebol de salão, nos gritos dos jogadores e jogadoras de “toca!”, “vamo!” e na celebração dos gols. Os sons do futebol e em suas diferentes modalidades, de campo, quadra ou rua, podem ser entendidos como “marcos sonoros” do bairro. O bairro orgulha-se de ter projetado, através de seus clubes e quadras, incluindo as do Batalhão de Polícia, jogadores que chegaram ao futebol profissional e mesmo à seleção brasileira.

Uma outra sonoridade vinculada a ele, no entanto, diferencia-se: a de torcida de estádio. Apesar do Independência não ficar localizado em Santa Tereza, mas no Horto, a massa sonora de gritos de torcida e dos gols ecoa por várias partes do bairro, em simultaneidade com o som das TVs e rádios nas casas, apartamentos e carros. O som, assim, mostra uma interessante característica, a de não corresponder e se limitar ao território em que é produzido, rompendo barreiras e adentrando o cotidiano mesmo de bairros vizinhos. Se num certo momento o som é signo de algo praticado no bairro do Horto, após os jogos essa cultura também se espalha e se encontra com a identidade boêmia de Santa Tereza, com muitas pessoas que estavam nos estádios direcionando-se aos bares com refeições e cerveja gelada até horário mais avançado, num “programa casado” de assistir a jogos e celebrar com amigos posteriormente num local de compartilhamento de identidades e tradições.

FIGURA 66 - Vista do Estádio Independência a partir de Santa Tereza



Fonte: Foto do autor, ago/2023.

A cultura do futebol marca a identidade da capital mineira de forma decisiva, com a presença de ao menos três clubes de projeção nacional sediados na cidade, com trajetórias distintas ao longo das últimas décadas, e três estádios de grande porte: Mineirão, na Pampulha, Independência, no Horto, e Arena MRV (inaugurada em 2023). A presença do futebol é preponderante no cotidiano em dias de jogos, alterando não apenas o fluxo de pessoas e trânsito, mas também na paisagem sonora, com gritos nas janelas, nos carros, bares e a locução de rádio em aparelhos diversos. A grande proximidade do estádio Independência, a poucas quadras da divisa de Santa Tereza com o bairro Horto, traz uma presença marcante desta sonoridade, com transformações nas últimas décadas. Antes de se converter em “arena”⁶⁵, o estádio do clube América Mineiro possuía uma inserção mais comunitária, com torcida reduzida e numa arquitetura que não destoava da paisagem urbana do entorno. Os tons cinzas de concreto desgastado lembravam os ginásios e pequenos estádios de cidades do interior.

A paisagem de casas e prédios baixos de Santa Tereza favorece a reverberação dos gritos da torcida, numa massa sonora única, saindo do estádio iluminado. Até mesmo o Hino Nacional se escuta a quarteirões de distância do Horto, atualizando as formas de pertencimento e nacionalismo trazidas pelo esporte. O estádio reluzente e de sonoridade forte também irrompe

⁶⁵ Após grande reforma finalizada no ano de 2012, o estádio ganhou o termo “arena”, na esteira de espaços multiusos em clima pré-copa do mundo no Brasil, em tons claros e grandes estruturas metálicas de iluminação. O local ficou marcado pela realização de jogos do clube Atlético Mineiro, culminando em espaço decisivo, na forma de arena caldeirão, para a ascensão do clube campeão da Taça Libertadores de 2013.

na paisagem do bairro de Santa Tereza, nas frestas entre as residências e ruas, de forma quase futurista. Essa ambiência poderosa amplia e reforça o valor do futebol como marca social e econômica. Nos anos de pesquisa desta tese, os jogos de futebol também foram notados como a primeira grande irrupção sonora numa paisagem silenciada frente ao distanciamento social imposto pela pandemia de covid-19. Os primeiros jogos, sem torcida, mas ecoados nas transmissões ouvidas nas casas e apartamentos, retomavam uma ideia de vida social através dos sons, ainda que de forma transgressiva e insensível, frente a pouca preocupação com as mortes que ocorriam de forma acelerada nos hospitais.

3.10 - Música pelo bairro

Numa noite fria de sexta-feira, o som de um violino passa de casa em casa na rua Silvianópolis, onde antes já estiveram os trilhos do bonde do ponto final do Hospital Cícero Ferreira. O instrumentista caminha enquanto toca pela via. Santa Tereza é um bairro que ressoa música – literalmente. Percorrendo suas ruas, é possível ouvir performances ao vivo em casarios antigos em gêneros diversos como chorinho, rock, samba e MPB. Mas a música também ressoa de forma poética, nos arpejos de um clarinete e nas escalas de um violoncelo em estudo no íntimo das casas – por ser residência de muitos músicos, essa paisagem sonora é particular ao bairro.

A música é elemento de identidade cultural de Santa Tereza e também verificado no presente do bairro, que de fato a hospeda, forja-se e recria-se a partir dela. Logo que adentramos o bairro pela rua Mármore, mesmo em dias de semana, o burburinho musical chama atenção. Uma das características de Santa Tereza reside na oferta de performances ao vivo em bares de diferentes pontos do território em proximidade com a rua. Cada qual carrega um perfil específico, seja em edificações antigas ou imóveis comerciais, com histórico musical-boêmio de décadas ou com trajetórias iniciadas em períodos recentes. Em conjunto, esse burburinho, para quem visita ou reside no bairro, apresenta-se como um “som fundamental”. Santa Tereza e música firmam-se como sinônimos – no passado e no presente.

FIGURA 67 - Bar em funcionamento em casa antiga



Fonte: Foto do autor, ago/2023

Aos fins de semana, sobretudo aos domingos, alguns locais contam com apresentações diurnas. Mas a música é, sem dúvida, território da noite. Como observa Schafer, a paisagem sonora noturna confere certo perfil *hi-fi*, com a diminuição de ruídos, maquinários e obras. Junto à oferta de música ao vivo ou performances individuais e coletivas na rua, o ambiente noturno do bairro é uma porta ao fruir artístico e de entretenimento, abrindo janelas para ver e entreouvir às temporalidades que se abrigam no urbano. Enquanto convive com as edificações antigas, a música é por si uma conexão com o passado, acionando um repertório de outrora, mas também permitindo rememorações que são únicas para cada pessoa ou coletivo. Isso faz do bairro algo especial e atrativo enquanto experiência, num patrimônio vivo e dinâmico.

Os locais que ofertam música ao vivo costuram uma cartografia instável ao longo do tempo na vivência que estabelecem junto ao público e às sociabilidades do bairro, frente ao tempo que permanecem em atividade ou sucumbem ao fechamento. Mas de fato ela está em restaurantes, pizzarias, pequenos bares e sobrados, quase sempre ressoando desde a parte interna até o espaço público da rua. Num cenário que é próprio de locais turísticos, mas também guardando significados dessa territorialidade em especial (TICLE, 2016), a música é um constante elemento vivo, em seu aspecto acústico e vibracional, executado de forma única e irrepetível. Por sua vez, esse diálogo entre estabelecimento privado e rua está sempre convidando quem passa a entrar nos estabelecimentos e a desfrutar de uma cidade que se

desenrola social e artisticamente naquele exato instante vivido através da performance de artistas.

De forma arbitrária, a fim de sistematizar tal cenário para a pesquisa pretendida, é possível traçar três perfis de oferta de música ao vivo no bairro. O primeiro deles seria de locais evocadores da ideia de tradição em seus estabelecimentos em diálogo entre arquitetura e música ofertada, optando geralmente pelo gênero do chorinho e seresta, com amplificação discreta do som, além de vínculos com a dança, sobretudo o forró. Um segundo perfil seria de estabelecimentos com referência mais forte ao Clube da Esquina, sem que isso imponha uma busca por outros vieses de tradição do bairro, no aspecto provinciano e comunitário, e sim um repertório do movimento musical, vinculado a temas, gêneros e estéticas situados a partir dos anos 1960 na música brasileira.

O terceiro perfil seria de estabelecimentos sem uma preocupação com vínculos específicos de identidade e tradição no bairro, incluindo o movimento musical de maior destaque surgido ali, apropriando-se de possibilidades de atração de público circunstancial no contexto do entretenimento noturno, seja com grupos de pagode, samba ou rock. Para estes, a vinculação com o entorno parece se dar com uma identidade neutra de “bairro boêmio-musical”, sem vínculos comunitários ou de práticas anteriores do local, ainda que tirem proveito da tradição em nomes com os termos “esquina”.

FIGURA 68 - Bar com nome remetendo à identidade de “esquina” do bairro



Fonte: Foto do autor, jun/2023.

Por vezes essas categorias se misturam, até mesmo dentro da programação de um mesmo estabelecimento ao longo da semana. Ela nos mostra como alguns lugares visam ancorar ou não a oferta musical a algo relacionado ao bairro. De forma ampla, o bairro “cultural” parece apenas criar algumas barreiras a gêneros estritamente comerciais do momento, como o sertanejo universitário, mas que também se observam pontualmente em alguns poucos lugares atípicos.

A despeito de uma forte referência a partir do movimento Clube da Esquina, segmentos diversos constroem com o bairro de Santa Tereza imaginários de música plurais, projetando afetividades, identidades, usos históricos e cotidianos. Numa noite de dia de semana é possível ouvir na Praça Duque de Caxias o som de violão e flauta nos bancos de cimento e também do berimbau vindo do coreto, em rodas de capoeira que se encontram ali semanalmente, o que confere a tais frequentadores (e mesmo a passantes ocasionais) algum vínculo entre o bairro e tal prática. Nesse sentido, paira sobre o bairro uma identidade cultural, aceita e compartilhada amplamente por segmentos diversos — mas a experiência intersubjetiva se abre a inúmeras formas de apropriação e pertencimento cotidiano. Para certo público vindo de outras regiões, o samba e o pagode em bares no entorno da praça são o principal chamariz para a vinda ao bairro. Para outros grupos, Santa Tereza é sinônimo de rock, sobretudo pela história da banda Sepultura, que alçou projeção internacional, e o pop rock do grupo Skank. Nesse sentido, há que se pontuar que a despeito da importância histórica de dados movimentos musicais e dos

recortes de tradição pelo poder público e comércio, o bairro possibilita uma experiência múltipla, intersubjetiva e aberta de memória e vivência no presente.

FIGURA 69 - Grupo Sepultura em placa indicativa de Santa Tereza



Fonte: Pinterest

De toda forma, é inegável que o viés de turismo musical que se verifica no bairro a partir de uma tradição compartilhada passa pelo Clube da Esquina. Ainda que não chegue a ser um local de fluxo turístico intenso, é comum mesmo em dias de semanas identificar pessoas tirando fotos na famosa esquina das ruas Paraisópolis e Divinópolis, junto à placa com o nome das ruas no cruzamento ou frente à discreta placa comemorativa com a letra da música “Clube da Esquina”. Entretanto, no presente a música do Clube da Esquina e seus artistas, mesmo tendo ganhado o mundo e sendo um dos chamarizes do bairro, pouco se vê tocada, ao vivo ou mecanicamente em bares, restringindo-se quase unicamente à própria esquina, em

estabelecimentos geralmente concebidos por músicos de alguma forma ligados ao movimento, como o Godofredo Bar, aberto em 2012.

Tendo em vista a importância simbólica e cultural do Clube da Esquina, nos detemos assim em alguns estabelecimentos que fazem conexão com tal imaginário do movimento, às materialidades, ambiências e repertórios, cada qual conformando uma experiência de espaço-tempo específica enquanto “lugares”. Nos interessa, como anunciado por Marra e Garcia (2018), compreender o papel da paisagem sonora na “produção do lugar”, a partir da experiência das pessoas, negociações, conflitos e identidades ao redor desse caráter auditivo. Quando olhamos para os lugares a partir de uma sobreposição da música popular e sua capacidade de conformar identidades e imaginalidades, abre-se um campo produtivo de análise.

3.11 - Godofredo's Bar e Bar do Museu do Clube da Esquina

O Godofredo Bar foi aberto em 2012 por Gabriel Guedes, descendente de família oriunda de Montes Claros com forte atuação artística na capital mineira não apenas por conta de seu pai, Beto Guedes, membro do Clube da Esquina, mas também pelo avô, Godofredo Guedes, instrumentista e compositor de chorinhos – artista homenageado no nome do estabelecimento. Localizado num sobrado poucos metros acima da famosa esquina, tal local foi constituído em torno da memória do movimento musical, herdando inclusive murais de exposições sobre o movimento, quadros e instrumentos musicais pelas paredes, incluindo alguns feitos por filho e pai, ambos luthiers. Apesar de já ter encerrado suas atividades, é possível recuperar parte da ambiência sonora por gravações, conversas com público e artistas e mesmo pela frequência do pesquisador no local, em período de produção de dissertação de mestrado, numa perspectiva de história das sensibilidades (LEAL, 2022).

Dispondo-se a ser um território de memória do movimento, com programação diária para admiradores das músicas do Clube, o local foi concebido, pela personalidade do proprietário, enquanto ambiente aberto particularmente aos músicos, com a presença constante de artistas de gerações distintas e novos instrumentistas da cena contemporânea daquele momento. Às sextas e sábados, dias mais nobres e movimentados da noite, o repertório tinha foco no cancionário do Clube. Em outros dias, no entanto, os gêneros variavam entre rock dos anos 1960 (sobretudo de Beatles), chorinho, MPB e música clássica, revelando uma construção de repertório (FAULKNER, BECKER, 2011) a partir das próprias influências do movimento.

Por sua vez, a ambiência, junto ao repertório, conforma um tipo de espaço decisivo para a experiência de lugar a artistas e público, construída subjetivamente a partir da mentalidade

pretendida e formas de produção e circulação cultural do momento. A informalidade, acolhimento ao artista enquanto trabalhador da música, dispensado de pagar entrada – numa cordialidade que se dá tradicionalmente em certos espaços musicais – e a disponibilidade de instrumentos diversos a serem tocados, de piano a órgão e violinos, estabelecia uma ideia de um movimento ainda em expansão, com programação de dias temáticos por gênero, porém sempre com abertura como um lugar do imponderável artístico.

FIGURA 70 - Músicos no Godofredo's Bar



Fonte: Santa Tereza Tem

Logo que o Godofredo's Bar finalizou suas atividades, por questões financeiras, o “ponto” foi arrendado por nova proprietária e passou a se chamar Bar do Museu Clube da Esquina, sob nova direção. O nome faz relação a um processo de musealização de acervos de integrantes do movimento ocorrido desde a primeira década do século XXI, porém algo que não se concretizou de forma efetiva. Ainda assim, o nome dá a tônica de um lugar com maior aspecto de oficialidade, assumindo posição de prestígio em termos turísticos. Com preços elevados e ambiente mais controlado de acesso, atendimento e horários, ainda que trouxesse alguns artistas que também se apresentavam no bar anterior, tal estabelecimento passou a abdicar do aspecto alternativo, com foco comercial e identitário. O repertório também

acompanhou essa mudança, com predominância de temas mais conhecidos e em performances sem o caráter catártico e transgressivo do Godofredo 's Bar.

FIGURA 71 - Placa do Bar do Museu com vista para serra



Fonte: Foto do autor, ago/2023.

Já no cruzamento exato do que se chama Clube da Esquina, do outro lado da rua um local ocupa uma função intermediária entre a oficialidade e a transgressão que marcou a ocupação do relatado imóvel na segunda década do século XXI. Ali na famosa esquina, uma única porta de bar, ao nível da rua, passava distante dos holofotes – já após a inauguração do Bar do Museu. Com ambiência simples, administrada por músicos em dado momento, o local já fora uma antiga venda, frequentada por integrantes do Clube da Esquina nos anos 1960 e 1970. Na fase chamada de Clubinho, o bar, sem grandes pompas, administrado pelo compositor e baterista Rai Medrado, recebia instrumentistas em fim de noite ou segundas (dia geralmente de descanso de instrumentistas), para conversas e cantorias em rodas, sem microfonação, cobrança ou previsibilidade.

O bar nem sempre tinha cerveja ou tira-gosto, numa informalidade que se expandia ao que ofertavam culturalmente, ora de portas fechadas num fim de semana, ora reunindo artistas ilustres em noites com amplo público. Dentro do local, com uma pequena cozinha e banheiro,

a parede trazia como decoração uma foto de membros do Clube, em que Toninho Horta aparece folheando um jornal ao lado de Fernando Brant e outros – imagem que o proprietário indicava ter sido tirada ali mesmo, há mais de cinco décadas.

Na sequência, o mesmo ponto foi adquirido por novos proprietários, dessa vez jovens da cidade de Itajubá e residentes no bairro. Um maior cuidado visual foi empreendido ali, com pintura de paredes, quadros, mesas com guarda-sol e iluminação. Inaugurado em 2020, o Travessia passou a atrair um público maior e regular, disputando o capital cultural da esquina com o Bar do Museu, entretanto com foco em público mais jovem e alternativo. No entanto, a despeito do nome que faz referência a uma famosa música de Milton Nascimento, o local não se prendeu a um repertório e mesmo a um imaginário único do Clube da Esquina, ocupando um espaço de juventude interessada em MPB e rock, perfil algo escasso no bairro de Santa Tereza, cada vez mais dominado por um repertório comum de samba e pagode ou de chorinho em locais que remetem à tradição.

Caminhando tanto pela perspectiva da história das sensibilidades para recuperar aspectos de dado momento cultural passado quanto da paisagem sonora como metodologia para auscultar o presente, é possível traçar outras diferenças entre estabelecimentos que se ancoram em identidades geográficas e de referências ao Clube da Esquina. Todos eles buscam de alguma forma a produção de uma “experiência de lugar” (MARRA, GARCIA, 2018), mobilizando termos, elementos da cultura material, gostos de grupos, sociabilidades e ambiências. Mesmo perpassando um movimento musical e gêneros comuns, cada qual, entretanto, aciona valores e retóricas sobre o passado musical recuperado no presente e um espírito de lugar específico.

A música do Clube da Esquina habita um imaginário da canção popular que vai além do gosto dos ouvintes e identificação estética, dando contornos propriamente a um dado momento histórico e a um processo musical que se transformava naquele momento em Minas e no país todo. Ainda que a identificação por parte daqueles que vivenciaram aquela época as décadas de 1960 e 1980, do ponto de vista geracional, seja algo imediata, também se abrem formas de pertencimento a pessoas de diferentes idades, sejam artistas, fãs ou turistas que almejam um consumo daquela experiência histórica e geográfica. Essa postura é condizente a tempos de valorização da memória (SARLO, 2003), num entusiasmo, desejo de rememoração e busca por vestígios do passado para consumo cultural no presente (SAMUEL *apud* MARRA, GARCIA, 2018).

A esquina do Clube não se relaciona propriamente a alguma edificação específica, de referência histórica ou patrimonial de dada época. Pelo contrário, firma-se enquanto experiência

e ambiência de uma esquina, física e simbólica, na simplicidade urbana desta parte do bairro. Isso de alguma forma deixa os estabelecimentos que se apropriam dessa memória livres de cumprirem algum fator de autenticidade. Os locais, assim, ora firmam-se a partir do histórico musical familiar, ora de repertório praticado ali ou apenas de nomenclatura em diálogo com uma ideia de “lugar” qualificado pelas experiências que ancora (TUAN, 1983), que se amplia e vai além do cruzamento, espalhando-se por todo bairro e mesmo para outros pontos da cidade – sobretudo através do termo “esquina”, como ponto de encontro e cultura.

É possível, assim, falar na esquina como espaço de sociabilidade. Entrecruzamento de duas vias urbanas, em que transitam os habitantes da metrópole, imputando-lhe múltiplos significados a partir da diversidade de suas práticas sociais e visões de mundo, a esquina surge para nós como um espaço que vai sendo recoberto por diversas significações: lugar de brincadeiras na infância, ponto de encontro na juventude, referência de objetivos compartilhados, local de passagem para carros e passantes apressados que se torna a referência lúdica de sujeitos criativos que rompem seu aspecto provinciano com sua intenção universalista. (GARCIA, 2006, p. 173)

Se a paisagem sonora daqueles anos 1960 e 1970 nos é também possível de auscultar pela memória oral, tal qual nos oferece o depoimento de Marilton Borges, enquanto pesquisador as lembranças do primeiro local referenciado, no caso o Godofredo’s Bar, igualmente nos dão alguns elementos para análise. Com funcionamento comercial regular, chamava a atenção, como já dito, uma possibilidade de apropriação pelos músicos e frequentadores, num burburinho que se estendia às calçadas e demais cômodos, a exemplo de um café e ateliê do proprietário, também luthier, na parte inferior do imóvel. A ambiência do local, com instrumentos disponíveis, gerava uma ideia de abertura ao uso, como já dito.

Tal condição de ambiência à performance enquanto inusitado parece ter se perdido na reapropriação do local após a instalação do Bar do Museu do Clube da Esquina. Percebe-se um acervo advindo de forma fragmentada de outras exposições na cidade e composto de pequenos objetos doados por membros do movimento, como rádios e livros. Tendendo mais ao aspecto cenográfico e descuidado do contexto simbólico mais amplo, encontra-se apartado do local de execução de música, que se constitui em ambiente mais controlado para apresentações programadas com horários regulados. Essa construção se verifica, diferente de seu antecessor, numa paisagem sonora que pouco dialoga com o lado externo da casa de dois pavimentos – com a própria esquina, no caso –, com calçadas silenciadas das conversas de frequentadores e músicos mesmo em dias mais movimentados.

Como Faulkner e Becker (2011) apontam, cada local trabalha uma ideia de execução de músicas a partir da “expectativa de repertório” por parte do público, num jogo entre o que a

casa e os artistas querem oferecer e o que se espera e se valoriza por parte dos clientes. Isso acaba por agir sobre a ambiência e construção de lugar dos estabelecimentos. Tanto no Godofredo's quanto no Bar do Museu, a presença de membros do Clube da Esquina ocorria, porém de forma esporádica, a partir de eventos especiais com a presença de Toninho Horta, Lô Borges, Beto Guedes, Wagner Tiso e, numa ocasião, Milton Nascimento. No geral, mais do que o artista em cartaz, o público buscava nos locais um repertório identificável ao movimento, executado por músicos da cidade, com vínculos mais fortes ou não com tais artistas do movimento.

A partir disso, no entanto, algumas diferenças se impõem entre os dois estabelecimentos em questão. O Bar do Museu buscou se alinhar mais a um consumo de certo circuito cultural de Belo Horizonte, atraindo mesmo um fluxo de turistas de passagem pela cidade, a fim de “conhecer o Clube da Esquina”, desfrutar de serviços de gastronomia e ambiência singular, porém também reconhecível em outros lugares turísticos – e, não necessariamente, de uma experiência noturna alongada. Com isso o repertório tende a temas mais conhecidos, a fim de não decepcionar a expectativa de um público variado, composto de entusiastas, fãs ou pessoas com referências esporádicas do cancioneiro.

No Godofredo's, o cumprimento a essa expectativa de repertório também se dava de forma programática. Entretanto, havia uma igual expectativa do alongamento das performances após as apresentações, com horário algo padronizado. É nesse momento, geralmente após às 23h, quando já se cumpriu uma obrigação, que o repertório da música ao vivo em bares ganha outras nuances e as participações de artistas acontecem de forma mais espontânea, com temas menos celebrados pelo grande público, porém caros aos músicos, dialogando sobretudo com a música instrumental e com o jazz.

Dessa forma, é possível distinguir dois momentos na paisagem sonora da performance da música ao vivo: uma mais voltada ao público e, num segundo momento, outra aos músicos (e com uma audiência mais conectada na performance e unicidade daquele momento também pelos clientes). Essa segunda parte geralmente ganha em informalidade e irreverência com relação aos padrões de um estabelecimento comercial, exigindo do público, porém, mais atenção e menos dispersão ao que se apresenta. A frequência de artistas nessa segunda parte costuma ser mais intensa, com instrumentistas e cantores saindo de outras apresentações e passando para confraternização musical, com “canjas” e continuidade da noite em bares do entorno (principalmente aqueles que servem comida até alta madrugada, como o Bolão).

A partir dessa distinção, é possível mesmo apontar um repertório comum a cada um desses momentos; no primeiro a predominância é pelos “clássicos” – perfil dominante no Bar do Museu. Neste, podemos citar temas como “Caçador de Mim”, “Clube da Esquina II”, “Maria, Maria”, “Amor de Índio”, “Um Girassol da Cor do Seu Cabelo” e “Nos Bailes da Vida”; já no segundo momento costumamos ouvir temas como “Cais”, “Novena”, “Tarde”, “Outubro” e “Fazenda”. A interpretação de músicas em ambientes ou momentos da noite distintos, seguido do tipo de interpretação mais virtuosa pelos músicos, poderia causar estranhamento por parte do público se levada a um momento não esperado, mostrando a sutileza da experiência de lugar, numa construção compartilhada entre proprietários, músicos e frequentadores.

Sem se descuidar do aspecto comercial, alguns bares como o Godofredo’s carregam esse diferencial de serem de propriedade de músicos, algo que influencia na ambiência, abertura ao inusitado da performance artística e à própria constituição de uma paisagem sonora. Na história efêmera dos bares noturnos de Santa Tereza, outro estabelecimento trazia essa característica limitar de recorrer a âncoras do Clube da Esquina e ser conduzido por um músico. O Marilton’s Bar, de propriedade do primogênito da família Borges, funcionou por mais de uma década na esquina das ruas Quimberlita e Bom Despacho, conhecida como Alto dos Piolhos. Em performances sobretudo junto ao filho Rodrigo Borges, tal local transitava entre a memória de um movimento musical e sua transmissão no presente. Em contraposição a estes, estabelecimentos conduzidos por entusiastas ou investidores tendem a focar no aspecto cenográfico e numa experiência mais controlada, o que reflete na ambiência e mesmo no repertório, assim como descrito sobre o Bar do Museu do Clube da Esquina.

3.12 - Bares em novos trilhos

Mais abaixo, junto à linha do metrô e trem, a nova configuração de bares estabelecida a partir da segunda década do século XXI criou uma paisagem única na cidade de Belo Horizonte. De tão constante, o ruído dos vagões de metrô e minério formam uma massa sonora, mas que o som de um piano mecânico parece desafiar e, por vezes, ao menos ali, vencer. O burburinho boêmio, marco sonoro do bairro, mescla-se ao som do instrumento acústico em altos decibéis do Bisroska, à MPB e jazz do Boca e ao tilintar das campainhas de pedidos do Capitão Leitão, bares em sequência na rua Silvianópolis.

Apesar do movimento de motos, o trânsito mais ameno e o próprio relevo conferem uma definição maior das sonoridades ali, que se distinguem aos ouvidos com certa qualidade. No Biroska, ao piano, temas de jazz dos anos 1920, passando por Amy Winehouse e trilhas de

cinema dialogam com a culinária salpicada entre a sofisticação e a simplicidade de “tempero de vó”, como um letreiro à entrada da casa antiga indica. Uma ambiência de sofisticação, que também busca remeter ao clima de cafés parisienses. Os tempos circulam ali, ora forjados e estimulados por propostas dos estabelecimentos, ora por algo que se mostra único pela mescla incontrolável dos elementos despertados num mesmo local.

FIGURA 72 - Piano em bar em Santa Tereza



Foto do autor, ago/2023.

Indo ao encontro de estudo feito por Marra e Garcia (2018) sobre bares na região da Savassi, os estabelecimentos criam uma ambiência sonora que evidencia valores e identidades compartilhadas por escolha dos proprietários e numa construção coletiva com os frequentadores. No caso do Biroška, o som sem amplificação, apenas do piano, e no restaurante Boca, com caixas amplificadas, porém em volume baixo, indicam o intuito de estimular a conversa amena entre os clientes e privilegiar o atendimento gastronômico. Porém, numa região do bairro com proximidade de bares, a paisagem sonora estabelece fronteiras e disputas, cada

qual tentando ter uma predominância auditiva, sobretudo nas proximidades com a Praça do Orlando e da Parada do Cardoso.

A pesquisa de campo indica pontos de confluência entre a ambiência sonora de dois ou mais lugares, numa sobreposição de sons que conformam a própria paisagem sonora do bairro num todo. Mas se as fronteiras indicam disputas e diferenças de perfil dos lugares, o passeio auditivo em horários distintos, que não só o fim de tarde e noite, oferece outras possibilidades de entender escolhas e o poder de intervenção no território.

As pesquisas de campo pela manhã e até o meio da tarde, horário em que os locais não estão em funcionamento, indicam sonoridades próprias, como esguicho de água, o varrer das calçadas e a conversa mais alta e despojada entre funcionários. Nas caixas de som do restaurante Boca, ouve-se música evangélica, algo impensável pela noite. Assim, é possível concluir que existe um momento do dia em que a paisagem sonora evidencia o trabalho e a presença dos trabalhadores, que por sua vez têm naquele momento autonomia para interferir e construir sonoridades a partir de seus gostos, sem a necessidade de alinhamento com a identidade cultural do local.

A relação entre música, em seu aspecto performático e de apresentação ao vivo, é um dos pontos mais conflituosos na relação comunitária do bairro de Santa Tereza. Ao passo que se vincula como elemento de identidade, esse pertencimento, de certa forma contraditório, parece se dar mais aos frequentadores advindos de outras regiões da cidade do que entre os próprios moradores tradicionais. O incômodo vivenciado por vizinhos de bares com maior público, em que se extrapola o próprio ambiente sonoro e físico do estabelecimento, é constante, pelo alto volume, alterações de trânsito, lixo nas ruas e burburinho madrugada adentro. Essa relação conflituosa por vezes é exposta até mesmo em faixas públicas pelos moradores.

Desenvolve-se, dessa forma, um complexo arranjo entre identidade, diversidade e questões práticas do bairro. A ambiência de tal território de casas tombadas e regras que impedem a verticalização adquire aspecto diferenciado, como dito nos capítulos anteriores, com comércios, academias, lojas e bares também instaladas em casas antigas, numa temporalidade própria. Alguns lugares buscam ofertar serviços em diálogo com o aspecto comunitário, artístico e mesmo de aperfeiçoamento corporal e mental, como clínicas de pilates, meditação, cowork e aulas diversas. Porém, ao final da tarde, esses ambientes são invadidos sonoramente por uma massa de altos decibéis do som amplificado de grupos de samba e pagode em dadas ruas, formando uma paisagem sonora algo bizarra dentro desses espaços pela divergência das propostas de som interno e externo.

Em outro aspecto, enquanto traz problemas diretos e incômodo a moradores e comerciantes, a presença de música ao vivo em diferentes partes do bairro confere uma ideia de segurança à parte dos próprios moradores e trabalhadores de comércio, que sabem poder circular num determinado quarteirão mesmo em horário mais avançado exatamente pelo som de música e burburinho, por “ter gente na rua”. Essa relação se dá inclusive no viés oposto: se em dado momento uma rua estiver com pouco barulho, pode não ser ideal circular por ela, com riscos de assalto em algum ponto de menor presença de pessoas.

Ao passo que identidades coletivas e intersubjetivas se acomodam na relação com o bairro de forma gradual e sobreposta, com criação de espaços de projeção de pertencimento, a música – e os próprios meios de expressão sonora cotidianos – se dão quase sempre num jogo de negociação de incômodos e conflitos. Essa averiguação cotidiana se distancia de uma suposta calma provinciana referida a bairros de forte projeção de identidade cultural. Do som dos caminhões entregando cerveja pela manhã a festivais artísticos, performances em bares e ensaios na praça de grupos de oração ou carnavalescos, a música em conflito com práticas tradicionais dá o tom desse cenário e dessa paisagem sonora diversa e complexa. “É por conta da delicadeza e da complexidade desses tipos de debate que a poluição sonora é considerada por muitos autores um dos maiores problemas da atualidade” (BASTOS, 2019, p. 314).

Tudo isso mostra como o ambiente heterogêneo estimulado no bairro carrega, no aspecto sonoro, o conflito como ponto inescapável dada a multiplicidade de sujeitos que agem em tal território. Algo que, no entanto, não pode ser visto unicamente pelo viés negativo, uma vez que o conflito pressupõe diferenças concomitantes no espaço público e, assim, um maior reconhecimento de sujeitos e práticas para além do domínio mercadológico ou patrimonial.

3.13 - Preservação sonora e patrimônio

O ambiente preservado, pelo viés de continuidade de certa materialidade, gera por si só uma maior diversidade de sons perceptíveis no presente, oriundos sobretudo em seu diálogo com a vida cotidiana ao nível da rua. As sonoridades emergem das casas, pequenos sobrados, bares, quadras esportivas e comércio menores, cada qual com seus elementos auditivos próprios, numa ecologia entre sons e ações. A heterogeneidade de espaços num único quarteirão cria uma paisagem sonora rica de sons, que vão das conversas entre moradores aos fazeres de ofícios diversos, fazendo circular memórias, trocas e possibilidade de ações coletivas. A pluralidade sonora poderia ser, nesse sentido, um termômetro da vida social que se mantém em dado local e mesmo um objetivo, estimulado por ações comunitárias e de gestão pública.

A perspectiva do patrimônio edificado como receptor, estimulador e produtor de sons, e conhecimento de outrora e de agora, nos coloca invariavelmente diante da necessidade de considerá-lo como algo vivo, numa dinâmica de reatualização cotidiana, e não apenas como um conjunto de edificações do passado mantidas em sobrevida por aparelhos de legislação preservacionista. Algumas sonoridades são geradas e mantidas pela configuração das casas antigas, como o som das janelas de madeira e assoalhos, a conversa de calçada e as sonoridades associadas à culinária que chegam aos passantes na rua. Outros sons surgem a partir de usos dessas edificações por comércio, numa dinâmica que não se tem um controle ou direcionamento. As pequenas lojas ao pé de casarões antigos podem abrigar uma infinidade de comércio e serviços como bares com música ao vivo, academias de luta, escolas de música, pequenas lojas e cafés – cada qual com sua sonoridade própria.

Sem adentrar uma lógica essencialista e prescritiva, como por vezes Schafer resvala (GARCIA, MARRA, 2020), o estímulo à diversidade desses sons do passado e presente, ao rés do chão e não apartada em prédios e salas uniformizadas, firma-se por si só como um diferencial a ser valorizado como patrimônio. Impor quais sons deveriam ser próprios dele poderia incorrer em um dos aspectos negativos das políticas de preservação, no que se refere ao recorte de singularidades e o abuso disso de forma estética e turística, podendo levar à gentrificação (LEITE, 2004). Esta por sua vez, acaba por eliminar a própria diversidade do patrimônio e, por consequência, os sons que o habitam. É preciso assim valorizar e defender o patrimônio em seu aspecto dinâmico e social.

A própria ideia de herança patrimonial, como lembrado por Garcia e Marra (2020), é fruto da modernidade. Preserva-se não apenas como fim de manter paisagens e edificações que guardam história e não subjazem sob o apetite do desenvolvimentismo, mas que também inscrevem valores próprios de identidade inseridas no presente e futuro. Por tal amplitude, o ímpeto de preservação e construção das políticas de patrimônio passou a ocupar lugar central não apenas nas políticas urbanas, mas do próprio debate público, sobretudo na Europa, a partir dos anos 1970.

No Brasil, tem-se um empenho de registros sonoros desde a década de 1930, particularmente de valorização das culturas populares. De forma local e global, no entanto, a questão sonora em interface com o patrimônio só alcança um lugar mais destacado com os debates de paisagem cultural e patrimônio imaterial a partir do último quarto do século XX. O som, por seu caráter imaterial e inseparável das práticas sociais e artefatos, insere-se num amplo debate das culturas e identidades para além do diferencial de arquitetura, com ampliação de

legislações e compreensões. Hoje a paisagem sonora poderia ser vista mesmo como uma mediadora nos conflitos recorrentes entre o viés de autenticidade e de reconstruções inerentes às dinâmicas urbanas no contexto específico de cada país (GARCIA, MARRA, 2020).

Dar protagonismo ao som no debate urbano e patrimonial impõem-se como desafio. O sentido visual é dominante em nossa forma de assimilar a urbanidade, suas continuidades, transformações e perdas. E por consequência a noção de patrimônio se dá a partir do que se vê, e quase nunca do que se ouve, apesar deste ser norteador de hábitos e identidades. Existe uma preocupação de registro da paisagem sonora de um bairro tal qual se percebe no aspecto visual e cinematográfico, a despeito da estrutura mais dispendiosa dessa? O registro e catalogação é algo pouco feito no país, limitando-se a aspectos de preservação de práticas de cultura popular e folclóricas, como as empreendidas pioneiramente por Mário de Andrade. Mesmo com a ampliação de acervos de memória e som, com peso na história oral, o urbano sonoro, enquanto produtor e portador de memória, passa ao largo de uma investigação propositiva⁶⁶.

Belo Horizonte possui uma política de registro sonora tímida, mas destacada, com o Museu da Imagem e do Som, contando com acervo localizado em espaço na Avenida Álvares Cabral que, até 2022, estabelecia conexão institucional com o Cine Santa Tereza, promovendo exposições e mostras audiovisuais. O aspecto do “som”, no entanto, aparece sempre a reboque da “imagem”, sem um acervo consistente. Exemplo disso é o bom material composto por “cinejornais” (SIQUEIRA, 2007), dos quais sempre é possível analisar algo sonoro, mas que originalmente foi captado e salvaguardado tendo como parâmetro o visual e não o auditivo, em seu potencial de registro da diversidade urbana e educativo. Nesse sentido ganha relevo o argumento de Schafer quanto a necessidade de trabalhos sérios e ambiciosos unicamente pelo viés sonoro, tal qual empreendeu com seu projeto Paisagem Sonora Mundial, captando e catalogando marcos sonoros em países de continentes diversos, como Canadá, África do Sul e Brasil.

Quando nos propomos a analisar a presença do sonoro na política pública, ele também é escasso ou mesmo inexistente. No Plano Diretor da cidade de Belo Horizonte, de 1996, aparecem relações vagas sobre “controle da poluição sonora”, unicamente em seu aspecto ligado à não degradação do meio urbano e ambiental, junto ao visual e de gestão hídrica e do solo. No texto de 2015 de tombamento do bairro pelo Prefeitura de Belo Horizonte, a despeito

⁶⁶ Importante destacar iniciativas no âmbito acadêmico, a exemplo de pesquisas pioneiras de Garcia e Marra no Centro de Convergência de Novas Mídias (CCNM/UFGM) e pelo International Association for the Study of Popular Music (IASPM). Outro exemplo são eventos e publicações, tais como “Poderes do Som: Políticas, Escutas e Identidades”, publicado em 2020 pela Insular Livros, tendo Marra como um dos autores.

da música ser elo decisivo do imaginário que se pretende enaltecer para a construção de uma tradição não só edificada, mas de práticas e memórias concebidas e estimuladas por um território, a questão sonora só se faz presente em referências ao Clube da Esquina, sem se determinar minimamente em pontos como qualidade e vivência cotidiana a partir da paisagem sonora.

A paisagem sonora, talvez por ser equivocadamente apartada dos debates materiais – algo explicado em parte pelo protagonismo da visão desde o renascentismo, mas sobretudo com o advento do modernismo – recebe defasada atenção em estudos de território. Tal investigação, entretanto, traz ricas possibilidades acerca dos nexos entre identidade e lugar, incluindo a inter-relação com o patrimônio edificado e sua inserção política e social. Ela pode nos revelar a paisagem de forma transversal, expondo dinamicamente tanto questões históricas quanto do presente vivido, como mostramos até aqui.

A hipótese desta tese tem caminhado no sentido de evidenciar que a necessária preservação de paisagens cumpre também um papel de garantia de diversidades que esse território gera, não apenas como escudo refratário a signos da modernidade, mas sim como plataforma de troca social, de expressão de pertencimento no viver cotidiano. E por sua vez o campo sonoro aparece com elemento potente, mas sutil e frágil em seu reconhecimento e incentivos de continuidade.

Num aspecto prático, como dito aqui, a paisagem não homogênea permite a continuidade e identificação de uma série de sonoridades que ganham relevo social e cultural, como os ambulantes e seus sons, o canto de passarinhos nas imensas copas de quintas, afazeres nas casas e pequenos comércios, todos eles forjando formas de conhecimento e cultura desses lugares (OLIVEIRA et al, 2022). Existe aqui uma diversidade quantitativa e qualitativa que se reproduz cotidianamente e cria uma referência e orientação potente pelo aspecto sonoro de forma quase independente ao visual. E sua continuidade ou interrupção se relaciona igualmente com políticas urbanas, patrimoniais, culturais e comunitárias.

O processo educativo, tão salientado por Schafer particularmente em “O Ouvido Pensante” (1991), poderia ir ao encontro desse patrimônio sonoro vivo no cotidiano, de verificar práticas que produzem sons, transmitem conhecimentos de um lugar, como eles se relacionam ao passado ou às mudanças técnicas, identificar sons fundamentais e marcos sonoros, mapear e reconhecer a importância das falas humanas nas ruas, casas e comércios, assim como a rede de interdependência na qual estão inseridos. Observado pelo lado dinâmico, a preservação assim se desfaz do laço moral preservacionista e nos ajuda a pensar qual paisagem sonora queremos habitar, como podemos registrá-la, resgatá-la e, sobretudo, vivê-la.

Reduzir os ruídos ao nosso redor seria o caminho, segundo Schafer, para perceber melhor o ambiente sonoro que habitamos e trabalhá-lo enquanto perspectiva de presente e futuro. Nesse sentido nos colocamos diante do pensamento de silêncio, algo quase impossível nas cidades mais urbanizadas e mesmo em seu estado absoluto⁶⁷. Santa Tereza, apesar da imagem de território pacato e tranquilo, é constituída de uma paisagem sonora intensa, do barulho do trânsito ao burburinho social e do comércio, música ao vivo e serviços gerais. Existe alguma redução de barulho em dadas vias, como as ruas Norita e Tenente Freitas. Porém o som de viaturas voltando ou saindo pra rota cria uma atmosfera própria, entre uma ambiência de tranquilidade do entorno de vilas militares e a apreensão. Onde seria possível “ouvir o silêncio” no bairro? De certa forma, encontramos isso na igreja matriz em momentos em que não ocorrem missa, assim como em quintais no privado das casas. Seria possível um bairro trabalhar espaços para reflexão a partir da calma e redução de sons? Algumas praças, parques e bosques mais arborizados em grandes cidades cumprem esse papel, algo escasso em Santa Tereza, apesar das árvores centenárias da praça Duque de Caxias.

Quais sons antigos valem a pena serem preservados ou recuperados da paisagem sonora de um bairro como Santa Tereza? Alguns, como vimos, se mantêm pela funcionalidade, como os sininhos de mesa para aviso de pedido pronto em balcões de bares, projetando um timbre agradável e de conexão com um passado boêmio a partir de um artefato simples. Por sua vez, os cantos e vozes dos vendedores de rua poderiam não só serem registrados, na forma de memória das ruas, mas também estimulados a partir de subsídios públicos a ambulantes, com o intuito de se manter esse aspecto presente no cotidiano, além de poderem integrar ações culturais.

Se pensarmos que o patrimônio pode lidar com a transmissão de sons mesmo de forma ressignificada, levar em consideração os próprios sinos que chegam aos nossos ouvidos no século XXI nos apresenta questões interessantes de preservação sonora. Sem uma função comunitária e centralizadora tal que já se deu no passado, ou mais restritamente em cidades antigas, sua presença na forma de registro eletrônico de alguma forma é uma estratégia de reinserção de paisagem sonora construída historicamente no presente, mesmo que não se proponha exatamente assim pelo catolicismo. Um artefato que em muitas igrejas sequer existe mais, mas cuja reprodução cumpre um despertar de pertencimento comunitário que vai além da

⁶⁷ O músico americano John Cage produziu uma série de escritos e investigações sonoras a partir dos anos 1960 em torno do silêncio, incluindo tentativas de chegar ao silêncio absoluto em ambiente hermeticamente fechado, algo não alcançado uma vez que a batida do coração e o pulso humano produzem som.

questão religiosa. Há que se preocupar com o excesso de ruídos a partir do eletrônico que se excedem no espaço público, mas numa era dominada pelo visual e mesmo pela poluição sonora de celulares e dispositivos diversos, a disputa por esse espaço sonoro a partir de um viés de memória e reflexão patrimonial contemporânea poderia estimular a reflexão e laços comunitários numa preservação dinâmica.

Pelo aspecto musical, o bairro recebe periodicamente apresentações em praça pública com festivais que se alinham a aspectos de tradição cultural, como o BH Choro, fruto de políticas de incentivo cultural, cumprindo importante papel de integração com o restante da cidade. Por outro lado, há que se pensar em ações permanentes de incentivo a grupos que realizam pesquisas musicais ou que cumpram papel de transmissão cultural. E indo além do papel do estado e secretarias de cultura e departamentos de patrimônio na tutela de ações, que traz problemáticas inerentes, outras atividades simples poderiam manter a música presente enquanto reflexão comunitária e de patrimônio viva no bairro, como a projeção de canções no sistema acústico da igreja ou na praça em dados momentos, incluindo rádios com locação e curadoria própria, tal qual se faz em alguns locais de grande sociabilidade, com a Feira Hippie de Belo Horizonte, na Avenida Afonso Pena.

CAPÍTULO 4 - DEFENDER UM BAIRRO PELA EXPANSÃO DE SUA IMAGINALIDADE

Após compreender práticas e lugares com auxílio de uma ferramenta como a paisagem sonora, que seguirá nos auxiliando, podemos considerar que o bairro cria uma *agência*, uma imaginalidade sobre a própria cidade e moradores, sem que isso incorra num retorno de imanência ou abidacação do fator humano. Essa imaginalidade se expande em campos tão amplos como na formulação de propostas para o bairro, na criação artística e no debate público, culminando nas próprias estratégias de defesa da manutenção de paisagens e modos de vida engendrados em tal território numa ideia de tradição e transmissão.

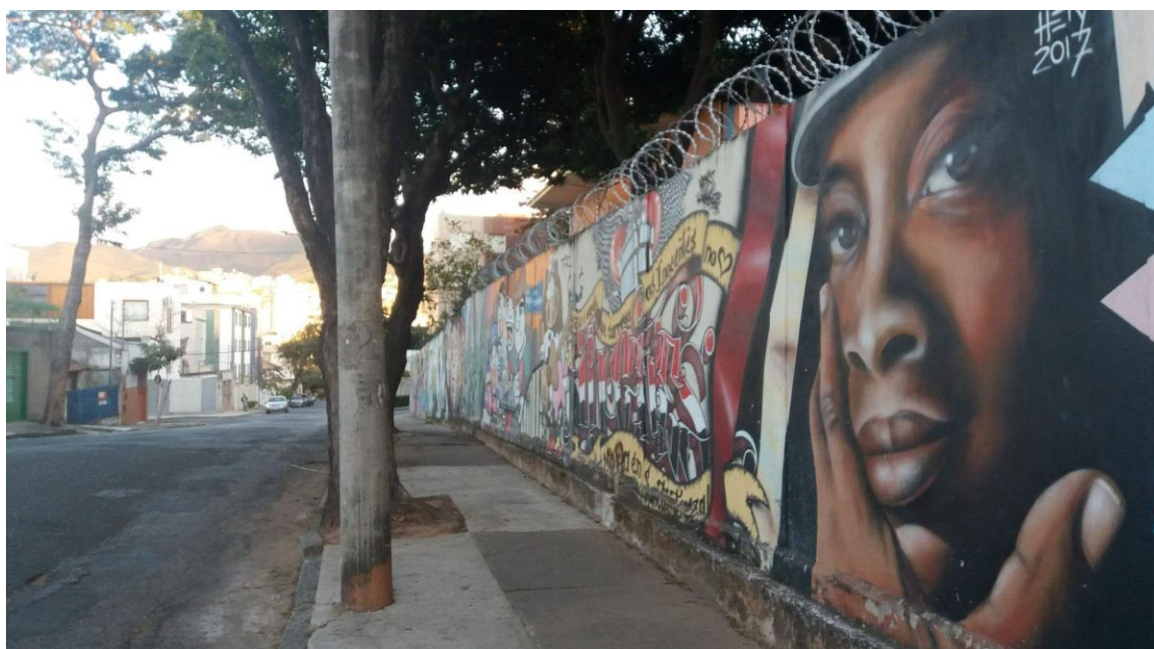
Como exposto por Gravano (2003), a compreensão de um bairro se dá por uma variedade de papéis que ele exerce, como os de espacialidade, funcionalidade e de cenário, abarcando a problemática social e de estrutura dentro do sistema urbano, com exclusões diversas. Mas ele também destaca a *inclusividade* e a *imaginalidade*, como capacidade do bairro de ser construído e construir um imaginário social, atuando como referente de uma representação e de uma imagem sustentada pelos atores sociais.

Junto a su carácter físico-espacial pasa a ser un conjunto de rasgos, atributos, signos ubicables en la esfera ideológico-simbólica y ligada a la relación entre esas imágenes y las ocupaciones del espacio barrial concreto. En términos históricos lo colocábamos en las imágenes ciánicas, fratriales, gremiales y de clase social, según las épocas. La relación contrastante entre las marcas urbanas de lo barrial y las vivencias barriales, se manifiesta en el desfase entre las unidades administrativas, circunscriptoriales y distritales, y los barrios concretos vividos por los vecinos. Y la imaginalidad también tiene importancia en la reivindicación de lo barrial como utopia o aspiración, en relación con las condiciones y calidad de vida urbana, de la misma manera que un sentido connotativo lo situaba como ideal de vida comunitaria, humana y digna dentro de la totalidad urbana, lo que podríamos llamar idealidad, cuando la noción de barrio es en sí misma idealizada, tanto hacia el pasado cuanto hacia el futuro. (GRAVANO, 2003, p. 60)

O bairro possui uma agência sobre a vida social e sobre a cidade, induzindo formas de agir e guardando na própria materialidade de seus espaços as potências de um fazer cotidiano. A cidade, como produção de conhecimento edificada e praticada, reinventa-se permanentemente. Assim devemos olhar objetos, casas, prédios e praças como algo portador de memória e que estabelece valores de identidade e uso permanentes, de forma não unicamente dependente do fator humano e possibilitando uma compreensão mais ampla de redes de atores (LATOUR, 2012). Arquitetura, praças, formas de convívio, percursos e apropriações formam e hierarquizam sentidos que “balizam o imaginário urbano” (LEMOS, 2020, p. 344).

O bairro cultiva essa imaginalidade na forma como as pessoas ocupam os imóveis a partir de uma identidade projetada e compartilhada no bairro, seja de moradias, trazendo perfis de artistas e trabalhadores autônomos, seja nos comércios, coletivos artísticos e outros, que jogam com esse imaginar de cidade. Nesse sentido, o registro fotográfico é capaz de nos trazer essa comunicação visual que se empreende nas ruas de forma viva e conectada com a memória compartilhada.

FIGURA 73 - Grafite à rua Silvianópolis, remetendo à identidade musical do bairro.



Fonte: Foto do autor, ago/2021.

Segundo Gorelik e Peixoto (2019), entender as cidades latinas como “arenas culturais” nos traz a possibilidade de entendermos como suas representações se reproduzem mutuamente, interrogando, a partir de artes como música, literatura e grafite como os ambientes urbanos são descritos, vividos e testemunhados. Cidade e cultura assim são indissociáveis, parte de uma mesma teia, gerando uma unidade multifacetada que não pode ser apreendida numa visão totalizante.

Mais do que isso, é possível ver em um bairro como Santa Tereza um lugar que se imagina e, nessa reflexão sobre si mesmo, permite questionar as estruturas que o sustentam e fomentar diferentes usos. Essa imaginalidade do bairro se faz presente na reprodução de práticas vinculadas a representações culturais do bairro, como a música, na imprensa tradicional e comunitária e na comunicação visual dos grafites, sejam aquelas com algum grau de

planejamento comunitário e autorizado, como os desenhos de maria-fumaças nos muros e o viaduto de Santa Tereza em comércios e escolas, ou naquelas pichações que desafiam o socialmente aceito, trazendo questionamentos e provocações sobre o viver, fruir e pertencer à cidade.

FIGURA 74 - Hostel com referência a música do Clube da Esquina



Fonte: Foto do autor, fev/2023.

Os bairros imprimem uma disputa pela construção de signos que remetem à história e presente identitário de seus territórios. Santa Tereza não possui um signo de fácil assimilação, apesar de seus fortes elementos culturais de laço comunitário. O Viaduto de Santa Tereza, ainda que carregue tal nome, parece se vincular mais ao centro da cidade, pela relação que construiu com o conjunto arquitetônico da Praça da Estação e pelas práticas que agencia ali, como o hip hop. Localizado na região central, a edificação foi um marco da arquitetura da cidade, inaugurado em 1929. Primeira edificação em desnível da capital, com seus arcos vinculados à ousadia dos modernistas mineiros (WERNECK, 2012), o viaduto é síntese de uma fronteira urbana, suspensa, que deságua na Floresta antes de levar o cidadão ao bairro que dá nome à estrutura em estilo art-deco.

O Clube da Esquina oferece elementos visuais de forma pulverizada enquanto distintivo urbano simbólico, dado o caráter peculiar do cruzamento simplório que situa tal movimento,

sem algo a mais que o distingue de imediato. O imaginário do Clube no bairro, e para turistas e visitantes, base-se sobretudo no signo da esquina, remetendo à foto de jovens sentados ao chão. A presença de grafites de artistas, letras pelos muros e em placas busca institucional esse imaginário, também recorrendo a rostos dos artistas e traços do Viaduto de Santa Tereza. O simbolismo relacionado ao trem, por sua vez, cumpre uma função relacional no bairro, principalmente na parte baixa. Ainda que os trilhos e vagões hoje existentes em nada se relacionem com o passado ferroviário da cidade, como já abordado, sua imagem é disputada e reivindicada por comércios e movimentos diversos.

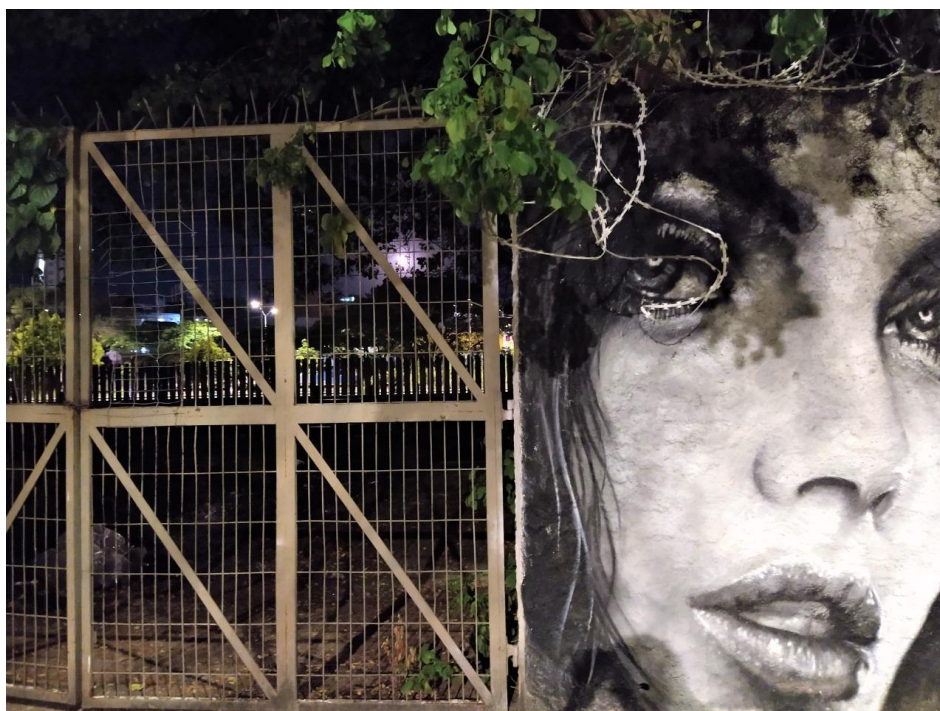
As referências culturais do bairro se projetam por seus muros: Milton Nascimento, Toninho Horta, bar do Orlando, praças com ocupações culturais, músicos e instrumentos musicais. Hoje aceitas e celebradas turisticamente como uma cultura pujante da urbanidade, os painéis de grafiteiros se contrapõem a pichações cifradas e frases que aos poucos vão tendo seus significados distanciados ao cidadão pelo anacronismo do tempo urbano. Mas os muros da cidade não são só assinaturas efêmeras da cultura visual urbana da cidade. Não apenas simbólico, eles passam a ser depositários de uma materialidade de pensamentos, ideias individuais e coletivas, que muitas vezes não são acessíveis em outros meios tradicionais e de referência imediata, tais como a imprensa, a academia e as redes sociais. Mesmo que passíveis de destruição a qualquer momento, sua permanência efêmera ativa de modo imediato tensões sociais e culturais do presente e afetos de um passado recente, expondo expressões, contestações, tendências de uma época, como agroecologia e a música popular.

FIGURA 75 - Grafite homenageando o músico Toninho Horta



Fonte: Foto do autor, fev/2021.

FIGURA 76 - Grafite no muro do trem e metrô



Fonte: Foto do autor, ago/2021.

“Veracidade”, ou “ver a cidade”, inscrito numa casa antiga abandonada, tal qual registro urbano apresentado no primeiro capítulo, nos traz um viés de questionamento sobre a percepção da paisagem, uma vez que a palavra imperativa se converte num convite a olhar para algo que não é, que já foi e que também pode vir a ser, em pleno meio urbano altamente mercantilizado de uma grande metrópole. Assim, “ver a cidade” torna-se uma forma de questionar qualquer imposição de “veracidade”. Por sua vez, a frase grafitada “As pessoas não têm memória” ou, numa variável também registrada, “As pessoas têm memória”, nos coloca diante da reflexão sobre como o passado habita ou não a cidade e as pessoas e até que ponto a lembrança afetiva, política e social é capaz de determinar nossas ações ou ser ignorada em nome de um presente contínuo.

FIGURA 77 - Grafite na rua Dores do Indaiá



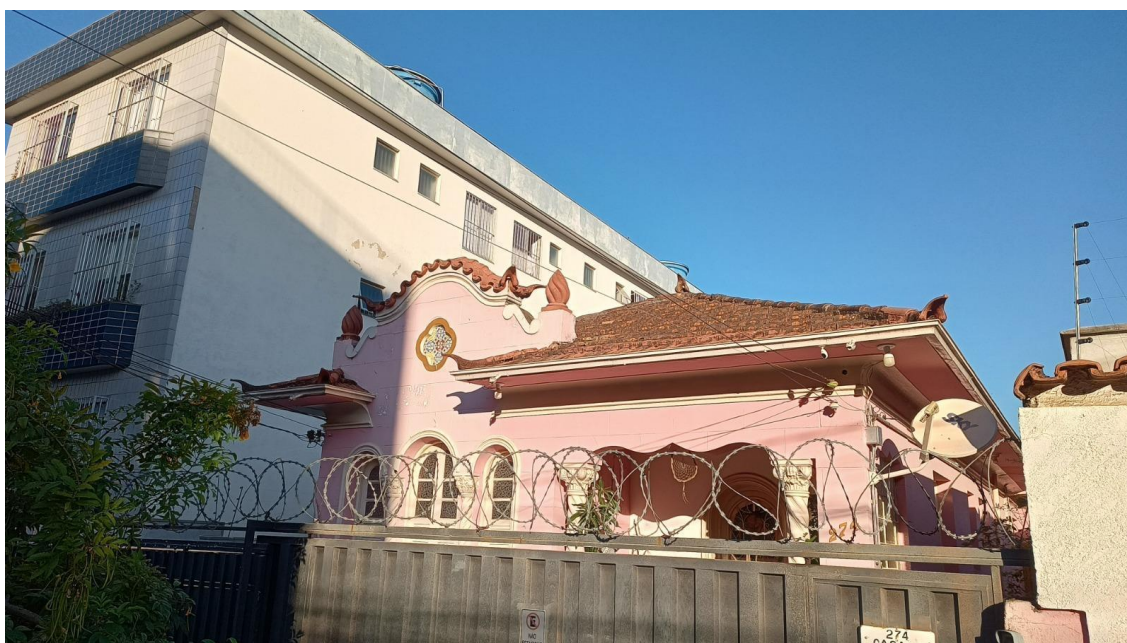
Fonte: Foto do autor, fev/2023.

Em outro aspecto das práticas em torno do patrimônio edificado, ao vivenciar as ruas, ouvi-las e vê-las, opera-se também um entrecruzamento do conhecimento que se tem delas, de memórias que se acionam livremente, na *métis* descrita por De Certeau (1998) que modifica o lugar mesmo do viés de imaginação enquanto recriação. Desde os gregos antigos já se tem conhecimento de técnicas de memorização através da referência mental a espaços e sons,

alocando informações em territórios imaginários de referência, numa prática conhecida como *mnemônica*. É possível, dessa forma, caminhar pela cidade e estabelecer, reter e revisitar informações a partir de pontos específicos dela, do visual ao sonoro.

A intersubjetividade de cada cidadão no espaço público, assim, projeta imaginários e referências concretas e infinitas a partir do lugar. E essa diversidade visual e sonora não homogeneizada, portanto, possibilita uma potência ainda maior do viver e sentir a partir das cidades e seus territórios, gerando novas formas de comunicação, que incluem a inventividade entre o caminhar, a projeção mental e os próprios nomes dos lugares por onde se circula (DE CERTEAU, 1998). O imaginário por vezes pode estar mesmo escondido por detrás de muros, instigando a lembrança e o inventar pelos traços da arquitetura.

FIGURA 78 - Casa antiga escondida por detrás de muro



Fonte: Foto do autor, jun/2023.

A imaginação, de certa forma bebendo na mesma matéria-prima da memória e atravessada pelo esquecimento (RICOEUR, 2007, 1999), alcança livre circulação e maior possibilidade de criação num ambiente menos homogêneo, estimulado por temporalidades diversas que habitam os lugares e percepções menos controladas para a recriação do viver coletivo. Em tais territórios, para além de letreiros padronizados de marcas comerciais e prédios idênticos, é possível descansar os olhos nos ornamentos das janelas, azulejos, nos artesanatos pendurados nas varandas, no som dos trilhos ou de instrumentos acústicos em bares, cada qual

acionando lembranças e estimulando reflexões novas sobre o viver na cidade. O patrimônio, assim, enquanto acesso a uma paisagem sonora e visual diversa, estabelece um ambiente político vivo e pulsante, reelaborando o presente e futuro através do passado.

Essa perspectiva de um bairro que se imagina, revisitando o passado e trazendo a reflexão sobre outras formas de viver na cidade no presente, nos descortina as diferentes maneiras como ela se dá, numa disputa de memória, dos espaços referenciais de identidade e na postura de tornar pública essa imaginação nas ruas, práticas e meios digitais contemporâneos, tal qual veremos neste capítulo. É dessa forma que revisitamos uma das representações mais fortes do bairro sob aspectos históricos e cotidianos: o Clube da Esquina. Essa perspectiva nos dará caminhos, mais à frente, para investigar formas de disputa e espacialização da cultura e da memória, assim como possibilidades de aprofundamento da defesa do bairro, incluindo a sustentabilidade na era do antropoceno.

4.1 - Noite chegou outra vez: Clube da Esquina, paisagem de memória e circulação cultural

“Noite chegou outra vez, de novo na esquina os homens estão. Todos se acham normais, dividem a noite a lua e até solidão”, dizem os versos⁶⁸ que sintetizam o movimento musical projetado a partir de Santa Tereza para o mundo. A transição da tarde para a noite modifica a aura do bairro, do comunitário ao boêmio, e também nos dá mais uma vez a possibilidade de investigar como a imaginalidade a partir do Clube da Esquina se reproduz no cotidiano e na urbanidade do território, através de uma circularidade cultural. O tal Clube, enquanto uma simples esquina, apresenta-se como uma abstração, uma imaginação de toda monumentalidade musical que se produziu a partir dali e que segue se reproduzindo social e culturalmente das mais diversas formas – assim como o estudo de paisagem sonora apresentado no capítulo anterior. Essa imagem também nos permite averiguar de perto a construção dessa representação, revisitando e questionando pontos que tangenciam o histórico, as trajetórias dos sujeitos a partir do bairro.

Ao final dos anos 1960, Santa Tereza não trazia elementos culturais diferenciais na capital mineira, com exceção de ser localidade de boa vizinhança, tranquila frente ao centro, que já contava com uma intensa aceleração de trânsito para as peladas de rua e conversas de portão. Por outro lado, o bairro convivia com problemas de alagamento em seu limite com o

⁶⁸ “Clube da Esquina I” (Milton Nascimento, Lô Borges e Márcio Borges), presente no álbum Milton (1970).

Ribeirão Arrudas e recorrentes quedas de energia. O dia começava a findar para o grupo de amigos que circulava entre o violão no cruzamento de Divinópolis e Paraisópolis e o piano na casa da família Borges, quando foram surpreendidos pela repentina escuridão. Enquanto a melodia ainda estava viva na cabeça, Márcio pediu para que a mãe, Maricota, segurasse uma vela para que pudesse terminar a letra de “Clube da Esquina I”, tema composto com o irmão Lô e com Milton Nascimento⁶⁹.

O Clube da Esquina ganhou o Brasil e o mundo nos anos 1970, tendo sua origem cravada no coração do bairro de Santa Tereza, com referência constante em publicações, entrevistas e atraindo visitantes ao local. Coletivos artísticos não dependem necessariamente de uma geografia específica, como estilos que se amalgamam a uma região, tal qual o samba em bairros do Rio de Janeiro e o jazz em áreas de New Orleans, nos Estados Unidos. Garcia (2006) opta pela terminologia de “formação cultural” para o Clube da Esquina, algo mais amplo que a designação recorrente de “movimento musical”. Dessa forma, carrega-se a noção de agregação de diversidades territoriais que convergem em interesses estéticos e culturais comuns, sendo possível, no caso mineiro, contar sua história a partir de “origens” distintas na capital e no estado⁷⁰ (GARCIA, 2006, p. 170).

Mas ainda assim, a imagem de Santa Tereza como berço do Clube, impondo uma relação primordial entre as práticas do bairro e o surgimento dos artistas carece de ser melhor analisada, uma vez que é um dos elementos centrais invocados na identidade compartilhada de singularidade do bairro. “Foi na esquina das ruas Paraisópolis e Divinópolis, em Santa Tereza, que nasceu, na década de 1960, o movimento musical Clube da Esquina”, afirma notícia⁷¹, que igualmente elenca erroneamente artistas que teriam começado a carreira em tal localidade, como Tavinho Moura e o grupo 14 Bis.

Dando alguns passos atrás, é possível traçar um pré-Clube da Esquina nos encontros que se deram no Edifício Levy, à Avenida Amazonas, em Belo Horizonte. O centro da Belo Horizonte, ainda que provinciano frente a capitais como Rio de São Paulo nos anos 1950 e 1960, atraía jovens das mais diversas regiões da cidade e do estado, em busca de aluguéis baratos e proximidade com serviços concentrados em torno do eixo formado pelas praças Sete,

⁶⁹ Ver depoimento de Salomão Borges para o Museu da Pessoa. Disponível em: <<https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/historia/arvore-frondosa-45564>>

⁷⁰ Ver também VEIGA (2019): https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2019/12/13/interna_pensar,1107860/a-peculiar-familia-tiso-e-os-trilhos-da-memoria-do-clube-da-esquina.shtml

⁷¹ Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2015/03/04/berco-cultural-bairro-santa-tereza-e-tombado-em-belo-horizonte.htm?cmpid=copiaecola>

da Estação, Raul Soares e da Liberdade. É assim que, a fim de fazer um curso de datilografia para agradar a família lá estava Milton Nascimento (DOLORES, 2006), vindo de Três Pontas acompanhado de Wagner Tiso, cujos tios já moravam em tal edifício, o mesmo endereço dos Borges – o montes-clarense Beto Guedes e o belorizontino Toninho Horta ficavam em hotéis e pensões das imediações. Num intervalo de poucos anos, entre 1964 e 1968, fortes vínculos de amizade entre os artistas se estabelecem ali, sendo apenas transferidos para Santa Tereza quando a família Borges retorna a seu bairro de origem, tal qual narrado no capítulo anterior.

Fazendo uso da história, como esta tese também se propõe, entrevista realizada com Marilton Borges, primogênito da família, clareia outro aspecto pouco destacado no vínculo entre Santa Tereza e o Clube da Esquina. Como já relatado, os Borges se mudam para o centro da cidade, na década de 1960, para ceder a casa para o funcionamento de uma pequena escola, coordenada pelas irmãs e pela mãe. Com isso, todos se apertam num pequeno apartamento a meio caminho do Mercado Central e da Praça Sete. Os diversos filhos do casal Maricota e do jornalista Salomão se dividiam nos poucos cômodos, sempre com diversos instrumentos musicais pelas camas beliche, como se vê na foto da capa do disco *Os Borges*, de 1980.

FIGURA 79 - Capa do disco *Os Borges*



Fonte: Reprodução/Odeon

Se a relação imediata da paisagem provinciana do bairro com os músicos amalgamou forte identidade, por outro lado relatos como esses trazem o caráter dinâmico da experiência social e urbana, das mudanças entre regiões da cidade e da prática de adaptação de casas para pequenos comércios e serviços – no caso uma escola de bairro –, algo recorrente em Santa Tereza. Por sua vez, ali a música era uma constante, mas não necessariamente o que ditava as escolhas dos moradores da região, pelo contrário.

Naquele momento, Belo Horizonte vivia uma predominância da música de baile, com atrações diurnas e noturnas em clubes, salões de gafieira e seresta. Ainda que fosse um momento de ouro para a música popular brasileira, colhendo frutos da eclosão da Bossa Nova na década anterior e dos festivais da canção em TVs, as oportunidades aos instrumentistas eram circunscritas a um determinado circuito, predominantemente no centro da cidade, com práticas e ambientes que refletiam essa oferta e demanda, como o Ponto dos Músicos. Nesta cartografia⁷², é possível salientar lugares como os “inferninhos” e bares do Edifício Maletta, hotéis e mesmo cabarés no baixo centro.

A região central, desta forma, atuava como reverberação de uma cultura musical concentrada num dado espaço de poucos quarteirões, em ambientes de estilos musicais quase sempre dançantes. Esse cotidiano também permitia lentas e constantes irrupções de novos gêneros para os instrumentistas, a partir da fusão do jazz moderno e de uma emergente MPB. Entre os músicos, é possível fazer uma distinção inicial entre aqueles que seguiam as demandas desse mercado noturno, como instrumentistas de ofício, e outros que almejavam uma trilha de criação para além do papel de banda e *crooner* – não necessariamente negando o primeiro caminho, mas forjando-se enquanto artistas inspirados em novos ícones que mesclavam harmonias enviesadas, numa fronteira ampliada principalmente por João Gilberto e jovens como Edu Lobo e Chico Buarque. A inovação, porém, surgia desse meio, entre a música enquanto ofício e como aspiração romântica e transgressora, numa dualidade de papéis, a exemplo de Milton e Wagner Tiso.

Por sua vez, Santa Tereza trazia poucas oportunidades para ambas vertentes, acomodada em pontuais e tradicionais serestas, bailes e gafieiras. Restava a jovens aspirantes a artistas as calçadas, rodas de violão onde se trocavam referências recentes das rádios e lojas de discos, mas também onde se mostravam canções. Márcio Borges recorda-se que o bairro tinha bons

⁷² Em 2004, o Museu Clube da Esquina, até então iniciativa unicamente virtual, lançou o Guia Belo Horizonte: roteiro Clube da Esquina, apresentando um circuito de lugares emblemáticos da cidade de vínculos com a história do movimento e da cultura na capital mineira.

músicos, como Tiãozinho Sete Dedos, mas no geral predominavam as bandas marciais e serestas, em contraponto ao que eles buscavam nos vinis de novidades fora das fronteiras mineiras, do rock inglês ao jazz americano, passando claro pela genialidade de Tom Jobim e João Gilberto.

Lembro que na casa da Rua Divinópolis, aquelas batucadas quadradas e aquelas batidas de samba que davam vergonha, mas faziam meu corpo balançar, encontravam seu oposto na elegância, na inventividade e na sutileza dos elepês de João Gilberto, que eu e Marilton ouvíamos até furar, como se diz então. (BORGES apud NEVES, 2010, p. 88)

É desta forma que uma importante distinção se faz necessária, uma vez que não foi necessariamente a cultura musical do bairro que possibilitou o Clube da Esquina. Sem negar alguns aspectos de sociabilidade e signos de mineiridade captados pelas canções, tal formação cultural emerge como um contraponto ao que se apresentava nos quarteirões ao redor e a despeito mesmo de um preconceito de vizinhos com jovens cabeludos e adeptos de cigarros suspeitos, antenados com o que se fazia fora das fronteiras da cidade e do país. Enquanto a Lapa e Santa Teresa no Rio de Janeiro cultivavam um caldo cultural apto ao surgimento de artistas, a Santa Tereza belorizontina era menos uma sede propícia a práticas inovadoras e mais um entrelugar por onde circulavam os signos e temporalidades diversas de Minas, que ora olhava para referências e raízes de uma construção de mineiridade, de ideais republicanos a referências barrocas (MARTINS, 2009, p. 9), ora se projetava num futuro cosmopolita que rompesse com o tradicionalismo que a cidade respirava.

Apesar de sutil, essa perspectiva se faz necessária, uma vez que as políticas de patrimônio, em sua destinação algo indistinta de signos e referências a fim de alocar dada cultura a territórios, naturaliza como tendo sido a tradição, valores e práticas disponíveis de um fazer musical do bairro que teriam proporcionado o movimento. Poderia ele ter ocorrido em outra localidade? Provavelmente sim, mas talvez sem alguma poética que tal territorialidade também proporcionou e agregou, costurando a identidade de uma Belo Horizonte cujas inovações brotam de suas tradições, e não como negação a esta.

A calçada é espaço central de sociabilidade para uma perspectiva de convivência e trocas cotidianas entre o público e o privado, ainda que o papel do pedestre seja subestimado ao extremo pelo pensamento que norteia as cidades (YÁZIGI, 2002). Assim, mais do que um símbolo de práticas de um passado pacato que resiste e ecoa no presente, esse traçado reservado à circulação pedestre está no centro de disputas urbanas de ontem e hoje, no ordenamento jurídico e de garantias legais em busca de algum espaço público efetivo, criando contraponto ao uso meramente privado de estabelecimentos ou espremendo-se para dar protagonismo aos

automóveis. De toda forma, as calçadas seguem como elemento referencial de um passado em que tal protagonismo ainda não havia avançado todos os sinais, dialogando com varandas de casas baixas propícias a conversas triviais, algo ainda visível na contemporaneidade do bairro.

Curiosamente a calçada do Clube da Esquina já na década de 1960 não representava esse passado idílico. Se no centro de Belo Horizonte a década de 1930 marcara precocemente uma alteração radical na paisagem urbana da capital (LEMOS, 2010), em Santa Tereza a primeira mudança se dá nos anos 1950 e 1960. Ainda que boa parte das edificações fosse ao nível da rua, a construção do cruzamento de Divinópolis e Paraisópolis já nessa época era marcada por uma casa de dois andares, construída em meados dos anos 1960, destoando das demais. No entanto, foi a arquitetura pouco amistosa e de caráter funcional do pequeno prédio o que propiciou uma esquina mais recuada que as demais, com cerca de 10 metros quadrados dando para uma parede sem uso. Num ponto-cego, com certo distanciamento da vigilância imediata dos proprietários, foi essa estranha arquitetura que permitiu uma apropriação transgressora de uso, algo pouco propício nas demais esquinas.

FIGURA 80 - Músicos da família Borges na famosa esquina



Fonte: BORGES (2010).

Assim, o uso das calçadas no contexto do Clube da Esquina é tributário de um período de maior apreço do espaço público, entretanto já atravessado por modificações urbanas em Santa Tereza. Uma das características do bairro é a paisagem heterogênea, que se esconde por entre ladeiras e traçados tortuosos, surpreendendo o passante por miradas que conjugam temporalidades e usos diversos. Apesar de guardar fachadas de casas da década de 1910 a 1940, não é possível traçar uma arquitetura predominante no bairro. Da década de 1950 e até os anos 1980, percebem-se construções de concreto armado, como a sede do Batalhão de Polícia e outras de caráter eclético e mesmo do modernismo mineiro.

A famosa esquina do Clube está num núcleo do bairro, escondida para quem circula vindo da praça principal e arredores, caminhando sobre o relevo acidentado da antiga Vila Werneck. É assim que, aos passantes, o cruzamento e residências ao redor guardam ares históricos, sobretudo na rua Divinópolis, com a casa dos Borges e outras que se escondem por detrás de trepadeiras. Mas o cruzamento enviesado também está numa confluência nevrálgica, com o Viaduto José Maria Torres Leal – inaugurado em 1992 – que sai da região de Santa Efigênia, desembocando diretamente na rua Paraisópolis, esta passando pelo Hospital Mário Pena e seguindo até a Rua Salinas. O ponto também faz uma divisão simbólica entre parte alta e a baixa do bairro, que desce em sentido à Praça da Parada do Cardoso e imediações sob influência do muro que separa o bairro dos trilhos ferroviários.

FIGURA 81 - Cruzamento do “Clube da Esquina” vista do alto da rua Paraisópolis



Fonte: Foto do autor, ago/2020.

Em consonância com os estudos da paisagem sonora do capítulo 3, o entrecruzamento entre história oral e pesquisa de campo nos abre a outros lugares de memória que muitas vezes são ignorados nas representações oficiais do clube da esquina. Exemplo disso é um belo sobrado localizado na rua Dolores do Indaiá. Foi ali que nasceram tanto o primogênito dos Borges, Marilton, quanto o filho mais ilustre, Lô, sendo residência da família em momentos diferentes da vida. “Nasci no sobrado da Dolores do Indaiá, papai e mamãe moravam lá. Mais a frente voltamos por um período e nasceu lá também o Lô, o sexto filho de dona Maricota.”

Na contemporaneidade da pesquisa de campo, em 2023 o sobrado possui em sua parte superior uma residência e, na parte inferior, duas ocupações comerciais. Numa delas funciona uma oficina de produção de instrumentos percussivos, inaugurada durante a pandemia e, na porta da esquerda, uma oficina de luthieria, de produção de violões. Dessa forma, a história desse local é atravessada por vieses relacionados à música no passado e presente de forma paralela. Hoje a paisagem sonora ali é a de batuques, afinação de instrumentos, manejo de peles de bode e acordes pelo músico e artesão Vadinho – algo que se ouvia de alguma forma no sobrado dos Borges nos anos 1950 e 1960.

FIGURA 82 - Músico Vadinho em oficina de percussão em sobrado na rua Dolores do Indaiá



Fonte: Foto do autor, jun/2023.

A cidade está o tempo todo produzindo uma multiplicidade de mensagens, numa circulação simbólica compartilhada e disputada em âmbitos tão diversos como imprensa, marketing turístico, nas escolas e na arte urbana, nos discursos do poder público e nas redes sociais. A fotografia, enquanto experiência social (MAUAD, 2008), parece especialmente apta a evidenciar e manejar esses signos, que acionam imaginários coletivos e vivências individuais. As imagens, por vezes, podem questionar sentidos dados como homogêneos e abrir lacunas para melhor se investigar e recuperar uma experiência social específica e práticas numa perspectiva histórica. Assim como a mirada cotidiana pode desconstruir referências de isolamento, outras apontam uma circulação cultural da identidade musical do bairro no presente.

Tomemos um post publicado em outubro de 2020 no perfil Santa Tereza Tem⁷³, ligado a um veículo de imprensa comunitário do antigo bairro de Belo Horizonte. Na imagem se vê um mobiliário atípico em via pública com a seguinte frase em letras grandes: “Amar e Cuidar de Santê”. As cores vivas e desenhos de corações⁷⁴ dialogam com as o cenário de fundo, onde se veem grafites coloridos e a inscrição Bloco dos Pescadores, que permite a moradores e frequentadores da capital uma vinculação imediata com a histórica Parada do Cardoso (ou Praça do Orlando). O objeto, no qual estão plantadas mudas de hortaliças, entretanto, estranha por sua natureza: um piano. Ao passo que o vínculo musical se faz presente, tão nobre instrumento ao relento das ruas, rabiscado livremente, causa embaraço para alguns cidadãos. Num bairro antigo como Santa Tereza, tombado pelo patrimônio em 2015, de que forma preservação, história e cultura se relacionam na dinâmica cotidiana?

⁷³ <<https://www.instagram.com/p/CGr4Fx-l2Ll/>> Acesso em: 31, out. 2020.

⁷⁴ A inscrição de uma *hashtag* “#<3 BH”, por sua vez, estabelece diálogo com a linguagem das redes sociais, num trânsito comum entre ruas e redes.

FIGURA 83 - Piano ressignificado nas ruas do bairro de Santa Tereza



Fonte: Post no perfil *Santa Tereza Tem* na rede social Instagram⁷⁵

Apesar de não implícita, a foto em questão neste texto possui interseção direta com o Clube da Esquina, formação cultural que dá sustentáculo a uma parcela significativa da identidade musical do bairro de Santa Tereza. Se hoje tal referência reforça laços de tradição do vínculo geográfico e cultural, vale ressaltar que o Clube da Esquina se constituiu exatamente num processo de atração de integrantes advindos de diversas partes do estado, intensa experimentação estética, de referências regionalistas aos produtos radiofônicos internacionais. Em outras palavras, a cultura musical de tal movimento se deu em contraponto a ideias estanques de autenticidade, no que viria a ser a moderna música brasileira (GARCIA, 2006). Hoje esse passado é ressignificado e reapropriado em placas instaladas pelo bairro, em nome de bares, pratos de cardápio e fotos em quadros de estabelecimentos buscam uma distinção a partir de tal referencial.

⁷⁵ Disponível em https://www.instagram.com/p/CGr4Fx-l2LI/?utm_medium=copy_link Acesso em Out/2020.

FIGURA 84 - Placa em referência ao Clube da Esquina em calçada



Foto do autor, jun/2023.

Por sua vez, a iniciativa de espalhar pianos pela cidade tem como idealizador um descendente do Clube, o multiartista Gabriel Guedes, filho do compositor Beto Guedes. No contexto do ressurgimento e novas formas de tomar o espaço público em 2012 (HARVEY, 2014) e das jornadas de junho de 2013 (SILVA, 2015), Xexéu, como é conhecido, orquestrava apresentações informais em praças e locais ocupados. Posteriormente, os pianos, arregimentados a partir de doações diversas, ficavam à disposição da população a céu aberto. De postura ao mesmo tempo agregadora e transgressora, o artista incentivava o uso irrestrito do instrumento por músicos profissionais e amadores, sem maiores preocupações com a deterioração do instrumento ao relento. Com o passar do tempo, impossibilitado de uso, o mobiliário muitas vezes passava por pinturas comunitárias, servindo de ornamento visual e mesmo como suporte a vasos de plantas, incorporados à paisagem urbana. Em outros, era simplesmente destruído e esartejado em via pública.

A partir da perspectiva teórica e metodológica da paisagem sonora, aprofundada no capítulo anterior, também podemos analisar como a presença de pianos em diferentes partes da cidade modificou a ambiência desses lugares, imprimindo novos sons. Estes, por sua vez, executados por músicos profissionais ou amadores, despertavam identidades e signos de

pertencimento e transformação do espaço público. Cada local, entretanto, desenvolveu uma relação própria com os instrumentos disponibilizados ao ar livre.

Na Praça Sete, apesar do uso musical intenso, o piano não resistiu a depredações, algo que também ocorreu na Savassi, a despeito de ser um bairro com maior poder aquisitivo. “A gente esperava que cuidassem mais, mas foi o contrário. Vi imagens de meninas andando sobre os teclados”, lamenta Gabriel Guedes em depoimento a esta pesquisa. Santa Tereza, por outro lado, fez jus a seu caráter comunitário, com pessoas mobilizadas em preservar o instrumento (mesmo acorrentando com cadeado anti-furto durante a madrugada) e até moradores de rua que cuidavam de colocar capa à noite, para protegê-lo da chuva, além de darem instruções de uso. O piano chegou a receber ali apresentações de músicos como Toninho Horta e cotidianamente era utilizado por músicos e professores de piano. Outros instrumentos eram transportados por Xexéu e amigos para as intensas mobilizações políticas da cidade naquele ano, como a ocupação da Câmara dos Vereadores de BH, criando uma nova paisagem sonora que modificada, mesmo de forma efêmera, radicalmente aqueles espaços.

Se num primeiro momento a iniciativa foi amplamente enaltecida, com o passar do tempo passou a ser vista com maus olhos tanto por moradores que reivindicam um cotidiano mais pacato, sem grandes performances no espaço público, quanto por artistas e produtores que buscavam uma vinculação mais determinada de autenticidade para a tradição musical do bairro e argumentavam em prol de um projeto mais bem articulado e institucionalizado para a disposição de instrumentos nas ruas. De certa forma, tal contexto evidencia a não homogeneidade de sujeitos que ora convergem, ora divergem na valorização de parâmetros culturais. E de forma mais ampla, revela que a noção de transformação (SAHLINS, 2006) é inerente à própria reprodução cultural, um atributo essencial da existência de culturas e identidades coletivas – como o Clube da Esquina.

É nesse sentido que se mostra potente um olhar sobre a tensão entre a memória histórica e a trama visual (CANCLINI, 1997) que a cidade produz, tendo a fotografia como mediação cultural (WILLIAMS, 1979; LOPES, 2014) e experiência social. A despeito de tentativas de controlar os signos e identidades (JEUDY, 2005), as ruas oferecem ressignificações transgressoras da autoridade simbólica de identidades dominantes (BOSI, 2010), dos bustos e monumentos, risos carnavalescos que desafiam e regeneram a partir do corpo, ecoando pulsões arcaicas que sobrevivem no presente como sentidos profundos e primordiais da cultura popular (BAKHTIN, 2008). Reconhecer as hibridizações não é ceder ao relativismo, mas sim relacionar e esmiuçar como os sentidos do urbano se reorganizam a partir de poderes econômicos,

políticos, das tradicionais e novas mídias sociais em um mundo em que “toda cultura é de fronteira”, como bem definiu o antropólogo argentino Néstor Canclini. Do patrimônio à música ressignificada no espaço público, é dessa forma que “aspectos teatrais e rituais do social tornam evidente o que há de oblíquo, simulado e distinto em qualquer interação” (CANCLINI, 1997, p. 350).

FIGURA 85 - Músico Gabriel Guedes em piano na Praça Duque de Caxias



Fonte: Santa Tereza Tem

Do desvelamento a partir da caminhada à análise de práticas de vínculo simbólico e referências de identidade e pertencimento histórico, Santa Tereza é fortemente atravessada por uma tradição, mas que vista de perto se constitui a partir de intensa troca e ressignificações, com interdependências que se ampliam no campo de ação dos sujeitos envolvidos e se evidenciam num olhar atento às fronteiras – simbólicas e territoriais. Enquanto isso, os signos desse passado artístico estão sempre em circulação, seja nos grafites, movimentos populares ou iniciativas culturais. Numa tarde de domingo de 2023, a Praça Duque de Caxias recebia a exibição do documentário ‘Uma Folia Para Quando o Carnaval Chegar’, que narra o renascimento da festa de rua na cidade a partir de 2012, com momentos importantes no próprio bairro que abrigava a tradicional mostra cinematográfica da capital mineira.

4.2 - Carnaval

O carnaval é uma das práticas e referenciais simbólicos mais associadas à tradição no bairro de Santa Tereza, através de blocos caricatos famosos sobretudo a partir das décadas de 1960 e 1970 (NEVES, 2010), como o Satã e seus Assecclas, o Inocentes de Santa Tereza, o Unidos de Santa Tereza e a Banda Santa e outros. O cruzamento entre paisagem preservada, comunitarismo e transgressão carnavalesca forja um espírito de cidade único em Belo Horizonte a partir de tal bairro.

Carnaval e cinzas coexistem neste espaço sem qualquer comprometimento da fé ou da alegria. Trata-se do encontro de gerações e de culturas que ensejam a modernidade e a tradição que fazem desta praça um substantivo próprio e comum a todos” (NEVES, 2010, p. 33).

No entanto, a despeito de um passado louvado de blocos que subiam a Rua da Bahia ainda nas primeiras décadas do século XX, a segunda metade deste e o início do século XXI viram a festa restrita aos desfiles oficiais na Praça da Estação com o CarnaBelô. Mas eis que essa história ganha novo enredo.

No verão de 2012 Belo Horizonte contava com alguma movimentação atípica em Santa Tereza para o carnaval, data em que a população até então se deslocava em peso para outras cidades ou optava pelo descanso. Pelas ruas do bairro, ainda que deslocados, jovens ganhavam ruas e recriavam trajetos por pontos simbólicos, como as praças Duque de Caxias e do Orlando. Nos anos seguintes, com a explosão da retomada da festa na capital mineira, o bairro passou a ser ocupado de forma mais intensa, com horários pré-estabelecidos e trajetos demarcados junto à prefeitura, sem que isso interrompesse um pulsar carnavalesco que se espalhava por vielas e becos, em trajetos errantes e ressignificações irreverentes de monumentos, como o busto de Duque de Caxias ornado de colares havaianos. Nesse momento, é o corpo que se projeta e recria o espaço social, em interação com as memórias de um bairro que está sempre reatualizando seu papel histórico e cultural em consonância com o patrimônio celebrado.

FIGURA 86 - Banda Santa no carnaval na Praça Duque de Caxias



Fonte: Santa Tereza Tem

Em outra ponta do bairro, nas imediações da Avenida dos Andradas, a paisagem urbana degradada e improvisada se justifica ao olhar de gestão urbana unicamente a partir da funcionalidade do metrô e de uma pista de caminhada. Porém uma paisagem sonora teima em escapar pelos muros que separam os trilhos e guardam um bairro algo invisibilizado. No mesmo momento em que se celebrava a “retomada” do carnaval na cidade, o batuque ritmado do premiado grupo Infiltrados de Santa Tereza, gritos festivos e de jogos de várzea indicavam uma pulsão social coletiva que nunca cessou por ali, mas que se distancia da percepção imediata do patrimônio. Uma espacialização da cultura escondida, apartada do regime de visualidade do bairro – porém não por isso deixando de fazer parte dele.

No jogo de apreensão volátil das práticas urbanas, privado e público, convencional e irreverente podem por vezes trocar de sinal, como se dá no carnaval. De fortes vínculos identitários para o bairro, dos Inocentes de Santa Tereza e caminhões da Santa Banda aos novos movimentos a partir de 2012, a tomada das ruas expõe a imagem de um território de tradição que também permanece no tempo amparado pelos signos da incessante produção de diferença,

apropriação, irreverência e troca no espaço social, ainda que parte dos territórios detenham maior visibilidade pública e cultural nesse jogo urbano.

Este carnaval de rua que passou a tomar a cidade em inúmeros bairros da capital mineira também teceu uma relação com a imaginação urbana própria de cada território. Santa Tereza, pelo aspecto boêmio e de circularidade de memórias em sua paisagem preservada, nesse sentido, posicionou-se como bairro a ser disputado e apropriado. Exemplo foi a Corte Devassa, que contou com oficina de montagem de vestimentas e alegorias em uma antiga casa e bloco ganhando as ruas do bairro trazendo aspectos de questionamento da tradição familiar mineira. “Chuta, chuta, chuta a família mineira”, dizia um dos principais cantos do grupo. Assim, Santa Tereza ao mesmo tempo é símbolo de uma tradição e do próprio questionamento dela, numa pulsão de contradições e inversões dos corpos nas ruas que lembra as análises de Bakhtin (2008), constantemente com a presença da imaginação como elemento de ação e modificação do espaço.

4.3 - O bairro em projeção e disputas pela “origem” e futuro do Mercado

Um homem, funcionário do Sistema de Limpeza Urbana, está deitado no banco da Praça Duque de Caxias, tendo o Cine Santa Tereza ao fundo. Ele desperta de um pesadelo e se depara com um andarilho. Este se aproxima e diz: “Toda árvore que não dá frutos deve ser cortada e atirada para longe. Varrida assim como o mal e a traição”, afirma gargalhando, ao passo que o homem se irrita e o afugenta com a vassoura. A cena faz parte do curta-metragem “Quadrilátero⁷⁶”, produzido em 2019 pela Tatanka Filmes e por alunos da Escola Livre de Cinema, sediada no bairro de Santa Tereza desde 2003, em diferentes espaços. Mais do que um cenário, as filmagens nas ruas do bairro acionam um imaginário com nexos para públicos de toda a cidade, pelo caráter de tradição, cultura e boemia associado ao território.

A presença do cinema de rua localizado em plena Praça Duque de Caxias expande esse imaginário de cidade que se recria entre a ficção e a realidade. Por cerca de três décadas, aberto em 1944, com sessão inaugural com o filme “O Conde de Monte Cristo”, o cinema projetou a magia da sétima arte ao público do bairro e de diferentes partes da cidade. Com a retomada do espaço em 2016, administrado pela Prefeitura de Belo Horizonte, o espaço passou a tecer uma relação mais próxima entre uma ideia de patrimônio e oferta cultural, através de curadoria de

⁷⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CgmJo6eIdZo>> Acesso em 29 nov. 2023

mostras temáticas, oficinas e exposições – a imensa área original de plateia foi redividida, comportando espaços multiusos, biblioteca e área de recepção.

FIGURA 87 - Vista do Cine Santa Tereza



Fonte: Divulgação/Cine Santa Tereza.

No curta-documentário “Lembranças”⁷⁷, também da Escola Livre de Cinema e realizado pelo Instituto de Estudos de Desenvolvimento Sustentável, o porteiro do cinema atual, Joel Lopes de Oliveira, rememora a época que frequentava as matinês de outrora, com amigos e namoradas na juventude, num espaço decisivo para a sociabilidade de diferentes gerações. “Ali eu vejo cada um contando a sua história, os seus momentos que passaram aqui. E a gente vê no rosto de cada pessoa a saudade, as lembranças marcadas nesse cinema. Porque aqui, afinal de contas, tem uma história”, afirma, sentado nas cadeiras do local.”

Para além do cinema, a edificação cumpre para o bairro de Santa Tereza e para a capital mineira outros papéis referenciais de memória e pertencimento, através das casas de show que ali funcionaram nas décadas de 1980 e 1990 (Cine-Show, Casa Branca, Trash), das peças de

⁷⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xLc7qpAJm8M>> Acesso em 29 nov. 2023

teatro do Festival Internacional de Teatro (FIT-BH) nos anos 2000, em momento que o local permaneceu oficial e cotidianamente fechado por anos. E em todos os momentos, uma ideia de comunitarismo também se construiu ao redor de tal construção, com um desejo de retomada e uso social para o bairro.

A partir do Cine Santa Tereza no século XXI, tanto a área de cinema como a sala multiusos passaram a abrigar esporadicamente audiências públicas em que se debateram assuntos de relevância do bairro, como segurança e propostas de alteração no Plano Diretor. Dessa forma o local se expande numa conexão com outros importantes pontos do bairro e práticas, como a Vila Dias, a Igreja de Santa Tereza e Santa Terezinha, o carnaval, as feiras a céu aberto e o Mercado Distrital. Imaginalidade e comunitarismo, a partir do cinema, podem ser parte de um mesmo filme, em que o que se imagina do bairro tem preponderância nas decisões – ou ao menos consultas coletivas.

Um dos debates trazidos em situações diferentes ao espaço em questão diz respeito à destinação do Mercado Distrital, alvo de disputas de uso, de memória de imaginalidade como parâmetro ao futuro do local, com forte vínculo de pertencimento para o bairro. Fechado desde o final da primeira década do século XXI nesta destinação, o local passou a ser alvo de disputas de proposições entre a prefeitura, empresas e associações de moradores, estas buscando um uso compartilhado e social que não destoe da identidade compartilhada no bairro – este contexto contou com intensas mobilizações também no ano de 2012, em que FIEMG almejava construir uma escola para treinamento de mão-obra automotiva ali, com aval da Prefeitura. Ao longo da pesquisa, acompanhamos audiências em que se projetavam não apenas propostas de uso para o local, mas também disputas pela memória do bairro. Apresentamos a seguir o relato de uma delas, tendo como norteadora a narrativa jornalística, formação⁷⁸ deste pesquisador também.

No dia 12 de abril de 2022, após 15 anos de mobilizações, a comunidade do bairro e da cidade foi convidada a conhecer a proposta para nova destinação do Mercado de Santa Tereza⁷⁹ a partir de licitação vencida pelo consórcio Uai. A atividade ocorreu no antigo cinema, na praça, contando com ampla presença de moradores, representantes de associações, comerciantes, bares, artistas e mesmo de conventos – reforçando o forte engajamento em torno de questões relativas ao bairro por diferentes segmentos.

⁷⁸ Graduado em Comunicação Social, com ênfase em Jornalismo, pela PUC-Minas, em 2008.

⁷⁹ O Mercado de Santa Tereza está inserido no Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza, criado pela Deliberação Nº 19/2015 do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH), configurando-se como importante referência simbólica para a região.

Logo na entrada, banners buscavam criar uma atmosfera de empatia e inserção do projeto na história do bairro, com linha do tempo, fotos e frases com a tentativa de vincular o Mercado de Origem a aspectos rurais e de tradição supostamente ligados a tal territorialidade, ainda que as imagens ilustrativas divergissem do cotidiano presenciado no bairro. Numa mesa improvisada próxima à recepção do cinema, eram distribuídos pães de queijo e café em copos plásticos. O grande público fazia um burburinho de expectativa, mas também de desconfiança, uma vez que os debates do Mercado Vivo + Verde⁸⁰ acabaram por se esvaziar, passando da ampla participação social às burocracias de licitações em anos recentes.

Com o auditório lotado, chamou a atenção a postura do representante do grupo vencedor, que tomou a palavra sem máscara num momento em que a transmissão de covid-19 era intensa no país e na cidade. Numa fala algo genérica, buscou localizar a importância do espaço em questão enaltecendo mercados de partes diversas do mundo, como Egito e que a ideia ali seria uma aproximação milenar algo perdida entre produtores e consumidores, sem intermediários, "empoderando os produtores", valorizando as mulheres, a "cultura ancestral" e a "comida de vó". Tal pontuação se seguiu a uma exaltação do consórcio vencedor, com empreendimentos no Padre Eustáquio, Olhos D'água e mesmo na Amazônia, às margens do Rio Negro. A apresentação visual, no entanto, com erros mesmo da delimitação do mercado, englobando a Escola Municipal Professor Lourenço de Oliveira (EMPLO), trazia as diretrizes de gestão, com pavilhão de gastronomia, escola de culinária e containers, mas também culturais e estéticas, propondo "fazendinha" e "pavilhão da mineiridade", trazendo "toda a hospitalidade mineira", num modelo projetado na tela do cinema que mais lembrava um shopping a céu aberto.

A fala da Secretária de Assistência Social de Belo Horizonte, Maíra Colares, tentou posicionar a ação dentro de uma perspectiva abrangente do papel do mercado, lembrando que o local possui "uma função pública, de segurança alimentar, que precisa ser garantida pelo consórcio vencedor para a continuidade desse sonho". Paulo Lamac, quadro do PT⁸¹ e que esteve como vice-prefeito da cidade em momentos de debate do mercado, enalteceu o viés de gestão coletiva, mas também os investimentos na cidade, o potencial turístico e de geração de renda. A mesa formada no palco evidenciava a falta de representatividade, apesar do discurso de defesa do pequeno produtor. O presidente da Associação do bairro lembrou os 15 anos de

⁸⁰ No contexto de proposições para a ocupação e novos usos do Mercado Distrital de Santa Tereza, coletivos diversos, de defesa da agroecologia e artesanatos locais à inclusão social, uniram-se em torno do projeto Mercado Vivo + Verde, que entrou com proposta ao edital aberto pela Prefeitura de Belo Horizonte em 2012.

⁸¹ Em 2015, Paulo Lamac trocou o PT pelo partido Rede Sustentabilidade, fundado por Marina Silva.

luta desde o fechamento do mercado em 2007, parabenizando os movimentos sociais e também o consórcio vencedor, mas chamando atenção para a necessidade de maior envolvimento das Vilas Dias e São Vicente.

Representante do Movimento Salve Santa Tereza (MSST) e Mercado Vivo pontuou o histórico de mobilizações desde 2007, com a realização de audiências, reuniões e protestos, com amplo processo de escuta da população e dos comerciantes, muitas delas no próprio mercado. Neste momento, chamava atenção no palco a figura do representante do consórcio, mexendo no celular sem demonstrar qualquer interesse pela fala. A representante enalteceu que a população queria, sobretudo, o mercado de volta. Naquele momento foi entregue relatório à prefeitura, que desafiou o coletivo a fazer um projeto concorrente à PMI. Apesar de não terem “cacife financeiro”, numa licitação que trazia aspectos excludentes, o coletivo apresentou projeto por considerarem a importância de se trazer questões centrais a serem consideradas para o futuro do mercado.

Com isso, da proposta vencedora passou a ser exigida uma contemplação de aspectos apresentados por moradores e movimentos, de função social à agroecologia. No entanto, na apresentação trazida pelo consórcio, como notado pelos presentes e pelo Movimento Salve Santa Tereza (MSST), estavam ausentes questões de função social, a necessidade de pavilhão de agroecologia e projeto de horta urbana comunitária, gestão de resíduos e captação de chuva tal qual exigido na licitação. A gestão de estantes também não ficou clara, com envolvimento de feirantes e artistas, assim como a função de um “parque de containers” apresentado.

Como apresentado pelo representante Mercado Vivo + Verde, o movimento conquistou a exigência de 1/4 dos boxes a feirantes tradicionais por aluguéis mais baratos e gestão de lixo zero. “Acredito que a horta comunitária de 600m² não seja a ‘fazendinha’. Temos disposição para ocupar espaços como comitê e acompanhar de perto o cumprimento”, destacou. Nesse momento, outra representante da Secretaria de Assistência Social se colocou à disposição “para equilibrar os discursos”, lembrando que “a resiliência de Santa Tereza é importantíssima para manutenção dos espaços públicos e funções típicas” e que questões como a de agricultura familiar, armazém agroecológico e feira são diretrizes obrigatórias. “Não é opção. Teremos fiscais pra isso”, prometeu. Tal qual foi dito, o projeto estaria na Fase 1, com espaço ao diálogo, e a equipe do consórcio teria prazo de 90 dias para a entrega de documentos e projeto arquitetônico até julho, algo que não foi publicizado até o final de 2022.

Após parabenizações aos vencedores do projeto por moradores e comerciantes, mas também muitas críticas à falta de pertencimento real proposta pelo projeto e de contemplação de debates

acumulados e exigências da licitação, a fala do representante do consórcio passa a ser mais agressiva. Segundo ele, o mercado não teria uma função “assistencialista”, inserindo-se numa lógica de empreendedorismo capitalista, além de justificar que as imagens eram meramente ilustrativas. O empresário ainda teceu críticas a planos diretores e legislações que impedem projetos de maior envergadura.

Por fim, o clima de animosidade no cinema expunha claramente um abismo entre as mobilizações de base e a visão dos responsáveis do empreendimento. As noções de cultura, tradição e história aparecem como elementos a agregar algum valor de identidade, mas sem que isso exija alguma coerência com o que se passa na territorialidade, distanciando-se mesmo de referências turísticas superficiais. Quando confrontados, os representantes rapidamente abdicaram de tais pressupostos convertidos em marketing para expor divergências quanto a elementos culturais e ferramentas legais que garantem a permanência de edificações antigas, a exemplo do próprio mercado.

A visão capitalista, de necessidade de lucro como algo inerente ao mercado, nas palavras do representante, desconhece a função de abastecimento de tais estabelecimentos criados pelo poder municipal nos anos 1970 e toda uma rede de relações sociais. A ideia de rural trazida pela empresa também se apoia em aspectos exóticos e provincianos, distanciando do meio dinâmico dos produtores, exaltados como figuras arcaicas e isoladas – neste contexto, chega a ser cômico também a encenação do rural a partir de montagens de imagens trazendo pôneis para passeios com crianças na localidade de Santa Tereza..

Como dito, uma nova rodada de diálogo para o consórcio apresentar revisões do projeto não ocorreu. Nos meses seguintes, foi possível presenciar, no entanto, um uso mais constante do mercado em eventos com utilização apenas da área externa, já com a marca da empresa vencedora, com música ao vivo, estandes de alimentação e artesanato. Vários comerciantes, no entanto, expuseram críticas a valores altos de aluguel, dificultando a disputa do espaço com empresas maiores, como cervejarias e restaurantes. De forma sutil, algumas ideias do rural expostas no projeto na audiência do cinema circulavam por ali, como lhamas para fotos com crianças e pôneis. Na parte interna, foram montadas apenas algumas estruturas simples de pular para crianças, com serviço pago pelas famílias.

O antigo Mercado Distrital de Santa Tereza hoje é ladeado pela Escola Municipal Professor Lourenço de Oliveira (EMPLO), com um colorido painel de azulejos com referências ao bairro e à natureza do país e, do lado oposto, pelo Centro de Referência em Saúde Mental, compondo ambiências sonoras opostas entre o burburinho das crianças entrando e saindo do

FIGURA 89 - Entrada do Cersam em Santa Tereza



Fonte: Foto do autor, ago/2023.

Fugindo à narrativa de mão única de uma história urbana linear e homogênea, a cidade se bifurca em “lugares de memória”, sobreposta como materialidade, funcionalidade e espaço simbólico (NORA, 1993, p. 21). Santa Tereza pode ser conceituada a partir dessa designação clássica, provocativa e polêmica de Pierre Nora, mas também a coloca em questionamento. Os locais de memória geram sensibilidade apenas por ancorar, exprimir e expressar o capital esgotado (p. 28) de nossa memória coletiva, como o escritor francês enuncia?

A paisagem patrimonializada reforça alguma proteção e permanência para um espaço convertido em *lugar* por sua capacidade de emanar a experiência passada nas práticas cotidianas (SILVA, 2018, p. 98). Por outro lado, o discurso que opera acaba por reduzir a cidade a uma retórica em parte simplória e esquemática, achatando a visão sobre dinâmicas históricas e em curso. Junto à perspectiva de isolamento, já questionada no primeiro capítulo, esse imaginário passa a excluir narrativas de locais que não se somam a esse panorama que privilegia um contraponto à cidade moderna na primeira metade do século XX e de exaltação da efervescência cultural, na segunda, sobretudo a partir da década de 1980.

Exemplo disso é o Hospital Cícero Ferreira, que teve importante atuação durante a pandemia da Gripe Espanhola em 1918⁸². Num momento em que o bairro começava a receber melhorias iniciais em sua infraestrutura, a atuação do espaço no combate a doenças como varíola e tuberculose chegou a gerar uma chaga ao bairro. Comerciantes se recusavam a abrir empreendimentos na região “do Isolado”. Ainda assim, seus leitos salvaram vidas de inúmeros belorizontinos e mineiros. Entender a função dessa localidade num momento de dramaticidade para a saúde pública, em nível global e local, abre outras janelas para se vislumbrar a história do bairro.

FIGURA 90 - Hospital Cícero Ferreira (“Do Isolado”), na década de 1920



Fonte: Bello Horizonte: Bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho 2. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2010.

Mais do que um “lugar de memória”, cujo conceito recebeu críticas nas últimas décadas por seu caráter substancial, o espaço também pode ser entendido como um “território de memória”. Débora Silva expõe que o conceito, desenvolvido pela pesquisadora argentina

⁸² Ver artigo do autor para o jornal Estado de Minas, disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2020/07/31/interna_pensar,1171736/santa-tereza-e-o-isolamento-o-impacto-da-pandemia-no-historico-bairro.shtml#google_vignette

Ludmila Catela, possibilita refletir não somente sobre um lugar de memória ou um local específico, “mas agregar os espaços de memória que se conectam, sejam eles arquivos, monumentos, guias turísticos, calendários, livros, fotografias entre outros, como ruas, edifícios ou paisagens” (SILVA, 2018, p. 101). No caso de Belo Horizonte, a imensa e arborizada área do hospital (10 mil m²), que funcionou por 55 anos, posteriormente abrigou o Mercado Distrital e atualmente, como dito, o Emplo e o Cersam.

Mesmo que não se enquadre numa memória traumática propriamente, tal local perpassa a ideia de um “passado difícil” e, conseqüentemente, os caminhos para lidar com ele, sobretudo para a História Pública, como veremos adiante. Nos diversos encontros, feiras e ocupações promovidos na área do Distrital – cercada por frondosas mangueiras, algumas da época do Hospital do Isolado –, o espaço também acolhe intervenções artísticas que ancoram a cultura como problematizadora para a transformação urbana. Em estudo sobre o Hospital Psiquiátrico São Pedro, em Porto Alegre (RS), Borges argumenta que “experiências de novos usos desses espaços podem atuar como vetores para a sobrevivência de tais lugares, bem como entrelaçar a função original aos sentidos históricos e patrimoniais atribuídos a eles” (BORGES, 2018, p.85).

Mitchell pontua que uma grandes contribuições de Lefebvre e De Certeau está em mostrar como os espaços são embebidos de jogos de poder e como nossa orientação espacial é formada por camadas de percepções. Para isso ele soma a ideia lacaniana do “simbólico”, que também dialoga com lugares erigidos por traumas e que por sua vez estimulam imaginações e práticas, tais como monumentos, livros, guias e mapas. Citando Edward Said, que assina capítulo da mesma obra, Mitchell argumenta que processos de mediação como a escrita e a imaginação produzem um “espaço humano” que modifica o presente e o futuro desses lugares (MITCHELL, 2002, p.11).

4.4 - Novas disputas públicas das ruas às redes

Outra memória a qual se faz pouco referência sobre Santa Tereza diz respeito à identidade operária, intimamente ligada aos movimentos de favela. Em seu limite com o bairro Santa Efigênia está localizada a Vila Dias, formada por construções improvisadas e de famílias de baixa renda. As primeiras ocupações ocorreram ao final da década de 1940, num processo de busca de moradia pela parcela apartada do desenvolvimento propalado pela primeira capital do período republicano. Na década de 1960, fábricas de pregos e de beneficiamento de arroz passaram a atrair novos contingentes.

A favela do Alto da Estação, que já relatava problemas de criminalidade e disputas de território desde essa época, passou poucos anos depois a sofrer com novas exclusões, a partir do golpe e ditadura militar, que colocaram na clandestinidade a atuação de sindicatos e movimentos (OLIVEIRA, 2014). Hoje o local segue espelhando exclusões e tensionamentos, como a ocupação das Torres Gêmeas e a cobiça da especulação imobiliária pela região. Como dito no capítulo anterior, a não incorporação da Vila Dias ao imaginário de Santa Tereza também revela a existência de um bairro alçado a patrimônio, com visibilidade material e simbólica na parte alta, e outro à sombra, na parte baixa (COSTA, 2022).

Parte dessas narrativas circula por perfis na internet que buscam engendrar a memória compartilhada no bairro a partir de filtros específicos, como guias turísticos, gastronômicos, de relatos de experiências urbanas e de jornalismo comunitário, com destaque para o site Santa Tereza Tem⁸³, criado e conduzido pela jornalista e moradora Eliza Peixoto. Conteúdos sobre episódios históricos chamativos, moradores ilustres, curiosidades e singularidades trazem contribuições sociais, de fortalecimento do comércio local à defesa contra a especulação imobiliária, além de claramente reforçar uma identidade delimitada e partilhada.

Mesmo que timidamente, iniciativas acadêmicas também se fazem presentes, divulgando pesquisas e posicionamentos e desenvolvendo narrativas do passado em meios virtuais. Grupos como o Indisciplinar/UFMG⁸⁴ mostram nítido comprometimento em disponibilizar de forma online informações de contextualização sobre disputas urbanas, explorando ferramentas *online* com o propósito de subsidiar o debate e ação pública. Outros coletivos, a exemplo de Quanto Tempo Dura um Bairro⁸⁵, se esforçam em catalogar a paisagem histórica remanescente em diferentes regiões. A presença dessas iniciativas mostra o papel e o potencial das redes sociais digitais para o historiador a partir dos anos 2000, sobretudo.

O pesquisador Serge Noiret defende que o meio digital desde o início se prontificou a responder às necessidades prementes da sociedade em proteger identidades, cultura e memórias. Colocada para a atuação do historiador, a virada digital remodelou, segundo ele, o acesso, armazenamento e tratamento da documentação, mas também antecipou análises epistemológicas e trouxe novos objetos, permitindo superar distâncias e colocar memórias coletivas em interface com desafios enfrentados em diferentes partes do mundo. A chamada História Pública Digital tem, assim, a capacidade de comunicar, descrever, interpretar e

⁸³ <https://www.santaterezatem.com.br/>

⁸⁴ <http://pub.indisciplinar.com/zona-cultural/>

⁸⁵ <https://www.quantodura.com.br/>

mostrar, com métodos similares, as experiências históricas locais como experiências globais (NOIRET, 2015), com contribuições claras aos estudos sobre cidades, assim como pretendemos com a realização desta tese.

O campo da História Pública Digital permite ainda um trabalho mais próximo às comunidades⁸⁶, com a possibilidade de formas de *crowdsourcing* – como o tratamento coletivo e a coleta a partir de plataformas digitais, com acompanhamento e disponibilização em tempo real de resultados. Com o entendimento das ferramentas disponíveis, o historiador público no digital pode assim responder a incessantes demandas de memórias privadas, porém colocando-as à disposição de uma compreensão e transformação pública⁸⁷.

Pensar na forma como a cidade se imagina e é apropriada passa na contemporaneidade, invariavelmente, pelo meio digital e mídias sociais. Estas reproduzem representações culturais que reverberam no uso dos espaços, na interação entre os sujeitos e coletivos. No caso de Santa Tereza, a referência à boemia, tradição e arquitetura preservada dá a tônica tanto de postagens pessoais quanto de perfis e páginas que se propõem a apresentar aspectos urbanos e históricos de Belo Horizonte, a exemplo de BH Santa Tereza Oficial⁸⁸ e Guia Santa Tereza BH⁸⁹, além do já citado Santa Tereza Tem.

⁸⁶ O empenho de aproximar a História das comunidades e torná-la mais democrática não é algo inédito da História Pública, a exemplo do History Workshop na Inglaterra nos anos 1960 e, no Brasil, das relações com o ensino e patrimônio local nos anos 1980.

⁸⁷ Exemplo disso é a pesquisa desenvolvida por Lucchessi (2020) em plataforma de *crowdsourcing* sobre imigrantes em Luxemburgo.

⁸⁸ <https://www.instagram.com/santaterezabhoficial/>

⁸⁹ <https://www.instagram.com/guiasante/>

FIGURA 91 - Foto da Praça Duque de Caxias modificada digitalmente



Foto: perfil Santa Tereza STZ

Por vezes, a barreira entre o digital e o presencial se borram no território urbano, criando novas imaginalidades para o que se vê e se faz no bairro. Numa das observações de campo, em dezembro de 2019, a praça central se via tomada por pequenos grupos de jovens empenhados em perseguir estranhos dinossauros e animais exóticos – visíveis unicamente no mapa projetado no celular deles⁹⁰. Naquele momento, sob o mesmo georreferenciamento utilizado por eles, motoristas de aplicativo e táxis saíam de tal praça para buscar passageiros. Os debates sobre a cidade contemporânea são dramatizados com o atravessamento do cibernético no urbano, não enquanto alteração drástica, mas quase como tédio de uma utopia efetivada (SARLO, 2016, 89). Por outro lado, a heterotopia de Foucault (2013), como sobreposição de múltiplos locais mesmo incompatíveis, ajuda Sarlo a pensar uma cidade que se realocaliza, abolindo temporariamente seus limites com a presença do tecnológico. Essa perspectiva não dissolve

⁹⁰ Jogo Pokemon Go, lançado no Brasil em 2016.

territórios, mas se mostra cada vez mais apta à simulação de identidades, numa conexão com dinâmicas do urbano já anunciadas por Simmel no final do XIX (SARLO, 2014, p. 210). Porém, mesmo num processo arraigado de territorialização e desterritorialização, a imagem de certos bairros se fortalece.

Essas pontuações trazidas até aqui sobre a imaginação como produtora dos espaços, junto às potencialidades das formas de pertencimento, incluindo o digital, nos dão outras perspectivas para enxergar o simbolismo e as articulações presentes em episódios que colocam em evidência um bairro com forte mobilização comunitária não só de moradores, mas de artistas, professores, ativistas e simpatizantes de diferentes partes da cidade, mas também conflitos e divergências. A capacidade desses sujeitos de mobilizar não apenas mecanismos jurídicos, mas também de reforçar coletiva e midiaticamente uma dada imagem contribui fortemente para a defesa da paisagem e modos de vida comungados no bairro, com diferentes episódios que exemplificam isso ocorridos desde a última década do século XX.

4.5 - 1995: a conquista da ADE

São rotineiros episódios veiculados na imprensa e ecoados nas redes sociais⁹¹ que dão conta de mobilizações acionadas com o intuito de impedir a descaracterização desse importante conjunto urbano de Belo Horizonte. Essas ações ocorrem historicamente em resposta a empreendimentos imobiliários que tentam burlar a proteção jurídica do bairro histórico, garantida por Lei municipal e pelo Plano Diretor desde 1996⁹², ou buscando brechas para ações de larga escala nas bordas do bairro, em área mais vulnerável economicamente.

Mostra-se central nesse contexto o papel de mobilização do grupo Salve Santa Tereza, que nascia àquela época, para a aprovação de lei que resguarda o bairro como uma ADE – Área de Diretrizes Especiais. Assim, numa potente ação simbólica, moradores deram um abraço coletivo na Praça Duque de Caxias e realizaram atividades de conscientização e pressão popular. “Como resultado do movimento ‘Salve Santa Tereza, a Câmara Municipal acabou por aprovar o artigo [...] que transformou o bairro de Santa Tereza numa ADE, a fim de evitar as transformações que adviriam da especulação imobiliária” (SOUZA, CAJAZEIRO, 2011, p. 96).

⁹¹FARIA, Renato. Lei pode ameaçar patrimônio. *O Tempo*, Betim, 11, set. 2015.. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/lei-pode-ameacar-patrimonio-1.1110436>>. Acesso em: 05, fev. 2020

⁹² Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (Lei Nº 7166/96 modificada pelas Leis Nº 8137/2000 e Nº 9959/2010).

O mapeamento dessas ações nos apresenta esses diversos sujeitos que constituíram um movimento amplo de defesa do bairro, tendo em vista o arcabouço de debates e as conceituações de pertencimento, *lugar* e identidade trazidas até aqui nos capítulos anteriores. Nos será de grande valia o entendimento daquilo que Bruno Latour (2012) considera como “rede de atores”. Esta por consequência, está em consonância com a compreensão de cultura enquanto processo e distributiva (BARH, 2000), com tais atores posicionados em dado contexto que perdura e se transforma no tempo. A partir disso, evitam-se correlações imediatas e homogêneas, sem a devida análise de causalidades e interações.

Se é possível contextualizar historicamente, como num fio, o amadurecimento, institucionalização e impacto de ações associativas no bairro (ALMEIDA et al, 2016) pós-constituição de 1988, por outro lado, ver como isso reverbera na trajetória de pessoas traz dimensão menos esquemática e linear. A perspectiva de “história de vida”⁹³, mais uma vez, nos é útil para analisar a atuação de Marilton Borges, dentre outros. Em depoimento para esta pesquisa, o músico e ativista, presidente da Associação Comunitária do bairro à época, relembra: “Eu ia de gabinete em gabinete pra falar da ADE. Diziam que as casas iam desvalorizar, mas hoje a gente vê que foi o contrário.”

Junto às histórias de vida, outra perspectiva fértil neste cruzamento de ação coletiva e pessoal, ambas marcadas por motivações e ideologias, é a de “estrutura de sentimento”, conceito-chave de Raymond Williams, já trazido no primeiro capítulo desta tese. Como aponta Sarlo (2016), os tons, matizes e desejos são tão importantes quanto ideologias, ideias e convicções, algo que escapa ao estudo histórico estruturalista, dando protagonismo à presença vivida. Por estar num entrelugar, “permitiria captar os deslizamentos entre as ideologias formalizadas e os discursos estéticos, por um lado; entre as ideias sistematizadas e sua presença mais fluida quando informam as práticas, por outro.” (SARLO, 2016, p. 91).

4.6 - 2015: o tombamento em conjunto

Após a conquista do bairro como Área de Diretrizes Especiais, controlando a verticalização através do limite a prédios de três andares, duas décadas depois Santa Tereza receberia, desta vez, em 2015, salvaguarda do patrimônio municipal, resguardando construções antigas e mesmo uma paisagem cultural reconhecida em seu conjunto. No entanto, nesta ocasião percebeu-se celebrações mais por parte da imprensa do que pela população em si.

⁹³ Ver Hermeto e Amato (no prelo).

Em reunião realizada no mesmo ano, em edifício tombado, na esquina das ruas Mármore e Adamina, funcionários do Conselho do Patrimônio Municipal se empenhavam em instruir moradores e representantes de associações de bairro sobre os benefícios da nova legislação ⁹⁴. No entanto, as reclamações eram veementes por parte de alguns moradores, que relatavam dificuldades financeiras e mesmo interesses conflitantes com as propostas patrimoniais, incluindo as de atrair maior número de turistas. O prédio em questão, que já abrigou na década de 1940 o Clube Recreativo Santa Tereza, acumulou ao longo de oito décadas usos distintos, de sede de partido político a bares diversos, quase sempre com entretenimento de música ao vivo e dançante. A parte inferior do sobrado é ocupada por loja de materiais de construção, citada no segundo capítulo desta tese.

Apesar da política urbana ser fator decisivo, nem sempre as mobilizações sociais, institucionais e interesse de moradores caminham juntos – mas não por isso se opondo. ADE e paisagem patrimonial trazem resguardos cruciais, porém a defesa se dá de forma mais enviesada, numa tradição dinâmica e sujeita à ação do tempo, em que cada grupo busca preservar o bairro a sua maneira, seja através de práticas comunitárias ou cuidando das próprias edificações que caracterizam a imagem de Santa Tereza. Esses tensionamentos dos grupos que agem no bairro por vezes se mostra visível na leitura da própria paisagem urbana.

⁹⁴ Reunião acompanhada pelo autor desta pesquisa.

FIGURA 92 - Vista da rua Salinas para muro de terreno baldio com antigas propagandas políticas



Fonte: Foto do autor, ago/2021.

Na imagem da Figura 92, vê-se o horizonte ao longe, uma das características marcantes do bairro, mantida em meio a uma metrópole que costuma negar seu próprio nome. No entanto aqui ele se projeta por detrás de um vazio, de uma ausência, com rolos de arame farpado apartando uma enorme área sem qualquer uso residencial, devido a disputas judiciais⁹⁵. No muro que o circunda, a despeito das camadas de tinta, notam-se propagandas de eleições passadas, algumas de décadas atrás, como vestígios de disputas e debates que já marcaram o bairro e que, de alguma forma, permanecem. A cidade também se mostra e pode ser discutida por aquilo que quer esconder, por suas ruínas e decomposição urbana. Numa única mirada, vem à tona um bairro que batalha por valorizar as dinâmicas das calçadas em frentes como o legislativo e o executivo municipal e as associações comunitárias. Um terreno parado por décadas mostra que as conquistas nem sempre são totalizadas no bairro cartão-postal, porém também apresenta-se como fissura e lembrete da incessante contenda por fazer da cidade um

⁹⁵ O tradicional Clube Oásis, em funcionamento desde a década 1970, arrasta disputas judiciais com família que reivindica o imenso terreno que se estende da rua Teixeira de Freiras à Salinas, incluindo a área vazia indicada neste texto. Em 2015, decisão judicial determinou que um terço da área do clube era fruto de “invasão”, levando à demarcação interna, isolando inclusive piscinas. Posteriormente a decisão foi revertida.

espaço para além do privado, com uso social – algo que se constrói junto ao tempo que age nas edificações e dinâmicas ao redor.

4.7 - 2018: a pressão comercial

Essa dimensão trazida por trajetórias pessoais em consonância com a cultura visual também nos auxilia a compreender a continuidade desse engajamento no tempo frente às diversas identidades que o bairro agrega. Em 2018 ganhou repercussão o caso em torno da instalação de uma unidade da farmácia Araújo na rua Mármore, via principal de acesso à Praça Duque de Caxias. Após demolição a toque de caixa de uma antiga casa, que viria a dar espaço a um estacionamento, chamou atenção as dimensões do empreendimento, destoando do comércio tradicional e da arquitetura do entorno.

Noticiada inicialmente pelo site Santa Tereza Tem e contando com a mobilização de professores e vereadores, rapidamente percebeu-se que tal construção feria frontalmente as regras estabelecidas para uma Área de Diretrizes Especiais. Junto a isso, tramitava na Câmara Municipal de forma acelerada projeto de lei para alterar parâmetros específicos a fim de garantir respaldo às obras. Na ocasião foi notório o alinhamento de alguns representantes do poder legislativo municipal com o intuito de favorecer um negócio privado, a despeito da falta de escuta à comunidade local e estudos de impacto num bairro histórico.

Mesmo sem alvará e infringindo os limites determinados pela ADE, nas últimas semanas a Drogaria realizou a obra do estacionamento de forma ilegal e escondida por tapume (sem placa e quaisquer informações sobre o empreendimento). (SANTA TEREZA TEM, 2018, s/p)

A pressão sobre o caso levou à paralisação temporária das obras e audiência pública convocada para debater o tema. Advogados ligados às associações, jornalistas e vereadores se debruçaram sobre a questão e mostraram como a obra tentava burlar as regras ao não considerar o estacionamento como parte do empreendimento. Ainda assim, a farmácia passou a funcionar em 2019, a partir da aprovação do PL 622/2018, concentrando serviços⁹⁶ antes pulverizados em pequenos estabelecimentos e fragilizando o mecanismo de defesa do bairro. Sua abertura levou pouco tempo depois ao fechamento de uma farmácia tradicional a metros dali, com funcionamento no bairro por mais de 30 anos.

⁹⁶ A rede de Farmácias Araújo, inaugurada em 1906, possui mais de 250 lojas no estado, tendo a característica de oferecer serviços amplos, como alimentação, pagamento de contas e venda de jornais.

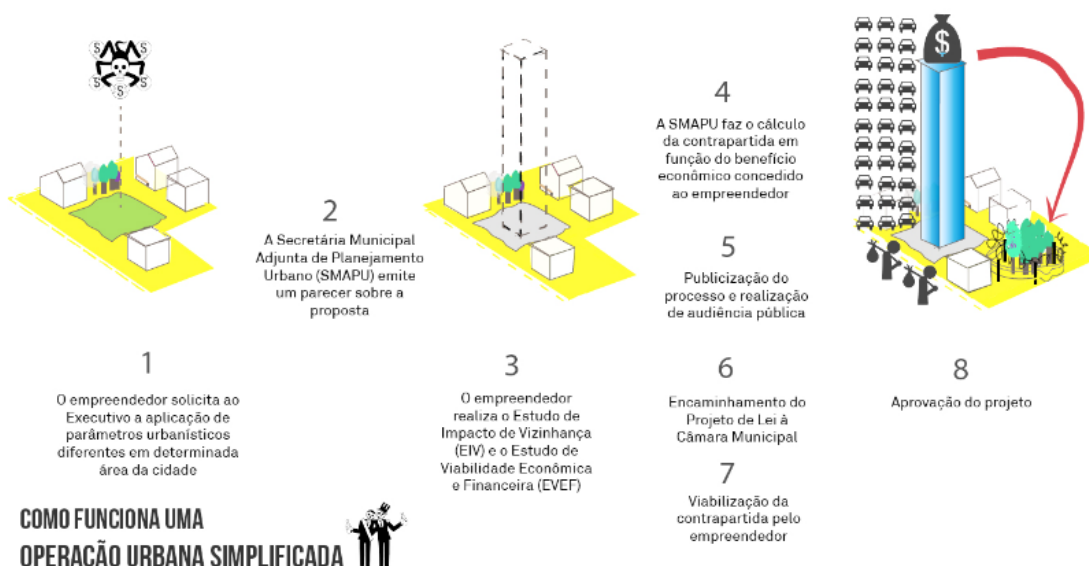
Apesar do revés, o caso demonstrou a articulação entre diferentes frentes – associações, professores universitários, imprensa, vereadores e deputados sensíveis à causa – com o propósito de dar respostas igualmente rápidas a ações que tentam submeter o bairro a interesses momentâneos do capital financeiro, amparando-se na legislação específica que resguarda a paisagem urbana da localidade. Ainda no início da década essa mobilização já havia sido decisiva ao frear um empreendimento de amplo alcance, com potencial para alterações drásticas na região.

4.8 - 2012: a defesa contra a verticalização

Em 2012, moradores da Vila Dias foram surpreendidos pelo anúncio da construção de um imenso edifício, de 85 andares, exatamente na área ocupada por suas casas, pequenas edificações e comércio local. Incluindo um grande estacionamento e pista de patinação no gelo, o chamado Complexo Andradas levaria ao desalojamento das famílias, a uma alteração radical nas formas de uso e ao comprometimento da paisagem urbana da região. No ano seguinte, foi divulgado uma Parceria Público Privada (PPP), a Nova BH, pela administração do prefeito Márcio Lacerda (PSB), abrangendo diferentes pontos da cidade, nos moldes de uma Operação Urbana Consorciada (OUC), com obras de expansão de ruas e que claramente impunha flexibilizações normativas que tornariam mais viável juridicamente o Complexo Andradas.

Quando a iminência da construção de um prédio de grandes proporções ameaçava desalojar famílias e desconfigurar a Vila Dias, professores universitários fizeram uma aula pública para conscientizar moradores sobre legislações urbanas desrespeitadas em uma nova escalada de especulação imobiliária. Nesse ínterim, a memória e a identidade relacionadas ao bairro circularam e se fizeram comunicar em jornais comunitários e audiências públicas, mas também em produtos culturais e nas redes sociais, em intervenções artísticas e em publicações, sempre colocando no centro o caráter diferencial dessa territorialidade em reivindicar outras formas de vivenciar a cidade.

FIGURA 93 - Infográfico sobre proposta de intervenção da PBH



Fonte: Indisciplinar

Junto a um contexto global e nacional, sobretudo a partir de 2012, de tomada do espaço público e aprofundamento de debates sobre questões urbanas (SILVA, 2015), a mobilização canalizou ações de parte de moradores e grupos articulados. Associações comunitárias e grupos acadêmicos uniram forças para enfrentar a questão. O coletivo Indisciplinar, da UFMG, subsidiou e redigiu representação de denúncia. A partir da pressão, incluindo campanhas e aulas públicas nas ruas, somando-se à visibilidade na imprensa e junto a vereadores e diversos segmentos sociais, o Ministério Público ajuizou ação civil pública no sentido de impedir as obras.

Graças sobretudo à pressão popular, disseminada nas redes afetivas e comunicativas existentes na cidade (associações comunitárias, movimentos sociais, entidades de classe, partidos de esquerda, mandatos parlamentares progressistas etc), e à ação judicial proposta pelo Ministério Público (que também é resultado daquela), a OUC Nova BH foi derrotada. A mobilização de Santa Tereza contra o projeto Complexo Andradas foi decisiva para a vitória da cidade sob a ótica do bem viver. (INDISCIPLINAR, 2020)

Mobilizações como esta tentam se contrapor a um quadro histórico de perdas de paisagens urbanas e de espaços simbólicos da vida cotidiana – algo constante nas grandes cidades e sintomático na capital mineira na década de 1980, num período em que as diretrizes

de defesa patrimonial ainda estavam se consolidando à nível nacional e local⁹⁷. Santa Tereza apresenta-se como capítulo diferencial nessa história, com articulações que frearam a verticalização e pressionaram as políticas urbanas por instrumentos jurídicos de proteção.

4.9 - Por uma História Pública do bairro?

Como já apresentado até aqui, ainda que as políticas do patrimônio busquem preservá-la às custas de uma tinta algo impermeável às práticas cotidianas, a cidade segue marcada pela memória em suas múltiplas cascas e pode ser entendida como uma história pública por excelência, debatida e forjada a cada instante nas calçadas, através de músicas, conversas triviais, manifestações e protestos. Por emanar certa singularidade de resistência urbana conjugada a um inegável imaginário artístico e provinciano no seio da sexta maior cidade brasileira, Santa Tereza é problematizada do noticiário a investigações acadêmicas. Meneses (2018) expõe que as discussões públicas sobre patrimônio salvaguardado são mobilizadas pelo sentido de passado, em boa medida sobre princípios de originalidade, continuidade e tradição. Mas o autor chama atenção para o patrimônio enquanto “experiência compartilhada” (2018, p. 74), que o coloca em diálogo com o cotidiano comum dos cidadãos, das diferentes percepções dos lugares e com potenciais de ensino da História.

Numa paisagem de praças, simpáticos alpendres e pequenas edificações convertidas em armazéns, vendas e mercearias, Santa Tereza parece gerar um sentimento de defesa por parte dos moradores e de sedução a visitantes tanto pelo que engendra de passado quanto no presente, como uma paisagem histórica dinâmica e funcional, e não cristalizada. Assumindo o papel das identidades, a História Pública também pode identificar o que escapa a essa construção e como ele se projeta incessantemente no cotidiano.

Santa Tereza vai além de uma representação dos dilemas e disputas urbanas nas grandes cidades. A reverberação pública dessas questões, com elementos da História e memória ecoados por sujeitos e grupos situados em múltiplos âmbitos, possibilita um entendimento de uma História Pública em curso – ou em potencial de ser melhor desenvolvida. Uma territorialidade que se esforça em projetar uma comunicação de sua história, de sua memória e de seus sujeitos. A partir disso, considerar o bairro sob a ótica desse campo, que se diferencia da história acadêmica exatamente pela ampliação do espaço de atuação, do seu público e dos usos do conhecimento (SANTHIAGO, 2018, p. 27), pode trazer contribuições diversas para as

⁹⁷ Ver SANTA ROSA (1993)

dinâmicas, expansão de sujeitos considerados nas narrativas e para o entendimento de conflitos nas cidades, perpassando desde o ambiente acadêmico até as políticas sociais.

No último quarto do século XX, ao passo que a História se viu à beira da falésia (CHARTIER, 2002), forçada a abdicar das grandes narrativas, personagens, estruturas e periodizações homogêneas, a cidade ganhou nitidez como objeto de estudo propício a captar nuances de outros sujeitos, trajetórias, com novas perspectivas de análise. Assim como na escolha dos objetos, a própria figura do historiador foi chamada ao relevo dos praticantes ordinários, a fim de quebrar um suposto distanciamento acadêmico, em vias de um engajamento social renovado. Surgida⁹⁸ nos anos 1970 num contexto de crise do ambiente universitário e carência de espaços de atuação, a História Pública caminha por trazer uma aproximação, sobretudo, no que diz respeito a pensar em como a experiência do passado reverbera no público, suas recepções e potencial de ampliação do debate não só acadêmico. “O nascimento do movimento da História Pública nos Estados Unidos se deu como parte de um contexto mais amplo, de reavaliação do papel dos historiadores” (CAUVIN, 2019, p. 15).

No Brasil, a virada epistemológica da História ocorre paralelamente ao processo de redemocratização no país que, no escopo da Constituição Cidadã de 1988, buscava o alargamento de fronteiras para a incorporação de sujeitos oprimidos ou invisibilizados e a problematização de contextos sociais (MAUAD, 2018, p. 28). Mais do que uma crítica da memória, o historiador passa a entendê-la em sua relação com as lembranças compartilhadas no presente. Mobilizada também por jornalistas, cineastas e escritores, a memória muitas vezes diz respeito, segundo Ana Maria Mauad, à construção e à própria manutenção dos princípios de sobrevivência de dado grupo social, o que coloca o estudo histórico e ação de grupos de pesquisa sob outras perspectivas.

Pensar a cidade a partir da História Pública é não apenas entender a historiografia urbana e a expansão de sua compreensão sob novos objetos de estudo, mas também rastrear, ouvir e colocar em crítica a circulação de memórias e identidades, de que formas elas agem sob diferentes públicos e reverberam em embates contemporâneos. Existe nesse sentido uma grande aproximação com a História Oral (SANTHIAGO, 2018), na valorização de relatos e histórias de vida, como trazemos nesta tese, assim como na constituição de espaços de memória, físicos

⁹⁸ Autores como Santhiago (2018) pontuam que a enunciação da História Pública enquanto campo não significa que ela não vinha sendo praticada nesses termos, porém agora sendo explicitada, reivindicada e institucionalizada de modo mais direto.

ou simbólicos, acionando questões do relembrar e reimaginar (RICOEUR, 2007) – algo também inerente à sociabilidade urbana.

Meneses faz aproximação entre patrimônio e História Pública pelos atributos de memória coletiva e continuidade que engendram. Mas libertando-se do culto de autenticidade, interessaria mais a forma como estabelece experiências compartilhadas, numa linguagem viva a partir do tempo como processo dinâmico do devir, “para além de sua dimensão de narrativa histórica, a natureza mais intrínseca do bem: sua pertença ao âmbito público e sua sustentabilidade, pela segurança de sua continuidade” (MENESES, 2018, p.70)

Essa perspectiva de História Pública nos faz retomar a discussão da história e memória projetados no presente. Num processo que pode soar contraditório num primeiro momento, autores como Gumbrecht sublinham que o passado perdeu seu papel condutor do presente, no sentido de trazer aprendizado e dependência no agir cotidiano. Mas essa alteração, segundo ele, não subtrai o fascínio que o passado segue gerando, algo “antropológico e meta-histórico” (GUMBRECHT, 2009, p. 32). No âmbito das cidades, o patrimônio surge como porta de entrada dessa atração histórica, estimulando uma cultura de engajamento e consumo cultural.

As edificações antigas preservadas funcionam como símbolo de permanência, respeito e empatia com o passado. Mas, ao mesmo tempo, não devem ser confundidas como o elo único de reflexão da experiência pretérita no presente urbano. Esta é mobilizada das mais diferentes formas e, no caso de Santa Tereza, sendo acionada num viés de circularidade do conhecimento histórico (FERREIRA, 2014) das letras do Clube da Esquina a curtas metragens da Escola Livre de Cinema, situada no bairro, dos autos de audiências públicas realizadas no Cine Santa Tereza a intervenções artísticas no antigo Mercado Distrital, de discursos na Câmara dos Vereadores a *posts* de páginas como o Santa Tereza Tem, o Fala Santê, o Expedição Santê e o Guia Santê.

Por sua vez, a História Pública, em diálogo com a História Oral e a História Pública Digital, possibilita a compreensão de um bairro a partir de perspectivas do local ao global, problematizando a experiência de passado junto e conjuntamente a uma audiência mais ampla. É neste contexto que a memória passa a ser agente para a transformação em torno de questões como cultura e identidade, mas também de moradia e políticas urbanas igualitárias.

A fim de compreender o aspecto de produção e circulação cultural, num entrecruzamento de cartografias e imaginalidades, de ficção e realidade, presente e memória, é possível considerar tanto filmes produzidos pela Escola Livre de Cinema (ANEXO 1), particularmente aqueles que trazem o bairro como cenário e, sobretudo, como argumento norteador do roteiro, sejam obras documentais ou ficcionais, quanto perfis específicos nas redes

sociais por onde se projetam informações, relatos e referenciais de identidade do bairro, com destaque ao Santa Tereza Tem, observado como reiteram questões históricas, de lugar, comunitárias e territoriais em interface com o que se discute nesta tese.

FIGURA 94 - Postagem sobre memória do bairro.



Fonte: Print feito do perfil do portal *Santa Tereza Tem* na rede social Instagram, 11 de agosto de 2021⁹⁹ com pequena edição do autor, nov/2023

Uma verificação de postagens mostra um uso recorrente de entrevistas, recurso comum ao jornalismo cultural¹⁰⁰. No entanto, são latentes outros usos a partir das ferramentas e conceitos da História Oral, no que diz respeito ao momento único do testemunho entre entrevistador e entrevistado para ressignificar experiências pretéritas no presente, forjando novas dignidades sociais, com atenção a temporalidades, performances e silêncios (HERMETO, AMATO; no prelo, p.2). Assim, junto à análise dessa circulação cultural, seus produtos e correlação com a identidade do bairro, as entrevistas de “história de vida” com pessoas que se dedicam a projetar vozes do bairro em suas trajetórias coletivas e particulares –

⁹⁹ Disponível em: https://www.instagram.com/p/CSbpJ2YsSIB/?utm_source=ig_web_copy_link

¹⁰⁰ Mais especificamente sobre a relação de História Oral e o campo das artes, ver Santhiago (2013).

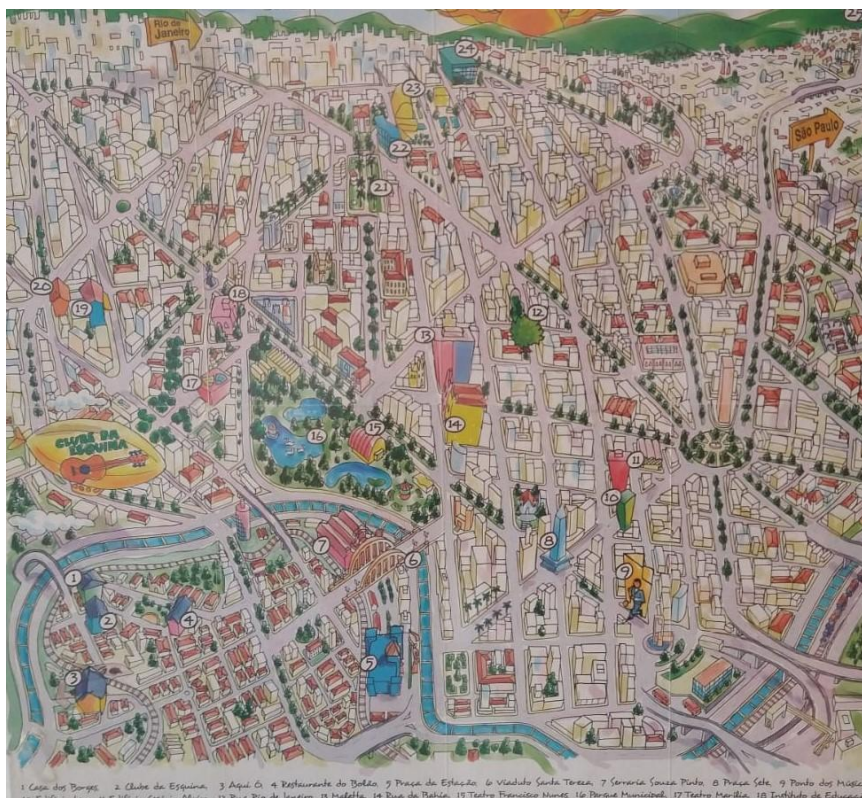
como o músico Marilton Borges –, nos dão apontamentos do entendimento do papel dos sujeitos e da cultura nos processos históricos e da mobilização do passado no presente de tal território.

4.10. Espacialização da Cultura

Enquanto pesquisa, são amplos os objetos que possibilitam uma investigação sobre História Pública. A cartografia ampliada da espacialização da cultura, expondo exclusões espaço-sociais no presente, pode mapear outros territórios de memória e amplia aspectos do passado a serem trabalhados igualmente no presente a partir da História Pública, sem com isso desconsiderar pontos celebrados pela gestão do patrimônio.

A própria visualidade de mapas e circuitos já produzidos é de interesse da História Pública. A cartografia de um bairro é algo que cumpre papel referencial e funcional para a gestão municipal, para efetuação de serviços, publicidade e deslocamento de cidadãos. Porém os mapas também sempre moram no campo da representação (FURTADO, 2007) e na circulação de identidades, tecendo desenhos que amparam projetos culturais ou de memória, nos quais sobressaem recortes, colocando em primeiro plano o que pulsa na afetividade. Entender o mapa não apenas como representação, mas também como afetividade em busca de uma comunicação social traz a possibilidade de análise dessa circulação cultural, no poder público e a partir dos sujeitos, movimentos e entidades diversas que disputam a imagem do bairro.

O mapa afetivo não diminui seu caráter indicativo e norteador, uma vez que a própria concepção dessa materialidade é uma abstração que passa pela subjetividade historicamente. Como nos lembra De Certeau em “A Invenção do Cotidiano” (1998), os primeiros mapas medievais eram indicações de percursos de peregrinações religiosas, forjando-se posteriormente como uma apropriação de um percurso. Assim, mais do que algo puramente racionalizante de um espaço, eles também se compõem a partir da apropriação de um percurso por determinados sujeitos, sob um ponto de vista e em uma intersubjetividade que posteriormente pode fazer sentido para um coletivo – fruto de uma produção de espaço *concebida e percebida* e a ser *vivida*, poderíamos dizer. Na imagem abaixo, vemos um mapa do Guia de Belo Horizonte: roteiro Clube da Esquina, de 2006. Neste, os locais por onde os membros do movimento musical circulavam nas décadas de 1960 e 1970 são redimensionados afetivamente, estabelecendo uma proposta diferenciada de mirada da capital mineira e de circuito a partir da experiência vivida por eles.

FIGURA 95 - Mapa feito pelo *Guia de Belo Horizonte: roteiro Clube da Esquina*.

Fonte: Guia de Belo Horizonte: roteiro Clube da Esquina (2006).

De espaços de alguma forma institucionalizados ou comerciais, como cinemas e bares com músicas ao vivo a manifestações algo espontâneas e locais de memória, como o Clube da Esquina, cultura enquanto entretenimento e fruição social têm morada certa no bairro de Santa Tereza. Presente em roteiros oficiais ou informais nas redes¹⁰¹, essa espacialização da cultura ora coincide ora diverge com imaginário constituído no bairro e apropriado pelo patrimônio. No entanto, é possível também caminhar em direção a uma cartografia de contrapelo, ou vista de baixo (SILVA, 2016), evidenciando outras práticas e sujeitos desconsiderados no recorte de identidade e mesmo espacial neste território, em vias de reconhecer a multiplicidade de acontecimentos que ocorrem neste território. Exemplo disso seria o Quilombo Teixeira, localizado em pleno bairro em sua parte intermediária entre a praça e a avenida Silviano Brandão. Depois de décadas de ameaças de despejo e ações judiciais, famílias assentadas ali desde o início do século XX receberam um reconhecimento como Patrimônio Imaterial pelo CDPCM-BH em 2019 (COSTA, 2022), contando com apoio de articulação do Movimento

¹⁰¹ Ver: <https://tremazulhostel.com.br/o-que-fazer-em-santa-tereza/>

Salve Santa Tereza (MSST), o que, no entanto, pouco trouxe até então de visibilidade e troca cotidiana ou mesmo de incorporação a uma cartografia do bairro.

A exclusão nem sempre parte de uma negação destes territórios, a exemplo também do caso da Vila Dias, nas encostas do bairro. Nas práticas discursivas mesmo progressistas se identifica uma retórica atrofiada de preservação e resistência, negando as particularidades do território que se pretende defender sazonalmente, num paternalismo de estado. Nesse sentido, tal vila, defendida por vezes em razão de seu caráter representativo de contraponto à ofensiva do mercado imobiliário e especulativo, quase nunca é considerada enquanto produtora de *cultura e história* tal qual na parte alta do bairro.

“Ninguém nunca foi lá embaixo. Mas nosso nome tá na ata das reuniões, agora tem interesse na favela”. A fala foi registrada em Audiência Pública realizada em 2019 no MIS Santa Tereza¹⁰², convocada frente a preocupações trazidas pela votação do novo Plano Diretor à época, que trazia riscos de verticalização na Vila Dias e São Vicente. A frase, dita por um morador e representante dessas áreas, trouxe desconforto aos presentes, por destoar de associações e vereadores claramente preocupados com o futuro das famílias das vilas, mas também por expor descompassos cotidianos para além das decisões de políticas urbanas ocasionais. Na imprensa, no engajamento acadêmico e comunitário, a preocupação frente aos dilemas que envolvem a Vila Dias é evidente, mas, igualmente, são pautados sob critérios de noticiabilidade e mobilizações sociais efêmeras. A Vila Dias simboliza defesas necessárias, mas recebe pouca atenção em sua cotidiana inserção no bairro e nas trocas estabelecidas com o conjunto.

Ressalta-se, portanto, que é fundamental que tanto os movimentos atuantes no bairro, como a própria sociedade busque considerar essas outras realidades presentes no Santa Tereza, não só como meio de comunicação e articulação entre as lideranças, mas também visando obter conquistas e melhorias conjuntas para o bairro. (COSTA, 2022, p. 116)

As contradições do desenvolvimento urbano capitalista deixam cada vez mais claras exclusões territoriais e disputas diversas, incluindo o campo das representações e imaginários. Na última década se multiplicaram estudos expondo o abismo social nas grandes cidades, como em Harvey (2014) e Maricato (2015). Com a escalada de uma retomada da desigualdade social no país a partir de 2015 (ROCHA, 2019), tornam-se mais visíveis esses abismos mesmo em localidades mais circunscritas como as dos bairros. Ainda que por vezes a abordagem dessas

102

<https://santaterezatem.com.br/2019/05/18/audiencia-publica-lota-o-cine-santa-tereza/>
https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=2352963511651289

questões siga uma dicotomia própria dos estudos urbanos, tais estudos trazem um enfrentamento das dinâmicas do cotidiano citadino com intuito de alcançar defesas tanto no campo político quanto de representação, a exemplo de “Planeta Favela”, de Mike Davis (2006).

O espaço concebido nos fornece um mapa mental da cidade, do bairro, por suas vias principais, referências territoriais, simbólicas e usos celebrados. Mas tanto no dia a dia quanto no carnaval a cidade se refaz numa infinidade de trajetos, combinações e apropriações em que o concebido tem suas linhas emaranhadas nesse novo cotidiano percebido e vivido. A partir de De Certeau (1998), vê-se que as táticas não são triviais, meras subjetividades, mas sim a efetivação da cidade. Ao passo que se ampara em mapas cartográficos e mentais, a dinâmica social também os reinventa. Tangenciando sentidos do patrimônio e à margem dele, essas representações revisitam e escancaram controvérsias, desigualdades e paixões das cidades.

Junto a elementos que constituem a identidade do bairro, é possível nos aprofundarmos nas disputas em torno da espacialização de Santa Tereza, com um olhar sobre a cidade continuamente a partir do fio diacrônico. Mas no campo das cidades, seria a história urbana apenas uma história na cidade? Para Raquel Rolnik (1992), não. E o ponto fundamental de diferenciação é a configuração espacial, cuja estruturação pode ser fonte preciosa de análise para a leitura das relações sociais e de trabalho. Um espaço, porém, dinâmico e ativado por seus sujeitos.

A interdisciplinaridade impõe-se como caminho adequado para o estudo de um objeto complexo como a cidade, o que não elimina, no entanto, resistência entre as áreas. A antropóloga Setha Low (2014) lamenta que por vezes a História considera o aspecto cultural antropológico como desprovido de temporalidade. Mas igualmente seria falho não ver a transformação imanente ao espaço, nunca vazio de significados, como postulado por Henri Lefebvre (2008). Low (2014) propõe que uma “espacialização da cultura” é capaz de apontar relações, representações e práticas nem sempre visíveis na superfície. A aplicação de uma etnografia urbana, nesse sentido, pode caminhar para identificar melhor injustiças sociais, desigualdades espaciais e gerar um engajamento transformativo, tendo o pesquisador como sujeito não só observador, mas agente de mudança ao identificar tais fissuras normalizadas.

No campo do patrimônio histórico, Belo Horizonte, assim como outras metrópoles brasileiras, encontra-se a partir das últimas décadas do século XX até o presente desta escrita num constante tensionamento, prático e retórico, no que se refere a sua defesa e representação. Se por um lado percebe-se a ampliação do arcabouço jurídico, conceitual e de sujeitos envolvidos em sua defesa (ARAÚJO, CASTRIOTA, 2011, p. 2), é também cada vez mais voraz

a articulação de empreendimentos urbanos de larga escala que supostamente dariam retorno ao imperativo de desenvolvimento econômico e turístico – em grande parte frutos de uma necessidade de canalização do capital especulativo (HARVEY, 2014). Frente a tal urgência, o patrimônio, ameaçado, muitas vezes age em resposta a tais segmentos, fechando-se em discursos de singularidade, numa relocalização estética do passado (LEITE, 2004, p. 20). As grandes cidades apresentam-se, desde então, como campo de investigação instigante, e não menos dramático, para observação de urgentes problemas da história social e urbana, como planejamento e administração.

Localidades de fortes vínculos de pertencimento social e cultural estão particularmente em constante pressão para se inserirem num campo de “disputa das cidades” (ARANTES, MARICATO, VAINER, 2002), vistas sob a ótica empresarial a partir dos anos 1990 no Brasil num empenho de “resgatar” vieses históricos, culturais e de demanda turística reprimida nestas áreas tradicionais, justificando “revitalizações” e “requalificações”¹⁰³ em capitais como Recife, Salvador e inúmeros projetos iniciados e interrompidos ao sabor do fluxo de capital e de parâmetros jurídicos (VEIGA, 2015). A política patrimonial, ainda que agindo como freio ao avanço de empreendimentos potencialmente devastadores, estes podendo levar à descaracterização de espaços tradicionais e danos a modos de vida dos cidadãos, acaba por claramente incorporar aspectos de turismo histórico em fluxos locais e globais. Seja entre formuladores de políticas urbanas e patrimoniais ou em meio a sujeitos ativos na defesa dessas localidades, a imagem da cidade está em permanente disputa e reformulação.

Os bairros, enquanto territorialidade delimitada geograficamente e guardando características urbanas e sociais passíveis de observação num tempo estendido, permitem uma mirada exemplar de embates empreendidos nas municipalidades – algo nítido em Belo Horizonte, em parte por sua história curta em comparação a outras capitais. Em poucas décadas, a verticalização de locais como o Belvedere evidencia o rápido avanço do capital econômico, enquanto regiões próximas ao centro como a Lagoinha espelham o abandono do Estado e, conseqüentemente, a vulnerabilidade a ações consorciadas sem debate amplo com a sociedade (PEREIRA, 2020). Nesse contexto urbano, Santa Tereza é reiterada em diferentes âmbitos como marco notável da preservação de uma certa urbanidade, como vimos no primeiro capítulo. Mas o que, ou quem, define aquilo que integra a cultura de um bairro?

¹⁰³ Para distinção do léxico patrimonial, ver Castriota (2009).

A crítica ao urbanismo, presente desde Lefebvre a autores contemporâneos, deixa à mostra como o discurso de uma neutralidade racionalista e determinista impôs claras exclusões históricas, amparadas em visões funcionais e de zoneamento. No entanto, aqui fazemos um apontamento sobre a visão que perpassa parte desses posicionamentos, de um entendimento do urbanismo unicamente como a vitória da mercadoria, como em Velloso (2018). O fato de sua preponderância grassar e deturpar o social não significa que a cidade seja o mero espelhamento disso, à espera de uma reversão total. Existem complexas gradações no dia a dia, nas “táticas” que não subjazem aos controles político-financeiros (DE CERTEAU, 1998), perpassando práticas dos cidadãos mesmo espaços destinados à mercadoria e ao comércio, como feiras e mercearias, tão qual analisado aqui.

Neste contexto, movimentos recentes, amparados sobretudo num acúmulo das lutas urbanas sociais, por moradia e direitos amplos, em âmbito local e global, partem da ideia de territórios continuamente atravessados por insurgências políticas e de representações solapadas por instâncias de poder político, econômico, midiático e patrimonial. Esses movimentos, mais do que um manifesto de ações para um contexto específico, são portadores de modos insurgentes de se pensar e planejar as cidades (URVOY, 2016).

É preciso, assim, reconhecer que as novas cartografias urbanas têm sido utilizadas por movimentos sociais e grupos invisibilizados do imaginário urbano, mantendo um pensamento ativo de disputa pelos espaços. Nesse sentido a ideia de cartografias de insurgências e invisibilidades expõe um caminho possível. Parte-se do princípio de que os conflitos não são posteriores à formação das cidades, mas o próprio motor histórico e presente destas. Nesse caminho, seria factível e desejável o mapeamento de ações e territórios fora do escopo de valorização genérica de bairro cultural. Na Figura 96 uma espacialização de lugares simbólicos, insurgentes e territórios de memória já trazidos a esta tese.

4.11 - A defesa do bairro a partir do conflito e heterogeneidade

Passeamos até aqui por um bairro em que a memória, *métis*¹⁰⁴, habita e circula por tal território modificando um espaço constituído pela heterogeneidade, pela diversidade e pluralidade de elementos, sujeitos, paisagens sonoras e visuais, a despeito de um recorte de singularidade restrito por parte das políticas do patrimônio e por tentativas do mercado financeiro e imobiliário de engendrar uma homogeneização e padronização, algo inerentes a estes mercados. Por outro lado, o conflito aparece como algo inescapável, sendo este, entretanto, mais do que algo negativo, uma possibilidade de compreender as disputas e os caminhos para a manutenção de direitos sociais, democráticos e de memória, incluindo a capacidade de mobilização e da inserção dos corpos no cotidiano vivido de Santa Tereza. Nesse sentido, nos deteremos agora sobre dois conflitos que explicitam essas importantes questões para nós, no aspecto sonoro e de gestão de resíduos no bairro.

Enquanto a Ave Maria dá suas últimas notas nas caixas de som da torre da igreja, os bares da rua Mármore começam a colocar mesas na calçada e instrumentos musicais são amplificados em caixas de som. Nas horas seguintes, paralelamente ao burburinho, grupos de Whatsapp do bairro começam a protestar contra o incômodo sonoro gerado por tais estabelecimentos, que geram perturbação mesmo após o encerramento da música ao vivo, dada a movimentação no entorno, com vozes, carros e comércio ambulante. Tal qual argumenta uma moradora em grupo denominado “Unidos por Respeito¹⁰⁵”:

O problema é que as pessoas distorcem o conceito de que a rua é pública. As pessoas acreditam que na rua pode ser feito tudo. O pior é que as pessoas acreditam que o bairro e os bares são patrimônio cultural de BH. É isso que tem de ser desconstruído. Precisamos de algo para tirar essa ideia de bairro boêmio. Tem bares? Sim, mas tem residências. É um bairro residencial que tem bares e não bairro boêmio que tem residências.¹⁰⁶

A permanência de certa paisagem edificada, parte tombada pelo patrimônio, e de modos de vida comunitários, culturais e boêmios, também reconhecidos e destacados por tal política de preservação, estabelece uma falsa ideia de unidade e entendimento entre os diferentes segmentos que residem, trabalham e frequentam Santa Tereza. Fato é que o conflito também é marca permanente do bairro. Existem camadas sobrepostas, *layers*, que estabelecem visões

¹⁰⁴ Cabe destacar que por *métis*, termo grego que remete a astúcia e prudência, entendemos a inteligência e prática cotidiana a partir da memória que modifica práticas e espaços, tal qual argumentado por De Certeau (1998, p. 151).

¹⁰⁵ Este pesquisador integra o grupo como morador e também como possibilidade de entendimento de conflitos no bairro.

¹⁰⁶ Mensagem de grupo de aplicativo Whatsapp.

distintas e interesses, como diversão ou descanso. Cada qual parece ter uma percepção própria da paisagem mais coerente a ser mantida ou estimulada no território. Neste relato, o morador deixa claro que acredita que o bairro pertence aos moradores e que a imagem boêmia e cultural associada a ele é um equívoco que traz danos ao cotidiano dos residentes. Bastos (2019), em tese sobre a questão sonora, aprofunda a complexidade da perturbação sonora no meio urbano, que carece de debate mínimo que compreenda o sofrimento da vítima, mas também o papel simbólico do som e da música para além do plano físico e da busca da resolução unicamente pela legalidade e denúncias. Assim como a gestão de lixo e de águas, o fator sonoro precisa ser debatido e gestado por diferentes segmentos.

Enquanto o debate sonoro não se tornar, como tudo, algo coletivamente compartilhado, não haverá uma cultura constituída sobre a música e suas implicações estético-sonoro-visuais, o som e sua inserção social em geral, e a possibilidade de problematizarmos os impactos de tais fenômenos na vida humana. (BASTOS, 2019, p. 308)

Nesse sentido, o som, tal qual argumentamos em capítulo anterior, possibilita identificar e compreender essas fronteiras culturais e sociais, que expressam desejos de permanência ou ruptura. Durante esta pesquisa, numa mesma tarde, dois sons estridentes de maquinário foram ouvidos no bairro, por uma distância de poucos quarteirões, ambos causando incômodo nos passantes e vizinhos. No entanto, eles partem de premissas diferentes de um futuro do bairro. No primeiro deles, motosserras cortam os galhos de um ficus na rua Silvianópolis, indicando uma obra que começaria nos dias posteriores com seus caminhões de concreto. De forma sintomática, os muros do terreno, por anos sem construções, trazem grafites com elementos de identidades conferidas ao bairro, como o viaduto, figuras carnavalescas, e também desejos de cidade, como uma casa de traços simples, bicicletas, pipas, árvores, flores e termos como “agroecologia”.

A casa já não existia ali, mas o estado intermediário daquela localidade, com restos da edificação demolida, como pisos a azulejos, e com copas de árvores no antigo quintal, permaneciam como disputa de uma ideia de cidade, de certa forma vencida pelo projeto do novo edifício. Curiosamente, a foto ilustrativa do futuro prédio mostra um local cercado de árvores, enquanto a primeira atitude do empreendimento foi serrar todas as que ali existiam, seja na calçada ou na parte traseira do terreno. O uso da fotografia também pode ser importante, como destacam Mauad e Lopes (2021), para compreender a era do antropoceno ou capitaloceno, em que o planeta é marcado mesmo geologicamente pela ação deletéria humana desde a revolução

industrial e guarda no presente o desafio de políticas efetivas de sustentabilidade para garantir algum futuro as gerações vindouras.

FIGURA 97 - Remoção de árvore para construção de prédio



Fonte: Foto do autor, março/2023.

Do ponto de vista sonoro, a construção de um prédio representa uma interrupção brusca de sons estabelecidos por décadas num imóvel e em interdependência com o entorno. Em questão de poucos dias, toda ecologia sonora de uma rua é alterada, com a presença de frequências acentuadas e homogêneas de maquinários alterando um equilíbrio sutilmente construído em décadas anteriores entre as práticas privadas e públicas de uma residência ou mesmo de um terreno parado, mas com árvores frutíferas na calçada e quintal. Junto ao incômodo sonoro, os moradores lamentam o pó de cimento proveniente da obra, que invade janelas e se deposita nos ladrilhos hidráulicos e móveis. O som do terreno, antes marcado pelo cantar de pássaros e balançar das folhas de árvores diversas, agora é pontuado por marteladas e britadeiras.

Já numa manhã de domingo, ouve-se o estridente som de uma britadeira próximo à Praça Duque de Caxias. Cerca de 10 pessoas se reúnem na Rua Salinas, logo atrás do Colégio Tiradentes, que estabelece um quarteirão de impessoalidade frente ao extenso muro e num ponto de fluxo intenso de automóveis. Ali, de posse de picaretas e britadeira eles cavam dois grandes buracos na calçada. Com camisetas verde-musgo e chapéus para se protegerem do sol,

integrantes do coletivo Arboriza BH plantam duas mudas adultas de ipê, com preocupação com encanamento subterrâneo da rua e previsão de crescimento da árvore em relação à fiação.

FIGURA 98 - Coletivo ArborizaBH planta árvore em calçada na rua Salinas



Fonte: Foto do autor, fev/2023.

As duas ações, com aportes financeiros muito distintos, representam uma clara disputa de cidade. Um coletivo sem maiores recursos que não a doação de mudas e o trabalho voluntário, corre contra uma capital cada vez menos arborizada, mobilizando-se enquanto sociedade civil para criar micro-espços capazes de regular temperatura, atrair biodiversidade de pássaros e espécies parceiras e, sobretudo, lugares de mais qualidade de vida numa cidade possível. No ponto oposto, o direito à propriedade privada, junto a trâmites autorizados por órgãos competentes, age também na esfera pública, alterando a paisagem, suprimindo as poucas árvores do quarteirão, além das espécies no interior do terreno.

Entre o desejo de romper com legislações de preservação e incentivar permanências, um bairro como Santa Tereza também estabelece paisagens encapsuladas, com as fronteiras convertendo-se tanto em troca quanto em fratura. Santa Tereza é habitado pelas culturas de fronteira (CANCLINI, 1997) e por espaços ambíguos e no limiar entre casas antigas e comércios diversos, entre o público e o privado.

O espaço incita e imita a ambiguidade. Os sítios específicos da cidade moderna são transformados em espaços liminares pós-modernos, que tanto falseiam como fazem a

mediação entre natureza e artefato, uso público e valor privado, mercado global e lugar específico. (ZUKIN, 2000, p.82)

As fronteiras, como “espaços liminares”, apresentam-se permanentemente como espaços sociais e abstratos com capacidade de transformação política (ZUKIN, 2000). Nesse sentido, argumentamos que junto às políticas de preservação e proteção social, é preciso dar atenção às fronteiras, do ponto de vista simbólico e de estímulo a práticas à margem do desenvolvimento urbano e do turismo cultural. Junto às casas preservadas, terrenos abandonados ou empreendimentos recentes, Santa Tereza possibilita a conformação de lugares de fronteira e potencial de transformação social e política.

FIGURA 99 - Detalhe de muro grafitado em terreno com árvores removidas



Fonte: Foto do autor, março/2023.

4.12 - Lixo, ação no comum, redes, sustentabilidade e corpo

O final da tarde é um horário limiar relacionado ao descarte do lixo urbano. É a partir desse momento que os moradores começam a colocar sacolinhas para fora de casa, tirando de seus lares resíduos de sujeira e mau cheiro. Porém, antes mesmo que os caminhões comecem a circular no bairro, catadores de material reciclável já se antecipam em busca de algo de valor nas calçadas, sobretudo alumínio – ou mesmo alimentos. Para os moradores, a situação gera incômodo, por ter seu lixo revirado e mesmo sensação de insegurança. Para uma legião de pessoas, dá-se início a uma nova jornada de possibilidade de sobrevivência. As calçadas

tornam-se palco do encontro indesejado entre esses dois mundos e apreensões, com passos rápidos para dentro de prédios e mãos ligeiras dos catadores em identificar e organizar os materiais.

Em outro ponto do bairro, um espaço tenta fazer uma ponte entre esses dois mundos. O muro de tijolos e o portãozinho ornamentado indicam tratar-se de uma construção antiga no bairro Santa Tereza. De fato, o imóvel chegou a constar na relação de imóveis a serem tombados pelo patrimônio estadual, porém a parte frontal, foi cedendo ao tempo e, por fim, foi demolida. A partir da calçada, cruzando o degrau de acesso, essa arquitetura se faz presente na forma de ruína, qual uma casca de passado edificado pelas laterais, enquanto uma construção recente, erguida a partir de técnicas de bioconstrução, com materiais reaproveitados e de princípios de sustentabilidade, convida os olhos e ouvidos de quem passa pela movimentada rua Anhanguera. Tal via localiza-se numa fronteira do bairro, junto a outras vias que desaguam na Avenida Silviano Brandão, com casas antigas em diferentes estágios de preservação ladeadas por prédios, comércio e serviços, como posto de saúde e centro de apoio mental.

Identidades diversas de passado circulam por aquela fachada, como é próprio das ruínas (FORTUNA, 2014), enquanto uma nova dinâmica se dá no seu interior e em diálogo com o externo – visual e sonoramente. As grades pontiagudas que restam do antigo muro, reforçadas agora com arame farpado, recebem fitas coloridas. Parte do gradil foi alojado informalmente num muro lateral de acesso ao quintal. Ali elas servem de anteparo para vasos de plantas do espaço, que trabalha com horta coletiva, recolhimento e tratamento de resíduos recicláveis e orgânicos. Reaproveitados, esses materiais seguem comunicando um passado enquanto se reatualizam nos usos e do presente. “São lanças de guerreiros africanos, de guerra e proteção”, diz Arruda, responsável pela horta, sobre os ornamentos dos gradis.

Ao fundo da casa, convertida em empório de alimentos orgânicos, galpão de triagem de recicláveis e brechó de roupas, um quintal se abre com hortas, pomar de bananeiras e mangueiras. Tanto as copas das árvores quanto os sons que ela abriga cruzam os limites dos prédios ao lado. Ouve-se passarinhos, sons do manuseio de ferramentas na terra, de processamento de plásticos, conversas, além de risadas e choro de crianças, indicando também um ambiente de moradia, por uma das famílias que trabalha no local.

Em meio a terrenos de grande disputa imobiliária, uma espécie de chácara e comércio comunitário forja-se como uma utopia de desafios e possibilidades de sociabilidade do bairro e da sociedade no presente. O entra e sai de moradores do Santa Tereza e outros bairros também é constante, trazendo baldes de lixo orgânico e sacos de materiais reciclados, que a partir de um

processo associativo, permitem descontos no empório, plantas e fornecimento de terra. De forma articulada, busca-se a construção de um *comum* urbano a partir de um ecossistema cooperativo territorial, num processo de co-construção. “Esse caráter mais permanente dá a esses elementos as condições para que um ecossistema cooperativo territorial seja de fato constituído, em torno de valores e vontades diversos, e alimentado por práticas que confluem em torno de um comum” (SOUZA, 2021, p. 92)

A trajetória de defesa do bairro no contexto da redemocratização nos anos 1980 e 1990, com debates sobre o Plano Diretor, e ações comunitárias e engajadas se atualiza em demandas diversas que eclodem a partir da década de 2010. Torna-se, enquanto pesquisa, imperativo entender a defesa pelo caráter simbólico e pelo pertencimento que o bairro estimula para toda a cidade, não pela proteção desinteressada de um passado paralisado na paisagem urbana. Do território à história, a noção de *diferença* se mostra salutar, com uma diversificação de sujeitos a partir de um *comum*, com valores não necessariamente coincidentes, mas que se apoiam em interdependência.

Como nos mostra Gravano (2003), o bairro tem uma importância dentro da vida social que o transcende e o envolve na trama dos conflitos sociais, no âmbito da reprodução social. Como ele demonstra, a identidade de um bairro não é determinada pelas relações empíricas, mas sim pela atribuição e construção de representações simbólicas, de reconhecimento. “Las rupturas a producirse desde su interior, en el terreno de las representaciones, asumirán el valor de la alternidad, de lo otro por decir, de lo otro por plantear, de lo otro por hacer” (GRAVANO, 2003, p. 280). É assim que o antropólogo argentino aponta que não são as relações cotidianas de vizinhança que determinam necessariamente os laços de identidade e catalisam ações em prol de um bairro, mas sim “el reconocimiento, la autoatribución y la construcción de representaciones simbólicas”.

Paisagem edificada preservada, práticas sociais e a circularidade cultural e histórica reiterada comunitariamente e nas mídias sustentam um comum compartilhado por moradores do bairro, mas também de outras partes da cidade e mesmo externamente à Belo Horizonte, num pertencimento que se desterritorializa e se retorializa. Nesse sentido, a perspectiva do *comum*, algo tão almejado na vida urbana, se torna possível ao horizonte imediato, não como um desejo utópico, mas como um intuito de continuidade possível na qual a alteridade de indivíduos diversos tem espaço para se somar.

Recorrendo a um termo já banalizado na retórica de análises urbanas, o “direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001) torna-se palpável coletivamente, não por já ter sido alcançado

plenamente, mas por ser trazido à concretude de debate e ação cotidiana. Ganha importância o direito à própria paisagem a ser defendida e apropriada – ponto de partida para a rememoração, contemplação criativa, projeção de laços e vínculos entre regiões distintas e reivindicação de garantias de moradia, segurança e bem-estar. Numa “partilha do sensível”, como exposto por Ranciere (2005), o todo é dividido em várias partes, mas também se converte num comum participativo.

Um comum que não se esgota quando subtraído, multiplicando-se e crescendo com quem o toma como seu. Nesse sentido, o comum se contrapõe ao privatizado não propriamente pelo direito de posse, mas sim pelo acolhimento das alteridades. O espaço comum é infinito em usos, trocas e simultaneidades, enquanto a privatização do espaço trabalha por extrair usos e ganhos num campo de possibilidades estreito e mensurável.

Na extremidade oeste da Praça Duque de Caxias, a copa de uma imensa árvore propicia uma farta sombra sobre as inúmeras atividades que se desenrolam ali, de namoros a bate-papos entre desconhecidos no banco compartilhado. A grossura de seu tronco propõe tratar-se de uma espécie com cerca de um século, enquanto uma placa da prefeitura, junto a um QR Code, indica o nome científico *Mogno comunitariuns*. Mesmo com amplas áreas livres – fator central para o entendimento das diversas dinâmicas que ali se dão –, a praça conta com boa arborização. Os quarteirões circundantes, no entanto, carecem de sombras, algo que coletivos distintos que atuam no bairro buscam reverter com o replantio de árvores¹⁰⁷ por voluntários, fazendo igualmente um mapeamento de exemplares e espécies. Mesmo isoladas e espremidas pelo protagonismo dado aos automóveis, estas raízes subterrâneas das árvores tecem uma comunicação e troca intensas de nutrientes, como bem se sabe hoje (MANCUSO, 2019) pelo avanço dos estudos de sustentabilidade, mesmo em meio urbano.

Entender as trocas que se dão em rede, ainda que distintas do olhar imediato, do comunitário ao cultural e político, é um dos intuitos desta tese. Numa visão rizomática (DELEUZE, GUATTARI, 1995), trazer a perspectiva da sustentabilidade também aponta para a impossibilidade da separação de fatores como moradia, recursos naturais, paisagem social e ambiental, mesmo que à História isso possa gerar estranhamento, apegada que está à ação humana ou a uma crítica, procedente em certa medida, de certo caráter holístico (BARTH, 2000, p. 112) deste outro campo.

¹⁰⁷ Ver: <https://www.santaterezatem.com.br/2020/10/18/arboriza-bh-nenhum-toco-a-mais/>

Mas essa dinâmica interdependente dos territórios, assim como seus contrapontos de apropriação pela degradação (SERRES, 2011), não podem ser ignoradas pelo estudo das cidades, além de trazerem metáforas que clareiam os dilemas históricos. Mais do que suas riquezas específicas, é a diversidade e complexidade da paisagem, enquanto acolhimento da *diferença*, que mantém a delicada estabilidade de usos, segurança e contraponto a modelos homogêneos. Se por um lado políticas de patrimônio hegemônicas defendem alguns desses importantes fatores, como a manutenção de paisagens antigas, por outro dificultam a espontaneidade dos usos e sua diversificação no presente, causando uma erosão de biodiversidade social, também amparada na abundância, que se recicla no presente.

Em livro sobre a Amazônia, João Moreira Salles (2022) mostra como uma ocupação desinteressada na riqueza da floresta acaba substituindo-a por pasta, numa homogeneidade que desconhece e empobrece a diversidade dos ecossistemas. Colocar a história das cidades em diálogo com uma sustentabilidade urbana salienta os marcadores da diversificação, abundância e inclusão, à luz mesmo de autores como Lefebvre (NAPOLETANO, 2020). A biodiversidade é a engrenagem que faz as sociedades (meios urbanos) funcionarem. As casas já foram parte dessa engrenagem no passado, e seguem sendo, mas precisam ser entendidas nesse novo contexto de disputas urbanas, para sua própria manutenção. Sua permanência é catalisadora essencial de práticas e imaginários, porém é preciso vê-las não de forma anacrônica, mas no modo com que se equilibram nesta *ecologia* urbana nas últimas três décadas.

A ideia de abundância da sustentabilidade se opõe claramente a parâmetros das políticas de patrimônio, que traçam singularidades e oposições temporais e territoriais. Neste contexto de diversificação de elementos, sujeitos e práticas, ganha força o abarcamento de diferenças, de sujeitos diversos que se colocam aptos e dispostos a atuar na defesa do bairro, de moradores e artistas a acadêmicos, turistas, políticos, jornalistas e anônimos, a partir de projetos oriundos mesmo de outras regiões da cidade, num processo de reterritorialização e reatualização de identidades que se ancoram em Santa Tereza.

Os bairros também estabelecem comunicação intensa e histórica não apenas com o centro da cidade (LEMOS, 2010), mas entre si, por questões estruturais, de serviços ou de mobilidade urbana. Outras afinidades se estabelecem num tempo mais alongado e se reescrevem pela ação de sujeitos e coletivos. O Aglomerado da Serra possui um importante protagonismo na capital mineira em mobilizações comunitárias (ALMEIDA, 2006), projetos sociais e programas de rádio. Foi lá que surgiu a Rede Lixo Zero, em 2017, cooperativa de

tratamento de resíduos para reciclagem e compostagem, formando mão de obra e atenuando o impacto do lixo na região.

A ação se expandiu no mesmo ano para dois núcleos no bairro de Santa Tereza, em espaços cedidos por proprietários da região em imóveis parados ou com aluguéis a preços sociais. A iniciativa hoje atua com uma rede de dezenas de beneficiários de todo bairro para recolhimento de lixo reciclável e orgânico, somada a uma horta comunitária e comercialização de produtos agroflorestais de toda região metropolitana de Belo Horizonte. Junto à questão da sustentabilidade, a iniciativa projeta outras identidades portadas pelos colaboradores, todos moradores da comunidade da Serra, como a capoeira e o reggae.

Além da referida unidade Anhanguera, o Núcleo Lixo Zero possui uma base na rua Bom Despacho. Esses núcleos articulam-se com rede de catadores de materiais recicláveis (ACs), ações de agroecologia urbana e governança territorial, repensamento na destinação de resíduos e impactos sociais. Tal qual um “laboratório urbano de política do comum”, busca uma cooperação civil ampla, como investigado por Souza (2021) em tese intitulada “Lixo Zero? Uma pesquisa-ação na co-construção de uma solução territorial para os resíduos sólidos urbanos”. Segundo o pesquisador, princípios de cooperação buscam construir vínculos sociais, partilhas e interações para além da individualidade dos participantes, com a possibilidade de trocas conscientes e forjadas em rituais cotidianos.

Com ações que remontam a lutas dos catadores e debates no início da segunda década do século XX, a escolha do bairro não se deu casualmente. “O bairro de Santa Tereza era visto como um bairro especial, onde um projeto piloto poderia ser construído” (SOUZA, 2021, p. 114). Teve peso na escolha a referência para toda a cidade de tal território como portador de uma vida cultural e engajamento comunitário para conservação de um estilo de vida e “por ser um bairro referência em Belo Horizonte, formador de opinião, e com alto trânsito de pessoas de toda a cidade” (SOUZA, 2021, p. 115). Assim, o bairro passa a ser não um reduto fechado em si, como muito se argumenta, mas uma janela a possibilidades de ressignificar a cidade e suas práticas.

Igualmente, a existência de espaços no bairro com acúmulo de vivências e trajetória pessoais de moradores e trabalhadores do bairro possibilitam ações iniciais e permanências, a exemplo de oficinas junto a crianças e de coleta pioneira de recicláveis no entorno da Escola Municipal Professor Lourenço de Oliveira (EMPLO) ainda em 2017. A partir disso, o que veio a constituir-se como a Rede Lixo Zero (RLZ) Santa Tereza tem início, segundo Souza, “a partir da reunião de pessoas interessadas em contribuir para a solução da questão dos resíduos em

uma escola e em um bairro” (p. 264). De forma ampliada, a iniciativa articula-se em sua base com movimentos sociais, associações de moradores, escolas e jornalismo comunitário local, com destaque à Cooperativa Solidária dos Trabalhadores e Grupos Produtivos da Região Leste/BH (Coopesol) e o coletivo Roots.

Criado no Aglomerado da Serra, o Roots possui forte vínculo com a identidade negra, desenvolvendo ações de reflorestamento e sustentabilidade, como o Spiralixo (de fabricação de composteiras), e projetos sociais derivados, como Vidas Compostas. De forma estruturada, o RLZ comunga, tal qual estudado por Souza, pilares como a cooperação transversal na governança, ações entre a micro e a macro escala, segurança alimentar, espaços de escuta e diálogo com atores do poder político. Assim, aspectos do bairro de Santa Tereza abarcam lutas amplas da cidade como um todo.

A idealização de uma alternativa sustentável para a gestão de resíduos já era produzida há mais tempo, no seio do movimento social dos catadores de materiais recicláveis e de entidades parceiras, que lutavam e ainda lutam contra as ameaças ambientais, sociais e econômicas que a incineração e outras tecnologias destrutivas representam.” (SOUZA, 2021, p. 264)

Através do diálogo com cooperativas, o RLZ busca estruturar laços para a destinação e também segurança social a pessoas envolvidas em diferentes etapas. Apesar de recolherem 90% do lixo reciclável, a vida dos catadores ancora-se na miséria, exploração por parte de compradores e discriminação (SOUZA, 2021). Em pesquisa de campo entrevistamos o reciclador Warley da Conceição Santos. Morador do bairro Paraíso, ele sai todos os dias às 6h e recicla até 1h da manhã. “Como diz minha mãe: o lixo é rico e é dinheiro jogado no lixo, as pessoas desperdiçam muito. Hoje da reciclagem é que eu tiro o sustento da minha família, cuido dos meus filhos, cuido de mim”, conta.

Segunda, quarta e sexta ele atua nos bairros Alto Vera Cruz e Jardim Pirineus, na parte da manhã; na parte da noite, trabalha nos bairros Pompéia, Sagrada Família e Santa Tereza. Nas terças, quintas e sábados, na parte da manhã percorre Santa Efigênia, Paraíso e São Lucas e na parte da noite, a Serra e parte da Avenida do Contorno. Ele também armazena em bags parte do reciclado, mas no dia-dia-dia faz a troca diuturnamente no Taquaril e pela noite na Niquelina, na Serra.

Ele não esconde ser usuário de crack há 15 anos, refúgio à solidão e dificuldades nas ruas. Ele já perdeu um irmão assassinado pelo tráfico, possui uma irmã em estado terminal de câncer e outra que sobreviveu a uma tentativa de feminicídio poucas semanas antes do depoimento, tendo levado oito facadas. Dos cinco filhos dele, um também enveredou para o

mundo das drogas. Mesmo dependente, Warley leva a sério o trabalho como reciclador, com rotina árdua e bem-organizada.

Aí agora à tarde e à noite eu fiz Sagrada Família, Pompéia e tô finalizando o Santa Tereza e daqui eu já vou pegar a Avenida Mendes Sá e já vou subir lá pra Serra pra vender meu material pra mim comprar um litro de leite pro meu filho, comprar um sanduíche e infelizmente comprar uma pedra de craque.

Os catadores separam sobretudo pets, latinhas de alumínio, cobre e PAD¹⁰⁸. Mas os valores caíram vertiginosamente nos últimos anos (o quilo da latinha passou de R\$ 9 para R\$5,50). Warley conta que os depósitos que comprem os recicláveis se aproveitam da vulnerabilidade social dos catadores e do vício de parte deles, oferecendo valores fora do mercado principalmente na madrugada e mesmo enganando quando o fornecedor desconhece a qualidade do material oferecido.

A maioria dos donos de ferro-velho acham que toda nossa correria é só pra usar droga. Mas a vida da gente, eu digo a minha, não é baseada só em droga. Porque eu preciso comer, eu preciso comprar um litro de leite pro meu filho. Eu preciso comprar uma pasta de dente, um papel higiênico, um sabonete. E assim vai. Mas aí muitos abusam.

Warley é rapper, tendo mais de 40 músicas, algumas delas compostas enquanto esteve preso, em Ribeirão das Neves, pelo furto de R\$1,70 para comprar crack, segundo ele. Uma delas, o Rap da Camisinha, chegou a ser premiada numa disputa na cadeia, tendo recebido uma cesta de café da manhã pelo primeiro lugar. Já tendo cursado teatro, oficinas de canto e mesmo se matriculado em um curso superior, seu sonho hoje é ser artista e também cursar direito.

Mesmo fazendo um trabalho de suma importância, que deveria ser obrigação do estado na destinação dos resíduos recicláveis, os catadores vivem na marginalidade e incompreensão, necessitando desenvolver táticas (DE CERTEAU, 1998) de sobrevivência, de leitura das ruas, para ter acesso ao lixo, antecipando-se aos caminhões e tecendo alguma forma de sociabilidade e confiança com os moradores – desafio presente para todas as iniciativas que visam a redução de resíduos.

Voltando aos núcleos do Lixo Zero, estes se estruturam no bairro a partir de formas menos convencionais do ponto de vista imobiliário, assim como as mercearias analisadas no capítulo 2. Na Bom Despacho, firmou-se um acordo de cessão do terreno, por interesse da proprietária em viabilizar ações de sustentabilidade em uma área sem uso naquele momento. Já na Anhanguera, o terreno abandonado, com casa em ruína, possibilitou um aluguel com menor

¹⁰⁸ Polietileno de Alta Densidade (PAD). Já PET fez respeito a garrafas de plástico produzidas a partir de resina termoplástica da família dos poliésteres

custo. O perfil dos proprietários, sobretudo da Bom Despacho, acabou por construir uma rede de confiança como caminho para a aceitação comunitária, visto que o bairro carrega viés tradicional e por vezes conservador, como percebido pela pesquisa de Souza (2021).

Os núcleos instalados em Santa Tereza refletem também um “empoderamento social democrático e igualitário”, de se tentar criar novos ecossistemas cooperativos, de prática e ação de sujeitos coletivos, segundo Souza, de forma mais ampla que a própria questão do lixo. Nesse sentido, a busca de um “comum urbano” pode se alinhar ao patrimônio cultural do bairro, seja por suas edificações tombadas ou modos de vida. Em outro aspecto, para além da funcionalidade, o núcleo acaba por criar um espaço de bem-estar, diálogo e contato com a natureza, ampliando o debate em torno da sociabilidade e a construção deste comum.

FIGURA 100 - Núcleo Lixo Zero, na rua Bom Despacho.



Fonte: Foto do autor, ago/2021

Atuando no tratamento de lixo, uso da terra e na função social de terrenos parados, iniciativas como essa também reatualizam as identidades e referências do bairro de Santa Tereza a partir das trocas que se possibilitam com outras regiões da cidade igualmente com forte grau de pertencimento e engajamento. São processos históricos e culturais recentes engendrados no cotidiano que culminam numa ação autogestionada e colaborativa, com dinâmicas e inserções

que também podem e devem ser vistas como imagem referencial do bairro na contemporaneidade.

Espaços tombados pelo patrimônio abarcam imaginários transformativos do presente, além de experiências de gestão coletiva, com trocas e serviços comunitários. Num contexto de deterioração política e social, as ações em nível local, deliberativas e participativas são vistas como índices democráticos (DAHL, 2009). Nesse sentido, o bairro mostra-se potente em sua diversificação pela sua capacidade de acolher tais espaços que tangenciam o histórico de maneiras diversas que não somente o patrimônio tombado.

Porém, para além de processos racionalizantes ou imaginativos, o cotidiano destes lugares dá-se na prática dos corpos que interagem e modificam o espaço. A mão que trabalha a terra e colhe alimentos, o brincar das crianças nos corredores das hortas, o separar dos materiais recicláveis, o cheiro de composto, das ervas aromáticas e do café orgânico: tudo isso cria um espaço de transformação vivo, no presente dos territórios. A inauguração do Núcleo Anhanguera, em 2023, espelhou essa conjunção entre o *percebido*, de imaginar um lugar, e do *vivido*, com bloco carnavalesco saindo da Praça Duque de Caxias, ganhando as ruas do bairro até chegar à sede do Lixo Zero, com jogos de corpo, danças, cantos, risos e braços que ofertavam hortaliças produzidas ali e em outros espaços de agroecologia.

FIGURA 101 - Inauguração do núcleo Anhanguera do Lixo Zero



Fonte: Foto do autor, março/2023.

FIGURA 102 - Inauguração do núcleo Anhanguera do Lixo Zero em Santa Tereza



Fonte: Montagem a partir de fotos do autor, março/2023.

Ao acompanhar tais dinâmicas, percebe-se que o agir no bairro e seu engajamento passa necessariamente pelo corpo em trânsito no território, sua possibilidade de reconhecimento e ação, visível na tomada das ruas pelo carnaval, e igualmente potencializado no cotidiano em micro-ações. Existe assim uma percepção do espaço cotidiano como ação revolucionária a partir do corpo em ação criativa e inventiva, este como portador de memória (CONNERTON, 1999) e locus do ato. O acento no *vivido* de Lefebvre, como salientado em Silva e Veiga (2023), é a chave para um território e seus sujeitos diversos em processo de resistência, mas também “reexistência”. A cidade assim é processual e invenção, viva (AGIER, 2011) e praticada (DE CERTEAU, 1998), nunca acabada.

O foco desloca-se da cidade como objeto de pensamento para as interações diárias entre os sujeitos de carne e osso. Essa abertura para uma condição temporária de não-saber é um caminho para um saber que busca maior complexidade dos fenômenos urbanos, cartografando distintos modos de vida marcados por ambiguidades, incoerências, contradições, segregações etc. (SILVA, VEIGA, 2023, p. 18).

O cotidiano, nesse compasso, carrega uma junção paradoxal entre repetição e diferença, mas que na verdade é a forma mais básica de *produção* (SILVA; VEIGA, 2023). Essa perspectiva lefebvriana, como exposto pelos autores, passa por assumir a importância da práxis para uma coalizão de transformação da cidade, numa reforma urbana progressista-utópica, a

exemplo de ações *bottom-up* e autogestionadas em torno de um *comum* (TONUCCI FILHO, CRUZ, 2019). São processos que demandam esforço investigativo para (re)conhecer as múltiplas territorialidades e práticas enraizadas e em enraizamento no presente, com vistas ao futuro.

Rememoração e reimaginação de um dado espaço trabalham um mesmo chão, arando a terra dura do presente para rever o passado, repensá-lo e igualmente projetar possibilidades de futuro. No regime do presentismo (HARTOG, 2014), o porvir torna-se mais ameaçador do que uma promessa em si, tendo em vista a crise climática que coloca a vida humana em risco, dentre outros fatores. Mas não podemos abdicar de pensar o futuro ou de ao menos “adiar o fim do mundo” (KRENAK, 2019). Ao invés da “esperança placebo”, que ignora os imensos desafios ambientais, políticos e sociais”, precisamos, segundo o intelectual indígena Ailton Krenak¹⁰⁹, de uma utopia baseada no conhecimento e implicada com a vida e com a ação. Lembrar e reimaginar tornam-se ferramentas políticas, por isso a importância dos territórios possibilitarem o fruir da memória e da imaginação, tal qual ocorre em Santa Tereza.

“Ainda que a cidade anoiteça ou desapareça, piso no pedal do sonho e a vida ganha mais alegria.” Num bairro aberto à imaginação do passado e futuro, como na música “Tesouro da Juventude”, a utopia se redime de seu desgaste solidificado ao longo do século XX. Imaginar a cidade, que já pautou o socialismo utópico (GRAVANO, 2003) e perpassa a criação artística e literária, pode estar também fincada no cotidiano transformativo. Assim, hoje as utopias urbanas permanecem não tanto como projeções futurísticas, de expectativas e fascínios do porvir, mas como crítica do próprio presente (SARLO, 2016, p. 69), com vias de transformações do presente.

Santa Tereza, Belo Horizonte, 18 horas. O sino e a Ave Maria projetados pela igreja na Praça Duque de Caxias realocam tradições, acordam a noite boêmia e adormecem o dia de trabalho e estudos. As cores alaranjadas no horizonte, conquistado graças à legislação de ADE do bairro, pincela tons limiars entre claro e escuro. Num território habitado e circundado pela memória, tudo ali é fronteira: nas práticas culturais, no uso entre comercial e residencial dos imóveis tombados, na indeterminação entre bar e mercado das mercearias, nos jogos de público e privado dos quintais e varandas, nas sonoridades que permeiam os estabelecimentos e casas, na busca pela privatização do espaço ou na ampliação do comum e de gestão coletiva dos espaços, na música que irrompe das janelas, esquinas e festivais. É nesse limiar e nessas

¹⁰⁹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-7CJaG0qNGs>>

fissuras, tão presentes em Santa Tereza, que residem e resistem ideias de transformação política e social numa utopia do presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História, de forma mais acentuada em sua particularidade de campo de conhecimento, está à procura da diferença, da ruptura na ordem temporal (HOBSBAWM, 1998). Sem desconsiderar as estruturas, continuidades e tempos sincrônicos, a ação dos sujeitos pode ser identificada e mapeada neste tempo diacrônico. No entanto, no estudo do espaço, dos territórios, a perspectiva de diferença e ação tendem a ser suplantadas enquanto potência epistemológica, sucumbindo a ideias de unicidade, singularidade e continuidade. Porém, como tentamos trazer aqui, bairros como Santa Tereza têm sua sustentação de dinâmica urbano-histórica e empatia de engajamento e defesa exatamente pelas diferenças que trazem em sua paisagem, mesmo que contraditórias por vezes. Como buscamos comprovar, a efetividade de um território histórico no presente é proporcional ao quanto consegue abarcar de alteridades e sujeitos que tomam parte e o reinventam – ao contrário do mercado, que o mercantiliza, padroniza e homogeneíza, e mesmo das políticas do patrimônio, que agem pela preservação, mas também bloqueiam a produção incessante de diferença.

Como argumentado e apresentado aqui, o bairro de Santa Tereza não está assentado historicamente numa negação da modernização urbana na capital. A resistência não se dá pela oposição, mas sim pela possibilidade concreta de ocupação histórica da territorialidade de forma a estimular identidades culturais duradouras, acomodando tensões econômicas e turísticas, mas sem sobrepujar as diferentes relações sociais, o que poderia levar à gentrificação e a imposição de padrões estéticos.

Atualmente, com a falência de reformas urbanas em larga escala, a desigualdade causada pelo capitalismo e o equívoco de muitas ações de revitalização, bairros que mobilizam o passado cotidianamente não podem ser vistos como utopias ou caricaturas arcaicas, fechados em alguma excentricidade de resistência, mas sim como modelo do que é possível se efetivar com sustentabilidade, ainda que sob parâmetros comerciais e turísticos.

Ao visitarmos espaços de tradição, como as mercearias, percebemos que elas constituem uma ideia de passado através de um contato de intimidade e confiança com a clientela e ambiência, mas também pela continuidade garantida por aluguéis congelados junto aos proprietários (igualmente mediante laços de confiança) e pela diversificação de produtos, que garantem uma competitividade no mercado contemporâneo do bairro. Em outros lugares de tradição e de práticas cotidianas, como a igreja e o Clube da Esquina, identificamos uma

circularidade cultural de signos que permitem uma transmissão no presente de uma tradição que se reatualiza frente às demandas sociais e técnicas do presente.

Através da fotografia e dos registros sonoros como perspectiva metodológica, identificamos a permanência de signos do passado reatualizados no presente, como a materialidade dos sinos, a matraca dos ambulantes e o burburinho da música ao vivo e da sociabilidade comunitária, acionando memórias coletivas e formas de pertencimento comunitárias. Nos atentarmos aos sons nos permite uma sensibilização diferenciada do espaço público, às fronteiras, perdas culturais e formas de sociabilidade, identificando pontos de conexão, conflito, fruição cultural que na maioria das vezes passa ao largo das políticas patrimoniais e culturais.

O olhar atento às fronteiras demonstrou um papel decisivo do bairro e do patrimônio edificado e as práticas que gera enquanto mediação de territórios, vivências distintas e mesmo de conflitos. A proteção da diversidade e do respeito aos diferentes sujeitos, nesse sentido, conjuga-se com a defesa do espaço e do tempo que circula por essas territorialidades, a fim de comportar identidades, práticas e mesmo contradições, sem a aceleração da destruição empreendida pela especulação imobiliária e da padronização do turismo cultural.

Essa diversidade e cultura de fronteira se percebe em Santa Tereza na vivência e cadência das conversas de calçada junto ao fluxo de turistas, na arquitetura preservada lado a lado com fachadas modernas e pequenos prédios, no horizonte aberto às serras, mas também, ou sobretudo, na dinâmica de uso de edificações por comércio, como as mercearias, nas redes de comunicação entre sujeitos e ações de diferentes regiões da cidade, nos territórios de memória, nas disputas por uma espacialização da cultura democrática e com equidade e nas apropriações dos espaços públicos por sujeitos e coletivos artísticos e sociais.

A pesquisa e identificação cuidadosa desses fatores, como nos propusemos nesta tese, pode apontar caminhos para uma defesa efetiva tanto do patrimônio edificado e comércio tradicional quanto das práticas culturais e sociais não elitistas e excludentes, com uma comunicação pública dinâmica e atenta a questões de sustentabilidade e proteção de sujeitos e práticas à margem do desenvolvimento capitalista e turístico neste território específico, mas também em sintonia com questões urbanas nacionais e internacionais.

REFERÊNCIAS

- AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, RJ, v. 21, n.3 dez. 2015.
- _____. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo, SP: Terceiro Nome, 2011.
- AGUIAR, T. F. R. de. Subúrbios e colônias agrícolas: morar e trabalhar nas bordas da cidade. **Estudos sobre Belo Horizonte e Minas Gerais nos trinta anos do BDMG Cultural**, Belo Horizonte, MG, p. 81-98, 2018.
- _____. **Vastos subúrbios da nova capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG. Belo Horizonte, 2006.
- ALBERTINI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ALBUQUERQUE, C. A.. **Ei, polícia, a praia é uma delícia!:** Rastros de sentidos nas conexões da Praia da Estação. 2013, 167 f. Dissertação (mestrado em Comunicação) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2012.
- ALMEIDA, C. et al. Bairro Santa Tereza: uma constante resistência à metropolização. **Revista do Instituto de Ciências Sociais**. Belo Horizonte: PUC Minas, v. 11, n. 14, out. 2016.
- ALMEIDA, M. R.. **Favela, arte e juventude: pensando a relação entre ações artístico-culturais e identidade no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte**. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2006.
- AMORIM, H. R. de. **Entre a Mercearia e o Supermercado: memórias e práticas sociais no Portão do Sertão**. Dissertação. (mestrado em História Social da Cultura Regional) – UFRPE, Recife-PE, 2011.
- ANDRADE, L. T. de; ARROYO, M. A. (org). **Bairros Perimetrais de Belo Horizonte**. Patrimônio, territórios e modos de vida. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.
- ANDRÉS, R.. A Volta da Alternativa. **Piauí**, ed. 177, jun. 2021. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/volta-da-alternativa/>> Acesso em 01 out. 2021
- ANJOS, Ciro dos. **O Amanuense Belmiro**. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 2001.
- ARANTES, O. B. F. .; MARICATO, E.; VAINER, C. B. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- ARAÚJO, I.; CARVALHO, P.; PENA, R. **Casa e Chão**. Arquitetura e Histórias de Belo Horizonte. [s.n.] Belo Horizonte, MG: 2016.
- ARAÚJO, G. M.; CASTRIOTA, L. B. **Um capítulo da preservação em Belo Horizonte: o destino do mercado de Santa Tereza**. Anais do Fórum do Patrimônio - UFMG. Belo Horizonte, 2011, p. 2-20.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o presente**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2016.

ARINOS, Affonso. **Lendas e Tradições Brasileiras**. São Paulo: Typographia Levi, 1917.
Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/6834/1/45000008586_Output.o.pdf

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão. **Histórias de Bairros de Belo Horizonte: Regional Leste**. Belo Horizonte: APCBH, ACAP-BH, 2008.

ASSMANN, A. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BAGGIO, U. **A luminosidade do lugar: circunscrições intersticiais do uso de espaço em Belo Horizonte: apropriação e territorialidade no bairro de Santa Tereza**. Tese (doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, 2005.

BAKHTIN, M.

A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo/Brasília: Hucitec/ Editora Universidade de Brasília, 2008.

Bairro Santa Tereza reúne cultura, história, gastronomia e boemia em Belo Horizonte **G1**, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/viva-bh/noticia/bairro-santa-tereza-reune-cultura-historia-gastronomia-e-boemia-em-belo-horizonte.ghtml>> Acesso em: 02 out. 2021

BARROS, J. M. Introdução; **Cidade, Modernidade e Contemporaneidade**; Cidade de Imagens e Imagens da Cidade. In: Cultura e comunicação nas avenidas de contorno em Belo Horizonte e La Plata. Belo Horizonte: PUC Minas, 2005. p. 1–76.

BARRETO, A. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva - história antiga e média**. Belo Horizonte, MG: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1996.

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro, RJ: Contra-livraria, 2000.

BASTOS, Juliana Carla. **Ética sonora e suas implicações na sociedade de João Pessoa**. Tese (doutorado em Música) - Programa de Pós-Graduação em Música. João Pessoa, PB, 2019.

BELLO HORIZONTE: Bilhete postal Coleção Otávio Dias Filho 2. ed. Belo Horizonte, MG: Fundação João Pinheiro, 2010.

BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política**. Trad. Paulo Rouanet. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.

_____. Paris, capital do século XIX in **Walter Benjamin**. Sociologia. Org. e Trad. Flávio R. Kothe. São Paulo, SP: Ática, 1985. p.30-43.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo, SP: Companhia do Bolso, 2007.

BORGES, M.. **Os sonhos não envelhecem** – histórias do Clube da Esquina. São Paulo, SP: Geração Editorial, 2010.

BORGES, V. T. Como a História Pública pode contribuir para a preservação dos patrimônios difíceis? *In*: MAUAD, A. M.; SANTHIAGO, R.; BORGES, V. T. (orgs.) **Que História Pública Queremos?** São Paulo, SP: Letra e Voz, 2018.

BORSAGLI, Alessandro. **Rios Invisíveis da Metrópole Mineira**. Belo Horizonte, SP: Clube de Autores, 2018.

BOSI, A. Ideologia: o nome e as significações. *In*: **Ideologia e contraideologia**. Temas e variações. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, pp.61-82; 119-140; 182-196.

BRESCIANI, M. S. Permanência e ruptura no estudo das cidades. *In*: FERNANDES, A.; GOMES, M. A. de F. **Cidade e História**. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA, 1992, p. 11-26.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2005.

CALVINO, I. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2008.

CANCLINI, N. G.. **Culturas Híbridas** - estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p.283-350: Culturas híbridas, poderes oblíquos.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo, SP: Contexto, 2011.

CÂNDIDO, Antônio. **A Vida ao Rés do Chão**. *In*: Para gostar de ler: crônicas. Volume 5. São Paulo, SP: Ática, 2005, pp. 89-99.

CARDOSO, Tarcísio de Sá; SANTAELLA, Lúcia. A relevância da mediação no pensamento de Bruno Latour. *In*: Geane Alzamora; Joana Ziller; Francisco Coutinho. (Org.). **Dossiê Bruno Latour**, 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020, p. 141-178.

CAUVIN, T. A ascensão da História Pública: uma perspectiva internacional. **Revista NUPEM**, v. 11, n. 23, pp. 8-28, 2019.

CARDOSO, C. F. Sociedade e cultura: comparação e confronto. **Estudos Ibero-americanos**. PUCRS, v. XXIX, no 2, 2003, pp. 23-49.

CORBIN, Alain. O prazer do historiador. Entrevista concedida a Laurent Vidal. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 25, n. 49, 2005.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CHAGAS, F. de A. **A Parceria Público-Privada na Produção do Espaço**: reflexões a partir da política urbana brasileira e das Operações Urbanas Consorciadas em Belo Horizonte.

Monografia (graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFMG, Belo Horizonte, 2013.

CHAGAS, M. Casas e portas da memória e do patrimônio. **Em Questão** [online]. 2007, 13(2), 207-224 Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=465645957002>> Acesso em 02 out. 2021.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008. p. 266.

CHARTIER, R. **À Beira da Falésia**: A história entre certezas e inquietudes. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.

_____. Prefácio. In: ELIAS, N. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, pp. 7-59.

CHOAY, F. **O Urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. 7. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2013.

_____. **O patrimônio em questão** – antologia para um combate. Belo Horizonte, SP: Fino Traço, 2011.

COELHO, C. N. P. As relações entre espaço urbano e cultura: da internacional situacionista à cidade-global. **Triade**, Sorocaba, SP, v. 7, n. 14, p. 11-29, maio 2019.

CONNERTON, P. **Como as sociedades recordam**. Lisboa: Celta, 1999, p. 47-119.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.) **Geografia Urbana: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. 123p. p.7-11

CORRICONDE, Raquel; VELHO, Gilberto. A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1973 (1ª edição); 1989 (5ª edição). In: **Revista Intratextos**, 2013, vol 4, no1, p. 119-139.

COSTA, Bárbara Marques. **Santa Tereza Além dos Signos Comuns**: A realidade ainda não contada sobre a diversidade das matizes socioterritoriais presentes no bairro. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2022.

COSTA, B.; BARBOSA, L.; FERNANDES, S. **Análise Urbana**: Santa Tereza. Escola de Arquitetura e Urbanismo, UFMG, 2014.

CUSTÓDIO, Maraluce Maria; SANTOS, Fernando Barotti dos; MÁXIMO, Maria Flávia Cardoso (orgs.). **Direito de Paisagem**: aspectos jurídicos e interdisciplinares 1. ed - Belo Horizonte, MG: D'Plácido, 2020.

DAHL, R. **Sobre Democracia**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2009.

- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2006, 272 p.
- DE CERTEAU, M; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre **A invenção do cotidiano**. 2. Morar, Cozinhar. 10. Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**. 2. ed. São Paulo, SP: Editora 34, 1995.
- DOLORES, M. **Travessia**. A vida de Milton Nascimento. São Paulo, SP: Record. 2006.
- DOM - Diário Oficial do Município de Belo Horizonte. Introdução in **DELIBERAÇÃO Nº 019/2015**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1138559>> Acesso em 03 out. 2021
- DUARTE, Regina Horta. Os sinos, os carros de boi e a locomotiva em São João Del Rei: notas sobre a vida cotidiana em fins do século XIX. **Varia História**, Belo Horizonte, n.17, mar/1997, p. 71-79.
- DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). **BH: horizontes históricos**. Belo Horizonte, SP: C/Arte, 1996.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2001.
- FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **Cinema, História Pública e Educação**: Circularidade do conhecimento histórico em Xica da Silva (1976) e Chico Rei (1985). Tese (doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMG, 2014.
- FERREIRA, R. A; STEFANI, E. F. **A história brinda**: os bares do Edifício Archângelo Maletta como espaço de discussão política e de sociabilidade na cidade de Belo Horizonte (1964-1998). 2000. 125f. Projeto de pesquisa (Iniciação Científica) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2000.
- FAULKNER, Robert; BECKER, Howard. **El jazz en acción**. La dinámica de los músicos sobre el escenario. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2011.
- FOUCAULT, M. **O corpo utópico**, Asheterotopias. Trad. Salma TannusMuchail. São Paulo, SP: n-1 Edições, 2013.
- FORTUNA, C. **A Paisagem da Ruína Urbana**. In: Carlos Fortuna (org.) **Paisagens Socioculturais Contemporâneas**. Coimbra: CESContexto, n.12, 2014.
- _____. **Identidades, Percursos e Paisagens Culturais**: Estudos Sociológicos de Cultura Urbana. Oeiras: Editora Celta, 1999.
- _____. As Cidades e as Identidades: Narrativas, patrimônios e memórias. **Rev. Bras. Ci. Soc.** v.12 n.33 São Paulo fev. 1997. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/33/rbcs33_08.pdf>. Acesso em: 02 out. 2021.
- FURTADO, J. Apresentação. **Varia História**. v. 23, n. 37, jun 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/BFqNJxg4WLYqLNKR6DJm6Gx/?lang=pt> Acesso em: 02 out. 2021.

GARCIA, L. H. G.; MARRA, Pedro. Paisagem sonora e patrimônio cultural: Um estudo exploratório. In CUSTÓDIO, Maraluce Maria; SANTOS, Fernando Barotti dos; MÁXIMO, Maria Flávia Cardoso (orgs). **Direito de Paisagem: aspectos jurídicos e interdisciplinares** 1. ed - Belo Horizonte, MG: D'Plácido, 2020.

GARCIA, L. H. A.; & RIVERO, E. VEIGA, J. M. (2017). Espaço Público em Jogo: repertórios visuais de expressão dos conflitos políticos em torno da Copa do Mundo de 2014 em Belo Horizonte. (MG, BRASIL). **Actas Del I Seminario Internacional De Investigación En Arte y Cultura Visual**, I(I), 10. Montevideo, Uruguai. 2017.

GARCIA, L. H. A.; RODRIGUES, R. L. **O Tempo, a Carne e a Pedra: Reflexões sobre o patrimônio em Belo Horizonte**. In: Regina Helena Alves da Silva; Paula Ziviani. (Org.). **Cidade e Cultura: debates no espaço público**. 1ed. .Belo Horizonte: Autêntica, 2016, v. 1, p. 234-252.

GARCIA, L. H. A.. **Na esquina do mundo: trocas culturais na música popular brasileira através da obra do Clube da Esquina (1960-1980)**. 2006. 288f. Tese (doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 2006.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2006.

GOES, L. **Bairro Santa Tereza, Tradição e História** [s.n.] Belo Horizonte, MG, 2015.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda**. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil . Rio De Janeiro, RJ: UFRJ/IPHAN, 1996.

GORELIK, A, PEIXOTO, Fernanda (orgs). **Cidades Sul-americanas como arenas culturais**. São Paulo, SP: Edições Sesc. 2019.

_____. Imaginarios urbanos e imaginación urbana para un recorrido por los lugares comunes de los estudios culturales urbanos. **EURE**. Santiago, V.28, N.83, maio, 2002.

GOULART, Fernanda. **Urbano Ornamento: Inventário de Grades Ornamentais em Belo Horizonte (e outras belezas)**. Livro viabilizado através de financiamento coletivo. Belo Horizonte, MG, 2014.

GRAVANO, A. **Antropología de lo barrial: estudios sobre producción simbólica de la vida urbana**. Buenos Aires: Espacio, 2003.

GUIA turístico de Belo Horizonte: roteiro Clube da Esquina /Museu Clube da Esquina. – Belo Horizonte, 2005.

GUMBRECHT, H. U. **Depois de “Depois de aprender com a história”, o que fazer com o passado?** Conferência de Abertura do III Seminário Nacional de História da Historiografia., Ouro Preto - UFOP, 2009.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo, SP: Contexto, 2006.,.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo, SP: Vértice, 1990, p. 71-111.

HANNERZ, U. **Exploring the city**. New York: Columbia University Press, 1980.

HARTOG, F. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2014.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2014.

HASZ, L; NIGRI, L. Mobilidades Urbanas, Espaços Públicos e Manifestações Populares: uma análise dos protestos ocorridos na cidade de Belo Horizonte entre 2012 e 2015.

Univ.Humanist. [online]. 2018, n.85, pp.235-261. ISSN 0120-4807. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-48072018000100235&lng=pt&nrm=iso&tlng=es> Acesso em: 02 out. 2021

HERMETO, Miriam e AMATO, Gabriel. Performance narrativa em entrevistas públicas de história oral: "E 68, hein? Memórias públicas de um ano inesquecível". In: KIND, Luciana e MOREIRA, Jacqueline de Oliveira (org.). **Narrativas e ciências humanas**. (no prelo).

HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2002, p. 19.

HOBSBAWM, E. **Sobre História**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. 2. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1997. (Coleção Pensamento Crítico).

INDISCIPLINAR. Urbanismo Biopolítico, 2020. Santa Tereza. Disponível em: <<http://pub.indisciplinar.com/santa-tereza/>>. Acesso em: 05, fev. 2020.

JACOBI, P.; TEIXEIRA, M. A. Orçamento Participativo: co-responsabilidade na gestão das cidades. **Cadernos Cedec**, n.55 São Paulo: Cedec, 1996.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2011.

JEUDY, H-P. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro, Rj: Casa da Palavra, 2005.

KRENAK, Aílton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos modernos. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LATERZA, Mariana. **A Deriva como Experiência Estética e Poética**. 31º Encontro Nacional da ANPAP. Experiências. Recife, 2022.

LATOUR, B. **Reagregando o Social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012, 399p.

LAW, Jhon. Teoria ator-rede e semiótica material. In: Geane Alzamora; Joana Ziller; Francisco Coutinho. (Org.). **Dossiê Bruno Latour** 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020, p. 37-66.

LEAL, Sergio. O Sino e a sirene: Memórias sonoras e transições do Ruído Sagrado. MusiMid: **Revista Brasileira de Estudos em Música e Mídia**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 26–43, 2022. Disponível em: <https://revistamusimid.com.br/index.php/MusiMid/article/view/106>. Acesso em: 7 jan. 2024.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2008.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000), Fev. 2006.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo, SP: Centauro, 2001.

LE GOFF, J. **Por amor às cidades**. São Paulo, SP: UNESP, 2001.

_____. **Para um novo conceito de Idade Média**. Tempo, trabalho e cultura no ocidente. Lisboa: Estampa, 1979, pp. 9-16 e pp. 313-323.

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

LE MOS, Celina Borges. Paisagens da cultura do consumo como forma de sociabilidade e lazer nos centros urbanos contemporâneos entre os séculos XIX e XX. In CUSTÓDIO, Maraluce Maria; SANTOS, Fernando Barotti dos; MÁXIMO, Maria Flávia Cardoso (orgs). **Direito de Paisagem: aspectos jurídicos e interdisciplinares** 1. ed - Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020.

LE MOS, C. B. **Antigas e Novas Centralidades: A experiência da cultura do consumo no centro tradicional de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2010.

LEPETIT, B. **Por uma nova História Urbana**. São Paulo, SP: Edusp, 2001.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo, SP: Martins Pontes, 1997.

LOPES, M. de B. **Mario Baldi: fotografias e narrativas da alteridade na primeira metade do século XX**. Tese (doutorado em História Social). Niterói: UFF, 2014.

_____. O Brasil para os Brasileiros: fotografias, espaço, lugar e paisagem. In: MAGALHÃES, A. M.; BEZERRA, R. Z.. (Org.). **Museus nacionais e os desafios do contemporâneo**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011, v. , p.243-263.

LOW, S. Spatializing Culture: an engaged anthropological approach to space and place. In: GIESEKING, J. J.; SAEGERT, S. **People, Space, Place**. Londres: Routledge, 2014.

LUCCHESI, A. **For a New Hermeneutics of Practice in Digital Public History: tinkering with Memorecord.unillu**. Tese (doutorado em História) - Universidade de Luxemburgo, 2020.

MANCUSO, S.. Democracias Verdes. As plantas podem ensinar aos seres humanos como agir de maneira cooperativa, descentralizada e não hierárquica. **Revista Piauí**, ed. 154, julho, 2019. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/democracias-verdes/>> Acesso em 27 nov. 2023.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2015.

MARQUEZ, Gabriel García. **Crónica de una muerte anunciada**. Madrid: Colección La Honda Casa de Las Américas, Cuba, 1982.

MARRA, Pedro Silva; GARCIA, Luiz Henrique Assis Garcia. Entre umas e outras: tempo, sociabilidade e música popular em bares da cidade. **Comunicação Mídia e Consumo**. São Paulo, v. 15, n. 42, P. 34-53, jan-abril 2018.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 6. edição. Rio de Janeiro, RJ: editora UFRJ, 2009.

MARTINS, B. V. **Som Imaginário**: A reinvenção da cidade nas canções do Clube da Esquina. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2009.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**: Uma Nova Política de Espacialidade. 1ª Edição. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2008.

MAUAD, Ana Maria. LOPES, Marcos de Brum. O olho do Antropoceno - Fotografia diante do tempo. In: **Literatura e arte no antropoceno** - conceitos e representações. Rio de Janeiro: Makunaima, 2021. 230 p.

MAUAD, A. M. Usos do passado e História pública no Brasil: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017) in **História Crítica**, n. 68, abril-junio. Bogotá, 2018, p 27-45.

MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. de; SANTHIAGO, R. (orgs.) **História Pública no Brasil**: Sentidos e Itinerários. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2016.

_____. O olhar engajado. Fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 33-50, jan.-jun. 2008.

_____. **Poses e flagrantes**. Ensaio sobre história e fotografias. Niterói: EDUFF, 2008b.

MENESES, J. N. C. As leituras públicas da história, a memória social e o patrimônio histórico-cultural (posfácio) In: Ana Maria Mauad, J. R. Almeida e Ricardo Santhiago (orgs). **História Pública no Brasil**: Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

_____. Pátio cercado por árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: O quintal em vilas e arraiais de Minas Gerais (séculos XVIII e XI). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.23. n.2. p. 69-92. jul.- dez. 2015.

_____. Escalas espaço-temporais e História Cultural. Reflexão de um historiador sobre o espaço como categoria de análise. In: Eduardo França Paiva; Márcia Amantino; Isnara Pereira Ivo. (Org.). **Escravidão, Mestiçagens, Ambientes, Paisagens e espaços.** 1ed. São Paulo: Annablume, 2011, v. 3, p. 55-79.

_____. Modos de fazer a materialidade da cultural “imaterial”: o caso do queijo artesanal de Minas Gerais. **Revista Patrimônio e Memória.** UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.2, p. 19-33 - dez. 2009.

_____. Todo Patrimônio é uma Forma de História Pública? p 69-75. In: MAUAD, A. M.; SANTHIAGO, R.; BORGES, V. T. **Que História Pública Queremos?** Org. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

_____. Hibridismo: Um tropo enganoso e a história do uso de uma metáfora. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, Belém, v. 07, Dossiê “História da alimentação e do abastecimento na Amazônia”, maio 2020, p. 03 - 13.

_____. **História e Turismo Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica. 2004.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O museu na cidade/a cidade no museu: para uma abordagem histórica dos museus de cidade. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 197-206, set/1984-abril/1985.

MITCHELL, W. J. T. **Landscape and Power.** Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

MOTTA, Lia. O patrimônio das cidades. In: SANTOS, Afonso C.M. dos, KESSEL, Carlos, GUIMARAENS, Cêça (Orgs.). **Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades.** Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, p.123-152.

NAPOLETANO, B. M. Sustainability and Metabolic Revolution in the Works of Henri Lefebvre. **Revista MDPI.** v. 1 n.3, World, 2020, p 300-317

NEVES, Libério. **Santa Tereza.** Coleção BH a cidade de cada um, vol. 20. 96 p. Belo Horizonte: Conceito, 2010.

NOIRET, S. História Pública Digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 28-51, maio 2015, p. 28-51.

NORA, P. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. Projeto História 10. **Revista do Programa de Pós-graduação em História e do Departamento de História da PUC/SP**, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

NUSSBAUM, M. C. **The Capabilities Approach and Ethical Cosmopolitanism: A Response to Noah Feldman**”. Yale, Yale L.J. Pocket, v.2, part 123, p.123-129, 2007.

OLIVEIRA, Elder; FLORES BIBIANO, Ana Karolina; BOTELHO PINTO, Reinaldo; CABRAL MAIA, Hannah Alice; HERMES RIBEIRO, Luan; DE CASTRO SOUZA MIRANDA, João Guilherme. Relatos de experiências na paisagem sonora belenense: imersão artística no mercado Ver-o-Peso, Belém do Pará. MusiMid: **Revista Brasileira de Estudos em Música e Mídia**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 44–55, 2023. Disponível em: <https://revistamusimid.com.br/index.php/MusiMid/article/view/109>. Acesso em: 7 jan. 2024.

OLIVEIRA, S. S. R. de. **Trabalhadores Favelados: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte**. Tese (doutorado em História, Política e Bens Culturais) - FGV, Rio de Janeiro, 2014.

PEREIRA, M. M. “Entre a patrimonialização e a incompreensão: A visão dos moradores do bairro Lagoinha, Belo Horizonte, em relação ao processo de tombamento histórico e cultural do conjunto urbano da região”. **Revista Temporalidades**. Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFGM. Vol.12, N. 1, Jan./Abr. 2020, 255-274.

PESAVENTO, S J. **O imaginário da cidade**. Visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, RJ, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PROST, A. **Doze Lições sobre a História**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2012.

QUANTO TEMPO DURA UM BAIRRO. **Sobre**. Disponível em:
<<https://quantodura.com.br/sobre/>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**. São Paulo, SP: Ed. 34, 2005.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **La lectura del tiempo pasado**: Memoria y olvido. Madrid: Arrecife Producciones, 1999.

ROCHA, S. O aumento da pobreza em 2015 e a crescente desigualdade etária e regional entre os pobres no Brasil. **Revista Nova Economia**. v. 29 n. 1 (2019). Disponível em:
<<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/3992>> Acesso em 27 nov. 2023.

ROLNIK, R. História urbana: história na cidade. In: FERNANDES, A.; GOMES, M. A. (Orgs). **Cidade e História**: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: Faculdade de Arquitetura, 1992.

SAHLINS, M. **História e cultura**. Apologias a Tucídides. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2006.

SALLES, João Moreira. **Arrabalde**: em busca da Amazônia. São Paulo, SP: Cia das Letras, 2022.

SANTA ROSA, E. **Metrópole**: a trajetória de um espaço cultural. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, MG, Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

SANTA TEREZA TEM. Drogaria Araújo insiste em burlar a ADE de Santa Tereza. Portal de notícias. Belo Horizonte, 2018. Disponível em
<<https://www.santaterezatem.com.br/2019/06/13/drogaria-araujo-insiste-em-burlar-a-ade-de-santa-tereza/>> Acesso em 27 nov. 2023.

SAMUEL, R. **Theatres of memory**: past and present in contemporary culture. v. 1. Londres: Verso, 1994

SANTHIAGO, R. Duas Palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a História Pública no Brasil. In: MAUAD, A M.; SANTHIAGO, R.; BORGES, V. T. (orgs.) **Que História Pública Queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018.

_____. História oral e as artes: percursos, possibilidades e desafios. In **História Oral**, v. 16, n. 1, p. 155-187, jan./jun. 2013.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo, SP: EdUSP, 2012.

SARLO, B. **Paisagens Imaginárias**: Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

_____. **A Cidade Vista**. Mercadorias e Cultura Urbano. São Paulo, SP: WMF Martin Fontes, 2014.

_____. **Siete Ensayos sobre Walter Benjamin**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2007.

_____. **Una modernidad periférica: Buenos Aires, 1920-1930**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2007b. 248 p.

_____. **Tiempo presente**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

SAVAGE, M.; WARDE, A. Perspectivas sobre a cultura urbana e Modernidade, Pós-Modernidade e Cultura Urbana. In: **Sociologia Urbana, Capitalismo e Modernidade**. Oeiras: Celta Editora, 2002. p. 99-149.

SCHAFER, M. **A afinação do mundo**: uma exploração pioneira pela história e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora. São Paulo, SP: UNESP, 2001.

_____. **O Ouvido Pensante**. São Paulo, SP: Fundação Editora da UNESP, 1991. 399p.

SENNETT, R. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. São Paulo, SP: Record, 2015.

_____. **Carne e Pedra**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SERRES, M.. **Mal Limpo**. Poluir para se apropriar? Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. A cidade metástasis e o urbanismo inflacionário: incursões na entropia paulista. **Revista USP**, São Paulo, SP, n.63, p. 16-35, set-nov. 2004.

SILVA, E. R. da; VEIGA, J. M. Engajamento prático no mundo: implicações e extensões da análise espacial em Henri Lefebvre. In: **Boletim Goiano de Geografia**. 2023. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/bgg/index>> Acesso em 27 nov. 2023

SILVA, D. R. C. R. **Disputas em torno do Dops/MG: Guerra de narrativas, memorialização e patrimonialização (1989 - 2018)**. Dissertação (mestrado em História) – UFMG, Belo Horizonte, 2018.

SILVA, M. V. da. As cidades “a partir de baixo”: E. P. Thompson como referência para um diálogo entre urbanização e história social. **Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016.

SILVA, R. H. (org). **Ruas e Redes: dinâmicas dos protestos**BR. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2015.

SILVEIRA, A. J. T. O sonho de uma petite Paris: os cafés no cotidiano da capital. In: DUTRA, E. de F. (org.). **BH: horizontes históricos**. Belo Horizonte, MG: C/Arte, 1996. p. 119-182.

SIQUEIRA, Daniela Giovana. **Cenas de um Horizonte Político: O ano de 1963 e a produção de cinejornais a serviço de uma administração municipal na capital de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas, UFMG. 2007.

SOUZA, M. A. de. **Lixo Zero? Uma pesquisa-ação na co-construção de uma solução territorial para os resíduos sólidos urbanos**. 2021. Tese (Doutorado em Engenharia) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGEP/UFMG), 2021.

SOUZA, L. de S. de S. **Viver e Comer na Cidade: Políticas públicas para o abastecimento alimentar em Belo Horizonte (século XX)**. Dissertação (mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFMG. Belo Horizonte, 2020.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira; CAJAZEIRO, Karime Gonçalves. A Singularidade do Lugar: a construção de um discurso identitário para o bairro de Santa Tereza. **Teoria e Sociedade**. Teoria e Sociedade. jan-jun 2011.

STALLYBRASS, Peter. **O Casaco de Marx: roupas, memória, dor**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TAVARES, Denis P. **É esse conjunto que importa preservar, no seu todo: o patrimônio nacional sob o imperativo estético**. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, v. 29, p. 1-24, 2016.

TICLE, M. L. S. T.; PEREIRA, A. B. M. Planejamento urbano e preservação do patrimônio cultural: um olhar para o Conjunto Urbano Santa Tereza, Belo Horizonte. **Revista Confluências Culturais** Preservação patrimonial: a cidade e suas contradições, v. 5, n. 1, 2016.

TICLE, M. L. S. **O nó entre o espaço e o tempo em Santa Tereza: os bares na paisagem boêmia em um bairro de Belo Horizonte** Belo Horizonte. Dissertação (mestrado) – Programa

de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, UFMG. Belo Horizonte, 2016.

THOMPSON, E. P. “A história vista de baixo”; “Folclore, Antropologia e História Social”. In: **A peculiaridade dos Ingleses e outros artigos**, Campinas: Editora da Unicamp, 2001, pp. 185-202; 227-268.

TONUCCI FILHO, J. B. M.; CRUZ, M. de M.. O comum urbano em debate: dos comuns na cidade à cidade como comum? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Reg.**, São Paulo, V.21, N.3, p.487-504, set.-dez. 2019.

TUAN, Y.-F. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo, SP: Difel, 1983.

URVOY, P. Por uma cartografia noturna: escrever a história dos territórios que não cabem no mapa. **Indisciplinar** [Internet]. 1º de dezembro de 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32827>> Acesso em 27 nov. 2023.

VEDANA, V. **No mercado tem tudo que a boca come**: estudo antropológico da duração das práticas cotidianas de mercado de rua no mundo urbano contemporâneo. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS. Porto Alegre, 2008.

VEIGA, J. M. **Subir Bahia**: uma rua na encruzilhada da memória patrimonial e de novas escritas urbanas. Dissertação (mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, UFMG. Belo Horizonte, 2015.

VELHO, G. V. **Um Antropólogo na Cidade**: Ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar. 2013.

VELOSO, Clarissa dos Santos. **Um bairro patrimonial**: dinâmicas residenciais e comerciais do Floresta, em Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC Minas. Belo Horizonte, 2020.

VELLOSO, R. Pensar por constelações. In: JACQUES, P.B., and PEREIRA, M.S., **comps. Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I – modos de pensar** [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 98-121.

VIANNA, Graziela Mello. **Paisagem Sonora Urbana**: escutas de Belo Horizonte. RESGATE - VOL. XXII, N.28 - JUL./DEZ. 2014 - P. 81-90

WERNECK, Humberto. **O Desatino da Rapaziada**: jornalistas e escritores em Minas Gerais (1920-1970). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012.

WHYTE, William Foote. . **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 2005 [1943]. 390pp.

WILLIAMS, R. Do reflexo à mediação. In: **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1979, pp. 98-103.

WISNIK, G.;VIEIRA, T. Cidade Inacabada in **Piauí**, ed. 112, 2016. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/cidade-inacabada/>> Acesso em 28 nov. 2023.

WISNIK, J. M. **Maquinação do mundo:** Drummond e a mineração. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

YÁZIGI, E. A importância da paisagem. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Paisagem e Turismo**. São Paulo: Contexto, 2002. 226p. p.11-27 (Coleção Turismo)

ZIVIANI, Paula. Megaeventos e a Conformação de uma Identidade Nacional. **A Copa do Mundo como dispositivo de memória**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 2016.

ZUKIN, Sharon. **Paisagens urbanas pós-modernas:** mapeando cultura e poder. In: ARANTES, A. (Org). O espaço da diferença. Campinas,SP: Papirus, 2000, p.80-103.

ANEXOS

Anexo 1 - Legislações Consultadas

- Criação em 1898 do núcleo colonial no qual se insere a área que futuramente se tornaria o bairro Santa Tereza. Fonte: Relatório da Diretoria de Agricultura, Terras e Colonização, 1906, p. 233. Fundo Secretaria da Agricultura, rolo 05. Arquivo Público Mineiro (APM).
- Lei nº 55, de 05 de dezembro de 1912. Incorporação das colônias Bias Fortes, Américo Werneck, Carlos Prates e Adalberto Ferraz à zona suburbana da Capital o povoado do Calafate e dá outras providências a respeito.” Fonte: Coleção de Leis do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte (de fevereiro a dezembro de 1912, ns 54 a 62). Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1912. Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH).
- Criação do IEPHA:
- Legislação alterada pela Lei Nº 8828, de 05 de Junho de 1985; pelo Decreto Nº 26193, de 24 de Setembro de 1986; pela Lei Nº 11258, de 28 de Outubro de 1993.
- Criação da ADE (Área de Diretrizes Especiais) de Santa Tereza, definida na Lei nº 7.166, de 27 de agosto de 1996, que institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e regulamentada pela Lei nº 8.137/2000.
- Lei 8.137 de 21 de dezembro de 2000 que regulamenta a Área de Diretrizes Especiais (ADE) de Santa Tereza
- Lei 13.019/2014 para fins de destinação do Mercado Distrital do Bairro de Santa Tereza/BH
- Dossiê para Proteção do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza. Belo Horizonte: PBH, 2015.
- Deliberação nº 019/2015 do CDPCM-BH. Diário Oficial do Município, Poder Legislativo, Câmara Municipal de Belo Horizonte, Belo Horizonte, MG, 12 março 2015, Ano XXI, Ed. 4761.
- Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 1996. BELO HORIZONTE. Lei n. 7.165, 27 de Agosto de 1996.
- Dossiê de tombamento – Bar e Restaurante Bolão - o Rei do Espaguete. Belo Horizonte: Diretoria de Patrimônio Cultural. Fundação Municipal de Cultura. Prefeitura Municipal, 2011.

- Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001)
- Dossiê de Tombamento de bem cultural Igreja de Santa Teresa e Santa Teresinha, situada na Praça Duque de Caxias, 200 (lote 004, quarteirão 019, Zona Fiscal 107), pertencente ao Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza. 16 de agosto de 2021
- Registro imaterial da Vila Teixeira Soares ou Quilombo Souza localizado na rua Teixeira Soares, número 985, no Bairro Santa Tereza. 18 de novembro de 2020.
- Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte (CDPCM-BH)

Anexo 2 - Trabalhos acadêmicos com temática diretamente relacionada ao bairro de Santa Tereza

ALMEIDA, C. et al. Bairro Santa Tereza: uma constante resistência à metropolização. **Revista do Instituto de Ciências Sociais**. Belo Horizonte: PUC Minas, v. 11, n. 14, out. 2016

ARREGUY, Cintia Aparecida Chaves; RIBEIRO, Raphael Rajão. **História de Bairros de Belo Horizonte**: Região Leste. Belo Horizonte, SP: APCBH, 2008.

ANDRADE, L. T. de; ARROYO, M. A. (Org.). **Bairros Pericentrais de Belo Horizonte**. Patrimônio, Territórios e Modos de Vida. 1ed. Belo Horizonte, MG: Editora PUC Minas, 2012

ARAÚJO, G. M.; CASTRIOTA, L. B. Um capítulo da preservação em Belo Horizonte: o destino do mercado de Santa Tereza. **Anais do Fórum do Patrimônio - UFMG**. Belo Horizonte, MG, 2011, p. 2-20.

BAGGIO, U. da C.. **A Luminosidade do Lugar: Circunscrições Intersticiais do Uso de Espaço em Belo Horizonte**: apropriação e territorialidade em Santa Tereza. 2005. 221f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.

BISTENA, Isadora Lages. **Patrimônio Cultural em Belo Horizonte**: Bairro Santa Tereza. Rio de Janeiro: PATORREB, 2018.

CARSALADE, F. de L. Instrumentos urbanísticos e preservação do patrimônio. In Edésio FERNANDES JÚNIO, ARAÚJO, R. P. Z. de, (org). **Entre o urbano, o social e o ambiental: a práxis em perspectiva** / Belo Horizonte: Gaia Cultural – Cultura e Meio Ambiente, 2015

CHAGAS, M. Casas e portas da memória e do patrimônio. **Em Questão** [online]. 2007, 13(2), 207-224 Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=465645957002>> Acesso em 02 out. 2021.

COSTA, Bárbara Marques. **Santa Tereza Além dos Signos Comuns**: A realidade ainda não contada sobre a diversidade das matizes socioterritoriais presentes no bairro. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2022

COSTA, B.; BARBOSA, L.; FERNANDES, S. **Análise Urbana: Santa Tereza**. Escola de Arquitetura e Urbanismo, UFMG, 2014.

FERRARI, Paola Bonetto. **Cultura urbana e espaços públicos**: Estudo de caso do Viaduto Santa Tereza e da Praça da Liberdade em Belo Horizonte. Anais XVIII ENANPUR. Natal, RN: 2019.

PANZERA, Fabiano Gherardi. **O Mercado Distrital do Santa Tereza** - Belo Horizonte/MG. Um estudo sobre as potencialidades do mercado para o desenvolvimento de um projeto arquitetônico que atenda aos anseios da população local. Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto, 2022.

SILVA, D. C. da. **Entre copos, conversas e canções: um estilo “boêmio” de viver a cidade**. 2012. 220f. Tese (Doutorado) – Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

SOUZA, F. J. de O; CAJAZEIRO, K. G.; SOARES, C. P. Instrumentos de proteção do patrimônio cultural: um olhar sobre o caso do bairro Santa Tereza. . In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu (Org.). **Bairros pericentrais de Belo Horizonte: Patrimônio, Territórios e Modos de Vida**. 1ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira; CAJAZEIRO, Karime Gonçalves. A Singularidade do Lugar: a construção de um discurso identitário para o bairro de Santa Tereza. **Teoria e Sociedade**. Teoria e Sociedade. jan-jun 2011.

SOUZA, M. A. de. **Lixo Zero? Uma pesquisa-ação na co-construção de uma solução territorial para os resíduos sólidos urbanos**. 2021. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGEP/UFMG), 2021.

TICLE, M. L. S. T.; PEREIRA, A. B. M. Planejamento urbano e preservação do patrimônio cultural: um olhar para o Conjunto Urbano Santa Tereza, Belo Horizonte. **Revista Confluências Culturais** Preservação patrimonial: a cidade e suas contradições, v. 5, n. 1, 2016.

TICLE, M. L. S. **O nó entre o espaço e o tempo em Santa Tereza**: os bares na paisagem boêmia em um bairro de Belo Horizonte Belo Horizonte. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável – UFMG. Belo Horizonte, 2016.

_____. Tombamento, Registro e Área de Diretrizes Especiais (ADE): instrumentos de políticas de preservação e o patrimônio cultural - o Bolão e o bairro de Santa Tereza, Belo Horizonte. V SEMINÁRIO INTERNACIONAL – POLÍTICAS CULTURAIS – 7 a 9 de maio/2014. Setor de Políticas Culturais – Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro

WESTIN, V. L. C. **Santa Tereza na construção cotidiana da diferença**. 1998. 145f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1998.

Anexo 3 - Fontes Memorialísticas para História Pública do bairro de Santa Tereza-BH

GÓES, Luis. **Bairro Santa Tereza**: Tradição e História. Belo Horizonte: o autor (publicação independente), 2014.

_____. **Bairro de Santa Theresa**: Formação e História 1900 a 1960. Belo Horizonte: O autor, 19--?

_____. **Bairro de Santa Tereza**, 100 anos. Belo Horizonte: Luis Góes, 1998.

_____. Notas Cronológicas do Bairro de Santa Tereza. Belo Horizonte: Editora Luis Góes Ltda., 2001.

NEVES, Libério. BH: **A Cidade de Cada um** – Santa Tereza. Belo Horizonte: Conceito, 2010.

Anexo 4 - Listagem dos bens indicados para tombamento do CDPCM-BH

Listagem dos bens indicados para tombamento a partir de aprovação de proteção do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza e abertura de processo de tombamento dos bens culturais Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte (CDPCM-BH). 12 de março de 2015

São 288 os bens culturais com processo de tombamento aberto, além das quatro praças do bairro. Os endereços dos imóveis são:

- Rua Adamina: os bens de nº 146; 316/322.
- Rua Almandina: os bens de nº 159 e 183.
- Rua Alvinópolis: os bens de nº 044 e 387.
- Rua Amianto: os bens de nº 030; 037; 171; 446.
- Rua Angelo Rabelo: os bens de nº 029; 034/042; 035/043; 052; 099; 118; 128; 131; 139.
- Rua Anhanguera: os bens de nº 212; 224/ 234; 246/ 250.
- Rua Azurita: os bens de nº 059; 241/ 245.
- Rua Bauxita: os bens de nº 193; 227.
- Rua Bom Despacho: os bens de nº 018; 026; 027; 146; 265; 288; 317; 330; 489; 517.
- Rua Bueno Brandão: os bens de nº 249; 259; 291; 351; 388; 393; 424; 439; 489; 490; 497; 523.
- Rua Buenópolis: os bens de nº 181/187; 191/197.
- Rua Capitão Bragança: os bens de nº 196; 204; 256.
- Rua Capitão Procópio: os bens de nº 093; 101; 109; 132.
- Rua Conselheiro Barbosa: os bens de nº 26.
- Rua Conselheiro Rocha: os bens de nº 2845.
- Rua Cristal: os bens de nº 021; 029; 108.
- Rua Divinópolis: os bens de nº 035; 068; 121; 126; 131; 136; 154; 161; 171; 445; 479.
- Rua Dolores do Indaiá: os bens de nº 015; 054; 065; 274; 302.
- Rua Epídoto: os bens de nº 021; 027; 039; 148; 204.
- Rua Estrela do Sul: os bens de nº 211; 221; 254; 262.
- Rua Eurita: os bens de nº 030; 062; 144; 201; 204; 219; 230; 240; 274; 377; 385; 471.
- Rua Formosa: os bens de nº 186; 263.
- Rua Gabro: os bens de nº 011; 021; 041; 096; 111; 135; 166; 179; 187; 206; 213; 218; 236; 250; 262; 292.
- Rua Genaro Masci: os bens de nº 058; 077; 091; 151; 167; 185; 226 esq. Pouso Alegre, 1596.
- Rua Grafito: os bens de nº 036.
- Rua Hermilo Alves: os bens de nº 049; 134; 168; 240 e 242; 252; 256; 270; 436; 437.
- Rua Itacolomito: os bens de nº 044.
- Rua Jaspe: os bens de nº 008; 217; 229; 300.
- Rua Kimberlita: os bens de nº 128; 218; 272; 281; 290; 300; 317; 320; 353; 365; 487; 151; 510 c/ Eurita 846; 519.
- Rua Mármore: os bens de nº 59,070, 100/104, 120,128, 135/ 139, 144, 181, 196, 221, 23, 252, 253, 270, 284, 285, 300, , 641, 593, 380, 344, 313, 312, 303, 688, 696, 741, 750, 769, 773, 813, 817, 830.
- Rua Norita: os bens de nº 009; 021.
- Rua Oligisto: os bens de nº 358.

- Rua Paraisópolis: os bens de nº093; 562; 637; 770; 905; 915; 916.
- Rua Pirité: os bens de nº 009.
- Rua Pirolozito: os bens de nº 035; 081.
- Rua Pouso Alegre: os bens de nº 1776, 1786, 1892, 1972, 2000, 2186, 2188, 2217, 2256, 2291, 2347, 2382, 2415, 2498, 2623/ 2629/ 2635/ 2637 2616/ 2622, 2664/ 2672, 2695, 2712, 2788, 2806/ 2820, 2822, 2843, 2872, 2882, 2906.
- Praça Duque de Caxias: os bens de nº 227/238, 216, 200, s/n (Igreja de Santa Tereza) , 141 e 143.
- Rua Prof. Raimundo Nonato, 220, 232, 242.
- Rua Quartzo, 023, 053, 063.
- Rua Salinas: os bens de nº1087, 1088, 1101, 1104, 1114, 1115, 1134, 1145, 1173, 1239, 1375, 1393, 1492, 1547, 16341555, 1584, 1638, 1729, 1745, 1857, 2197.
- Rua São Gotardo: os bens de nº010; 024; 028; 081; 136; 177 /181; 269 (Mercado Distrital de Santa Tereza).
- Rua Silvianópolis: os bens de nº 189; 324; 452; 464; 483.
- Rua Teixeira Soares: os bens de nº 850; 860; 878.
- Rua Tenente Durval: os bens de nº 017/ 021; 031; 103; 107; 131; 155; 173; 384; 427/ 433 c/ Eurita, 746.
- Rua Tenente Vitorino: os bens de nº 06/ 10; 269 c/ Kimberlita, 320; 71 (prédio moderno do 16º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais).
- Praça Joaquim Ferreira da Luz (traçado)
- Praça Ernesto Tassini (traçado)
- Praça Coronel José Persilva (traçado)
- Praça Duque de Caxias (traçado)

Bens culturais indicados para registro documental

- Rua Amianto, 314.
- Rua Ângelo Rabelo, 191.
- Rua Azurita, 136; 175; 198.
- Rua Bauxita, 068.
- Rua Bocaiúva, 108.
- Rua Buenópolis, 033; 192; 202; 221.
- Rua Capitão Procópio, 121; 131.
- Rua Dolores do Indaiá, 114.
- Rua Estrela do Sul, 015; 116.
- Rua Eurita, 195; 300; 644; 666.
- Rua. Eurita, 627.
- Rua Gabro, 127.
- Rua Genaro Masci, 111.
- Rua Grafito, 076; 086.
- Rua Itacolomito, 043; 140; 173; 217; 235.
- Rua Jaspe, 105; 150; 166; 186; 218.
- Rua Kimberlita, 164; 465.
- Rua Mármore, 081; 669; 689.
- Rua Paraisópolis, 200.
- Rua Pirolozito, 088.
- Rua Pouso Alegre, 1848; 2232; 2948.
- Rua Prof. Raimundo Nonato, 085.

- Rua Quartzzo, 087.
- Rua Salinas, 1135; 1144; 1328; 2181; 2418.
- Rua São Gotardo, 284; 292; 428.
- Rua Tenente Durval, 258; 472/ 433 c/ Eurita, 746.
- Rua Tenente Vitorino, 214.

Anexo 5 - Exemplos de dados de pesquisa de campo

Exemplos de áudios captados em pesquisa de campo

TABELA DE OBSERVAÇÕES DE CAMPO	
<u>período:</u> outubro de 2020 a outubro de 2021	
<u>local:</u> bairro Santa Tereza/BH	
TRAJETOS PRÉVIOS	
1- Rua Salinas (entre ruas Buenópolis e Alvinópolis), Rua Pirite, Rua Silvianópolis, Rua Bom Despacho (ou Rua Divinópolis), Rua Tenente Vitorino, Praça Praça Duque de Caxias, Rua Mármore	
2- Rua Salinas (entre Buenópolis e Norita), Praça Coronel José Persilva, rua Norita, Quimberlita, rua São Gotardo, rua Conselheiro Rocha, Rua Mármore	
3- Rua Salinas, rua Gabro, rua Eurita, rua Quimberlita, rua Salinas	
4- Trilho do trem/metrô	
HORÁRIO: 18H (com observações 30min antes e posterior)	
Alterações gerais na dinâmica do bairro durante o período	observações
Ave Maria na Igreja da praça Duque de Caxias	a projeção sonora faz marcação social no bairro e prepara para a missa das 19h
encerramento de turno da tarde em escolas diurnas	a movimentação nas imediações das escolas faz inflexão na predominância das crianças a partir deste momento, com tumulto de carros
encerramento de comércio diurno e abertura de bares noturnos	movimentação nítida em lojas, com permanência em farmácias e mudança de uso social nas mercearias
clube	horário marca uso de esportes coletivos e aumento de uso de academia, com movimentação nas calçadas
catadores de lixo	cerca de 5 duplas ou trios se deslocam pelo bairro antecipando-se à coleta oficial, em busca de recicláveis de maior valor. Fazem trajeto contrário ao dos caminhões de coleta
idosos	no horário percebe-se mais idosos nas portas, colocando lixo para fora, mas também para conversas com a vizinhança
Cersam Leste	Centro de Referência em Saúde Mental, na Pirete, com troca de turno e pacientes com familiares na porta do local
caminhadas	aumento de pessoas fazendo caminhada na rua
auto-escola	bairro em sua parte baixa é utilizado para instrução de auto-escolas. Período marca o encerramento da atividade no dia
Eventos sazonais fixos	observações
feira na Praça Coronel José Persilva (quinta ao final da tarde)	ao contrário da feira de sábado, em formato mais tradicional, o "evento" de quinta a partir das 18h tem caráter gastronômico e mais festivo

feira mensal na Praça Duque de Caxias	a feira sofreu interrupções em função da pandemia, mas foi retomada gradativamente, com perfil comunitário, gastronômica e de artesanatos
Eventos culturais	observações
Festivais agendados ocorrem sobretudo na Praça Duque de Caxias	foram interrompidos no período da pandemia, retomando nos meses de agosto de 2021. Perfil ancorado na história e identidade do bairro, com gêneros predominantes de MPB, música instrumental e festas populares
Apresentações espontâneas	ocorrem sobretudo na Praça do Orlando e Praça Ernesto Tassini, com predominância de rodas de violão e grupos percussivos
Ensaios carnavalescos	concentram-se, em diferentes partes do ano (sobretudo a partir do mês de agosto) nas praças e na quadra da Vila Dias
Dinâmicas sociais específicas	observações
jogadores de xadrez	em casa residencial (n.1900), dupla joga xadrez na garagem, com relógio profissional, regularmente a este horário
aula de pintura	na praça Ernesto Tassini, professor de pintura utiliza mesas públicas para aulas de desenho
doação de alimentos	sempre às 18h, família de casa na rua Salinas (n.1830) deixa pão embalado para moradores de rua
Eventos ocasionais e espontâneos	observações
moradores de rua em "pontos" de ocupação (praças e porta da farmácia Araújo)	ao longo dos meses, é possível (re)conhecer moradores de rua em pontos específicos, cada qual com seu pequeno mobiliário. Ao passar do tempo, repentinamente deixam os locais
	notou-se aumento de moradores de rua utilizando barracas de acampamento na praça principal, porém por poucos dias de permanência
	por cerca de 5 dias (no mês de maio de 2021) um rapaz, aparentando menos de 18 anos, montou barraca reproduzindo uma residência ao ar livre, com abajour, mesa de trabalho e recebendo amigos para conversa nos bancos da praça
Praça Duque de Caxias	observações
atividades diversas simultâneas, algumas com periodicidade mais bem marcada	Aula de dança de salão; aula de capoeira
Coreto	aniversários infantis no período diurno e recreativo com bebida na parte diurna para jovens e adultos
face leste	recreação de crianças com carrinhos, pula-pula, desenhos
centro	babás, cuidadores de cachorros, parquinho e taxistas com limpadores de carro jogando dama
face oeste	

Anexo 6 - Lista de filmes produzidos na Escola Livre de Cinema que abordam questões do bairro de Santa Tereza

- Cláudio Costa Val (dir). **Horla**. série. 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/channel/UCChbLTMSStfDM8zzbyv2wTw>> Acesso em 02 out. 2021
- _____. **Quadrilátero**. longa-metragem, 2019. Disponível em <<https://youtu.be/CgmJo6eIdZo>> Acesso em 02 out. 2021
- _____. **Radu Pompescu**. média-metragem, 2014. Disponível em <https://youtu.be/nokcPAbm_vk>
- Filipe Magalhães (dir.) **Lucy**. documentário em curta-metragem, 2019. Disponível em <<https://youtu.be/N1wAOmzjdr8>> Acesso em 02 out. 2021.
- Filipe Tavares (dir.) **Putá-Merda**, média-metragem, 2014. Disponível em <<https://youtu.be/c3Jw4inz4XI>> Acesso em 02 out. 2021.
- Luiz Felipe Papatella, Fábio Araújo (dir). **Lembranças**, documentário em curta-metragem, 2016. Disponível em <<https://youtu.be/xLc7qpAJm8M>> Acesso em 02 out. 2021.
- Marcela Silva (dir.) **De Rotina**, documentário em curta-metragem, 2017. Disponível em <https://youtu.be/q_rKW7u9ZeM> Acesso em 02 out. 2021
- Peterson Ferreira (dir.) **Vazio**, curta-metragem, 2014. Disponível em <<https://youtu.be/f6sZf51-1B4>> Acesso em 02 out. 2021
- Vinício Marzano (dir). **Insólito**, documentário em curta-metragem, 2016. Disponível em <<https://youtu.be/OpBpyYzRMgY>> Acesso em 02 out. 2021
- Vitor Rocha (dir). **Adorável Cela Nova**, curta-metragem, 2017. Disponível em <<https://youtu.be/ORzuE2WPVAA>> Acesso em 02 out. 2021.
- Wellington dos Reis (dir.) **Sui Generis**, documentário em curta-metragem, 2017. Disponível em <<https://youtu.be/755C9i5Xhg0>>

Anexo 7 - Mais fotos da pesquisa de campo

